



**Jorge Humberto Assis
Pacheco dos Santos**

A Investigação sobre Turismo em Portugal



**Jorge Humberto Assis
Pacheco dos Santos**

A Investigação sobre Turismo em Portugal

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Costa, Professor Associado com Agregação do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

dedicatória

Inteligência, amizade, humildade, energia, candura, integridade e jovialidade: são virtudes que não abundam, sobretudo nos dias que correm, e encontrá-las reunidas numa só pessoa é ainda mais invulgar, uma raridade.

Poder conviver com uma tal existência – ainda que por fugazes instantes – constitui um privilégio e motivo de orgulho.

Inspiração nos momentos de dificuldade, o exemplo que representa convida à introspecção nos efémeros instantes de felicidade que a Vida proporciona.

À memória da Maria da Luz Cerqueira (1974-2002).

o júri

presidente

Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite

Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor João Albino Matos da Silva

Professor Catedrático da Universidade do Algarve

Prof. Doutor Carlos Manuel Martins da Costa

Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro (orientador)

agradecimentos

Para o autor da presente dissertação, a concretização de um trabalho desta natureza e fôlego jamais se poderia considerar como um labor individual, um acto solitário. Na realidade, muitas foram as pessoas e entidades que contribuíram para o resultado final e cujo apoio importa reconhecer, ainda que a memória nem sempre se revele o mais fiel dos aliados.

Em primeiro lugar, quer-se agradecer à Universidade de Aveiro pela oportunidade e pelo apoio proporcionados aos mais diversos níveis, em termos gerais, e em particular aos colegas dos Serviços de Documentação e da Secção de Graus e Títulos, cujo profissionalismo e disponibilidade merecem um relevo especial.

A título externo, quer-se destacar a colaboração de uma multiplicidade organizações (estabelecimentos de ensino superior, Turismo de Portugal, Biblioteca Nacional, entre outras) e indivíduos (nomeadamente, orientadores e autores dos graus), sem os quais o estudo aqui vertido seria certamente bem mais pobre.

Mais particularmente, quer-se igualmente assinalar: o apreço pela Mariana Rei na materialização de boa parte dos diagramas incorporados; a amabilidade dos professores David Botteril, Kathleen Andereck e Michael Riley na disponibilização de diversos textos; e a oportunidade dos comentários e sugestões proporcionados pelos professores Honggen Xiao, Jafar Jafari, John Tribe, Klaus Meyer-Arendt, Michael Riley e Pauline Sheldon.

A título pessoal, endossa-se também uma palavra de profundo reconhecimento ao Jorge Silva, cujo indefectível alento se revelou determinante na superação de tantas provações a que o presente projecto foi sujeito.

Por fim, uma palavra sentida àquele, mais do que mentor, tem sido um amigo paciente e perante quem se reconhece uma enorme dívida de gratidão: Prof. Doutor Carlos Costa.

Que este trabalho seja digno do seu orgulho e tributário do inquebrantável apoio sempre prestado.

A todos, muito obrigado!

palavras-chave

Turismo, investigação científica, Portugal, estudos de pós-graduação, teses de doutoramento, dissertações de mestrado

resumo

A presente dissertação analisa a investigação científica sobre o Turismo produzida no âmbito dos cursos de pós-graduação (mestrados e doutoramentos) realizados em instituições de ensino superior portuguesas ou nelas tendo obtido equivalência, situando o correspondente perfil no contexto alargado da investigação turística.

Compreendendo o levantamento integral daqueles graus a nível nacional, a análise de conteúdo foi aplicada aos registos compilados numa base de dados construída para o efeito, através da consulta de catálogos bibliográficos em linha e complementada por sucessivas rondas de contactos directos com aquelas instituições e com os orientadores envolvidos.

Os resultados apurados sugerem uma consonância da situação portuguesa apurada com a realidade internacional, não obstante um “despertar” mais tardio da comunidade científica nacional para o seu estudo e da ainda reduzida expressão alcançada. Além da equiparação verificada ao nível da concentração da representação em termos temporais, institucionais, disciplinares e temáticos, é ainda notada a incipiência das dinâmicas colaborativas. No contexto do apoio à investigação, verifica-se uma ampliação das assimetrias identificadas, reflectindo uma perspectiva economicista e operacional. Quanto às limitações constatadas, reconhece-se a natureza parcelar dos dados em que assenta e o carácter quantitativo da análise efectuada, baseando-se nos produtos duma única modalidade investigativa, não aprofundando os factores explicativos dos desempenhos apurados.

keywords

Tourism, scientific research, Portugal, postgraduate studies, PhD dissertations, MSc theses

abstract

This dissertation provides an analysis of Tourism scientific research produced within postgraduate programmes (Master and Doctoral) carried out in Portuguese Higher Education Institutions (HEIs) or granted 'equivalent' status, pinpointing its general profile in the wider Tourism research scene.

Surveying all theses adjudicated in Portugal, a content analysis was applied to the records compiled in a purpose-built database, created from the results of online bibliographic catalogue searches and successive rounds of direct contacts with HEIs and thesis supervisors.

The results obtained suggest some concurrency between the Portuguese and the general research settings related to Tourism, albeit a belated "awakening" to its study by the national scientific community and a modest magnitude attained. While bearing witness to time, institution, discipline and theme concentrations on the production of theses, collaborative dynamics are deemed incipient. These asymmetries seem further amplified by research funding practices, reflecting an economic and operational orientation on granted scholarships. Regarding the limitations of this study, reliance on a single data type and the quantitative nature of the analysis performed are acknowledged, proving unable to explain the productivity levels and the spectrum of topics revealed.

Índice

Índice	xv
Lista de Tabelas	xix
Lista de Figuras	xxi
Lista de Siglas e Abreviaturas	xxiii
Introdução	xxv
O Turismo em mudança	xxv
Relevância do estudo	xxvii
1 O Turismo enquanto objecto de estudo	1
1.1 Introdução ao capítulo	1
1.2 Ontologia do Turismo	2
1.2.1 Conceitos de Turismo	2
1.2.2 O Turismo no enquadramento do Lazer e do Recreio	7
1.2.3 O sistema Turismo	10
1.3 Epistemologia do Turismo	19
1.3.1 A questão disciplinar do Turismo	19
1.3.2 A 'verdade' do Turismo	25
1.4 Resumo do capítulo	28
2 A investigação sobre Turismo	29
2.1 Introdução ao capítulo	29
2.2 Evolução da investigação sobre Turismo	29
2.2.1 Génese e desenvolvimento	29
2.2.2 Posições axiomáticas	33
2.3 Condição da investigação contemporânea sobre Turismo	34
2.3.1 Vectores da investigação contemporânea sobre Turismo	35
2.3.2 Perspectivas temáticas	44

2.3.3	Prática metodológica	46
2.3.4	Lacunas e desafios	48
2.4	Resumo do capítulo	51
3	A formação superior sobre Turismo	53
3.1	Introdução ao capítulo	53
3.2	Evolução da formação superior sobre Turismo	53
3.2.1	Desenvolvimento(s) da formação inicial	54
3.2.2	Perspectiva(s) da formação pós-graduada	56
3.3	Contexto português de formação superior sobre Turismo	59
3.3.1	O sistema de ensino superior e a comunidade científica portuguesa	59
3.3.2	Enquadramento jurídico da formação pós-graduada em Portugal	63
3.3.3	Evolução da oferta formativa superior sobre Turismo em Portugal	68
3.4	Resumo do capítulo	73
4	Enquadramento metodológico	75
4.1	Introdução ao capítulo	75
4.2	Estratégia de abordagem	75
4.2.1	Proposta de investigação	75
4.2.2	Campo de análise	77
4.2.3	Procedimento metodológico	79
4.2.4	Abordagens de pesquisa	84
4.3	Realização empírica	86
4.3.1	Recolha e selecção dos dados	86
4.3.2	Tratamento dos dados seleccionados	90
4.4	Resumo do capítulo	94
5	Análise dos resultados	95
5.1	Introdução ao capítulo	95
5.2	Descrição geral	95
5.3	Representação institucional	104
5.4	Orientação	113
5.5	Apoio à investigação	121
5.6	Resumo do capítulo	125
6	Conclusão	127
6.1	Introdução ao capítulo	127
6.2	Síntese do percurso	127

6.3	Interpretação dos resultados	129
6.3.1	Perfil global	129
6.3.2	Comparação com outras realidades internacionais	133
6.3.3	Apoio financeiro	135
6.4	Considerações finais	136
6.4.1	Limitações	136
6.4.2	Perspectivas de evolução futura	137
	Referências bibliográficas	139
	Apêndices e anexos	149

Lista de Tabelas

i	Evolução do Turismo, por chegadas internacionais e receitas	xxv
3.1	Distribuição regional das instituições de ensino superior em Portugal	60
3.2	Assimetria na localização das instituições de ensino superior em Portugal . . .	60
3.3	Distribuição subregional das instituições de ensino superior em Portugal	61
3.4	Oferta pós-graduada em Turismo (pré-Bolonha)	71
3.5	Evolução da oferta de formação inicial com a transição para Bolonha	72
5.1	Cursos e graus de Turismo vs. restantes	98
5.2	Filiação institucional dos orientadores dos graus sobre Turismo, por tipologia organizacional	99
5.3	Focalização geográfica dos graus sobre Turismo	103
5.4	Número de graus sobre Turismo incluídos, segundo o modo de compilação . .	103
5.5	Concessão do primeiro grau sobre Turismo e respectivo subtotal por tipo de grau, por instituição	105
5.6	Concentração da produtividade geral, por características institucionais	106
5.7	Cursos por instituição, segundo o tipo	107
5.8	Graus concedidos pelos cursos mais prolíficos	108
5.9	Graus concedidos por área científica e instituição	109
5.10	Graus concedidos por assunto e instituição	111
5.11	Graus concedidos segundo a referenciação geográfica	112
5.12	Orientações, segundo a filiação institucional dos orientadores e instituição concedente do grau	114
5.13	Quota-parte de orientações principais nas orientações externas, por instituição	116
5.14	Graus orientados pelos principais orientadores	117
5.15	Orientações do principais orientadores, segundo a área científica	119
5.16	Orientações do principais orientadores, segundo o assunto	120
5.17	Graus concluídos vs. bolsas atribuídas	122
5.18	Graus concluídos apoiados com bolsa de estudo, por curso e instituição	123
5.19	Graus concluídos apoiados com bolsa de estudo, por área científica	123

5.20 Graus concluídos apoiados com bolsa de estudo, por assunto	124
5.21 Graus concluídos vs. bolsas atribuídas, por orientador principal	124

Lista de Figuras

i	Linhas de força do novo turismo	xxvi
1.1	Lazer, Recreio e Turismo	8
1.2	Um modelo do <i>continuum</i> Turismo-Lazer	8
1.3	Relações entre Lazer, Tempo e Recreio	9
1.4	Relações entre os enquadramentos temporal e geográfico e o Turismo	10
1.5	O sistema base do Turismo	11
1.6	Enquadramento conceptual do Turismo	12
1.7	O sistema Turismo	13
1.8	Componentes de um plano turístico	14
1.9	Componentes funcionais da oferta	14
1.10	Influências externas sobre o sistema Turismo	15
1.11	Representação sistémica da dimensão fenomenológica do Turismo	16
1.12	A criação do conhecimento em Turismo	22
1.13	Algumas dimensões-chave na evolução dos estudos turísticos	24
1.14	Campo de forças do conhecimento turístico	27
3.1	Evolução cumulativa da oferta formativa inicial em Turismo por sector	69
3.2	Evolução cumulativa da oferta formativa inicial em Turismo por subsistema	70
4.1	Fases do planeamento de uma investigação em turismo	80
4.2	Processo de investigação em turismo	81
4.3	Elementos do processo de pesquisa	82
4.4	As etapas do procedimento	83
5.1	Atribuição anual de graus sobre Turismo, segundo o tipo de grau	96
5.2	Acumulação da concessão de graus sobre Turismo, segundo o tipo de grau	97
5.3	Evolução comparativa entre a concessão de graus sobre Turismo e o respectivo envolvimento institucional	97
5.4	Evolução cumulativa da concessão de graus, segundo a natureza do curso	98

5.5	Evolução relativa da concessão de graus sobre Turismo, segundo o sexo dos autores	99
5.6	Gráus sobre Turismo concedidos, por área científica	100
5.7	Evolução cumulativa da concessão de graus sobre Turismo, por área científica	100
5.8	Gráus sobre Turismo concedidos, por assunto	101
5.9	Evolução cumulativa da concessão de graus sobre Turismo, por assunto	102
5.10	Gráus sobre Turismo concedidos, por instituição	104
5.11	Evolução cumulativa dos graus sobre Turismo, por instituição	106
5.12	Evolução cumulativa das orientações dos principais orientadores	118
5.13	Bolsas de estudo atribuídas, por tipo de grau	121
5.14	Conclusão de graus apoiados com bolsa de estudo	121
6.1	Comparação internacional dos doutoramentos sobre Turismo concedidos entre 1990 e 1999	134

Lista de Siglas e Abreviaturas

ATR *Annals of Tourism Research*

BN Biblioteca Nacional

CH&RAQ *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DGES Direcção-Geral do Ensino Superior

DiTeD Depósito de Dissertações e Teses Digitais

EUA Estados Unidos da América

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

GPEARI Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

HEIs Higher Education Institutions

ISCET Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

ISCTE Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa

IST Instituto Superior Técnico

JLR *Journal of Leisure Research*

JTR *Journal of Travel Research*

MCTES Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMT Organização Mundial do Turismo

RT&D Revista Turismo & Desenvolvimento

SEN Sistema Estatístico Nacional

TER Turismo em Espaço Rural

TM *Tourism Management*

TS *Tourism Studies*

- UAb** Universidade Aberta
- UAç** Universidade dos Açores
- UAlg** Universidade do Algarve
- UAve** Universidade de Aveiro
- UBI** Universidade da Beira Interior
- UC** Universidade de Coimbra
- UE** Universidade de Évora
- UL** Universidade de Lisboa
- ULusi** Universidade Lusíada
- ULuso** Universidade Lusófona
- UM** Universidade do Minho
- UMa** Universidade da Madeira
- UMo** Universidade Moderna
- UNL** Universidade Nova de Lisboa
- UP** Universidade do Porto
- UPort** Universidade Portucalense
- UTAD** Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- UTL** Universidade Técnica de Lisboa

Introdução

O Turismo em mudança

A saliência que o Turismo alcança no Mundo contemporâneo tem sido um mote reiterado pelos trabalhos que o elegem como objecto, dispensando grande elaboração adicional. Não obstante, o continuado crescimento verificado desde meados do século XX pode reputar-se nada menos que impressionante – seja em Portugal ou a nível mundial, tanto no que se refere ao número de turistas como em termos das receitas geradas – prevendo-se que assim continue nos anos vindouros mais próximos (Tabela i).

Tabela i: Evolução do Turismo, por chegadas internacionais e receitas

	Mundo		Portugal	
	Chegadas ¹	Receitas ²	Chegadas ¹	Receitas ²
1950	25,3	2,1	n.d.	n.d.
1960	69,3	6,9	n.d.	n.d.
1970	165,8	17,9	1,6	n.d.
1980	278,1	104,4	2,7	n.d.
1990	439,5	270,2	8,0	3,6
2000	687,0	481,6	12,1	5,2
2010*	1.006,0	1.500	13,6	n.d.
2020*	1.561,0	2.000	22,0	n.d.

Legenda: ¹ - 10⁶ - pessoas; ² - 10⁹ US\$ (preços correntes); n.d. - não disponível;

* - Estimativa.

Fonte: WTO (2000, 2001b, 2008); WTTC (2007)

Ainda assim, a contínua enfatização da evolução registada a nível quantitativo pode não estar senão a obscurecer uma mudança tanto ou mais significativa verificada no plano qualitativo: a um designado “turismo velho” (nascido no pós II Guerra Mundial e consolidado na década de 1970, caracterizado pela massificação tanto de produção, como do consumo), Poon contrapõe um “turismo novo” (Figura i), onde se afirmam cinco linhas de força (consumidores, tecnologia, técnicas de gestão, práticas produtivas e condições contextuais) (Poon, 1993: 85-87).

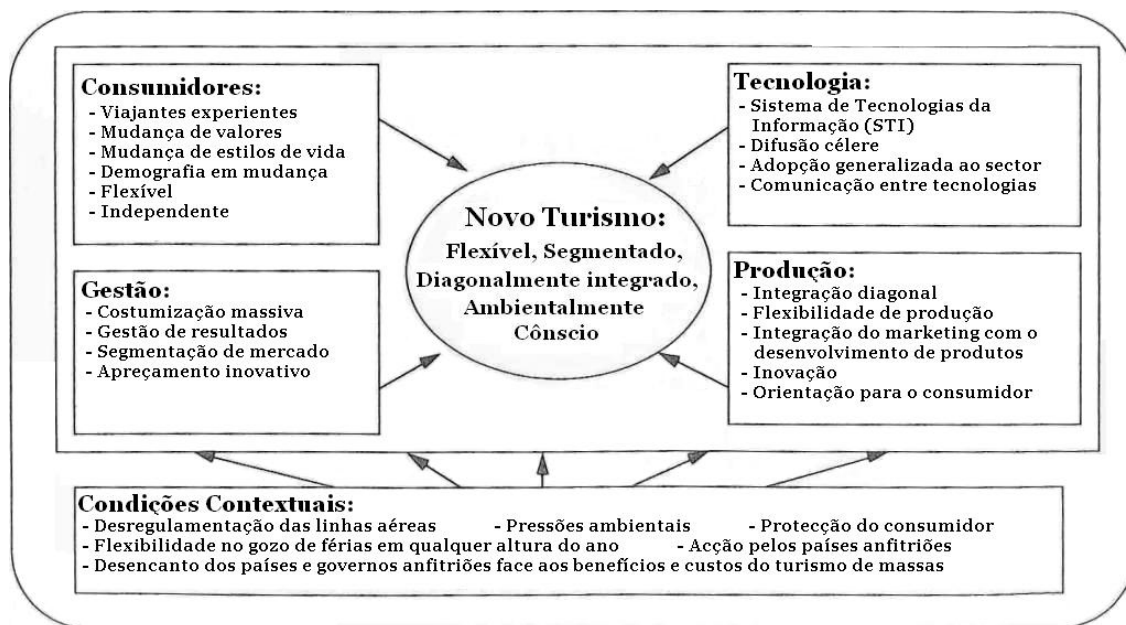


Figura i: Linhas de força do novo turismo

Fonte: Poon (1993)

Não se supondo que o “novo” Turismo substitua o “velho” – na verdade são pronunciados como complementares e até, eventualmente, mutuamente benéficos – as direcções sinalizadas por Poon devem ser consideradas enquanto pistas de mudança no Turismo, dos seus agentes e dos factores envolvidos (Poon, 1993: 85, 109).

Concomitantemente, reconhece-se um incremento na concorrência entre os destinos, cujas taxas de crescimento – outrora alimentadas por um mercado em expansão – evidenciam actualmente um declínio generalizado, tanto em termos de chegadas, como de receitas. Disso mesmo são sinal o aumento perene dos orçamentos das organizações nacionais de Turismo (boa parte deles para suprir os também acrescidos gastos promocionais) ou a proliferação de organismos nacionais ou regionais de Turismo ou de centros de negócios, exposições, convenções e eventos (Ritchie e Crouch, 2000: 1-2).

Sopram, portanto, ventos de mudança e alguma incerteza no Turismo, mesmo desprezando a influência de factores exógenos contemporâneos mais em voga (terrorismo e conflitos militares, crise económico-financeira ou alterações climáticas). E não obstante o Turismo parecer continuar a carecer do devido estatuto político, numa disparidade que desafia a lógica (Botterill, 2001: 208), a maior proeminência alcançada nas esferas económica e social tem vindo a alimentar uma procura crescente da formação pós-graduada específica (Botterill e

Gale, 2005: 477). É em resposta a este mesmo enquadramento que se afigura legítimo questionar sobre a situação nacional e, mais especificamente, responder à interrogação: que investigação tem sido desenvolvida em Portugal sobre Turismo?

A exiguidade de estudos ou publicações relacionados com esta matéria, constatada durante a pesquisa preliminar que antecedeu a opção pela presente temática e a definição do trabalho aqui concretizado, responde à exortação de Silva na edição inaugural da Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D):

“é necessário e urgente proceder-se a um inventário da investigação sobre o turismo português” (Silva, 2004: 13).

Relevância do estudo

A quem pode interessar o presente estudo?

Rejeitando-se à partida ambições desmedidas ou exercícios estéreis de argumentação, a questão levantada parece ser merecedora da devida ponderação:

academia no seu seio podem perspectivar-se vários potenciais interessados nos resultados almejados com o presente estudo:

instituições de ensino superior que assim reconhecem a respectiva contribuição, características e posição relativa (e dos respectivos membros) no contexto alargado do sistema de ensino superior nacional e no âmbito da situação internacional contemporânea da investigação sobre Turismo;

orientadores permitindo-lhes, desta forma, estimar a respectiva contribuição individual para o processo cumulativo do conhecimento sobre o Turismo, no seio de uma comunidade dedicada ao seu estudo, assim como aferir mais circunstanciadamente a relevância ou novidade de determinado tema ou abordagem que os respectivos orientandos prossigam e suscitar eventuais sinergias entre indivíduos ou instituições;

alunos e investigadores que agora passam a contar com mais um instrumento de suporte ao escrutínio prévio sobre a pertinência ou necessidade do seu projecto específico de pesquisa, bem como de um referencial sobre a preferência de certos orientadores, programas de estudos ou instituições por determinados assuntos ou abordagens.

entidades financiadoras da investigação vindo assim facilitada a fundamentação das respectivas opções de concessão de apoio, além de poderem rastrear a própria contribuição no domínio mais alargado da investigação turística;

sector turístico que assim passará a dispor de uma fonte de consulta quanto à investigação desenvolvida numa área ou assunto em concreto, tendo em vista a solução de problemas e necessidades específicas ou a identificação de entidades e indivíduos cuja associação interesse ponderar em iniciativas futuras;

Estado tendo em vista a definição de políticas e estratégias sectoriais, assim como a quota-parte que lhe cabe no incentivo à investigação e ao desenvolvimento do Turismo; e

sociedade em geral providenciando um retrato circunstanciado do “estado de arte” da investigação nacional na área do Turismo.

Perspectivam-se desta forma um conjunto apreciável de beneficiários potenciais a quem a presente dissertação pode não só revelar-se pertinente, mas até convir em situações concretas e objectivas.

Capítulo 1

O Turismo enquanto objecto de estudo

1.1 Introdução ao capítulo

O ponto de partida para a presente dissertação centra-se na procura de uma resposta à questão fundamental: o que é o Turismo?

Apesar de ilusoriamente óbvia, tal resposta pode não radicar num articulado convenientemente imediato, cómodo ou consensual. Antes pelo contrário, tende a despertar um conjunto de questões sucedâneas, nas quais se desdobra e cuja clarificação reclama: que realidade descreve o Turismo e o que é que representa? Como é composto e qual é a sua extensão? Que relação patenteia com outros domínios da actividade humana?

Mais do que mero revisionismo conceptual, este exercício ambiciona uma integração e actualização da perspectiva sobre diversas dimensões relacionadas com a natureza do Turismo. É a partir daqui que se prosseguirá para uma abordagem do conhecimento turístico – isto é, aquele que sobre o Turismo é gerado – em termos das suas essência epistemológica e extensão. A terminar, examinar-se-á ainda a construção desse mesmo conhecimento, salientando-se as contingências que impendem sobre tal empreitada.

Ainda que denote uma qualidade introdutória, este capítulo visa estabelecer um referencial contextual para os subsequentes capítulos de revisão temática e, sobretudo, erigir um marco operacional de orientação ao estudo empírico a desenvolver posteriormente.

1.2 Ontologia do Turismo

A compreensão acerca da essência das coisas constitui o propósito da ontologia, também enunciada como “a teoria ou o estudo do ser enquanto tal; *i.e.*, das características básicas de toda a realidade” (AA.VV., 1993b). Decorre desta definição a interpretação de uma ontologia do Turismo como o estudo das características básicas do Turismo, isto é, a identificação das entidades, classes, propriedades, predicados, funções e relações fundamentais à sua natureza. Distingue-se, assim, de uma qualquer abordagem etimológica¹, mais interessada na origem, formação e evolução das palavras, enquanto ramo da gramática.

Embora a pertinência de um discurso ontológico resulte, no presente trabalho, de um propósito operativo, a utilidade da conceituação do Turismo ultrapassa a imediatez mensurativa ou legal, transmitindo igualmente uma noção de propriedade e credibilidade a quem com ele lida (Cooper et al., 1993: 4). Em cumprimento do propósito anunciado, dar-se-á seguidamente conta, ainda que de forma não exaustiva, de algumas das proposições mais significativas e que maior notoriedade granjearam.

1.2.1 Conceitos de Turismo

O primeiro conceito de Turismo conhecido é atribuído ao economista austríaco Herman von Schullern zu Schrattenhofen, em 1911 (Barreto, 1995: 9):

“[Turismo] é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

Boa parte das definições que se lhe seguiram (Glucksman; Schwinck; Bormann; Morgenroth), propostas durante a primeira metade do século XX, relacionar-se-iam com esta ideia de movimento, enfatizando a superação de distâncias (Fúster, 1985: 23-4).

A Hunziker e Krapf deve-se a proposição de um enunciado mais estruturado, quando em 1942 o definiram como (apud Fúster, 1985: 24):

“o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária”.

¹Ver, a este propósito, Leiper (1983).

O reconhecimento do valor deste articulado ficaria patente na sua adopção pela Associação Internacional de Peritos Científicos do Turismo e outros autores que se lhes seguiram² destacariam igualmente a noção de relacionamento (Fúster, 1985: 24).

A introdução de uma dimensão académica neste debate remonta a Jafari, quando o definiu como (1977, apud Smith, 1988: 180):

“[...] o estudo do Homem fora do seu *habitat* quotidiano, do sector de actividade que satisfaz as suas necessidades e dos impactos que aquele e este produzem no meio sócio-cultural, económico e físico dos seus anfitriões”.

Leiper, por sua vez, partiu da análise dos enunciados existentes à altura, tendo identificado três orientações patentes nas diferentes conceituações do Turismo (Leiper, 1979: 392-5):

Económica que traduzia a sua importância económica e empresarial e era criticada por não reconhecer três elementos básicos do Turismo (humano, físico e temporal);

Técnica visando a mensuração e caracterização dos mercados turísticos (importante para o sector e para os governos), baseava-se em definições de turista posteriormente extrapoladas para o Turismo em geral; e

Holística que tentava captar a totalidade da sua essência.

Visando ultrapassar as insuficiências imputadas às proposições antecedentes e assim cumprir o desígnio holístico, Leiper propôs um conceito sistémico (Leiper, 1979: 403-4):

“[o Turismo é um] sistema que abarca as viagens discricionárias e a permanência temporária de pessoas fora do seu local habitual de residência por uma ou mais noites, exceptuando as deslocações efectuadas com o objectivo principal de obter remuneração nos pontos dessa rota. Os elementos do sistema são os turistas, as regiões geradoras, as rotas de trânsito, as regiões de destino e um sector turístico. Com características de um sistema aberto, a organização dos cinco elementos opera-se em ambientes mais amplos: físico, cultural, social, económico, político, tecnológico, com os quais interage”.

Já em Mathieson e Wall é possível testemunhar um crescente esforço de síntese da complexidade do Turismo num único enunciado, mas o acento tónico denuncia o envolvimento dos autores no estudo dos impactos (Mathieson e Wall, 1982: 1):

“O turismo é a movimentação temporária de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e residência, as actividades em que se envolvem durante a estada nesses destinos e as amenidades criadas para satisfazerem as

²Como Glucksman ou Bernecker (Fúster, 1985: 24).

suas necessidades. O estudo do turismo é o estudo das pessoas fora do seu habitat habitual, das actividades que satisfazem as necessidades dos viajantes e dos impactos que resultam no bem-estar económico, físico e social dos seus anfitriões. Engloba as motivações e experiências dos turistas, as expectativas e ajustamentos efectuados pelos residentes nas áreas receptoras e os papéis desempenhados por numerosas agências e instituições que os intermedeiam”.

No âmbito da proposição de um modelo de planeamento de base comunitária, Murphy equaciona o conceito nos seguintes termos (Murphy, 1985: 9):

“[...] resultado das viagens dos não-residentes (*turistas*, incluindo excursionistas) para áreas-destino, conquanto que a sua permanência não se transforme em residência permanente. É uma combinação de recreio e negócio”.

Smith, por seu turno, alertou para um deficiente reconhecimento do Turismo enquanto sector económico nas formulações anteriores: se algumas não enfatizavam essa natureza – porque provinham de áreas que não privilegiavam uma abordagem empresarial – mesmo as que o faziam dificilmente se articulavam com as convenções e padrões geralmente empregues noutras áreas. Segundo ele, as razões que o explicavam relacionavam-se com a (compreensível) desnecessidade de tal abordagem na maioria dos casos, mas também com algum desdém da comunidade académica em relação ao sector de actividade e respectiva classe profissional. Reciprocamente, aquela mesma comunidade (académica) granjeava uma reputação pouco abonatória entre decisores e líderes (tanto públicos, como privados) – ao olhos de quem se afigurava irrelevante (nomeadamente, em termos de performatividade) – o que justificava o reduzido apoio à investigação científica (Smith, 1988: 179-82).

Como solução para o problema, Smith defendeu o abandono das proposições conceptuais pelo lado da procura (por referência às características e motivações dos seus consumidores) em favor de uma definição pela óptica da oferta, isto é, incidindo nos bens e serviços produzidos: “O turismo é o conjunto de todos os negócios que providenciam bens ou serviços facilitadores de actividades de negócio, prazer ou lazer fora do ambiente domiciliário” (Smith, 1988: 183). Os bens e serviços referidos integram-se em seis categorias: i) alojamento; ii) transporte; iii) serviços associados às viagens; iv) serviços de alimentação; v) recreio/cultura/entretenimento; e vi) bens de consumo. O maior ou menor grau de incorporação destes bens e serviços nos consumos turísticos consubstancia a classificação dos respectivos ramos de negócio em dois conjuntos (Smith, 1988: 183-4):

Actividades do Tipo 1 estreitamente relacionadas com as necessidades dos viajantes, são exemplificadas pelas empresas de transporte comercial aéreo de passageiros e ex-

tinguir-se-iam se não existissem viagens (são, por isso, também denominadas como “características”); e

Actividades do Tipo 2 constituem actividades “mistas”, no sentido em que servem tanto os viajantes como os residentes (ex. restaurantes), que subsistiriam mesmo se não houvessem viagens (embora a um nível substancialmente inferior).

Por fim, merece consideração o conceito promovido pela Organização Mundial do Turismo (OMT)³, desde logo atendendo à importância granjeada pela instituição a nível mundial e sectorial (WTO, 2001a: 1):

“[o Turismo compreende] as actividades realizadas pelas pessoas no decurso das suas viagens e estadas em locais distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo não superior a um ano, para fins de lazer, de negócios e outros não relacionados com o exercício de uma actividade remunerada a partir do local visitado”.

Esta definição denuncia o seu pendor técnico na extrapolação da definição de turista, desenvolvida para servir de referência à colecta de dados estatísticos internacionais (Smith, 1988: 180):

“o termo ‘visitante internacional’ refere-se a qualquer pessoa em visita a um país que não aquele onde usualmente reside, mas fora do seu ambiente habitual, por um período não superior a 12 meses e cujo propósito de visita seja outro que não o de aí exercer uma actividade remunerada. Os ‘turistas internacionais’ (visitantes pernoitantes) referem-se aos visitantes internacionais que ficam uma noite em alojamento colectivo ou privado do país visitado.” (WTO, 1995: 29-30).

Apesar da abundância e diversidade verificadas, as diferentes proposições podem classificar-se de (Burkart e Medlik, apud Leiper, 1979: 393-4; Poria et al., 2003: 27):

Técnicas as que enfatizam a localização do sujeito (turista) num determinado espaço geográfico e temporal (por referência à sua residência habitual), evidenciando uma utilidade primordialmente mensuradora⁴, relacionada com uma aplicação estatística, legislativa ou sectorial; ou

Conceptuais as que, através de abordagens holísticas, identificam as características essenciais e impelem a um enquadramento teórico, permitindo distinguir o Turismo de fenómenos similares.

³Produto da Conferência de Otawa, realizada em 1991 (WTO, 2001a: ix).

⁴Podendo, no limite, especular-se sobre a possibilidade de englobar até o enunciado de Smith, embora fundamentado numa óptica pelo lado da procura.

No entanto, cada uma tende a denunciar - de modo mais ou menos explícito - o comprometimento dos respectivos autores (académicos, entidades públicas ou privadas), reflectindo percepções e interesses particulares e visando responder a necessidades e situações específicas (Smith, 1988: 179-80; Morley, 1990: 3). Deste modo, não constitui surpresa que a sua referência na linguagem corrente tenha vindo a prestar-se à imprecisão e à ambiguidade, representando uma variedade de significados consoante o posicionamento (Tribe, 1997: 639). Respondendo à necessidade de clarificação dos sentidos em que o termo é invocado, Tribe empregou a análise de diferenciação tipológica para distinguir entre (Tribe, 1997: 640):

- o Turismo enquanto **fenómeno do mundo externo** (material), frequentemente denominado como fenómeno turístico ou simplesmente Turismo, representado nas deslocações em férias ou de visita de amigos e familiares, por exemplo;
- o **estudo do Turismo**, que traduz um interesse de uma comunidade académica devotada à sua investigação e à construção de conhecimento; e
- a **educação e formação em Turismo**, que resulta do aparecimento de cursos sobre a matéria, em diferentes níveis.

Sendo, porventura, debatível a disjunção proposta entre o estudo e a educação e formação⁵, claramente se afirma o estudo do Turismo como o tópico central deste trabalho, representando a actividade de investigação científica e o conhecimento resultante da análise do fenómeno do mundo externo.

A finalizar, reconhece-se que a definição do Turismo (assim como de outros conceitos relacionados, como turista ou visitante) pode revelar-se um exercício problemático (Przeclawski, 1993: 10), revigorando advertências precedentes: “definir o turismo com exactidão é uma tarefa difícil, senão mesmo impossível” (Halloway apud Costa, 1996: 11). Que melhor evidência disso mesmo que a profusão, porventura excessiva (Smith, 1988: 180), de enunciados atrás exemplificada?

Em contraponto da conseqüente e compreensível “incomodidade” ao nível conceptual – cujas implicações ultrapassam o contexto académico e se repercutem na representação do sector económico associado – poder-se-á argumentar que tal desacordo (mesmo sobre questões fundacionais) pode ser interpretado como um sinal de maturidade e vitalidade, nomeadamente no domínio das ciências sociais (Weed, 2009: 625). É nesta mesma linha de raciocínio que Tribe apela ao reconhecimento e celebração da diversidade dos estudos sobre Turismo

⁵O próprio autor reconheceu a íntima ligação entre o estudo e o ensino (Tribe, 1997: 639).

(Tribe, 1997: 656). Como tal, a proposição de novas definições de Turismo, num campo já de si sobrepopulado, será de pouco interesse e o seu estudo prosseguirá independentemente da existência ou não de um consenso; quem o estuda deverá, isso sim, atender às diferenças entre elas (Morley, 1990: 6).

1.2.2 O Turismo no enquadramento do Lazer e do Recreio

Complementarmente à via proposicional, a exploração da natureza do Turismo pode ser aprofundada pela aproximação a outras actividades humanas – nomeadamente o Lazer e o Recreio – salientando similitudes, dissemelhanças e interacções (McIntosh et al., 1995: 15-6). A interligação entre os conceitos de Turismo, Lazer e Recreio é abordada por Costa, que dá conta de duas perspectivas conceptuais principais (Costa, 1996: 3-7):

Holística à luz da qual as situações de lazer são interpretadas como "estados mentais", envolvendo uma panóplia de processos cognitivos e afectivos que variam de pessoa para pessoa (donde resulta que a experiência advém do indivíduo e não necessária e unicamente de factores externos); e

Orgânica que contrasta o tempo de lazer com os tempos de existência (relacionado com a satisfação de necessidades fisiológicas) e subsistência (identificado com o exercício de actividades profissionais), imputando um carácter residual ("escapismo") às experiências de lazer ocorridas nestes últimos.

Reconhecendo as vantagens da via "orgânica" – mormente uma maior conveniência na sua delimitação e a focalização nas características mais relevantes – aquele autor propõe a seguinte articulação de conceitos (Costa, 1996: 2-7):

Lazer como um bloco de tempo discricionário e livre de obrigações (nomeadamente, trabalho);

Recreio como uma parcela do tempo de lazer que o indivíduo devota à expressão pessoal e ao reforço da sua auto-estima, pressupondo uma actividade; e

Turismo como uma forma de lazer relacionada com a visita e pernoita num local distinto do da sua residência habitual.

A Figura 1.1 traduz a tentativa de conciliação entre as perspectivas holística e orgânica integrando os conceitos anteriores, através da justaposição não exclusiva de situações (exemplificada pela realização de actividades turísticas num tempo identificado como de Subsistência).

Carr, por seu lado, projecta um *continuum* comportamental compreendido entre o Lazer e o Turismo (Figura 1.2), relacionando uma cultura turística (caracterizada por estilos de vida,

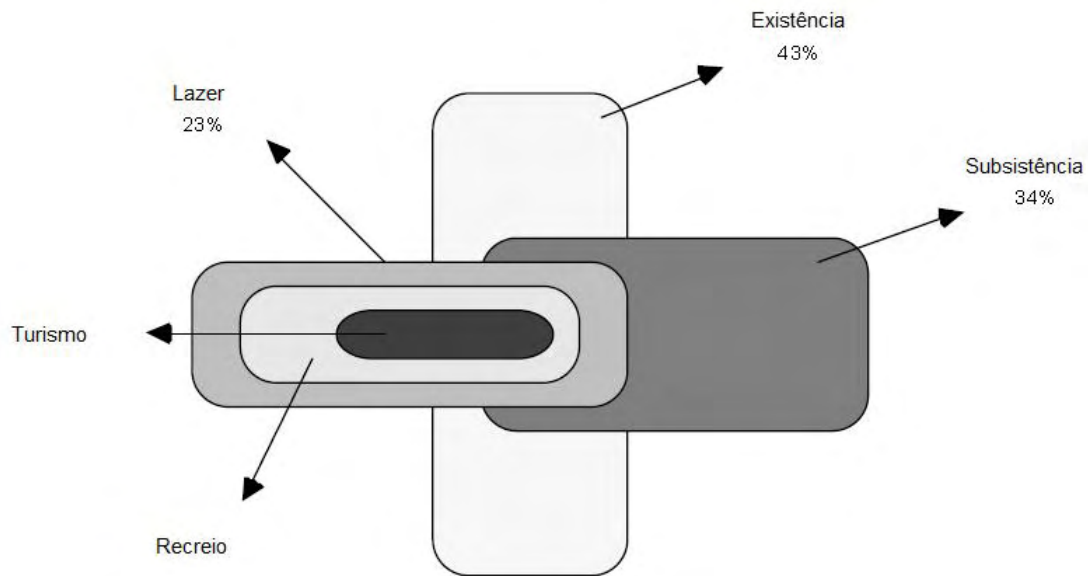


Figura 1.1: Lazer, Recreio e Turismo

Fonte: Costa (1996)

rituais, comportamentos e buscas extraordinários, frequentemente hedonísticos, a que os indivíduos se entregam em contexto turístico) com a cultura residual (hábitos e necessidades bem enraizados, característicos do ambiente domiciliário e não descartáveis, mesmo numa situação turística) (Carr, 2002).

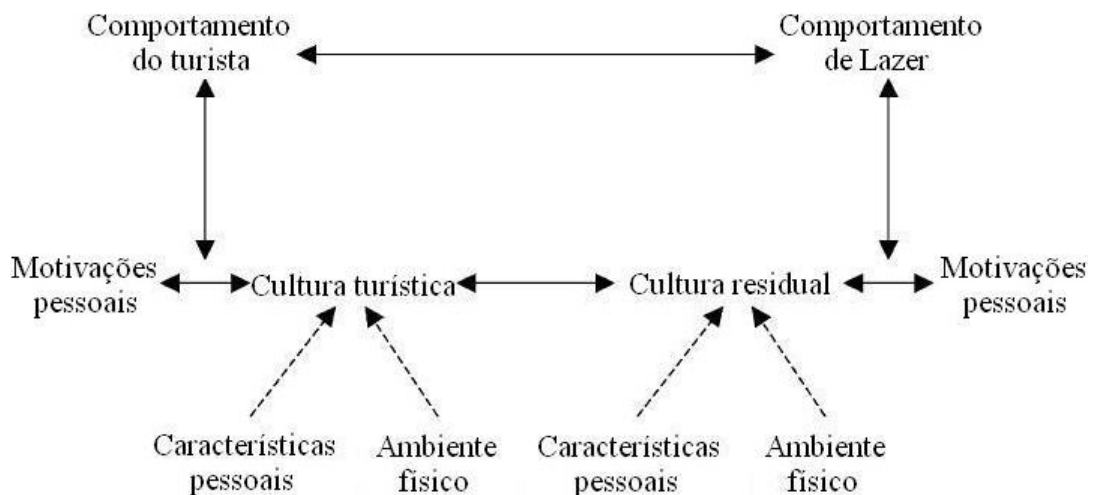


Figura 1.2: Um modelo do *continuum* Turismo-Lazer

Fonte: Carr (2002)

Mais recentemente, alguns defensores da perspectiva holística têm acentuado a refutação do carácter estático dos próprios conceitos de lazer, tempo e trabalho, associados a uma

era moderna, entretanto ultrapassada. O papel central do indivíduo na percepção do tempo como sendo de lazer (independentemente de o ser livre ou não. . .) é assim recuperado, pese embora ser-lhe (ao sujeito) cada vez mais difícil destriçar o tempo de trabalho daquele que o não é. A articulação dos conceitos de lazer, recreio e tempo livre (Figura 1.3) resulta na proposição de seis situações possíveis num contexto turístico (Poria et al., 2003: 28-9, 31-2):

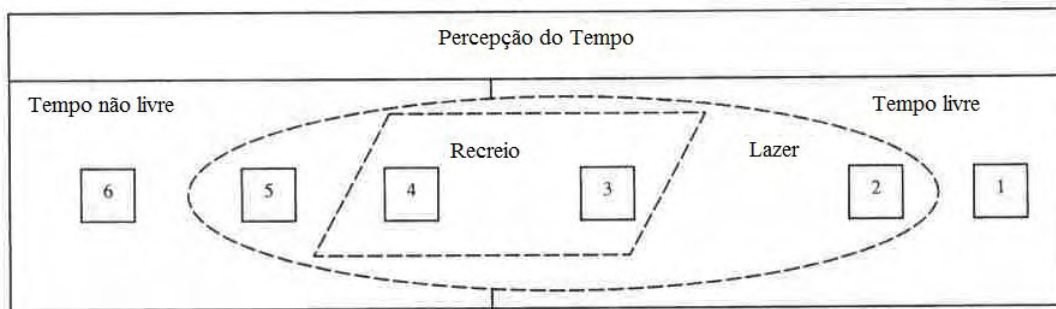


Figura 1.3: Relações entre Lazer, Tempo e Recreio

Fonte: Poria et al. (2003)

1. Actividade ocorrendo num tempo percebido como tempo “livre”, mas não considerado pelo indivíduo como de lazer, nem incluindo nenhuma actividade considerada de Recreio;
2. Actividade considerada de lazer que tem lugar num tempo “livre”, desprovida de actividade entendida como recreativa;
3. Actividade considerada recreativa, percepcionada como de lazer, no âmbito de um “tempo livre”;
4. Actividade recreativa ocorrida num tempo percebido como de lazer, mas “não livre”;
5. Actividade de lazer ocorrida num tempo “não livre”, não incluindo qualquer actividade recreativa, e
6. Actividade não recreativa, não percepcionada como de lazer, ocorrendo num tempo “não livre”.

Aparte do critério de percepção do tempo, decorre desta interpretação a existência de tempo livre que o indivíduo não qualifica de lazer, mas o reconhecimento que este tende a ocorrer naquele traduz-se num aparente (intencional) enviesamento do diagrama. Ainda assim, a identificação com o diagrama de Costa é evidente nas situações 2 a 5.

Embora preconizado na Figura 1.4, o enquadramento espaço-temporal do Turismo não concretiza a respectiva interligação com o Lazer e o Recreio.

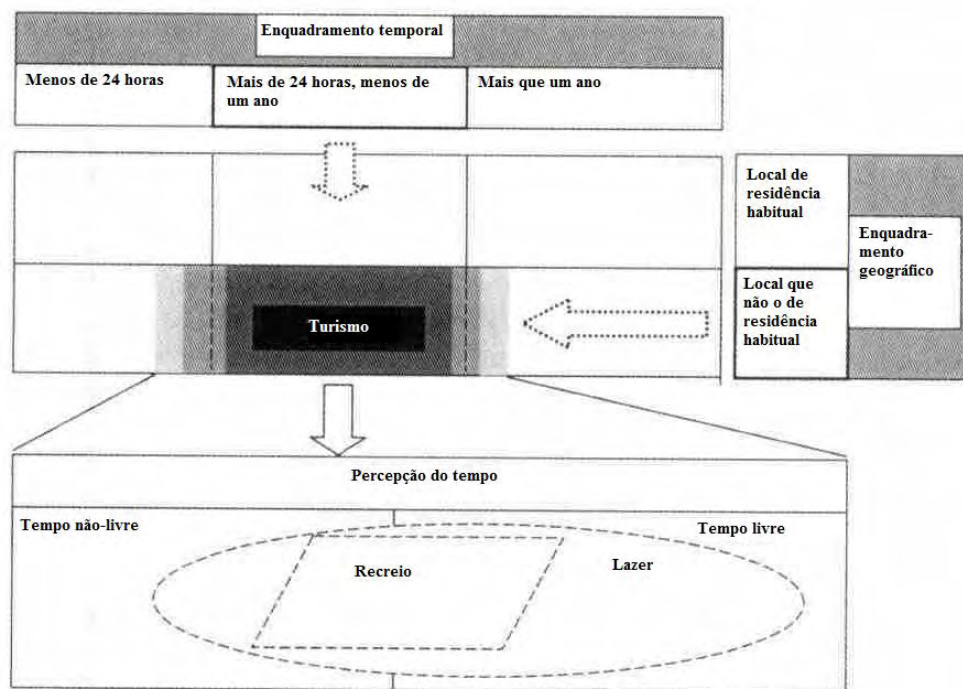


Figura 1.4: Relações entre os enquadramentos temporal e geográfico e o Turismo

Fonte: Poria et al. (2003)

Tal como verificado a propósito do conceito nuclear, constata-se que o próprio posicionamento do Turismo no contexto das actividades humanas é ainda objecto de questionamento académico, sem que aí se anteveja ainda qualquer via conciliatória.

1.2.3 O sistema Turismo

Aventada - de forma mais ou menos explícita – uma natureza sistémica da dimensão fenomenológica do Turismo nos conceitos anteriormente abordados, prossegue-se agora para a revisão da correspondente estrutura, incidindo na dinâmica relacional entre os respectivos elementos constitutivos. Como refere Inskeep, “[a] pesar de complexo, plurisectorial e fragmentado, o Turismo é e deve ser visto como um sistema singular, composto de elementos interrelacionados” (Inskeep, 1991: 22). Mill e Morrison reforçam-no, quando afirmam “[o] sistema [Turismo] é como uma teia de aranha - toca-se num ponto e as repercussões são sentidas em toda a parte” (Mill e Morrison, 1985: xix).

Imbuído de um intento sistémico, Leiper (1979) propôs um sistema do Turismo composto por turistas, regiões geradoras, rotas de trânsito, regiões de destino e um sector turístico, espa-

cial e funcionalmente relacionados, operando no contexto de ambientes mais vastos, com os quais interage (Figura 1.5). Trinta anos passados desde a sua apresentação, o modelo goza

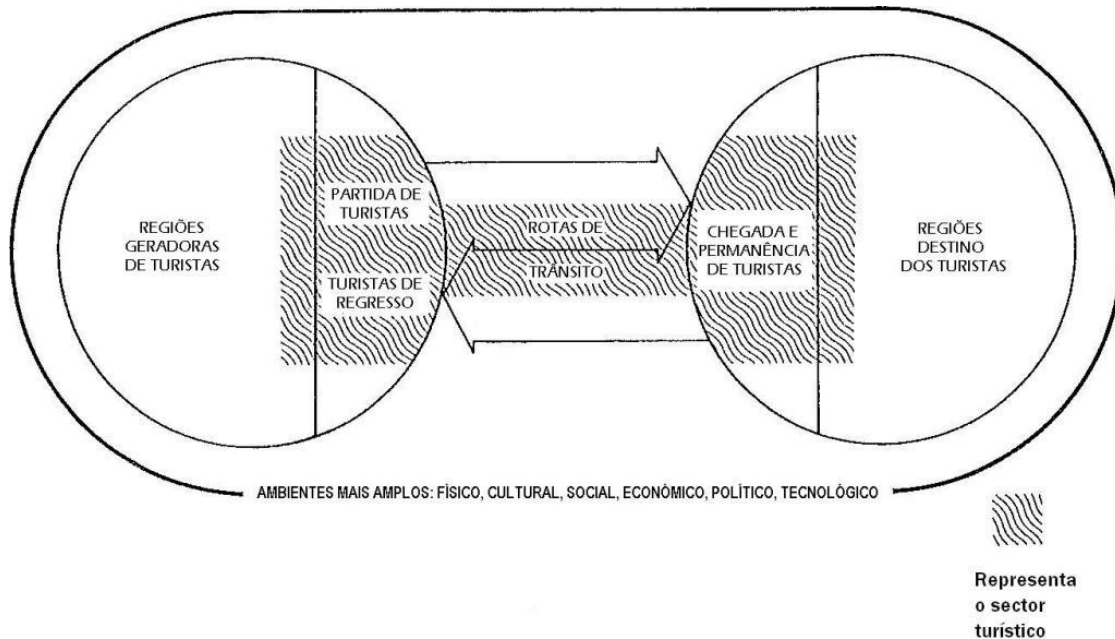


Figura 1.5: O sistema base do Turismo

Fonte: Leiper, 1979

de ampla notoriedade no meio académico, em boa medida graças à simplicidade e aplicabilidade patenteadas (Cooper et al., 1993: 4). No entanto, uma análise mais crítica indicia alguns aspectos menos conseguidos. Por um lado, a vertente espacial domina a representação e sugere uma percepção ambígua de fluxos⁶, promovendo as rotas de trânsito a uma condição “vital” (Leiper, 1979: 397). Não se encontrando, até ao momento, corroboração significativa para esta asserção – nomeadamente entre os autores mais proeminentes já mencionados – tal sucede em detrimento da centralidade do indivíduo (turista) em relação ao sistema. Por outro lado, o seccionamento vertical quer de regiões geradoras, quer de regiões de destino, não é aprofundado quanto ao seu significado⁷.

O enquadramento conceptual de Mathieson e Wall (1982) – estruturado com base em elementos dinâmicos, estáticos e consequentes, sequencialmente encadeados – atesta uma preocupação para com a consideração dos impactos resultantes da actividade turística em diferentes níveis (Figura 1.6).

⁶A representação de fluxos distintos presta-se à interpretação no sentido de um intercâmbio entre as regiões geradora e de destino, ao invés de um movimento circular dos indivíduos.

⁷Admite-se que pretenda realçar o serviço – pelo sector turístico – de outros mercados além do turístico, embora a sua representação sugira uma menor relevância.

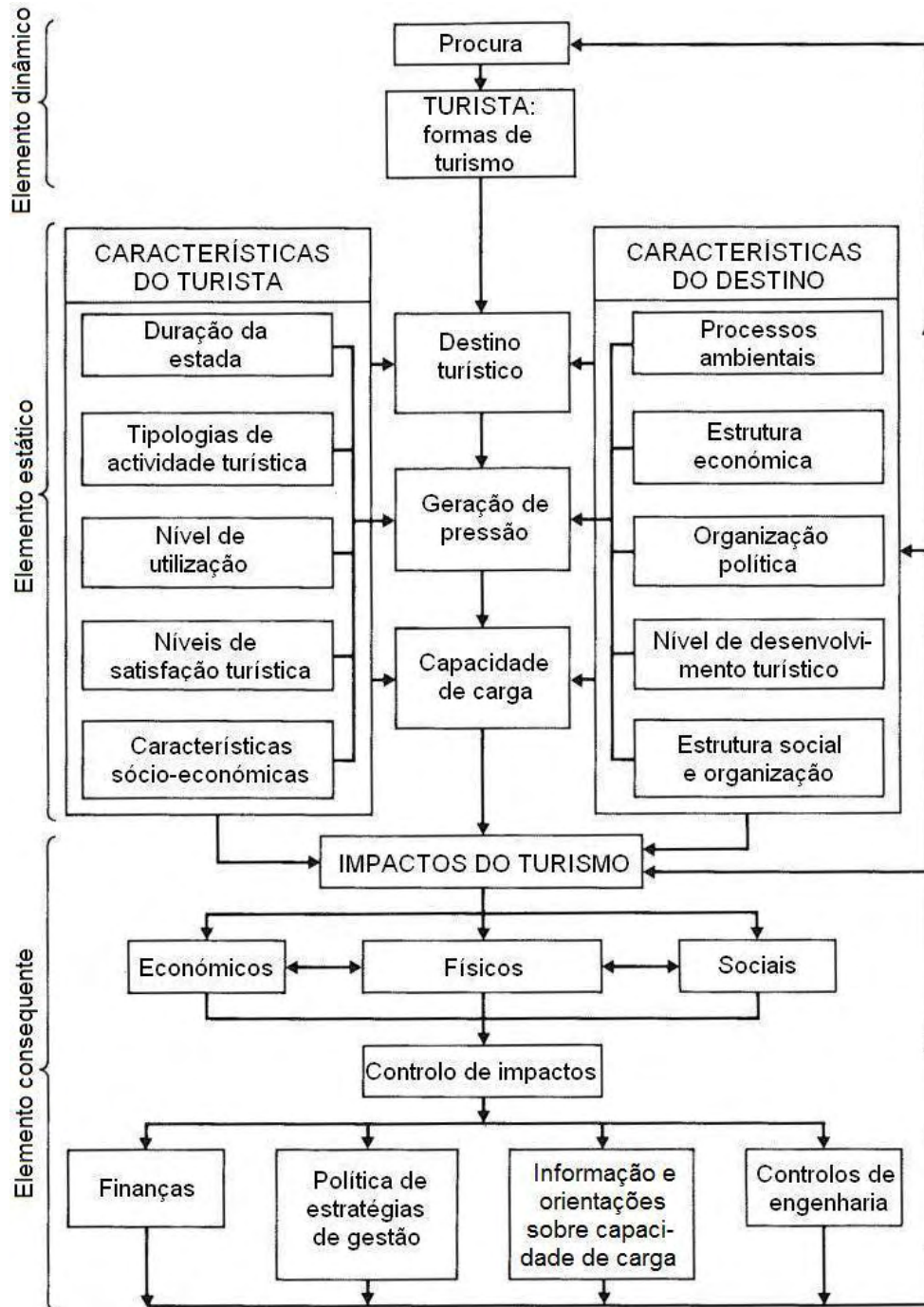


Figura 1.6: Enquadramento conceitual do Turismo

Fonte: Mathieson e Wall (1982)

A articulação deste modelo denota, ainda assim, alguma complexidade, sendo omissa quanto ao relacionamento com outros planos de enquadramento (conceptuais, fenomenológicos ou temporais, por exemplo).

Partindo de um modelo de comportamento de consumo, Mill e Morrison propõem o mercado, a viagem, o destino e o *marketing* (Figura 1.7) como os elementos fundamentais do sistema Turismo (Mill e Morrison, 1985: xviii). Como tal, o discurso articulado procede da linguagem

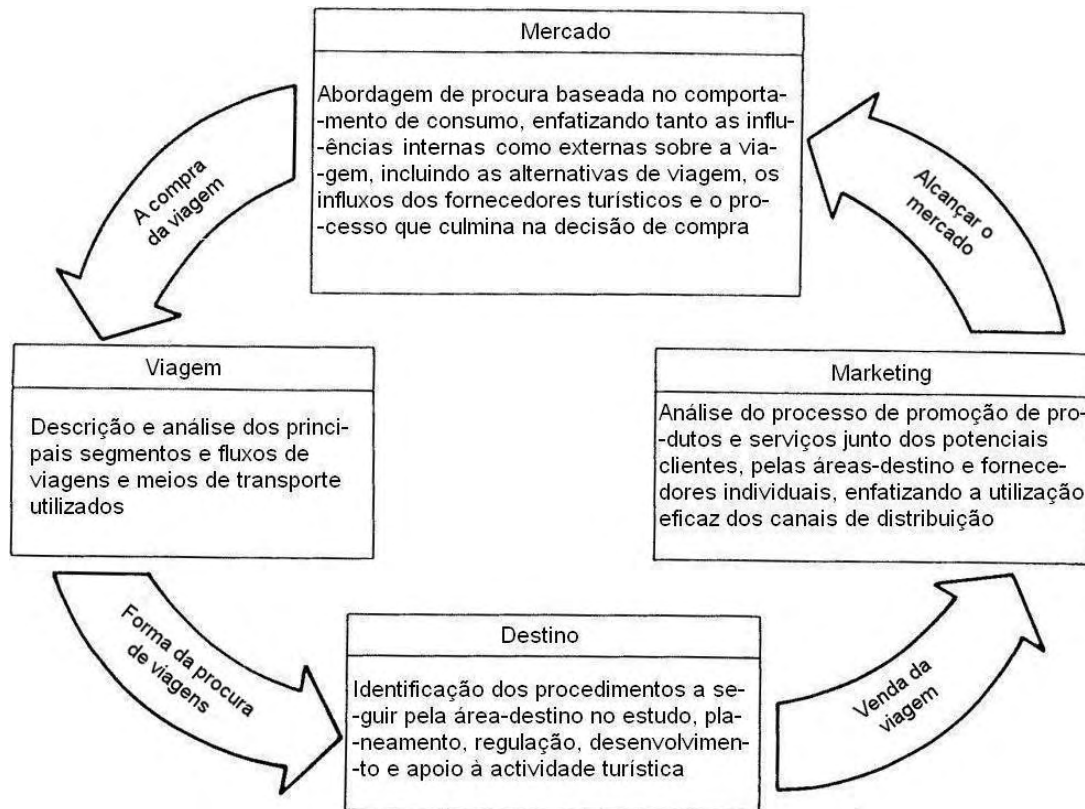


Figura 1.7: O sistema Turismo

Fonte: Mill e Morrison, 1985

do *Marketing* – ainda que numa aplicação turística – evidente no emprego de conceitos como decisão de compra, segmentos (de mercado) ou canais de distribuição. Consequentemente, o ciclo representado reflecte um processo de consumo, em vez da noção de deslocação temporária subjacente (porventura mais relevante). Adicionalmente, a posição do elemento *marketing* é questionável, se interpretado além da mera publicidade e precedente à própria decisão de compra ou profundamente influenciador desta.

Várias outras propostas provêm do contexto do planeamento turístico. É o caso da de Inskip (1991), que – num enquadramento natural e sócio-económico total – salienta os elementos a considerar na articulação de uma filosofia de planeamento turístico integrado e sustentável (Figura 1.8): atracções e actividades turísticas; alojamento; transporte; outros equipamentos e serviços turísticos; outras infra-estruturas; e elementos institucionais. Extendendo a noção de encontro entre oferta e procura, o modelo salienta a utilização das

atracções e equipamentos pela população local. No entanto, a natureza das relações entre os componentes é indefinida, elidindo também o respectivo âmbito espaço-temporal.

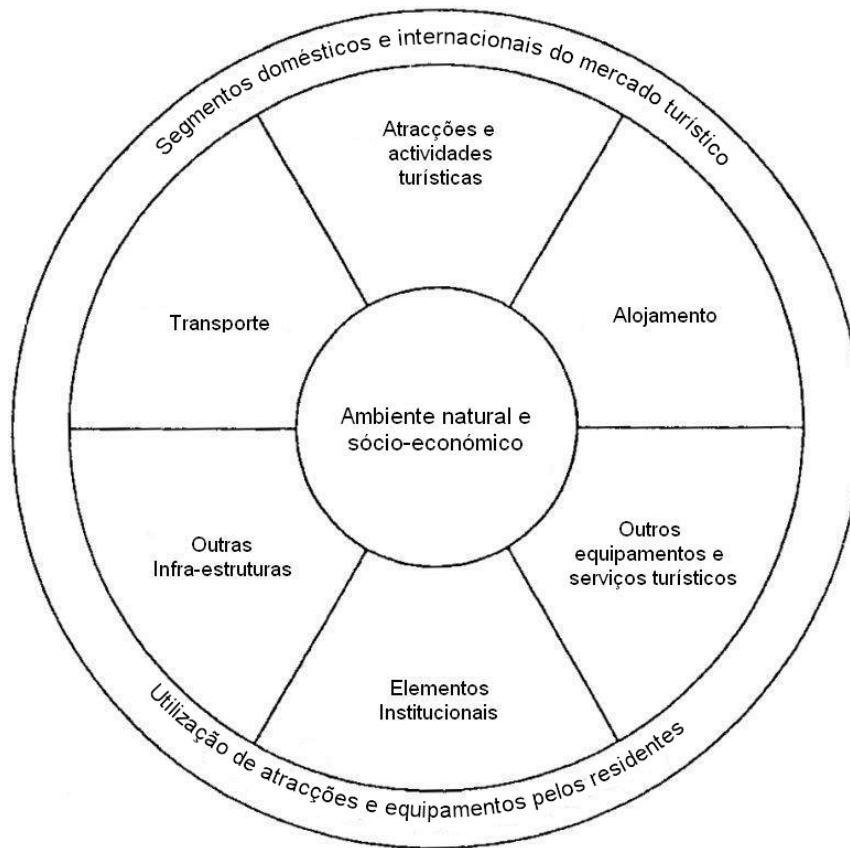


Figura 1.8: Componentes de um plano turístico

Fonte: Inskip, 1991

Por fim, Gunn (1994) também articula o sistema turístico em termos do binómio oferta-procura, associando a procura aos turistas e a oferta a cinco componentes funcionais (Figura 1.9): atracções, serviços, transporte, promoção e informação.

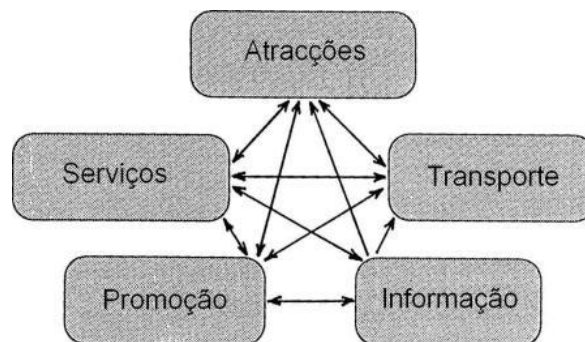


Figura 1.9: Componentes funcionais da oferta

Fonte: Gunn, 1994

Sobre estes elementos há a considerar a influência de factores externos (Figura 1.10): trabalho, empreendedorismo, comunidade, competição, políticas governamentais, recursos naturais, recursos culturais, liderança organizacional e financiamento.



Figura 1.10: Influências externas sobre o sistema Turismo

Fonte: Gunn, 1994

Não se contestando a validade dos elementos e influências arrolados⁸, esta representação do sistema turístico limita a interpretação ao encontro entre oferta e procura, omitindo os contextos espaço-temporal ou sociológico específicos em que tal processo se desenrola.

Revistos vários modelos do Turismo, suscita-se agora a viabilidade de uma esquematização sistémica alternativa, em linha com marcos teóricos mais actuais. Para o efeito, recorre-se a uma perspectiva foucauldiana sobre o Poder num contexto turístico. De acordo com Foucault, o Poder constitui-se num campo múltiplo e móvel de relações de forças, profundamente intrincado com o conhecimento; ultrapassa a mera noção de força como uma acção exercida por alguém sobre outrem, cristalizada num inventário de leis e regras formais. Esta conceptualização proclama-o omnipresente em todas as relações e instituições, no seio de uma rede de interacções onde os indivíduos não são detentores, mas veículos. Consequentemente, os papéis de dominador e dominado extinguem-se, para em seu lugar surgirem os de agentes⁹ e destinatários¹⁰, corporizados em contextos concretos. Neste sentido, a perspectiva individual é determinante, reflectindo a posição do interlocutor em causa: os agentes constroem-na ao observarem os destinatários; estes, por sua vez, internalizam-na em função da própria capacidade de observação. Adicionalmente, Foucault salienta o aspecto produtivo do Poder – complementar ao seu carácter repressivo – na criação de objectos, de prazer, do conhecimento e de discurso (Cheong e Miller, 2000: 374-8).

Para Cheong e Miller, a omnipresença do Poder na dimensão fenomenológica do Turismo

⁸Claramente fora do âmbito da presente discussão.

⁹Os responsáveis por fenómenos de repressão ou exclusão, exemplificados pela família, pais, médicos, etc.

¹⁰Os interlocutores subordinados numa relação de poder, como os reclusos, os loucos ou as crianças em instituições reformadoras, de clínica mental ou escolares.

é ofuscada pelo discurso sobre a respectiva importância sócio-económica e pela complexidade que caracteriza o sector que lhe está associado, devendo ser procurada nas micro-interacções turísticas. Subjacentes a estas interacções estão redes de relações caracterizadas pelo dinamismo e pela constante mudança, compostas por turistas, seus anfitriões e uma panóplia cada vez mais presente de mediadores. Ao turista cabe um papel predominantemente de destinatário, enquanto mediadores e anfitriões tendem a desempenhar o de agentes, construindo e influenciando a perspectiva daquele. Já a faceta produtiva do Poder no Turismo pode exemplificar-se em vivências turísticas desafiadoras e recompensadoras, ainda que apenas tangencialmente cónscias das influências que as condicionam (Cheong e Miller, 2000: 378-9, 382).

A representação sistémica agora proposta (Figura 1.11) é tributária do modelo de Leiper (1979), em reconhecimento das respectivas qualidades de simplicidade e clareza de figuração: alicerçado na dimensão fenomenológica do Turismo, o modelo descreve a dinâmica de funcionamento do sistema e as interacções entre os elementos componentes. Relativamente àquele, o diagrama agora avançado distingue-se pela representação do turista no seu ambiente habitual de vivência, em vez espaços ou segmentos de mercado mais ou menos uniformes (regiões geradoras), ainda que não contíguos. Embora a proposição de Leiper não

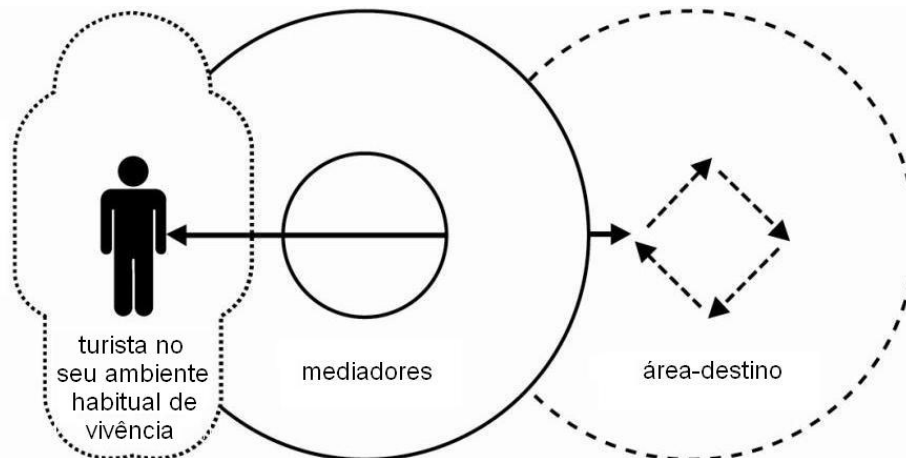


Figura 1.11: Representação sistémica da dimensão fenomenológica do Turismo

habilite à interpretação homogénea ou unitária daquelas regiões, a sua figuração ofusca uma acepção mais fundamental e característica, relacionada com a deslocação inerente (Morley, 1990: 7). Por conseguinte, o indivíduo (turista) é posicionado como unidade central e determinante do sistema, em concordância com a generalidade das definições de Turismo¹¹. Adicionalmente, a representação da deslocação subjacente é clarificada – porquanto a original

¹¹ Corroborado por vários autores (Leiper, 1979: 396; Jafari, 1995: 5; Framke, 2002: 101).

admitia uma percepção dos fluxos como um intercâmbio entre as regiões – para um movimento pendular dos indivíduos, considerando ainda a possível digressão destes enquanto na área-destino.

Para os efeitos da sistematização proposta, admite-se a conceptualização de turista supracitada, nos termos propostos pela OMT, aqui considerado no contexto do seu ambiente habitual de vivência. Este ambiente – persistentemente articulado com base apenas na distância (sem referência à frequência de visita ou a uma definição quanto aos lugares onde as actividades quotidianas ocorrem) – corresponde aqui à “delimitação geográfica na qual o indivíduo se movimenta na sua vida quotidiana” (WTO, 2001a: 14). Aqui, é representado com traço pontilhado no sentido de salientar a sua prevacente indefinição (Govers et al., 2008: 1068-9) e até a progressiva irrelevância numa era globalizada.

Quanto ao conceito de área-destino, as abordagens de cariz económico – que tendem a enfatizar (infrutiferamente...) a delimitação geográfica ou a composição estrutural¹² – são aqui preteridas em favor de uma abordagem sociológica (Framke, 2002: 105-6): nesta, o conceito é articulado como um local estruturado por processos e vivido através da prática social, cabendo a cada turista a definição do seu espaço turístico (quando visita um local). Assim, o destino concretiza-se em vários níveis geográficos, mas jamais claramente delimitado¹³. A partir de uma perspectiva de *marketing*¹⁴, Ashworth e Voogd entendem o destino como “o ponto de consumo do complexo de actividades que englobam a experiência turística” (Ashworth e Voogd, 1990: 6), destacando-lhe algumas particularidades em relação aos demais bens e serviços (Ashworth e Voogd, 1990: 7-9):

- constitui – simultaneamente – um produto e o “contentor” de uma selecção (e não uma soma. . .) de produtos;
- é o turista quem maioritariamente define a composição desse aglomerado, de entre a variedade disponível (dificultando a percepção, pelas organizações do destino, sobre o verdadeiro produto que é consumido);
- a natureza espacial do produto ressalta as discrepâncias entre o produto que é desenvolvido, promovido e gerido e, em última análise, consumido; e
- são espaços multi-comercializados, na medida em que as suas componentes podem ser comercializadas como produtos distintos para diferentes mercados, sem que tal resulte numa diminuição significativa da capacidade produtiva do fornecedor (pelo menos

¹²Patente em Georgulas (1970, apud Murphy, 1985: 7), Coltman (1989: 4), Holloway (1994: 5-6) ou Cooper et al. (1993: 80-1).

¹³Justificando, assim, a representação tracejada no diagrama proposto.

¹⁴Nomeadamente de locais e, mais concretamente, dos turísticos.

enquanto forem desprezáveis os conflitos entre os vários grupos de consumidores ou até determinado limite de capacidade).

Interposto entre o turista e o destino, figura-se um anel englobando os factores e entidades que permeiam o acto turístico primordial, conseqüentemente denominados mediadores. A articulação de diferentes dimensões ou leituras (económica, cultural, sociológica, de *marketing*, política, administrativa, ambientalista, etc.) do diagrama proposto entrevê a possibilidade de diversas combinações de interlocutores, entre os quais o sector turístico (como atrás definido por Smith) se afirma apenas como o mais característico. A sua figuração – não necessariamente interna ou externa quer ao ambiente habitual de vivência do turista, quer ao destino – pretende traduzir a correspondente pluralidade de possibilidades de proveniência ou intervenção destes mediadores¹⁵, comprometidos com uma diversidade de agendas de interesses (Riley, 2002: 1). A ampliação do espectro das modalidades turísticas a práticas emergentes, como o *couchsurfing*¹⁶, ilustra a ausência de mediadores formais ou convencionais.

Pese embora a eventual subjectividade associada a tal intento, julga-se adequada uma reflexão quanto aos méritos e insuficiências patenteados pela representação proposta. Pelo lado positivo, destaca-se a transcendência de especificidades técnicas – nomeadamente do foro estatístico (ex.: período de ausência, distância percorrida ou motivações de viagem) – em benefício de uma perspectiva mais conceptual, centrada na noção nuclear de deslocação temporária e voluntária (Przeclawski, 1993: 10-1). Por outro lado, o modelo proposto proporciona-se a diferentes leituras dimensionais (económica, social, cultural, etc.), não obstante à articulação com diversos outros conceitos e modelos basilares actuais (ambiente usual do turista, áreas-destino, ciclo de vida de áreas-destino, sector turístico, produto turístico, *continuum* Lazer-Turismo, etc.). Finalmente, há ainda a considerar a identificação da representação proposta enquanto sistema adaptativo complexo – nos termos articulados por Baggio (2008) – reflectindo boa parte das características atrás mencionadas (não-determinismo, ciclos de retroacção, natureza dispersa, emergência/auto-organização, auto-similaridade ou decomponibilidade limitada).

Ainda assim, importa também perspectivar aquilo que o modelo proposto não consegue proporcionar, as suas imprecisões e as suas lacunas. Tal é o caso da figuração da experiência turística não integrada num contexto temporal de Lazer, ainda que se possa argumentar

¹⁵Desde conglomerados empresariais que operam em vários mercados – tanto no ambiente habitual do turista, como no destino – como factores externos a qualquer um deles (ex.: conflitos armados, crises de saúde pública ou fenómenos modísticos).

¹⁶Comunidade em linha que promove o intercâmbio sócio-cultural através da disponibilização graciosa e não-formal de acolhimento em viagem.

da correspondente simultaneidade durante a permanência no destino. Por outro lado, a representação do sentido do fluxo admite, no limite, uma percepção errónea do ponto de partida da deslocação (a partir do destino, em vez do ambiente habitual de vivência do turista). Porventura ainda mais relevante será a inexistência de uma menção explícita relativamente às motivações subjacentes à movimentação, particularmente relevantes na distinção do Turismo relativamente a outras modalidades de deslocação humana. Por fim, a característica multifuncionalidade das áreas-destino não encontra tradução concreta no diagrama avançado, em benefício da desejada legibilidade.

1.3 Epistemologia do Turismo

Reconhecida a existência de uma acepção do Turismo relacionada com o seu estudo e com o conhecimento daí resultante, coloca-se a questão de saber o que tal representa, ou seja, o que constitui o conhecimento turístico, sendo esta uma questão epistemológica. A epistemologia – também nomeada como filosofia da ciência – representa o estudo da origem, natureza e limites do conhecimento humano, isto é, é a teoria do conhecimento e da sua validade (AA.VV., 1993a; AA.VV., 2009). Consequentemente, a epistemologia do Turismo estuda o conhecimento turístico, a sua validade e extensão, os conceitos utilizados e a sua categorização, e a sua importância advém de (Tribe, 1997: 640):

- i. promover a revisão sistemática do que é conhecimento turístico legítimo (num sentido do controlo de qualidade); e
- ii. contribuir para a delimitação dos estudos turísticos, ainda não consensualizada.

Entre as questões que têm povoado o debate epistemológico do Turismo, destacam-se algumas pela abrangência e perseverança:

- i. Como qualificar o estudo do turismo?
- ii. Qual é a validade do conhecimento produzido?

1.3.1 A questão disciplinar do Turismo

O aceso debate que entre académicos tem tido lugar (sobre assuntos metodológicos, orientações de pesquisa e abordagens ao estudo do Turismo) tem sido revelador de uma significativa cisão, entre os que o defendem como uma disciplina distinta (“turismologia” ou “turologia”) e os que o concebem como não mais do que uma área de especialização no actual universo disciplinar (Echtner e Jamal, 1997: 869). Os primeiros sustentam que este objecto de estudo é demasiado complexo para poder ser convenientemente abordado por uma única disciplina, porquanto as existentes se revelam incapazes de o apreender como

um todo, centrando-se em aspectos particulares; a fragmentação daí resultante obsta ao seu desenvolvimento e aprofundamento teórico, alimentando um debate incessante acerca das respectivas definições, âmbito e enquadramento (Graburn e Jafari, 1991: 7-8; Leiper, 1981: 82). Os seus opositores contrapõem que a insuficiência teórica não é transitória, mas inerente, pelo que é irrealista aspirar a um marco teórico próprio; daí admitirem como plausível (leia-se provável...) que a investigação nesta área continue a pautar-se pelo dinamismo, pela diversidade e até pela conflitualidade; conseqüentemente, defendem a necessidade de mais investigação interdisciplinar para ultrapassar os problemas conceptuais e metodológicos (Dann et al., 1988: 2; Echtner e Jamal, 1997: 870).

Como reconhece Tribe, a atractividade da promoção do Turismo a um estatuto disciplinar reside na (ansiada) resolução de alguns problemas epistemológicos: por um lado, dotá-lo-ia de um referencial e instrumentos próprios para o desenvolvimento de conhecimento (turístico) “sólido”; por outro lado, facultar-lhe-ia a possibilidade de se referenciar internamente (no âmbito de uma disciplina própria), garantindo um controlo mais eficaz da qualidade do conhecimento produzido; e, não menos importante, permitiria-lhe-ia o ombrear dos seus académicos com os demais, no seio da comunidade científica. No entanto, tal conveniência não se concretiza¹⁷ quando invocadas as condições de classificação das formas de conhecimento (disciplinas) enunciadas por Hirst (Tribe, 1997: 642-4):

- i. Uma disciplina constitui-se de um conjunto de conceitos inter-relacionados e particulares;
contudo, os conceitos articulados sobre Turismo dificilmente lhe são específicos, provindo de outras áreas, a partir das quais foram contextualizados numa dimensão turística;
- ii. Os conceitos de uma disciplina formam uma malha que lhes dá uma estrutura lógica distintiva;
no entanto, os conceitos turísticos são atomizados e não formam uma malha distintiva, uma estrutura lógica de inquirição do mundo; têm de ser interpretados na lógica de uma outra qualquer disciplina geradora e a sua única característica comum assenta no seu objecto de estudo (o Turismo);
- iii. Cada disciplina contém expressões ou proposições testáveis através de critérios que lhe são próprios;
nos estudos turísticos não existem tais expressões ou enunciados, muito menos critérios de validação (pelo contrário, para o efeito recorre às disciplinas contribuintes);
- iv. As disciplinas são irreduzíveis, constituem os blocos elementares (embora divisíveis);
mas os conceitos turísticos só são redutíveis noutras formas de conhecimento.

¹⁷ Asserção refutada por Leiper (2000) e novamente reiterada por Tribe (2000).

Fragilizada a sua ambição disciplinar (ou mesmo subdisciplinar), o Turismo carece de unidade teórica ou conceptual interna, dependendo de outras disciplinas. Esta constatação vê-se reforçada mesmo quando considerados critérios “alternativos” (sinais/evidências) (Tribe, 1997: 644-5):

- A existência de uma comunidade académica particular (de reduzida expressão) não obvia a que os seus membros provavelmente se identifiquem mais com outros com quem partilhem um percurso disciplinar ou funcional similar, do que numa comunidade do Turismo;
- A rede de informação académica sobre Turismo denota uma reduzida coesão ao nível dos títulos periódicos, sendo possível distinguir entre os que evidenciam uma forte orientação para a vertente empresarial associada e os que se pautam por abordagens mais ecléticas;
- A brevidade do estudo do Turismo (fundamentalmente desde a década de 1970) não permite entrever qualquer tradição unificadora;
- Face à amplitude do Turismo, dificilmente se concebe a existência de um conjunto de valores partilhados entre os membros da respectiva comunidade académica.

A consideração do Turismo como uma ciência implica uma reflexão distinta: embora proporcione um exame sistemático à validade do conhecimento, o método científico vê a sua aplicabilidade limitada à fracção do mundo fenomenológico que admite avaliação sistemática, quantitativa; a sua assunção como principal método de pesquisa do Turismo resultaria na exclusão de uma parte significativa daquele mundo fenomenológico que é suposto analisar (Tribe, 1997: 646-7).

Por seu lado, os campos de estudos relacionam-se com o mundo fenomenológico de modo distinto do das disciplinas (Tribe, 1997: 647, 649): enquanto uma disciplina assenta em conceitos, no conhecimento construído e numa metodologia própria para perscrutar o mundo externo, os campos de estudos centrem-se num determinado fenómeno ou prática, para cujo estudo convocam as disciplinas pertinentes; enquanto as disciplinas constituem um corpo coeso de teorias, conceitos e métodos, os campos de estudos socorrem-se das várias formas de conhecimento que contribuam para o elucidar o seu objecto. Este (campo de estudos) focaliza-se no objecto, enquanto aquela (disciplina) se apresenta como um modo de estudo particular. É neste pressuposto que Tribe reformula o modelo de Jafari e Ritchie (1981), propondo dois campos no estudo do Turismo (Figura 1.12):

Campo 1 dos estudos turísticos (C1): claramente identificável como o dos estudos empresariais do Turismo, tem conquistado maturidade e definido o seu próprio espaço;

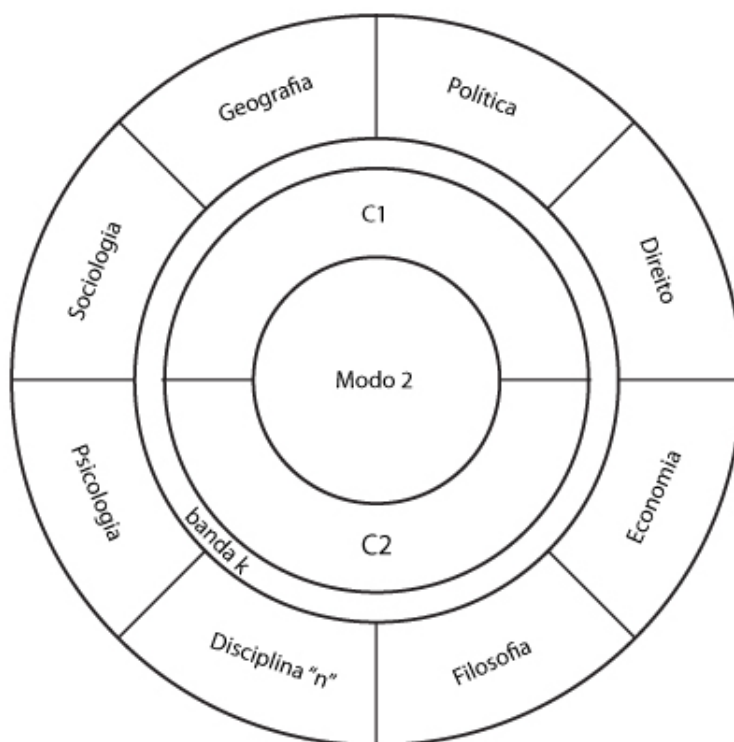


Figura 1.12: A criação do conhecimento em Turismo

Fonte: Tribe (1997)

assemelha-se a outros estudos empresariais e engloba o *marketing*, a estratégia empresarial, o direito e a gestão aplicados ao Turismo;

Campo 2 dos estudos turísticos (C2): constituído pelos restantes estudos (não-empresariais), que não denotam um propósito tão óbvio e carecem de um enquadramento mais unificador do que a mera relação turística; aglutina áreas como o estudo dos impactos ambientais e sociais, percepções e capacidade de carga em meio turístico.

Ainda assim, a divisão entre estes campos não é de todo estanque, verificando-se alguma sobreposição entre eles (ex. impactos ambientais). Conjuntamente definem um **Modo 1** de produção do conhecimento – aquele que é gerado num contexto disciplinar (representado no anel mais externo da figura) – que é essencialmente cognitivo, sendo característico do universo académico. Entre as disciplinas e os campos de estudo situa-se uma área ('banda k') através da qual os conceitos e as teorias do Turismo são "destilados"¹⁸, isto é, onde o conhecimento turístico é criado. Esse conhecimento é, primeiro de tudo, **multidisciplinar**, no sentido em que cada uma das várias disciplinas projecta a sua abordagem particular sobre a realidade, através de metodologias próprias de construção e validação do conhecimento. Mas

¹⁸ Ênfase do autor desta dissertação.

é também **interdisciplinar**, na medida em que diferentes disciplinas se associam, naquela banda, para a construção de novas perspectivas de análise do mundo externo do Turismo, transcendendo as respectivas terminologias ou metodologias específicas. Disso é exemplo o Campo 1, que constitui um *cluster* de actividade interdisciplinar, para cuja edificação contribuem tanto as disciplinas¹⁹ como a prática dos mundo dos negócios (Tribe, 1997: 649-51).

Adicionalmente, há a considerar um **segundo modo** de produção do conhecimento, não enraizado numa matriz disciplinar, nem institucionalizado em organizações académicas. Fundamentalmente, resulta da actividade dos sectores de negócios associados, entidades governamentais, grupos de reflexão ou de representação, institutos de pesquisa e empresas de consultoria, incluindo também o desenvolvimento e aplicação de tecnologias da informação. É denominado **extradisciplinar** porquanto tem lugar fora do contexto tradicional (académico), não sendo comunicado em publicações científicas, nem procurando o reconhecimento científico. Tem vindo a desenvolver uma epistemologia própria – assente na capacidade de resolução de problemas, na melhoria da eficiência de custos e na construção de vantagens competitivas – com resultados frequentemente contextualizados em projectos muito concretos (Tribe, 1997: 651-2).

Por outro lado e elaborando a partir de uma perspectiva Kuhniana, Echtner e Jamal (1997: 875-6) aproximam-se da posição de Tribe, situando os estudos turísticos numa fase pré-paradigmática: disso são sinal as persistentes contendas sobre conceitos nucleares, como os de Turismo e turista, bem como os incessantes debates sobre as metodologias mais apropriadas à sua abordagem. Adicionalmente, referem, há a considerar uma situação de **incomensurabilidade** entre paradigmas²⁰ concorrentes, de onde advém uma incapacidade de comunicação entre perspectivas conflituais ou até mesmo incompatíveis. Esta situação coloca desafios praticamente insuperáveis ao devir de uma disciplina “turística”, que necessitaria da combinação e síntese entre paradigmas e pesquisa de diferentes áreas disciplinares. Assim, afigura-se mais provável que o Turismo continue ancorado como uma área de estudo em cada disciplina, na qual figure um tópico especializado de investigação.

No entanto e como alertam estes autores, o principal impedimento ao desenvolvimento teórico do Turismo pode residir não na referida incomensurabilidade, mas na inadequação do posicionamento filosófico dominante e da abordagem metodológica: num processo similar ao das ciências sociais (reputadas por alguns de primitivas e subdesenvolvidas), a evolução

¹⁹Ex.: *Marketing*, finanças e planeamento empresarial.

²⁰Matrizes disciplinares compostas por uma variedade de crenças, valores, técnicas, modelos e exemplos partilhados, utilizados na definição de questões, metodologias, técnicas e padrões de investigação particulares.

do Turismo pode também encontrar-se condicionada pelo apelo à cientificação e à adesão a métodos positivistas, tradicionais. Esta “tirania do método científico” (físico/naturalista) foi contestada por Bernstein, defendendo que este (método) não goza de aplicabilidade universal a todas as formas de conhecimento. Neste sentido, a incomensurabilidade pode até servir à incitação da compreensão, na medida em que é o debate e não a unanimidade que se pretende; as abordagens alternativas servem à transposição das fronteiras disciplinares e ao desenvolvimento de percepções mais profundas e abrangentes. Assim, o progresso do estudo do Turismo só terá a beneficiar com adopção de abordagens metodológicas alternativas, como a hermenêutica (Echtner e Jamal, 1997: 877-8).

Consequentemente, Echtner e Jamal (1997: 879) advogam uma abordagem interdisciplinar consciente das questões metodológicas e epistemológicas que afectam a integração dos diversos desenvolvimentos teóricos e que tanto enriquecem como dificultam o estudo do Turismo. Diferentes questões de investigação reclamam abordagens metodológicas diferenciadas e a avaliação da pesquisa deverá levar em consideração os compromissos metodológicos, ontológicos, metafísicos e axiológicos que representam, bem como os objectivos sociais e cognitivos servidos. Atendendo ao significativo conteúdo comportamental e à diversificada natureza do Turismo, tanto metodologias qualitativas como quantitativas devem ser admitidas e o desenvolvimento (disciplinar) deverá contemplar (Figura 1.13):



Figura 1.13: Algumas dimensões-chave na evolução dos estudos turísticos

Fonte: Echtner e Jamal (1997)

- i. uma investigação holística e integrada;
- ii. a construção de um corpo de conhecimento teórico;
- iii. uma focalização interdisciplinar;

- iv. a clarificação teórica e metodológica; e
- v. a utilização de abordagens metodológicas diferenciadas.

Em todo o caso, o desenvolvimento disciplinar do Turismo é incerto e improvável, apesar de alguns sinais atestarem sobre o seu desenvolvimento²¹. Adicionalmente, a sua concretização levantaria outros problemas fundamentais, como o respectivo “alojamento” entre as restantes disciplinas ou o modelo a adoptar na definição de cursos na área.

1.3.2 A ‘verdade’ do Turismo

Igualmente pertinente é a interrogação epistemológica relativamente à validade do conhecimento turístico. Articulado uma abordagem construcionista social, Tribe (2006) enfatiza a pré-existência da linguagem, dos conceitos e das regras disciplinares relativamente à investigação produzida. Recorrendo aos conceitos de poder e produção, invoca a noção de um campo de forças que influencia a verdade que é construída. Aplicado ao Turismo, o conceito refere-se ao conjunto de factores que medeiam o processo através do qual o mundo fenomenológico do Turismo é traduzido no seu conhecimento (Tribe, 2006: 361-75):

Indivíduo Sistemáticamente reprimido na pesquisa positivista, o papel do sujeito não pode ser ignorado sem prejuízo do conhecimento resultante, que – consequentemente – tende a veicular um carácter primordialmente patriarcal, hegemónico, descorporalizado, masculinista, heterossexual, eurocêntrico, caucasiano e de classe média, tanto por quem o cria, como pelos destinatários preconizados;

Regras Na construção do conhecimento, as regras constituem convenções às quais os investigadores aderem e nas quais trabalham; podem provir das disciplinas, num “parquialismo” literalmente disciplinador da percepção e da construção do conhecimento, funcionando como um filtro de toda a realidade e incapaz de ver além das questões internas (a cada disciplina); ao contrário dos paradigmas – que, num contexto pós-moderno, carecem de poder explicativo – as tradições representam agrupamentos mais frouxos de regras, alicerçando-se no trabalho precedente e, contrariamente àqueles, podem coexistir livremente, porque são mais permeáveis e adaptáveis; enquanto conjuntos de afirmações que providenciam uma linguagem para debater um tópico concreto, num determinado momento histórico, as formações discursivas legitimam o que é considerado ou não como conhecimento; por fim, há que considerar a influência do método (positivista ou interpretativo), nomeadamente pelo seu posicionamento epistemológico, e respectivos critérios de validação;

²¹ Proliferação da publicação de manuais académicos e publicações periódicas, aparecimento de organizações profissionais e oferta formativa específica.

Posição Relativamente ao posicionamento do investigador em termos geográficos, institucionais, académicos ou até culturais, importa reconhecer como forças activas:

- o etnocentrismo, envolvendo a apologia do grupo étnico ou cultural em que o sujeito se insere, à custa dos restantes e que questiona a capacidade efectiva de afirmação do subalternizado (ex. metropolitanismo);
- já o departamentalismo realça os efeitos organizacionais na investigação, através da disposição de tempo e fundos e da submissão a estratégias concretas;
- a localização dos investigadores em comunidades (tribos) académicas repercute-se em padrões de conduta aceitável, regras, normas e hierarquias que permeiam os clãs disciplinares (particularmente evidente na ocupação das cátedras, cargos editoriais, convites como oradores especiais, lugares de júri na atribuição de bolsas e estruturas de avaliação, consultores científicos e direcção de associações representativas);

Propósitos O questionamento sobre os propósitos do conhecimento passa pela consideração dos respectivos destinatários, do seu financiamento e das suas utilizações, apelando às noções do comodificação e performatividade:

- a comodificação da investigação traduz o seu acondicionamento em resposta às necessidades de mercado, assumindo particular relevância em instituições que procuram a auto-suficiência financeira; neste contexto, a investigação turística expressa um interesse técnico²², ironicamente assimétrico (ao internalizar as prioridades e perspectivas do sector que não lhe reconhece mérito), vislumbrando apenas pequenas partes do fenómeno;
- a performatividade aprofunda a comodificação, favorecendo o conhecimento com valor de troca que justifique o investimento em investigação sofisticada e dispendiosa, relegando a procura da verdade para segundo plano; embora a relativa baixa onerosidade associada à investigação turística a salvaguarde do desígnio performativista, a generalização do exercício avaliativo (institucional e individual) beneficia determinadas abordagens e temas em prejuízo de outros, devendo ser tida em conta; e

²²No âmbito da teoria do conhecimento de Habermas, a construção do conhecimento nunca é livre de intentos, mas antes motivada por um de três interesses (Tribe, 2006: 372-3):

- Técnico, que procura o desenvolvimento técnico através do controlo e da gestão;
- Prático, que visa a cognição profunda mediante a compreensão; ou
- Emancipatório, que visa a melhoria da condição humana através da libertação da falsidade e da opressão.

Ideologia Praticamente ignorada pela investigação turística, a influência da ideologia manifesta-se tanto a nível abstracto (conjuntos de crenças que permeiam a interacção social e orientam o pensamento e a acção), como concreto (conjuntos específicos e coerentes de crenças ou “ismos”); a ideologia enforma o pensamento em determinado sentido, distorcendo a compreensão e funcionando como obstáculo à verdade, além do que a ideologia dominante tende a ser a da classe dominante; se individualmente cabe aos investigadores questionarem-se quanto às ideologias em que operam, toda a comunidade do Turismo deve ponderar em que medida o conhecimento produzido reflecte a pluralidade de posturas ideológicas; no caso das instituições de ensino superior, o seu comprometimento deve-se não somente a ideologias externas (competição, qualidade, empresarialismo ou gestão), mas também às suas próprias actividades (ensino), que se assumem como tal.

Concretizando, a Figura 1.14 ilustra a conexão entre o mundo fenomenológico e o conhecimento turístico, mediado pelo já aludido campo de forças.

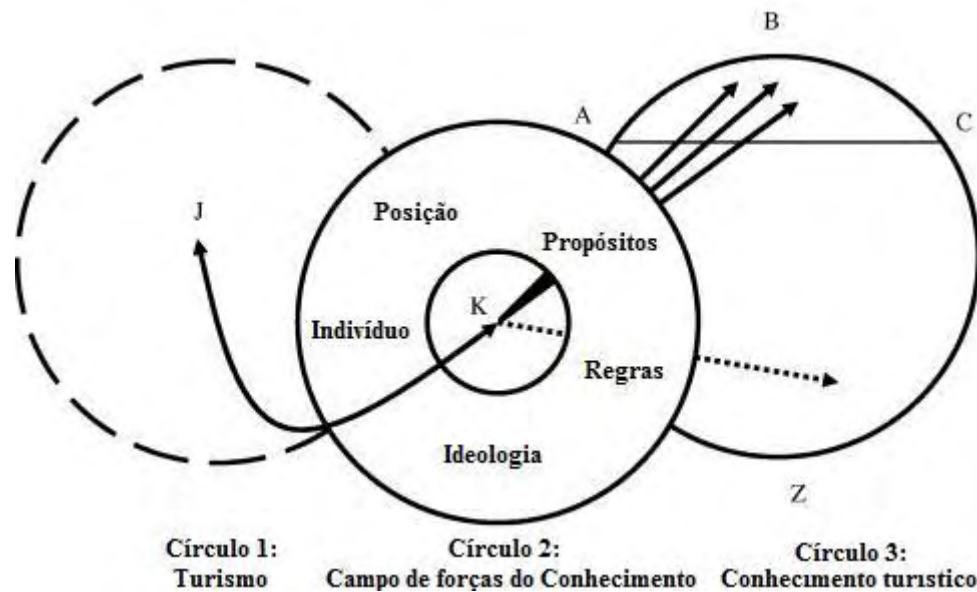


Figura 1.14: Campo de forças do conhecimento turístico

Fonte: Tribe (2006)

A não-disjunção entre os factores referidos pretende veicular a ideia da existência de sobreposições e interrelações entre eles, funcionando o dito campo de forças como um espaço fluido. Já o tracejamento do mundo fenomenológico relaciona-se com a indefinição das suas fronteiras. No seguimento do discurso anterior, o Círculo 2 pode interpretar-se como a lente para a visão do Poder e o Círculo 3 a respectiva retina. Neste último, o arco ABC denota as representações sistemática e repetidamente privilegiadas no Turismo, enquanto o seu com-

plemento (arco AZC) aquilo que sistematicamente se recusa e frustra.

Em conclusão, resulta desta argumentação uma necessidade de permanente precaução e reflexão epistemológicas para o contexto em que estudo do Turismo se desenvolve, por parte dos seus obreiros.

1.4 Resumo do capítulo

No termo deste primeiro capítulo importa reter as principais ideias expostas. Desde logo, sobressai a prodigalidade de enunciados que tentam sintetizar a essência do Turismo – reflectindo uma multiplicidade de perspectivas e conveniências particulares – e cujas especificidades importa considerar. Similarmente, a articulação de tal conceito em contextos mais alargados da vivência humana, nomeadamente aqueles com quem mais frequentemente é associado (Lazer e Recreio), padece de idêntica inconsistência entre as abordagens identificadas. Quanto à figuração sistémica, a análise dos modelos existentes reverteu na proposição de uma representação actualizada da sua dimensão fenomenológica, inspirada numa perspectiva foucauldiana do Poder e centralizada no indivíduo-turista.

Já num contexto epistemológico, o Turismo foi reconhecido como um campo de estudos, pese embora a ressalva relativamente à eventual inadequabilidade dos critérios de classificação inerentes. Complementarmente, invocaram-se também factores que influenciam a criação do conhecimento “turístico”, reforçando uma interpretação sensível à ubiquidade do Poder.

Capítulo 2

A investigação sobre Turismo

2.1 Introdução ao capítulo

Consagrado à investigação sobre Turismo, o capítulo agora iniciado começa por examinar as suas origens e a sua evolução, socorrendo-se para o efeito de evidências relativas a diferentes realidades internacionais. A partir daí, considerar-se-á a prática investigativa contemporânea nesta área, nomeadamente a que é desenvolvida em subdomínios específicos do Turismo, com vista à elucidação acerca das metodologias aplicadas, dos resultados conseguidos, dos intervenientes retratados, etc. A fechar, reflectir-se-á sobre as respectivas lacunas e sobre as direcções sugeridas para o seu futuro desenvolvimento.

2.2 Evolução da investigação sobre Turismo

2.2.1 Génese e desenvolvimento

Retrato genérico

A natureza recente do Turismo enquanto matéria de estudo é uma alusão frequente nos textos que sobre ele se debruçam, datando os primeiros trabalhos identificados ao início do século XX¹. Durante o primeiro quartel daquele século, a abordagem histórica dominou os estudos académicos – interessada num Turismo grandioso ou no destino de estâncias particulares – contando com os historiadores entre os seus mais dedicados e óbvios tributários. A contribuição de outras disciplinas e campos de estudos só começou a fazer-se sentir a partir da década de 1930, nomeadamente pelo Lazer e Recreio (abordando a respectiva história e a natureza ideológica do Lazer) e pela Geografia (através de estudos descritivos sobre o Turismo doméstico, impulsionado pela crescente utilização do automóvel, e o internacional). Menosprezado por outras ciências sociais, a pesquisa histórica haveria de prevalecer até

¹Ainda que Rae dê conta dos primeiros relatos de viagens na Inglaterra vitoriana em 1891 (apud Airey, 2005: 13).

à década de 1960, privilegiando quer os estudos de caso sobre estâncias e termas, quer tópicos mais amplos, como os Romanos, os ingleses e o *Grand Tour* ou ainda a história do Recreio e do Turismo (Pearce, 1993: 1; Graburn e Jafari, 1991: 1-3).

Nos anos subsequentes à 2.^a Guerra Mundial boa parte da pesquisa sobre o Turismo patenteava uma função instrumental ao desenvolvimento, tendo sido deixada ao cargo de planeadores e economistas (alguns dos quais a trabalhar sob a égide de organizações internacionais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial ou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Por volta da década de 1960, os benefícios decorrentes da actividade turística eram inquestionáveis² e este era perspectivado como um sector cujo crescimento assentava na utilização intensiva de mão-de-obra, induzindo prosperidade tanto nos países em vias de desenvolvimento, como nas áreas interiores ou deprimidas dos países mais desenvolvidos. Sociólogos e psicólogos começaram então a dedicar-lhe atenção e os temas relacionados com a interacção do Turismo com o Património e a Ecologia também emergiram na agenda investigativa (Graburn e Jafari, 1991: 3-4).

O gérmen para a mudança de perspectiva relativamente ao Turismo foi lançado ainda no final da década de 1960, partindo, de forma insólita, de uma das áreas científicas que até então mais suporte lhe havia proporcionado: o aprofundamento dos estudos económicos revelou um efeito multiplicador inferior ao previamente estimado, a que acresciam os efeitos das fugas económicas e da inflação local, reduzindo substancialmente os benefícios até então apregoados. Como que desencadeado por esta constatação, nos anos que se seguiram várias foram as disciplinas que se lançaram na análise dos impactos – nomeadamente os negativos – nas esferas não-económicas (Antropologia, Sociologia, Ecologia, Lazer, Política, *Marketing*), partilhando entre si interesses, dados e resultados, mas raramente os métodos (Graburn e Jafari, 1991: 4).

Ainda assim, não será senão na década de 1970 que se assinala a emancipação do Turismo como área legítima de investigação sistemática e ensino – até então secundarizada por outros tópicos de investigação mais “sérios” – quando os investigadores o começaram a privilegiar como objecto de estudo e debate em encontros académicos. Essa evolução ficou igualmente marcada pelo aparecimento de diversos títulos científicos periódicos (frequentemente multidisciplinares ou combinando investigação académica e aplicada) e de um aumento de bibliografia temática e de referência, além da sua crescente popularização enquanto objecto de tese doutoral. Alguns tópicos destacaram-se na investigação em disciplinas relacionadas:

²Mormente pela captação de divisas externas, pelo emprego gerado e pelo efeito “multiplicador” dos gastos turísticos, que estimulavam as economias locais e elevavam o nível de vida (Graburn e Jafari, 1991: 4).

a origem e o ocaso das estâncias (começando na História, passando pela Economia e pela Geografia); o conceito da capacidade de carga (tanto na Geografia como na Ecologia, posteriormente abordado por muitas outras áreas e disciplinas, no âmbito da pesquisa sobre os impactos ambientais do Turismo); na Sociologia e na Antropologia, a natureza do Turismo foi abordada, bem como a sua relação com a peregrinação, o ritual, o jogo e o ciclo de vida. Adicionalmente, há a considerar o incentivo proporcionado pelas reacções negativas ao desenvolvimento turístico no Terceiro Mundo por parte dos próprios residentes – aliado à crítica sobre o Turismo de massas – que terá impulsionado a discussão multidisciplinar na busca de alternativas (Graburn e Jafari, 1991: 4-5).

Durante a década de 1980, dois tópicos continuaram a suscitar o interesse de grande parte das ciências sociais: i) o estudo dos impactos do Turismo e a consequente necessidade de políticas adequadas (particularmente pela Economia, Ecologia, Política e Geografia); e ii) o estudo das representações *do* e *no* Turismo (mais destacado na Antropologia, mas igualmente importante para a Psicologia, Sociologia e *Marketing*). Consequentemente, as diferentes disciplinas tornaram-se mais conscientes e abertas à troca de métodos e resultados entre si (mais perceptível entre aquelas mais intimamente relacionadas, como a Política e a Sociologia, a Economia e o *Marketing* ou a Ecologia e a Geografia). O Turismo em áreas específicas (montanhas, zonas costeiras, ilhas e centros urbanos) foi também um tema recorrente (sobretudo na Geografia), assim como as interacções entre hospedeiros, visitantes e mediadores culturais (no âmbito da Sociologia, Antropologia, Psicologia, História e Política) (Graburn e Jafari, 1991: 5-6).

Relatos particulares

Em contraponto da perspectiva anterior – ainda que mais ampla, mas firmada a partir de uma óptica anglo-saxónica – invoca-se agora a investigação sobre Turismo desenvolvida em Espanha, que remonta à década de 1960. A sua evolução testemunha algumas características comuns com o padrão geral anterior (Aguilo, 1996: 12-3; Bote Gómez, 1996: 6-7,9; Esteban Talaya, 2000: 157-60):

- Na **década de 1960** a pesquisa pautou-se pela focalização:
 - i) na dimensão económica (nomeadamente, na sua estrutura e importância para a economia espanhola);
 - ii) no estudo dos factores determinantes da procura; e
 - iii) na estimação dos movimentos físicos associados;

reflectindo, de alguma forma, a adopção de políticas de fomento de um Turismo de massas, subsidiário do crescimento económico geral (assim evidenciando a instrumentalização do sector); complementarmente, também a mudança foi objecto de análise, quer nas populações residentes, quer na ampliação do espectro das oportunidades de Lazer;

- Durante a **década de 1970** a gama de disciplinas envolvidas no estudo do Turismo expandiu-se – apesar da perspectiva económica continuar predominante – reflexo da crescente consciência acerca da natureza multidisciplinar daquele por parte dos investigadores; não obstante a escassez da investigação, as mudanças na ocupação do território e na utilização dos recursos relacionadas com a actividade turística começaram a despertar o interesse investigativo, assim como as transformações induzidas nos hábitos sociais; contrastando com a prática (generalista) da década antecedente, os estudos efectuados configuraram abordagens de base territorial e regional, nomeadamente incidindo nas zonas turísticas;
- Já na **década de 1980**, a contribuição do Turismo para o desenvolvimento regional começou a ser investigada (não somente através de perspectivas económicas, mas também territoriais e até jurídicas), assim como a gestão das empresas turísticas e das diferentes tipologias turísticas; muitos dos trabalhos realizados por esta altura caracterizaram-se pela aplicação de técnicas quantitativas, sobretudo as econométricas, ao serviço da previsão da procura.
- Por fim, a **década de 1990** testemunhou a expansão da investigação turística em toda a sua amplitude, desde as áreas mais prolíficas, às novas perspectivas (Arquitectura, Urbanismo, Ambiente, Educação e Psicologia); entre os temas que mereceram a preferência dos investigadores contam-se a formação, organização e gestão dos recursos humanos, bem como a gestão estratégica das empresas, o regime jurídico-administrativo e as competências na administração do Turismo, a gestão dos espaços de Lazer e a Qualidade.

Além do exemplo espanhol, há também a considerar a situação da investigação turística na Grécia. Relativamente às três últimas décadas do século XX, Galani-Moutafi reconhece duas fases com base na análise da respectiva evolução (Galani-Moutafi, 2004: 161):

- Entre a década de 1970 e meados da de 1980 a pesquisa grega sobre Turismo serviu predominantemente à colecta e análise de dados quantitativos de cariz funcional, tendo as entidades estatais como seus principais destinatários; conseqüentemente, resumiu-se à caracterização do desenvolvimento turístico, à apreciação dos seus impactos económicos, à alusão sobre a expansão da actividade turística e à sinalização de diversos problemas organizacionais e infra-estruturais;

- Desde meados da década de 1980 sobreveio uma investigação mais sistemática, especializada e orientada para questões singulares, adquirindo um carácter profissional, científico; repartida agora entre as instituições estatais e os recém-estabelecidos centros de investigação, tem-se centrado nas temáticas relacionadas com o desenvolvimento económico e com a política turística; reflectindo a crescente dedicação pelos investigadores académicos, os trabalhos mais recentes têm vindo a traduzir-se em interpretações teóricas que não se ficam pelos meros relatos localizados do Turismo, nem pelas inquietudes mais imediatas dos empresários.

2.2.2 Posições axiomáticas

Sendo possível perceber diferentes momentos na evolução da investigação turística, como atrás abordado, considera-se oportuno considerar agora as plataformas sugeridas por Jafari, fundamentadas nas posições individuais e nos resultados da investigação desenvolvida nas décadas precedentes (Jafari, 1990: 34-6; Jafari, 1994: 10-6):

Plataforma Advocatória A ênfase desta perspectiva centra-se na defesa dos benefícios (económicos e não económicos) decorrentes da actividade turística e – embora a sua origem remonte ao início do século XX – foi na reconstrução europeia pós-Segunda Guerra Mundial e nas nações recém-criadas nos anos 1960's que a sua expressão encontrou terreno fértil; praticamente inalterado deste então, o discurso subjacente continua a ser reproduzido tanto pelo sector privado, como pelo público, seja em pequenas ou grandes comunidades;

Plataforma Caucionária Com o avolumar de evidências e resultados de pesquisa, a argumentação da Plataforma Advocatória começou a ser colocada em causa por um novo discurso, oscilando entre a rejeição absoluta dos argumentos precedentes e a proclamação das consequências indesejadas do Turismo; contando com os cientistas sociais como os seus partidários mais empenhados, esta nova postura não se limitou à esfera económica, estendendo-se às mais diversas vertentes turísticas; incipiente durante os anos 1960's, esta disputa teve o seu auge na década de 1970, embora subsista moderadamente na actualidade;

Plataforma de Adaptação Na esteira da contenda transacta, a percepção de formas de Turismo com menores impactos inspirou a procura de modelos de desenvolvimento turístico alternativos, entre o final dos anos 1970 e meados da década de 1980; mais atentos para com as comunidades hospedeiras e respectivos enquadramentos natural, humano e sócio-cultural, procuravam igualmente providenciar novas e recompensadoras experiências aos turistas; contando com académicos, consultores, conservacionistas, promotores locais e até grupos religiosos entre os seus apoiantes, esta plataforma

acabaria por se revelar pouco mais que um paliativo, incapaz de fazer face à dimensão cada vez mais global e massiva do Turismo;

Plataforma baseada no Conhecimento A consciência gradual da natureza parcelar e incompleta das plataformas anteriores impulsionou, a partir do início dos anos 1980's, uma corrente empenhada no estudo holístico do Turismo, com vista à formação de um *corpus* de conhecimento científico; desenvolvida predominantemente por académicos, aspira ainda à manutenção de pontos de contacto com as plataformas antecedentes, denotando um comprometimento com o intento “disciplinar” já abordado (vide 1.3.1).

Ainda que a sua apresentação sugira uma sequência cronológica, Jafari alerta para o facto de todas as plataformas perdurarem no momento presente, não se tendo verificado a substituição de qualquer uma pela subsequente (Jafari, 1990: 36).

Embora ideologicamente implicado com o referido propósito disciplinar, este referencial afigura-se conveniente à consideração não só da actividade investigativa passada, mas também da presente, reconhecendo-se algumas das perspectivas nas evoluções anteriormente mencionadas. Contudo, admite-se uma maior concomitância com a primeira abordagem, a que não será alheia uma proveniência comum (anglo-saxónica) dos autores referidos (Graburn e Jafari, 1991 e Jafari, 1990). Nos restantes casos, as diferentes posições parecem reduzir-se a apenas duas plataformas: uma “advocatória”, manifestamente sustentada em interesses endógenos (nomeadamente economicistas) e que denota um pendor instrumental (dedicada à caracterização do Turismo, à perspetivação dos respectivos impactos económicos e à previsão estatística), que tende a acompanhar a expansão inicial da actividade turística, sendo objecto de estudo por um conjunto restrito de disciplinas; e outra “académica”, em que o estudo do Turismo emerge como objecto de estudo sistemático – tanto no âmbito de uma área de estudos específica, como de aplicação de um grupo alargado de diferentes abordagens disciplinares – menos imediato ou localizado e mais teorizante.

2.3 Condição da investigação contemporânea sobre Turismo

Abordada a evolução da investigação turística, é altura de perscrutar a sua situação actual. Para o efeito, a abordagem ocupar-se-á primeiro das principais modalidades em que aquela se manifesta, para retratar as respectivas feições. Segue-se uma análise sobre as práticas actuais e os correspondentes interlocutores, visando uma elucidação sobre as fragilidades e desafios que enfrenta. A finalizar, é lançado um olhar sobre as lacunas patenteadas e as possíveis direcções que aquela poderá trilhar no futuro.

2.3.1 Vectores da investigação contemporânea sobre Turismo

Enquanto indicadores do estado e sentido evolutivo da pesquisa científica, a publicação em títulos periódicos e de monografias de investigação no contexto de cursos de pós-graduação tendem a prevalecer relativamente a outras modalidades em que aquela se materializa (ex.: comunicações em encontros científicos, publicação de livros, relatórios de consultoria, etc.; Law and Chon, 2007). Em benefício de tal primazia não é difícil aduzir argumentação a propósito da respectiva relevância (saliência sobre restantes modalidades ou filosofia de garantia da qualidade implícita), mas também da sua conveniência (acessibilidade e homogeneidade dos produtos resultantes). No caso concreto do presente trabalho, perfilha-se deste mesmo entendimento, pelo que se prosseguirá o estudo nesse sentido.

Publicação periódica sobre Turismo

No âmbito da pesquisa sobre a investigação turística baseada na análise de publicações periódicas, as metodologias empregues têm sido de natureza diversificada, assim como os resultados decorrentes. Entre todos os títulos, o *Annals of Tourism Research* (ATR) tem-se destacado de forma consistente como um dos mais influentes (Pechlaner et al., 2004; Ryan, 2005; Sheldon, 1990, 1991).

Dann et al., por exemplo, utilizaram a meta-análise na comparação de um conjunto de artigos do ATR com outro do *Journal of Leisure Research* (JLR), em termos da sofisticação metodológica e percepção teórica evidenciadas. Embora reconhecendo uma evolução dos artigos do ATR num sentido mais conceptual e estatístico (em contraponto a um cunho mais descritivo), os autores sugeriram que a investigação turística em geral se alicerçava na teorização e na descrição desprovidas de referenciais empíricos, enquanto que a assunção de um perfil mais estatístico noutros artigos se revelava desajustada ao nível do significado. Mais recentemente, Mehmetoglu consubstanciou estes resultados – relativamente ao caso nórdico – afirmando que a investigação na área do Turismo e Hospedagem tem sido dominada por estudos empíricos que empregam acriticamente variados métodos de colheita e análise de dados; conseqüentemente, evidencia um predomínio de métodos quantitativos, sofisticados, mas teoricamente pouco cômico, enquanto os casos qualitativos denotam uma disposição inversa (Dann et al., 1988: 10; Mehmetoglu, 2004b: 173-4).

Sheldon procedeu à análise autoral do ATR, do *Journal of Travel Research* (JTR) e do *Tourism Management* (TM), abarcando os artigos publicados no intervalo 1980-89. Surpreendentemente para a autora, a principal conclusão apurada respeitava à preponderância da autoria académica (nomeadamente entre as categorias mais elevadas), além de que o melhor de-

sempenho evidenciado por algumas instituições se devia a um reduzido número de autores (na maioria dos casos, um único). Complementarmente, também os autores académicos evidenciavam uma maior apetência pela co-autoria dos artigos (Sheldon, 1991: 46-8). A replicação deste estudo – abrangendo o período compreendido entre 1992 e 2001 – reafirmou os resultados iniciais quanto à autoria isolada, mas destacou uma alteração significativa na ordenação das instituições mais produtivas, que representavam mais de um terço de todos os artigos publicados. Em termos geográficos, embora a prestação dos Estados Unidos da América (EUA) permanecesse dominante, a sua representação diminuiu significativamente, contrariamente ao verificado para a área Ásia/Pacífico (Jogarathnam et al., 2005: 643-6). A replicação deste estudo, adaptado a um caso nacional (Revista Turismo & Desenvolvimento), corroborou os resultados precedentes, tanto em termos da representação dos autores académicos, como no que se refere à relação entre o número de autores e a correspondente produtividade institucional, que se apurou concentrada em duas instituições³ (Santos, 2008: 60-3). No entanto, reconhecem-se as limitações da análise autoral conforme alertaram Zhao e Ritchie (2007: 477):

- o âmbito dos títulos considerados é, frequentemente, ou muito estrito (poucos títulos) ou muito lato (alguns nem são de Turismo);
- não aprofunda os possíveis factores que contribuem para o maior desempenho por parte de alguns indivíduos ou instituições; e
- a ordenação favorece a multi-autoria, obstando à avaliação objectiva da produtividade de alguns académicos.

Kim, por sua vez, comparou 1.191 artigos do ATR (entre 1973 e 1997) e do JTR (1972-1997), recorrendo à análise de conteúdo dos respectivos títulos, resumos, palavras-chave e afiliações autorais. Reiterando o já referido predomínio da autoria académica (mais de 85%), comprovou padrões de publicações muito distintos, com o ATR a evidenciar uma maior produtividade em termos do número de artigos, na sua maioria (67%) individuais, enquanto no JTR a maioria (64%) era co-autorada. As áreas temáticas mais representadas incluíam a Economia, os produtos, o desenvolvimento, a metodologia, a Geografia, a Antropologia, a Psicologia, os equipamentos turísticos, a Política e a Sociologia. Apesar da predilecção dos autores por alguns tópicos (nomeadamente, a Economia), aquela autora não encontrou evidências de justaposição com estudos anteriores, mas antes do seu prolongamento e uma grande diversidade de temas abordados. Globalmente, o ATR patenteava uma orientação conceptual na sua publicação, enquanto o JTR privilegiava trabalhos de *Marketing*, Economia, métodos de investigação e aplicação de pesquisa (Kim, 1998: 93, 141-2, 157-60).

³Universidades de Aveiro e do Algarve.

Quanto a Swain et al., procederam à análise dos termos empregues no índice temático e das palavras-chave utilizadas ao longo dos primeiros 25 anos de publicação do ATR. Os autores sustentaram que o conhecimento turístico estava em evolução, no sentido da consolidação de um corpo teórico e metodológico, preservando ainda o seu vigor multidisciplinar. Segundo eles, verificava-se uma mudança significativa, em termos metodológicos, desde o início do ATR – caracterizado pela pesquisa baseada na observação e nos estudos de caso – até à altura, evidenciando um alicerçamento científico fruto da crescente utilização de modelos e estatísticas em pesquisas comparativas (Swain et al., 1998: 1006, 1012).

Howey et al. empregaram a análise de citações às citações cruzadas entre três publicações periódicas do Turismo e outras três da hospedagem⁴, no período compreendido entre 1994 e 1996. Além do maior número de citações efectuadas pelos títulos da subárea do Turismo, verificou-se também um reduzido nível de citação cruzada, com cada título a citar mais frequentemente os da própria subárea. Complementarmente, a origem externa da maioria das citações relativamente aos títulos considerados (mais de 80%) denunciava a dependência de outras disciplinas (Howey et al., 1999).

Por seu lado, Xiao e Smith aplicaram a análise de conteúdo às referências bibliográficas de uma amostra de artigos do ATR, para descreverem as características das respectivas citações e, simultaneamente, desvendarem os respectivos padrões de proveniência. As principais conclusões apuradas apontaram para uma crescente maturação da investigação turística, evidenciada pelo predomínio da utilização de fontes da área do Turismo (sobretudo títulos periódicos) e da centralidade do Turismo nos temas abordados (Xiao e Smith, 2005: 274). Já noutro momento, estes mesmos autores deram conta de uma análise de conteúdo ao índice cumulativo de assuntos do ATR, relativo ao período 1973-2003. Pela análise realizada, identificaram 13 assuntos⁵ dominantes nos vários períodos de análise considerados e outros 14⁶ em termos de frequência cumulativa. Com base nos padrões observados, relativamente à evolução dos assuntos, avançaram duas meta-categorias de conhecimento (Xiao e Smith, 2005: 498-503):

- **Constructos teóricos e metodológicos**, compreensível numa área jovem que se bate pelo rigor e para ser reconhecida como campo de pesquisa, mas reflectindo igualmente o empenho do título (ATR) na construção de um corpo de conhecimento próprio; e

⁴Respectivamente, ATR, JTR e TM e *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly* (CH&RAQ), *Hospitality Research Journal* (HRJ) e *International Journal of Hospitality Management* (IJHM).

⁵Concretamente: metodologia; desenvolvimento; impactos; organização e associação; Estados Unidos; turista; turismo internacional; planeamento; estância; cultura; *marketing*; motivação; e atracções.

⁶No caso: conferência/congresso/seminário; sector económico; destino; Terceiro Mundo; emprego; turismo; hotel; política; procura; transporte; turismo doméstico; Caraíbas; étnico; e governo.

- **Desenvolvimento e impactos**, sinalizando a abordagem do Turismo enquanto fenómeno abrangente, mas também como domínio de interesse para muitos investigadores.

Embora reconhecendo uma evolução em termos de foco da pesquisa e da sofisticação metodológica, a leitura efectuada é consistente com pesquisas anteriores que apontavam para uma sujeição ao paradigma científico-positivista, pese embora uma contribuição crescente das abordagens paradigmáticas interpretativista ou da teoria crítica (Xiao e Smith, 2005: 503).

Já Zhao e Ritchie correlacionaram a ordenação dos autores mais produtivos nos oito principais títulos periódicos da área do Turismo, entre 1985 e 2004, com as respectivas características individuais, tendo concluído da preferência pela publicação nos três títulos mais conceituados (ATR, JTR e TM), em prejuízo dos restantes. Todos os indivíduos identificados eram doutorados, na sua maioria por instituições localizadas em países anglófonos (EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá), onde boa parte deles trabalhava, indiciando uma maior competitividade das instituições às quais estavam filiados. A maior parte dos artigos foram publicados em co-autoria (nomeadamente por dois autores, em 44% dos casos), verificando-se um predomínio do sexo masculino (na amostra só constavam seis mulheres, representando 10,5%) (Zhao e Ritchie, 2007).

O inquérito por questionário foi aplicado por Sheldon na análise da percepção quanto à qualidade e utilização das publicações periódicas da área do Turismo e da Hospedagem. Os resultados apurados evidenciaram perspectivas distintas entre os inquiridos de cada subárea quanto à qualidade dos títulos e uma correlação negativa na referenciação dos títulos: os títulos mais referenciados no Turismo eram os menos referenciados na Hospedagem e vice-versa. Situação idêntica acontecia na publicação entre as subáreas, com os autores de uma a tenderem a publicar nos títulos menos prestigiados da outra. Os inquiridos associados à Hospedagem evidenciavam uma maior coesão na percepção do CH&RAQ como o título mais prestigiado e referenciavam uma selecção mais limitada de títulos, enquanto os do Turismo, com proveniências muito mais diversificadas, dispndiam mais tempo na investigação, referenciando e publicando numa gama mais alargada de títulos (Sheldon, 1990: 46-8).

Num trabalho similar, Pechlaner et al. concluíram da liderança dos títulos ATR, JTR e TM, apesar das diferenças na ordenação em função da proveniência dos inquiridos (EUA vs. resto do Mundo). A reputação foi o factor identificado como o mais determinante tanto da frequência de leitura, como da importância atribuída à publicação em cada título (esta última mais expressiva no caso dos inquiridos norte-americanos) (Pechlaner et al., 2004: 329-30).

Ainda através do questionário, Law e Chon analisaram a importância atribuída pelos responsáveis académicos da área do Turismo e da Hospedagem a diferentes actividades de investigação, com os resultados a destacarem uma predilecção pela publicação em títulos periódicos de aferição anónima (nomeadamente nos mais prestigiados) e em autoria isolada, à frente da angariação de financiamento para investigação, da supervisão pós-graduada, do serviço editorial, da publicação de livros (sobretudo os de investigação) e da participação em eventos, respectivamente. Consequentemente, aqueles autores defenderam uma abordagem mais holística na apreciação do desempenho (além da mera contabilização da publicação em títulos periódicos), tendo em vista um melhor retrato do impacto individual ou institucional (Law e Chon, 2007).

Já mais recentemente, uma análise da evolução da publicação em 12 dos títulos mais reputados, entre 1994 e 2004, reportou os trabalhos centrados em tópicos como os turistas/visitantes, o planeamento turístico, os destinos e o *Marketing* como os mais populares, salientando uma evolução da popularidade, traduzida no crescimento dos estudos dedicados aos turistas/visitantes, ao *Marketing* e aos eventos especiais e no declínio dos devotados aos destinos, ao planeamento turístico e ao Turismo cultural. Quanto à abordagem de investigação, a maioria privilegiava perspectivas quantitativas, nomeadamente o levantamento, e a análise estatística afirmou-se dominante até nas abordagens qualitativas. Por tópicos, os trabalhos sobre turistas/visitantes eram predominantemente de carácter quantitativo e os centrados nos destinos eram os que mais se valiam de abordagens qualitativas, enquanto o planeamento turístico se destacou na utilização conjunta de diferentes métodos. Em termos geográficos, a maioria dos trabalhos focavam apenas um local ou uma área limitada e os autores realçaram um declínio da pesquisa baseada nos EUA e no Reino Unido e o incremento da proveniente da Oceania, Ásia e Europa. Os resultados são consistentes com uma diversificação das abordagens de investigação e da focalização geográfica, mas sugerem uma predilecção dos tópicos emergentes pelas abordagens qualitativas (Ballantyne et al., 2009: 150-1).

A publicação em títulos periódicos é actualmente uma actividade considerada essencial à construção da Ciência, nomeadamente no que respeita à sua disseminação, com repercussões cada vez mais determinantes na progressão profissional dos respectivos autores (Yuksel, 2003: 437). No entanto, a interpretação dos títulos periódicos como vectores de diagnóstico da condição da investigação sobre Turismo comporta as suas próprias especificidades, desde logo no que se refere às metodologias em que se baseia. Wood (1995), por exemplo, criticou a aferição da publicação em títulos periódicos enquanto indicador de produ-

tividade como dúbia e subjectiva, porque baseada em critérios inadequados ou incompletos, além de que a contagem de publicações desperta apreensão relativamente ao controlo da qualidade (Wood, 1995: 171-3).

Também a utilização dos inquiridos sobre percepções evidencia limitações muito próprias: por um lado, os inquiridos tendem a avaliar mais favoravelmente os títulos onde já publicaram; por outro, a selecção dos títulos revela-se importante, pois a não-familiaridade do inquirido com determinado título pode resultar no enviesamento da avaliação; adicionalmente, este tipo de estudos tende a concentrar-se numa população que publica, em detrimento daquela que o não faz; por fim, a selecção dos inquiridos pode não contemplar quem não esteja filiado em instituições relacionados com Turismo ou Hospedagem (Pechlaner et al., 2004: 329).

Tendo em vista a redução da diferença entre os títulos mais conceituados e os restantes, McKercher (2005: 650-1) apelou à adopção das listas ordenadas, enquanto Ryan alertou para a possibilidade dessas mesmas listas incutirem nos académicos um comportamento de maximização da investigação, através da desmultiplicação da sua publicação, bem como para a possibilidade de poderem reflectir mais as preocupações dos seus autores do que a qualidade efectiva do que pretendam medir (Ryan, 2005: 662).

Uma forma menos usual de aferição de desempenho assenta na análise dos factores de impacto ou de citações relativa a investigadores individuais, embora também não seja isenta de objecções: por um lado, porque a taxa de citação em publicações especializadas como as do Turismo e da Hospedagem fica frequentemente aquém das publicações económicas mais convencionais; por outro, porque os cálculos de factor de impacto podem ser facilmente inflacionados, favorecendo os títulos mais antigos ou os mais prolíficos. Atendendo às limitações de cada um, alguns autores advogam uma combinação de indicadores na avaliação de desempenho da investigação (Law e Chon, 2007: 1205).

Investigação pós-graduada sobre Turismo

Pioneiros na pesquisa sobre a investigação pós-graduada sobre Turismo, Jafari e Aaser (1988) analisaram as teses doutorais sobre Turismo realizadas até 1987 nas universidades dos EUA e do Canadá, com base nos registos conseguidos através da consulta de um repositório electrónico de resumos de teses doutorais (*Dissertation Abstracts International*) para os termos “viagem”, “viajante”, “turista” e “turismo”. Dos resultados obtidos (157 teses) puderam constatar um aumento progressivo do número de teses defendidas anualmente, desde a primeira em 1951: moderado nos primeiros anos, tornou-se mais expressivo – embora irregu-

lar e descontínuo – a partir da década de 1970, atingindo o máximo (15) em 1986. Economia, Antropologia, Geografia e Recreio eram as disciplinas mais representadas⁷, cabendo à Geografia o papel precursor. Inesperadamente para os autores, Sociologia e Gestão ocupavam lugares relativamente modestos, não tendo conseguido apurar qualquer tese no domínio da Psicologia. Quanto à representação institucional, verificaram uma efectiva polarização nalgumas (escassas) universidades com um número significativo de teses, face a uma maioria com poucas. Este facto foi interpretado como indiciador da “abertura” institucional ao Turismo como tópico sério e meritório de investigação por parte daqueles estabelecimentos (Jafari e Aaser, 1988: 408-14).

Em resposta ao apelo lançado por Jafari e Aaser para a reprodução deste estudo noutros contextos internacionais, Hall (1991) reportou somente três teses doutorais realizadas na Austrália, complementadas por 24 dissertações de mestrado. A primeira delas⁸ datava de 1968 e a sua evolução ao longo do tempo assemelhava-se à reportada para o caso norte-americano, evidenciando um crescimento lento (pesem embora as reservas do próprio autor na comparação, dado o reduzido número de trabalhos em que se baseava). A propósito da área disciplinar, Hall também destacou a natureza aplicada ou funcional dos trabalhos, sete dos quais se enquadravam na área económica e seis na área do Planeamento. À semelhança do estudo original, nenhum documento no campo da Psicologia foi identificado e poucos foram associados à Sociologia. No que se referia às teses de doutoramento, uma foi defendida em Política, outra Geografia Humana/Economia Política e a terceira em Economia. O melhor desempenho institucional por alguns estabelecimentos foi associado ao funcionamento de unidades de investigação concretas, nomeadamente ligadas a estudos ambientais (Hall, 1991: 520-1).

Meyer-Arendt (2000) também replicou o estudo de Jafari e Aaser (1988), desta vez no campo da Geografia, para o período entre 1951 e 1998, tendo apurado 66 teses de doutoramento (39 das quais posteriores a 1987) e 22 dissertações de mestrado⁹. À semelhança da referência original, pôde comprovar um crescimento constante no número de trabalhos concluídos anualmente, bem como um predomínio de instituições canadianas sobre as dos EUA, situação distinta da verificada noutros domínios disciplinares (Meyer-Arendt, 2000: 142, 154-5).

A actualização do estudo de Jafari e Aaser levada a cabo por Meyer-Arendt e Justice (2002), confirmou e reforçou a tendência de crescimento no número de teses defendidas: por oposi-

⁷Com 40, 25, 24 e 23 teses, respectivamente (Jafari e Aaser, 1988: 413).

⁸Que o autor não concretizou tratar-se de doutoramento ou mestrado.

⁹Cujo registo somente foi iniciado em 1987 (Meyer-Arendt, 2000: 154).

ção às 149 teses identificadas no intervalo compreendido entre 1951 e 1986 por Jafari e Aaser, Meyer-Arendt e Justice contabilizaram 377 no período de 1987 a 2000. Isto significa que mais de dois terços (72%) das teses produzidas entre 1951 e 2000 o foram nos últimos 13 anos daquele intervalo de tempo. As alterações mais significativas registaram-se ao nível disciplinar, desde logo pela adição de 10 disciplinas de abordagem às 15 iniciais; por outro lado, o Recreio passou a ser a disciplina mais representada em termos cumulativos, com cerca de um quarto (97) do total das teses, seguido pela Antropologia (50), Geografia (50), Educação (29), Gestão (29), História (28) e Economia (26); verificou-se, assim, uma alteração significativa na ordem e composição das disciplinas representadas por referência ao estudo primordial. Ao nível institucional, foram também assinaladas alterações na ordenação dos estabelecimentos mais representados, mas – tal como anteriormente – a principal noção transmitida pelos autores relacionava-se com a concentração da pesquisa realizada em departamentos académicos muito concretos no seio daquelas universidades (Meyer-Arendt e Justice, 2002: 1172-4).

Relativamente ao Reino Unido, Botterill et al. (2002) apuraram 149 doutoramentos concedidos por 51 universidades entre 1990 e 1999, a partir da consulta de uma base de dados com base nos termos “feriado”, “férias”, “turismo”, “turista”, “viagem” e “visitante”¹⁰. Além do expressivo crescimento verificado no período considerado¹¹, os autores destacaram a concentração de quase um quarto dos graus concedidos em apenas duas instituições, em contraste com 24 outras que acolheram somente uma tese. Adicionalmente, referem quatro áreas de assuntos dominantes em 69% das teses: desenvolvimento e impactos do Turismo; comportamento do visitante/turista; gestão empresarial turística; e planeamento e política do Turismo. Em termos de focalização geográfica, salientaram que apenas 29% das 118 teses cuja localização era evidente se reportavam às ilhas britânicas¹², enquanto que metodologicamente verificaram da prevalência de epistemologias positivista (questionário) e hermenêutica (entrevista) nos trabalhos em questão (Botterill et al., 2002: 287-8).

Fora da esfera académica anglo-saxónica, Ortega e Rodríguez (2004) compararam as teses doutorais concedidas em Espanha e na França no período compreendido entre 1990 e 2002 (inclusive), com base na análise de conteúdo dos registos obtidos pela consulta de bases de dados bibliográficos (Teseo e Sudoc/Abes) de cada país. Os resultados obtidos apontam para a elaboração de 118 teses em Espanha contra as 157 produzidas na França (representando, respectivamente, 0,196% e 0,070% do total de teses elaboradas em cada país no intervalo

¹⁰Suprimem-se aqui alguns termos redundantes (plural) ou sem tradução imediata (*holidaymaker*).

¹¹De quatro teses em 1990 para cerca de duas dezenas por ano no final da década (Botterill et al., 2002: 292).

¹²Identificando uma polarização em torno de localizações no Mediterrâneo oriental e na península Malaia.

de tempo considerado), o que se traduz numa média anual superior para a França, ainda que em Espanha se tenha verificado um crescimento mais acentuado. Em termos dos objectos de estudo, predominam os trabalhos incidindo nas interacções entre consumidores, empresas ou administração turística (mais expressiva no caso francês do que no espanhol), enquanto que geograficamente são os níveis subnacionais que se destacam, embora com diferenças substanciais quer em termos da proporção da representação do próprio país (68,6% para a Espanha e 34,4% para a França), quer da variedade da representação de países terceiros¹³ (26 em França contra os 8 na Espanha). Institucionalmente, a concentração da produtividade é mais expressiva em Espanha (34,8% das teses provenientes das três instituições mais produtivas, contra 28,7% em França), sendo também perceptível uma diferença no carácter disciplinar dos centros produtivos: 45,8% das teses espanholas são oriundas de faculdades de ciências económica e empresariais, enquanto que 54,8% das francesas procedem de faculdades de Geografia e História. Por fim, salientam-se também diferenças ao nível temático, com a “qualidade, satisfação e preferências” a dominar em Espanha (16,9%) e os “aspectos económicos e socioeconómicos” em França (28,0%), ainda que este último denote a maior diferença entre os dois países¹⁴ (Ortega e Rodríguez, 2004: 9-21).

Num estudo temporalmente mais abrangente e centrado unicamente em Espanha, Solsona Monzonís contabilizou 372 teses doutorais¹⁵ realizadas no período compreendido entre 1976 e 2005, através da pesquisa da base de dados estatal *Teseo*, com base nas palavras-chave “turismo”, “turístico”, “turística”, “turísticos”, “turísticas”, “turista” e “turistas”. Naquele intervalo verificou-se um crescimento no número anual de teses produzidas, até um máximo de 54 em 2005, decrescendo desde então. Tal como anteriormente, em termos disciplinares verificou-se um considerável domínio das ciências económicas (54%), seguidas da Geografia (13%), enquanto as restantes¹⁶ não ultrapassaram os 5% cada. Em termos institucionais, foi destacada uma estreita relação entre um desempenho relevante e a localização em áreas turísticas litorais (à excepção da universidade melhor representada, a Universidade Complutense de Madrid). Complementarmente, foi apurada uma concentração da orientação num número reduzido de académicos, sugerindo o seu contributo acrescido para o progresso do Turismo em termos investigativos (Solsona Monzonís, 2006: 111-6).

Relativamente ao caso brasileiro, Rejowski (apud Baccon et al., 2007) dá conta da realização de 102 teses e dissertações entre 1973 e 1995, predominando temas como a oferta, o desen-

¹³ Argumentado com base na maior presença de doutorandos estrangeiros em França (Ortega e Rodríguez, 2004: 18).

¹⁴ Não ultrapassando 11,0% das teses espanholas (Ortega e Rodríguez, 2004: 21).

¹⁵ A que se somam mais cinco, realizadas desde 1958 e até 1976, segundo Esteban Talaya (2000: 157).

¹⁶ Concretamente: ciências da Terra e do espaço; ciências jurídicas e Direito; História; Sociologia; ciências tecnológicas; Linguística; Antropologia; e outras.

volvimento, o *marketing* e o planeamento turístico. Os hotéis e as agências de viagens são os objectos de estudo privilegiados e a pesquisa evidencia uma tendência para a focalização em regiões e núcleos litorais (Baccon et al., 2007: 5).

2.3.2 Perspectivas temáticas

No curso dos últimos anos, vários autores debruçaram-se sobre a investigação desenvolvida em (sub)áreas muito concretas do Turismo. Os resultados que agora se ilustram atestam não só realidades e evoluções distintas, mas também as saliências temáticas e metodológicas patentes e antecipadas.

Ladkin, por exemplo, reconheceu seis temas no conjunto da investigação realizada sobre os gestores hoteleiros: trabalho de gestão; carreiras; características de personalidade; responsabilidades funcionais, qualificações e competências; mulheres como gestoras hoteleiras; e temas emergentes. Constituindo um acervo considerável sobre a natureza e característica da profissão e o tipo de pessoas que a desempenham, nomeadamente as mais bem sucedidas, aquela autora observou reduzida interação entre as diferentes linhas de pesquisa, cujas abordagens variavam significativamente (teoria vs. prática). Como temas a considerar futuramente, sugeriu: a análise da forma como capacidades e competências são desenvolvidas e acumuladas; a mobilidade como factor de sucesso; ou as barreiras à progressão das mulheres na carreira (Ladkin, 1999: 167, 187-8).

Relativamente ao turismo urbano, Pearce alertou para a necessidade de uma abordagem mais sistemática, compreendendo diferentes escalas: apesar da utilidade do contributo prestado pelos estudos de nível local (na identificação de características urbanas e na integração de temas), esta escala de análise revela-se insuficiente para desvendar todas as complexidades do turismo urbano, sendo possível considerar diversas tipologias de bairros turísticos e redes interligação comuns, em termos dos respectivos factores causais, estrutura e funcionamento. Complementarmente, a quase inexistência de trabalhos baseados em locais concretos sinaliza a escassez de pesquisa ao nível micro, enquanto a focalização nas conexões entre os níveis regional, nacional e internacional ressalta duas tipologias de estudo, uma maioritariamente funcional e outra mais teórica. Propondo uma perspectiva mais ampla e integrativa da investigação do turismo urbano, o autor defende mais esforço no sentido da síntese dos estudos existentes, da definição de abordagens de pesquisa envolvendo diferentes metodologias, da utilização e combinação de diferentes fontes de dados e na interpretação dos resultados mediante diferentes ópticas (Pearce, 2001: 940-1). Quanto à definição de uma agenda investigativa própria, Edwards et al. salientam a ênfase colocada pelo sector turístico

nos assuntos que melhor servem os seus interesses, enquanto os assuntos relacionados com os impactos – predominantes entre académicos – só são reconhecidos no que se refere à identificação dos benefícios do Turismo para as comunidades locais (Edwards et al., 2008: 1049).

No campo da Hospedagem é reivindicada uma pausa para reflexão – após o significativo progresso verificado nas últimas décadas – que possibilite: aferir o verdadeiro valor científico dos resultados obtidos; precaver a emulação de investigação e a perpetuação de conhecimento; desligar da focalização no funcionalismo e da dedicação ao mundo do trabalho; estabelecer uma clara (embora não ortodoxa) definição e uma delimitação do âmbito do campo de estudos; fomentar o nível de coerência interna; situar a Hospedagem como um campo de estudos especializado num âmbito investigativo mais vasto; e contribuir para a definição de futuras agendas investigativas. Do debate em curso, resultavam as seguintes conclusões: a precisão na definição era suficientemente liberal no sentido da investigação da Hospedagem simultaneamente enquanto negócio e fenómeno cultural; a filosofia de investigação articulada contemplava a Hospedagem como um campo de estudos distinto, situado num ambiente dinâmico, sistémico e multidisciplinar de ciências sociais; adequada capacitação dos investigadores em termos formativos, de sensibilidade metodológica e experiência; e conjugação dos factores anteriores na construção de um enquadramento conceptual válido (Morrison, 2002: 167-8).

Já no que se refere ao ecoturismo, Weaver e Lawton salientaram três macro-temas na correspondente publicação científica durante a década anterior: segmentação e expansão¹⁷ desta área, na sequência de um quase consenso sobre o seu teor nuclear; tentativa de discernimento sobre os impactos do ecoturismo; e contraste Norte-Sul (bem como entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento) na bibliografia. Complementarmente, notaram a escassez de representação de temas como: o *greenwashing*¹⁸; as acções e a influência institucional; o controlo de qualidade e os indicadores associados; o correspondente sector económico; e a influência de ambientes externos. Daí resultava uma literatura assimétrica e fragmentada, desprovida de partilha da informação entre os diferentes tópicos (até mesmo dentro de cada tópico) e carecendo de estudos longitudinais ou pesquisa sobre resultados de investigação empírica precedente. Ainda que o ecoturismo denotasse alguma “adolescência”, não se entrevia aí qualquer crise de credibilidade ou legitimidade (Weaver e Lawton, 2007: 1175-6).

¹⁷Considerando produtos, instalações, actividades e mercados (Weaver e Lawton, 2007: 1175).

¹⁸Conceito relacionado com a falácia promocional que visa a veiculação de um suposto sentido ambientalista, embora não verdadeiramente fundamentado em interesses genuínos ou em factos substantivos.

Quanto ao turismo desportivo, a inexistência de uma perspectiva epistemológica unificada e a reflexividade, auto-crítica e responsividade evidenciadas pelos investigadores que lhe são dedicados são exaltados como indicadores de uma maturidade crescente deste campo, a par de outros sinais complementares¹⁹. Para o futuro, esse processo poderá comportar algum “desconforto” em função da coexistência de perspectivas e ideias concorrentes, bem como uma reflexão relativamente às forças e fraquezas desta área de pesquisa em resposta a críticas e desafios externos (Weed, 2009: 625-6).

Afigura-se, deste modo, possível concluir de uma evolução quantitativa e qualitativa da investigação mais especializada sobre Turismo, acompanhada por uma sensibilidade para as questões metodológicas, na revisão do passado recente e correspondente projecção futura.

2.3.3 Prática metodológica

Nos anos mais recentes, as questões metodológicas têm vindo a afirmar-se no contexto do estudo do Turismo. Comentando a literatura turística, Dartnall e Store descreveram-na como exígua em ferramentas referenciais, povoada por uma infinidade de publicações efémeras e de listas de referências, aludindo a relatórios não publicados e editores desconhecidos; a isto somava-se a dispersão da discussão de assuntos primordiais pela literatura de outras disciplinas, a dependência excessiva de dados estatísticos e a tendência para as interpretações económicas, além da sua novidade e proveniência do mundo comercial (Dartnall e Store, 1990: 49).

A pertinência deste debate resulta incontornável porquanto a aplicação dos conceitos, das técnicas e das metodologias se tem revelado – no âmbito da pesquisa sobre o Turismo – muito frequentemente desprovida de fundamentação e ponderação sobre os respectivos limites, ainda que tal não signifique necessariamente que o seu emprego tenha sido inadequado (Pearce, 1993: 2, 16-7). Nesse mesmo sentido, já Dann et al. se haviam pronunciado relativamente a uma tendência desta investigação para a desvalorização das questões teóricas e metodológicas, que frequentemente resultavam em investigação qualificável como (Dann et al., 1988: 4):

- argumentação teórica sem fundamentação empírica;
- ensaio descritivo assente na colecção de material duvidoso ou até ridículo; ou

¹⁹Nomeadamente: uma sólida conceptualização do campo; a sustentação do trabalho empírico na teoria; a aplicação robusta, adequada e transparente dos métodos e da metodologia; uma comunidade académica definida, servida por um título periódico credível e sustentada num amplo campo de conhecimento (Weed, 2009: 625).

- análise de dados desprovida de teorização.

Assim, sugeriam, a investigação turística continuava a alicerçar-se na teorização e descrição desprovidas de referenciais empíricos, enquanto a assunção de um perfil mais estatístico se revelava desajustada ao nível do significado (Dann et al., 1988: 10). Adicionalmente e em função do avanço das ferramentas de análise computacional (ex. SPSS), muitos investigadores produziram trabalhos metodologicamente avançados, mas carecidos de uma discussão qualitativa acerca do respectivo significado (Dann et al., 1988: 16).

Mais recentemente, Mehmetoglu reiterou este diagnóstico, ao considerar que investigação na área do Turismo e Hospedagem tem sido dominada por estudos empíricos que empregam acriticamente variados métodos de colheita e análise de dados, o que não tem contribuído para a sua afirmação como campo científico (normalmente associada à aplicação rigorosa de princípios metodológicos das ciências sociais) (Mehmetoglu, 2004b: 173). À semelhança do sucedido na generalidade das ciências sociais, o autor exemplifica com a investigação nórdica²⁰ sobre Turismo, que tem evidenciado um predomínio das abordagens quantitativas (caracterizadas pelo emprego de métodos sofisticados, mas teoricamente pouco cômico), enquanto as qualitativas denotam uma tendência oposta (caracterizadas por trabalhos pouco sofisticados, ainda que teoricamente bem enquadrados), apesar merecerem uma atenção crescente (Mehmetoglu, 2004b: 173-4; Mehmetoglu, 2004a: 187).

Aprofundando as raízes desta situação, Franklin e Crang denunciaram – no editorial de lançamento da revista *Tourism Studies* (TS) – um estado de monotonia, insipidez e desânimo que caracterizava a pesquisa sobre Turismo, que o fundamentavam então em (Franklin e Crang, 2001: 5-6):

- uma tentativa de acompanhar o rápido e substancial crescimento que o Turismo tem evidenciado, a novel comunidade de investigação dedicada ao seu estudo tem produzido um enorme acervo de trabalhos documentais de situações, estudos de caso e respectivas variações, revelando uma internalização das perspectivas e prioridades do sector económico associado; complementarmente, boa parte dos elementos que compõem aquela comunidade provém de matrizes disciplinares desprovidas das devidas competências de análise e teorização dos complexos fenómenos culturais e sociais subjacentes, dependendo de um reduzido grupo de teóricos cujo trabalho tem cristalizado em explicações estandardizadas, análises confirmadas e noções basilares, o que se tem traduzido numa tendência para prosseguir sistematicamente determinadas abordagens;

²⁰Compreendendo a realizada por investigadores filiados em organizações localizadas na Dinamarca, Noruega, Suécia ou Finlândia.

- por outro lado, a compreensão sobre o Turismo tem-no reduzido a uma 'coisa' (sobretudo uma 'coisa' económica), um produto, um comportamento, em detrimento das questões relacionadas com a prática social e cultural; e
- igualmente problemática tem sido a forma como o estudo do Turismo é abordado, como séries de eventos discretos, localizados (onde os destinos são aglomerações de localidades, objecto de forças externas que produzem impactos) e o Turismo uma série de ocorrências enumeradas, discretas, de viagens, chegadas, actividades, compras, partidas e nas quais o turista é mais uma encarnação individualizada de um 'Homem Racional Económico', sempre a tentar maximizar os seus ganhos masculinos.

2.3.4 Lacunas e desafios

O estatuto dos estudos sobre Turismo tem sido problemático desde o seu início e os seus pioneiros têm-se visto frequentemente arredados das próprias comunidades disciplinares de formação de base, questionados quanto ao mérito de semelhante objecto de estudo (Botterill et al., 2002: 284). Esta situação espelha aquela que se pode observar relativamente ao próprio Turismo em termos gerais, onde – apesar da importância económica já amplamente reconhecida – parece continuar a carecer de estatuto político, numa disparidade que desafia a lógica. Assim, Botterill exorta os investigadores sociais do Turismo a serem mais arrojados e extrovertidos na procura de reconhecimento pela comunidade científica social e a articularem maior reflexividade e indeterminação nos respectivos estudos (Botterill, 2001: 208-9).

Nesse mesmo sentido, Ingram advoga uma aproximação entre a academia e o sector turístico, ao mesmo tempo que reclama um aprofundamento da relação entre os níveis micro e macro que explique os sucessos a nível local e os referencie na teoria geral. Apesar da recente maior orientação para metodologias qualitativas, o autor defende a necessidade de maior experimentação e intercâmbio, que permita tornar a investigação mais acessível e credível (Ingram, 1996: 93-4).

No entanto, a crescente tendência, no sector turístico, para a ênfase da publicidade em detrimento da investigação ou do *marketing* estratégico, por exemplo, indicia um “fundamentalismo publicitário” assente em quatro proposições (Faulkner, 2003: 300):

- em termos competitivos, a maximização das quotas de mercado assenta na capacidade de influência sobre a percepção do consumidor (nomeadamente em contextos de financiamento limitado e elevados custos de exposição mediática), pelo que se justifica a reafecção das verbas à custa das actividades não-publicitárias;

- para os decisores, a pesquisa é geralmente incompreensível, além de inútil (porque não se traduz em benefícios imediatos ou inequívocos em termos de aumento do número de visitantes);
- devem ser as forças de mercado a determinar as prioridades de investigação; e
- a utilização de consultores externos é mais eficaz na resposta às necessidades de investigação no domínio empresarial.

Na respectiva contra-argumentação, Faulkner contrapõe que (Faulkner, 2003: 300-2):

- o reforço do empenho publicitário só poderá resultar em quotas de mercado acrescidas se realizado num contexto estratégico, compreendendo o desenvolvimento do produto e uma identificação e orientação eficazes dos segmentos de mercado potenciais, baseados na pesquisa e continuamente monitorizados e avaliados;
- embora globalmente os investigadores devam mostrar maior disponibilidade para com as necessidades dos decisores (tanto em termos de focalização nos projectos de investigação como na legibilidade dos seus produtos), a utilidade da pesquisa dependerá também da participação destes últimos (decisores) na preparação dos projectos e na familiarização com assuntos mais técnicos;
- ainda que válida na determinação de prioridades, a fundamentação exclusivamente com base nas forças de mercado poderia reduzir a investigação apenas às actividades que se traduzissem em benefícios comerciais imediatos, ignorando, no longo prazo, temáticas mais relevantes para a sustentabilidade da comunidade alargada e até do próprio sector, despertando, ao mesmo tempo, a discussão sobre quem deveria suportar o esforço financeiro pela sua realização, atendendo à dificuldade em identificar beneficiários concretos; e
- mesmo que justificada em períodos de sobrecarga de trabalho ou de necessidade de conhecimentos especializados, a consultoria levanta questões de continuidade, devendo ser suplementar e não alternativa aos recursos internos.

Não obstante e apesar da melhoria de desempenho verificada em anos recentes, Botterill e Haven alertam para a ameaça ao desenvolvimento da investigação turística que representa a perspectiva de concentração do respectivo financiamento nas unidades mais proeminentes, tendo em vista o melhor posicionamento internacional do ensino superior britânico no contexto das disciplinas estabelecidas (Botterill e Haven, 2003: 6-7)

Em resposta às preocupações veiculadas por alguns académicos relativamente ao desequilíbrio entre a produção e a utilização do conhecimento turístico, Xiao e Smith sugerem a

necessidade da pesquisa futura se debruçar sobre as diferenças de percepção e utilização, entre académicos e profissionais, do conhecimento gerado sobre Turismo a partir da investigação, assim como sobre os seus facilitadores e obstáculos, motivações e nível de utilização e quanto ao potencial dos programas de investigação colaborativa de base comunitária na promoção da utilização (Xiao e Smith, 2007: 315-19).

Passando às questões metodológicas, Dann et al. reconheceram já há muito tempo insuficiências relativamente a aspectos como (Dann et al., 1988: 24-5):

- utilização auxiliar de medidas não-invasivas;
- re-análise de estatísticas turísticas;
- aplicação da observação participante;
- utilização de experiências de campo;
- comparação de contextos (culturais ou de consumo);
- comparação de contextos (culturais ou de consumo); e
- diário enquanto técnica de recolha de dados; e
- mapas mentais como instrumentos de validação de dados.

Reconhecendo a preponderância da Economia, Geografia e Antropologia na investigação sobre Turismo, Riley enfatizou a ausência da Sociologia, da teoria organizacional, da economia organizacional e de gestão, da estratégia empresarial e da psicologia social na literatura de investigação sobre Turismo. Por seu lado, o conjunto dos temas mais frequentes engloba (Riley, 2002: 2):

- impactos e previsões económicos;
- impactos culturais;
- destinos e imagem;
- atributos do viajante;
- sustentabilidade e impactos ambientais; e
- política turística.

Entre as ausências mais evidentes contam-se as forças sociais, os negócios, a gestão, o trabalho, a microeconomia e o comportamento organizacional. Assim, as novas direcções temáticas a privilegiar futuramente deveriam incidir nas relações entre os diferentes intervenientes e sobre o turismo doméstico, nomeadamente quanto (Riley, 2002: 2-3):

- aos interesses e forças de poder que influenciam os processos de planeamento e desenvolvimento turístico;
- ao processo de definição e aplicação de estratégias empresariais e a convivência entre estratégias de sectores diferentes;
- ao impacto das tecnologias da informação na estrutura e funcionamento do sector, muito além das funções de *marketing*;
- à dimensão local do Turismo e a sua dependência/independência do âmbito global;
- à evolução da relação entre Trabalho e Lazer e de como o rendimento afecta o consumo turístico face a outros consumos; e
- à validade das categorias empregues na estatísticas e previsões.

Relativamente às unidades de análise, Riley ressalta que o turista, os segmentos de mercado e as área-destino têm prevalecido sobre o indivíduo (tanto como consumidor, como enquanto trabalhador), a força de trabalho, o mercado, a empresa ou a unidade operacional (Riley, 2002: 2). Esta asserção reitera alegações anteriores, no sentido de que apesar do Turismo exercer uma influência sobre praticamente todos os que vivem nas áreas-destino, os não-turistas (particularmente os hospedeiros e respectivas sociedades) continuam praticamente ausentes dos estudos sobre o Turismo, sendo igualmente insuficiente a investigação sobre o contexto de onde provêm os turistas (Dann et al., 1988: 22; Botterill, 2001: 208).

Para Franklin e Crang, é preciso reconhecer as implicações das mobilidades e sensibilidades no Turismo num sentido mais amplo, já não como um produto ou modo de consumo, ritual e contido espácio-temporalmente, mas antes como uma dimensão significativa da vida social global, que já não necessita de propalar a sua importância sócio-económica como subterfúgio contra o tradicional epíteto de frivolidade (Franklin e Crang, 2001: 6-7).

Ballantyne et al., por seu lado, reclamam mais investigação que aprofunde os papéis de guardiões desempenhados pelos editores das publicações, seja em termos do constrangimento de algumas abordagens e tópicos, seja na adesão e promoção de outras (Ballantyne et al., 2009: 152).

2.4 Resumo do capítulo

Ao longo deste segundo capítulo, a revisão incidiu na investigação sobre Turismo. Apesar da sua novidade, a evolução verificada atesta – como asseveram vários relatos oriundos de diferentes proveniências – uma instrumentalização em função do desenvolvimento geral, so-

bretudo a partir da segunda metade do século XX, denunciando um pendor economicista. A partir da década de 1970, o Turismo emergiu na agenda investigativa de várias disciplinas interessadas no estudo dos seus impactos, deixando assim de ser considerado um tópico secundário ou colateral.

No que respeita à consideração da própria investigação científica sobre Turismo, é possível concluir de situações bem distintas: no caso da publicação periódica, regista-se a vitalidade das abordagens efectuadas, traduzida numa pluralidade de métodos, temas e objectos de análise; já quanto à investigação pós-graduada, parece reflectir uma ortodoxia metodológica em virtude da sua natureza eminentemente descritiva, apesar de se salientar o seu crescimento acentuado nos anos mais recentes; além disso, testemunha uma polarização dos desempenhos institucionais num conjunto restrito de instituições, além do predomínio de algumas abordagens disciplinares.

Quanto à pesquisa que toma por objecto a investigação sobre Turismo, atesta uma reduzida reflexividade quanto a questões substantivas (nomeadamente epistemológicas e axiológicas, como os significados, os contextos ou as forças que influenciam a sua realização), empenhada que está ainda com práticas mais positivistas de estimação de padrões e tendências. Subjacente, o imperativo 'performativista' manifesta-se tanto a nível operacional (adesão à agenda sectorial), como académico (maximização do esforço investigativo) ou ainda no âmbito mais amplo da actividade humana (redução a um mero comportamento à custa faceta identitária). O estudo do Turismo carece assim de abordagens que rompam com uma acepção consumista e ritual prevalecente, centrada no turista e na área-destino, privilegiando a adequação à sofisticação metodológica.

Capítulo 3

A formação superior sobre Turismo

3.1 Introdução ao capítulo

No capítulo que agora se abre, explora-se a relação da investigação científica com o ambiente académico, consignada na oferta formativa específica sobre Turismo. Para o efeito, perscrutar-se-ão as suas origens, através de testemunhos referentes a diferentes realidades internacionais, desvendando-se as especificidades e vicissitudes da respectiva evolução. Em benefício das qualidades da clareza e da comparabilidade, a análise contemplará separadamente os níveis formativos inicial e pós-graduado.

No intuito de aproximar a presente abordagem à realidade nacional, indagar-se-á também a evolução da oferta formativa específica sobre Turismo, distinguindo-se os níveis, tal como anteriormente. Este exercício será, ainda assim, precedido de um enquadramento relativamente à rede de ensino superior existente e ao perfil da comunidade científica portuguesa, bem como no que se refere à evolução do suporte legislativo que lhe é particular.

3.2 Evolução da formação superior sobre Turismo

A evolução da formação específica sobre Turismo é agora objecto de análise e através da interpretação de diferentes relatos procurar-se-á compreender como surgiu e evoluiu, salientando-se similitudes e dissemelhanças entre cada um. Além da necessária contextualização da investigação pós-graduada, pretende-se também suscitar pistas e questões adicionais a considerar na investigação empírica posterior.

3.2.1 Desenvolvimento(s) da formação inicial

Embora seja possível remontar as origens da formação turística à abertura da Escola de Hotelaria de Lausanne (Suíça) em 1893 ou às universidades de Zagreb (Croácia) ou Cornell (EUA) – já nas décadas de 1920 e 1930, respectivamente – a formação superior sobre Turismo não se concretizou senão na década de 1960, nos EUA: inicialmente incorporada nos *curricula* de gestão hoteleira – indiciando uma função instrumental – rapidamente permeou programas e departamentos de Gestão, Recreio e outras ciências sociais ou cognatas (Jafari, 1990: 37; Vukonic, 1995: 4; Johnson, 1998: 74). Em meados da mesma década emerge também no Reino Unido, agora no seio da Geografia e da Economia¹, para se estender, já no início da década de 1980, a outras disciplinas sociais e humanas, como a Antropologia ou a Gestão (Botterill, 2002: 71; Botterill et al., 2002: 284)

Não obstante, a formação inicial específica nesta área só surgiria no Reino Unido em meados da década de 1980, nos institutos de Bournemouth, Northumbria e South Glamorgan (ano lectivo 1986/1987), tendo evoluído de duas formas bem distintas: enquanto as universidades mais provecas tenderam a incorporá-lo como uma especialidade ou subconjunto das disciplinas com créditos já bem firmados na tradição académica (Economia, Geografia ou Antropologia), os estabelecimentos politécnicos (promovidos à condição de “universidades novas” a partir de 1992) desenvolveram uma oferta formativa técnica e aplicada, assim respondendo à carência por profissionais qualificados (Airey, 2005: 15; Botterill e Gale, 2005: 470; Flohr, 2001: 509).

Durante a década de 1990, o desenvolvimento desta oferta formativa ficou marcado por (Airey, 2005: 16-8):

- extensão curricular além do domínio vocacional, devida quer à crescente percepção para a necessidade da formação para responder à multiplicidade de efeitos relacionados com o desenvolvimento turístico, quer à mobilização de académicos e investigadores de áreas cada vez mais diversas; e
- popularidade conseguida pela formação complementar sobre Turismo ao nível do ensino secundário (16-18 anos).

Entre os factores que favoreceram esta evolução contam-se (Airey e Johnson, 1998: 8):

- a política educativa, visando a expansão do ensino superior e a sua orientação vocacional;

¹ Denotando uma evolução similar à do Lazer e do Recreio, primeiro pela Geografia, logo seguida pela Sociologia e pela Psicologia (Botterill et al., 2002: 284).

- a percepção do Turismo como um sector em crescimento e gerador de emprego;
- a modularidade dos programas de estudo, menos dispendiosos de instituir comparativamente com outras áreas científicas e disciplinas mais estabelecidas; e
- a popularidade granjeada pelos cursos sobre Turismo junto dos potenciais estudantes.

As evoluções registadas na Austrália e na Nova Zelândia denotam similaridades com a ocorrida no Reino Unido², nomeadamente no que se refere à natureza institucional de acolhimento. Os anos mais recentes ficam, contudo, caracterizados pela redução e progressiva especialização da oferta formativa australiana, depois da proliferação verificada na década de 1990, enquanto que a oferta formativa neo-zelandesa vem evidenciando uma expansão mais moderada (King e Craig-Smith, 2005: 115-7).

Já no Brasil, o desenvolvimento neste nível formativo evidencia dissimilaridades significativas relativamente aos casos europeu e norte-americano: surgido em 1971 através de um curso específico³ (e não como módulo de cursos noutras áreas), precedeu a oferta na área da hospedagem, surgida somente em 1978 (Leal e Padilha, 2005: 125). O acentuado crescimento verificado nos últimos anos ficou a dever-se, maioritariamente, à expansão do sector privado, consonante com idêntica evolução sucedida à escala nacional (Ramos e Garcia, 2006: 5).

À semelhança do sucedido com o próprio Turismo, a evolução da respectiva formação superior inicial pode reputar-se, em termos numéricos, nada menos que fenomenal. No Reino Unido, o crescimento da oferta formativa inicial atingiu os 142% em apenas quatro anos, passando dos 31 cursos em 1996⁴ para os 75 em 2000 (Botterill, 2002: 71). Na Austrália, o crescimento foi igualmente expressivo, passando de 15 cursos em 1989, para 32 em 1995 e 95 em 2004 (King e Craig-Smith, 2005: 115). Já no Brasil, a oferta total de cursos de formação inicial em 2005 foi estimada em 697, quando em 1994 eram apenas 41 (Ramos e Garcia, 2006: 5). Embora representando uma medida indirecta, Xiao reportou, relativamente à China, um crescimento significativo do número de instituições superiores com cursos de Turismo, de 102 em 1993, para 192 em 1997 (Xiao, 2000: 1053).

Ainda que projectando um ponto de vista britânico, Airey atribuiu o significativo crescimento da oferta formativa sobre Turismo a uma conjugação de factores (Airey, 2005: 13-5):

- ao dramático crescimento do próprio Turismo, sobretudo a partir da década de 1960;

²Ainda que a australiana a preceda, datando do início da década de 1970 nas universidades de Victoria e Queensland (King e Craig-Smith, 2005: 115).

³Na Faculdade de Turismo do Morumbi, em São Paulo (Leal e Padilha, 2005: 125).

⁴Dois terços dos quais haviam surgido somente desde 1990 até então (Middleton e Ladkin, 1996: 3).

- à expansão da oferta formativa superior sobre Turismo, em particular a de cariz vocacional; e
- à intensa concorrência entre instituições de ensino superior no recrutamento de alunos, em função de alterações nos enquadramentos financeiro e regulamentar.

A rapidez e a escala da expansão desta oferta formativa despertou, no Reino Unido, interrogações quanto à solidez e ao rigor académico dos respectivos conteúdos curriculares, alimentando o debate a propósito da adequabilidade do estudo do Turismo ao nível da formação inicial e uma apreensão relativamente à efectiva capacidade de assimilação pelo mercado de trabalho, além de uma tensão entre as vertentes académica e vocacional dos programas de estudo (Airey e Johnson, 1998: 8; Airey, 2005: 19).

Com base na análise da oferta formativa inicial sobre Turismo, Airey e Johnson salientaram a correspondente natureza vocacional, alicerçada numa orientação para a gestão empresarial, quando considerados a denominação⁵, a localização intra-institucional⁶ ou ainda os objetivos declarados⁷ (Airey e Johnson, 1998: 3-4). Middleton e Ladkin já haviam destacado o predomínio feminino na candidatura entre 1993 e 1995, de 75% contra 25% de homens (Middleton e Ladkin, 1996: 5).

No desenvolvimento do ensino turístico, Airey alerta para dois tipos de riscos a considerar (Airey, 2005: 22): a continuidade de um perfil demasiado vocacional, pouco mais do que um reflexo do mundo do trabalho; e a ruptura com o sector associado, um dos seus principais fundamentos.

3.2.2 Perspectiva(s) da formação pós-graduada

No desenvolvimento da formação pós-graduada sobre Turismo⁸ é possível discernir a influência de um conjunto multidisciplinar de ciências sociais, reflectindo igualmente a evolução verificada em áreas afins, como o Lazer, o Recreio e – ainda que a um nível menos expressivo – a Hospedagem.

Isso mesmo atesta o caso britânico, onde o Turismo surgiu, nos finais da década de 1960, como objecto de estudo da Geografia (Universidade de Edimburgo), Planeamento Regional

⁵Com mais de um terço dos cursos denominados de “Gestão do Turismo” (Airey e Johnson, 1998: 3).

⁶Na sua maioria sediados em departamentos de gestão, serviços, hospedagem, hotelaria e *catering* (Airey e Johnson, 1998: 3).

⁷Focalizados nas oportunidades de carreira ou nas perspectivas de emprego (Airey e Johnson, 1998: 4).

⁸Por mero critério de simplicidade de abordagem, a formação pós-graduada identifica-se aqui com os programas de estudos directamente conducentes aos graus de mestre e doutor.

e Urbano (Universidade de Birmingham) ou Sociologia (Universidade de Westminster), entre outras. No entanto, oferta de formação pós-graduada específica sobre Turismo remonta apenas ao início da década de 1970 – no seio de departamentos que albergavam a gestão hoteleira e de *catering*⁹, nas universidades de Strathclyde e do Surrey (1972) – antecipando cerca de 15 anos a correspondente formação inicial. Já na década de 1980, a procura desta modalidade de formação superior – à altura considerada pelos decisores como prioritária no combate ao desemprego entre os mais qualificados – foi substancialmente impulsionada pela disponibilização de avultados incentivos financeiros governamentais. Contudo, a retirada de tais apoios no início da década de 1990 – reflexo de uma menor premência do desemprego graduado na agenda política nacional – incitou as instituições à procura de alternativas de financiamento, o que culminou numa reorientação generalizada para o recrutamento de alunos estrangeiros (Airey, 2005: 15; Botterill e Gale, 2005: 469-71).

Já na década de 1990, a continuação do crescimento da oferta formativa pós-graduada sobre Turismo na Grã-Bretanha é atribuída à criação de unidades ou departamentos académicos numa renovada comunidade universitária¹⁰, ao significativo investimento no recrutamento de pessoal docente na área do Turismo e ao desenvolvimento de recursos educativos para o estudo do Turismo, conduzindo a uma praticamente inevitável e “natural” extensão da capacidade instalada ao nível pós-graduado. Apesar da dificuldade na sua contabilização precisa, Flohr estimou uma oferta composta por 81 de cursos em funcionamento em 42 instituições no ano lectivo de 1999/2000 (Botterill e Gale, 2005: 471-2; Flohr, 2001: 506).

Na Europa Ocidental o aparecimento da formação pós-graduada em diversos locais – como Roma e Turim, na Itália, ou Aix-en-Provence, em França – foi contemporâneo do verificado no Reino Unido, embora revele um carácter distinto, herdeiro de uma corrente tradicional de estudos sobre o Lazer¹¹. No decurso do pós-guerra, vários países lançaram-se em projectos modernistas de Lazer, subsidiários da construção de uma sociedade melhor, donde resultariam alguma investigação aplicada e um interesse acrescido pelo processo de planeamento do tempo de lazer. A sua conjugação com uma abertura, nestes países, do ensino superior a novas áreas facilitou a entrada dos estudos sobre o Lazer e o Turismo (Botterill e Gale, 2005: 470; Dartnall e Store, 1990: 51).

Relativamente aos EUA, o desenvolvimento verificado nas primeiras décadas do século XX

⁹Ainda que cedendo ao estrangeirismo, opta-se aqui pela manutenção do termo original em inglês, porquanto a correspondente tradução no sentido de restauração se revela insatisfatória à veiculação do conceito inerente.

¹⁰Entretanto libertada dos constrangimentos do planeamento centralizado (estatal) da oferta (Botterill e Gale, 2005: 471).

¹¹Ideologicamente empenhada na educação das massas laborais acerca e para o Lazer e na prevenção de comportamentos anti-sociais e, portanto, elitista em termos políticos e culturais (Botterill e Gale, 2005: 470).

é tributário da corrente europeia supra-referida, em matéria de estudos sobre o Lazer, e da emergência da Educação Física, o que se traduziu na criação de departamentos universitários de Saúde, Educação Física e Recreio. Embora presente em universidades como as do Hawai ou do Massachussets, na década de 1960 a formação pós-graduada na área do Turismo (ou “viagens”, como era então mais comum) tinha uma expressão muito reduzida, frequentemente limitada a algumas disciplinas de opção. Somente na década de 1990 é que os departamentos responsáveis pelo ensino do Turismo, criados no nexo Saúde/Recursos naturais/Recreio, adoptariam o Turismo na respectiva denominação (Botterill e Gale, 2005: 470-1).

Contrastando com a dimensão da oferta formativa inicial atrás referida, a oferta formativa pós-graduada brasileira caracteriza-se pela escassez, não excedendo cinco mestrados e dois doutoramentos entre 2003 e 2004¹², desta feita concentrados no sector público (à semelhança do padrão verificado na oferta pós-graduada a nível nacional). A explicação para esta situação parece residir no facto das instituições de ensino superior públicas daquele país congregarem a grande maioria dos docentes habilitados com pós-graduações, afirmando-se assim mais habilitadas à prossecução da investigação e formação também ela pós-graduada (Leal e Padilha, 2005: 127-8; Ramos e Garcia, 2006: 5-6).

Noutros países ainda, como a Alemanha ou a Eslovénia, o Turismo somente marca presença enquanto matéria de estudo de cursos de especialização inferiores ao mestrado, dirigidos aos profissionais do sector que ambicionem a progressão na carreira ou a quem vise um doutoramento, centrando-se por isso em conteúdos curriculares relevantes para um contexto vocacional (Freyer et al., 2005: 188-9; Mihalic, 2005: 247). Em Espanha, Vera Rebollo assinalou tanto a novidade dos cursos de pós-graduação (início da década de 1980), como a desadequação da oferta, maioritariamente de especialização abaixo do mestrado e orientada para a gestão hoteleira (Vera Rebollo, 1995: 18-20).

A propósito dos estudos pós-graduados sobre Turismo, Botterill e Gale projectam três tendências a considerar no futuro próximo, no que se refere a (Botterill e Gale, 2005: 475-9):

- Crescimento e consequências decorrentes, traduzidas na disponibilidade de corpo docente qualificado, nos critérios de aferição da qualidade empregues e no efeito “normativo” do financiamento com base na avaliação;
- A importância global do Turismo e seu estatuto enquanto objecto de estudo, evidente na crescente proeminência económica e social que ressalta as tensões entre uma per-

¹²Verificou-se aqui inexequível uma medida consistente, com Ramos e Garcia (2006: 5) a referirem três mestrados em 2005, enquanto Baccon et al. (Baccon et al., 2007: 4) davam conta de seis já em 2007.

formatividade economicista baseada na comodificação do ensino e a tradicional e muito estimada colegialidade académica; e

- Internacionalização (da sala de aula), que comporta uma possibilidade de desafio à situacionalidade (branca, de classe média, masculina, anglófona, ocidental) do currículo pós-graduado, ainda que questione igualmente as relações e os processos fundamentais ao ensino neste nível.

3.3 Contexto português de formação superior sobre Turismo

Nesta fase do trabalho, é chegada a altura de perspectivar a oferta formativa nacional na área do Turismo, não sem que antes se reporte o meio sócio-institucional em que se desenvolve e o enquadramento legal que lhe respeita e caracteriza.

3.3.1 O sistema de ensino superior e a comunidade científica portuguesa

No seu mais recente enquadramento (Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro), o ensino superior português compreende entidades públicas e privadas que têm como objectivo principal a qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica. A rede de estabelecimentos existente configura um sistema binário, composto por instituições de ensino:

Universitário, orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental; e

Politécnico, orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental.

Embora abarque todo o território nacional, a actual composição da rede de ensino superior evidencia significativas assimetrias regionais (GPEAR/MCTES, 2008a): a Região de Lisboa e Vale do Tejo representa por si só 40,4% das instituições¹³, enquanto as duas grandes áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) ascendem aos 59,6% e o conjunto formado pelas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro amplia aquele valor para uns expressivos 89,7%.

¹³Estabelecimentos com código institucional próprio (identificativo junto da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES)), i. é, não directamente dependentes de outro estabelecimento e incluindo os estabelecimentos de ensino superior militar e policial.

Tabela 3.1: Distribuição regional das instituições de ensino superior em Portugal

Região NUTS II	Sector		Subsistema		Subtotal
	Público	Privado	Universitário	Politécnico	
Norte	8	40	17	31	48
Centro	9	15	9	15	24
Lisboa e Vale do Tejo	19	40	29	30	59
Alentejo	4	3	4	3	7
Algarve	1	3	3	1	4
Madeira	1	2	1	2	3
Açores	1	0	1	0	1
Total	43	103	64	82	146

Fonte: GPEARI/MCTES (2008a).

O carácter “litoralizado” do país afigura-se evidente em boa parte destas constatações: 81,5% dos estabelecimentos de ensino superior em Portugal situam-se nos distritos da faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal (inclusive) ou Faro, proporção que aumenta para os 84,4% no subsistema universitário ou para os 85,4% no sector privado; inversamente, a média dos estabelecimentos localizados em áreas “interiores”(18,5%) é superada no subsistema politécnico (20,7%) e pelo sector público (27,9%).

Tabela 3.2: Assimetria na localização das instituições de ensino superior em Portugal

Localização	Sector		Subsistema		Subtotal
	Público	Privado	Universitário	Politécnico	
“Litoral”	31	88	54	65	119
“Interior”	12	15	10	17	27
Total	43	103	64	82	146

Fonte: GPEARI/MCTES (2008a).

A um nível mais específico, as assimetrias também marcam presença quando considerado o sector de iniciativa: por oposição ao sector público (cujos estabelecimentos públicos marcam presença em todos os distritos e regiões autónomas), a rede do sector privado não abrange cinco daquelas unidades administrativas (Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre e Açores). Já quanto à modalidade institucional adoptada, o subsistema universitário só não figura em três unidades administrativas (Castelo Branco, Guarda e Portalegre), onde apenas o subsistema politécnico se faz representar, através do sector público.

Tabela 3.3: Distribuição subregional das instituições de ensino superior em Portugal

Subregião	Sector		Subsistema		Subtotal
	Público	Privado	Universitário	Politécnico	
Aveiro	1	6	1	6	7
Beja	1	2	2	1	3
Braga	2	5	2	5	7
Bragança	1	4	2	3	5
Castelo Branco	1	0	0	1	1
Coimbra	3	5	6	2	8
Évora	1	0	1	0	1
Faro	1	3	3	1	4
Guarda	1	0	0	1	1
Leiria	1	2	1	2	3
Lisboa	16	35	24	27	51
Portalegre	1	0	0	1	1
Porto	3	25	11	17	28
Santarém	2	2	1	3	4
Setúbal	3	6	5	4	9
Viana do Castelo	1	1	1	1	2
Vila Real	1	1	1	1	2
Viseu	1	4	1	4	5
Madeira	1	2	1	2	3
Açores	1	0	1	0	1
Total	43	103	64	82	146

Fonte: GPEARI/MCTES (2008a).

O perfil traçado por Jesuíno sobre a comunidade científica portuguesa apontava para uma comunidade jovem e recente, evidenciando homogeneidade tanto nas suas origens e estratificações, como nos seus comportamentos, atitudes e expectativas. O estudo realizado colocava o país na linha de fundo quando comparado com os seus congéneres internacionais e reflectia, segundo aquele, a posição semiperiférica do país, a que acrescia a falta de investimento na investigação, consequência do parco desenvolvimento económico verificado em décadas anteriores. Ao reduzido número de investigadores (particularmente nas empresas) em equivalência a tempo integral (ETI) - quatro vezes inferior à média europeia, segundo o autor - somava-se o escasso investimento em investigação, em termos de proporção do produto interno bruto (PIB). Esta comunidade caracterizava-se igualmente por significativas assimetrias: se em termos institucionais a maior parte dos investigadores se concentrava nas universidades (82,4%), em termos geográficos mais de 50% da amostra foi localizada na Região de Lisboa e Vale do Tejo (contra uns meros 4,2% respeitantes ao agregado composto por Alentejo, Algarve e ilhas); por sexo, os homens representavam 64%, o que contribuía para interpretar a persistência de desigualdades na progressão na carreira e no acesso à coordenação e gestão da ciência, em desfavor das mulheres (Jesuíno, 1995).

No que às práticas científicas dizia respeito, o relativo isolamento dos cientistas portugueses manifestava-se numa menor dedicação à investigação - em função da respectiva carga docente - quando comparados com alguns dos seus homólogos estrangeiros; já em termos de produtividade a apresentação de comunicações em encontros científicos representava a maior parcela (o dobro da publicação em revistas nacionais e o triplo da publicação em revistas internacionais). Concomitantemente, os modestos resultados ao nível das citações em trabalhos científicos internacionais¹⁴ e uma escassa participação em conferências internacionais atestavam uma saliência pouco expressiva na comunidade científica internacional. Além disso, a menor apetência pela inovação reflectia-se na baixa prioridade atribuída às novas áreas de pesquisa, reforçada pela importância atribuída ao orientador científico na proposição de projectos (só debelada no topo da carreira). Já quanto ao clima de trabalho, a investigação constituía uma importante fonte de satisfação intrínseca, conjugada com a colaboração em equipa, a atmosfera informal e o elevado igualitarismo, representativos de práticas de consulta e formação de consensos (Jesuíno, 1995).

Em termos de identitários, esta comunidade representava-se como um grupo sujeito ao exigente controlo pelos seus pares, para quem as motivações intrínsecas poderiam compensar a exiguidade das recompensas materiais ou “os particularismos a que estão sujeitas as escolhas e a falta de comunicação e transparência que muitas vezes caracteriza as relações entre os membros” (Jesuíno, 1995: 184). Assumindo-se primordialmente como docentes universitários, revelavam uma tendência acentuada para reconhecer maior cientificidade à própria área do que as restantes áreas lhe atribuíam: num extremo, os inquiridos associados às ciências naturais e exactas reivindicavam para si maior pendor científico em comparação com as restantes, de quem eram críticos; no outro, os que se representavam nas ciências sociais e humanas concediam mais facilmente um estatuto científico aos outros campos, não abdicando de reclamar para si uma cientificidade superior à que as restantes áreas lhe reconheciam. Como resultado, esta comunidade apresentava-se como uma constelação de campos disciplinares com fronteiras mal definidas, onde a comunicação se processava sobretudo no interior de cada disciplina, enquanto a comunicação interdisciplinar, porventura suficiente, era escassa.

¹⁴Com apenas 4,4% da amostra referindo mais de 100 citações, 1,5% com 75 a 100 citações e também 1,5% com 50 a 75 citações (Jesuíno, 1995: 183).

3.3.2 Enquadramento jurídico da formação pós-graduada em Portugal

Doutoramento

O desajustamento do regime de doutoramento vigente face aos objectivos da concessão do respectivo grau – nomeadamente quanto à dispersão no estudo de grande variedade de matérias e sua utilização na aferição de aptidões pedagógicas – constituiu o principal argumento aduzido a propósito da sua regulamentação, concretizada com a publicação do Decreto-Lei n.º 388/70, de 18 de Agosto. Nos termos preceituados naquele diploma, o grau de doutor comprovaria um “alto nível cultural e aptidão para a investigação científica em determinado grau do saber”, sendo conferido pelas universidades em cada uma das suas escolas (Art. 1.º). A ele podiam candidatar-se (Art. 3.º):

- a) licenciados por universidades portuguesas com informação final mínima de 16 valores ou equiparados;
- b) licenciados com informação final mínima de 14 valores, com um mínimo de três anos de serviço como assistentes ou leitores, na escola onde requeriam o doutoramento; ou
- c) aqueles que, “não preenchendo os requisitos [...] anteriores” tivessem “realizado trabalhos de valor sobre matérias em que pretende[ss]e[m] doutorar-se”, mediante parecer fundamentado do conselho escolar, aprovado por maioria de dois terços dos seus membros.

As correspondentes provas – incluindo a crítica e defesa de uma dissertação original e especialmente escrita para o efeito (Art.º 19.º, n.º 1) – deveriam incidir sobre “matéria de um grupo de disciplinas afins, professadas em escolas superiores e incluídas no elenco das respectivas licenciaturas” (Art. 2.º, n.º 2), podendo “ser aceites dissertações realizadas sob a responsabilidade individual do doutorando” (Art. 4.º, n.º 3).

A suspensão daquele diploma – para efeitos de posterior apreciação parlamentar na especialidade – e a dissolução da Assembleia da República que se lhe seguiu, justificaram a publicação do Decreto-Lei n.º 525/79, de 31 de Dezembro, onde o doutoramento passou a comprovar “alto nível cultural e científico e aptidão para o desenvolvimento de investigação em determinado ramo do saber” (Art. 12.º, n.º 1) e a admitir à candidatura indivíduos habilitados com mestrado (Art. 14.º, n.º 2).

O doutoramento manteve-se inalterado até ao início dos anos 1990's, aquando da publicação do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro: passou então a comprovar a “realização de uma contribuição inovadora e original para o progresso do conhecimento, um alto nível cultural numa determinada área do conhecimento e a aptidão para realizar trabalho científico

independente” (Art. 17.º, n.º 1), permanecendo um exclusivo absoluto de universidades. Concedido por referência a um ramo de conhecimento, implicava a prestação de uma prova, consistindo na discussão pública de uma tese original (e provas complementares, quando imposto por regulamentação) (Art. 21.º). A respectiva candidatura passou a depender da titularidade de uma licenciatura com uma classificação final mínima de 16 valores ou do grau de mestre, podendo ainda candidatar-se os detentores de “currículo científico, académico e profissional [atestando] capacidade para a habilitação [...], precedendo apreciação curricular” (Art. 18.º).

Este enquadramento jurídico da atribuição de graus e diplomas haveria de vigorar até à publicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março¹⁵, que consagrou a adesão Portuguesa ao Processo de Bolonha, através da adopção de um modelo de organização do ensino superior assente em três ciclos: licenciatura, mestrado e doutoramento (reservando a atribuição deste último ao ensino universitário). No âmbito deste diploma, o grau de doutor passou a ser outorgado, num ramo do conhecimento ou numa sua especialidade, a indivíduos que demonstrem (Art. 28.º, n.º 1):

- a) “Capacidade de compreensão sistemática num domínio científico de estudo;
- b) Competências, aptidões e métodos de investigação associados a um domínio científico;
- c) Capacidade para conceber, projectar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;
- d) Ter realizado um conjunto significativo de trabalhos de investigação original que tenha contribuído para o alargamento das fronteiras do conhecimento, parte do qual mereça a divulgação nacional ou internacional em publicações com comité de selecção;
- e) Ser capazes de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas;
- f) Ser capazes de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que são especializados;
- g) Ser capazes de, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico e ou profissional, o progresso tecnológico, social ou cultural.”

O acesso a este ciclo de estudos passou a efectuar-se entre (Art. 30.º, n.º 1):

¹⁵Entretanto já alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

- a) “Os titulares do grau de mestre o equivalente legal;
- b) Os titulares de grau de licenciado, detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos;
- c) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos.”

A sua realização compreende actualmente (Artigo 31.º):

- a) “a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade;
- b) A eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, cujo conjunto se denomina curso de doutoramento”

Mestrado

A introdução do mestrado como grau pós-graduado verificou-se através do já referido Decreto-Lei n.º 304/78, de 12 de Outubro, a que teriam acesso os licenciados (Art. 5.º, n.º 1). Conferido por universidades e institutos universitários, comprovava a capacidade científica e especialização em determinado domínio do conhecimento, sendo designado pelos ramos de conhecimento correspondentes ao objecto principal da escola que o realizava, acrescentando-se a especialidade em que era efectuado (Art. 5.º, n.ºs 2 e 3). Os respectivos cursos compreendiam um mínimo de 12 e um máximo de 24 meses de escolaridade de matéria especializada, seguindo-se a crítica e defesa de uma dissertação original e especialmente escrita para o efeito (Art. 6.º, n.º 1), a realizar após a aprovação em todas as disciplinas curriculares e seminários (Art. 9.º, n.º 3).

À semelhança do verificado com o doutoramento, o mestrado seria também alterado com a publicação do Decreto-Lei n.º 525/79, de 31 de Dezembro, nomeadamente quanto ao propósito, então enunciado como o de comprovar “nível aprofundado de conhecimento numa área científica restrita e capacidade científica para a prática de investigação” (Art. 5.º, n.º 2). Ainda assim, a necessidade de desenvolvimento de competências para a investigação científica e de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos em estudos de licenciatura haveriam de ditar a regulamentação adicional, no contexto de uma nova legislatura, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 263/80, de 7 de Agosto. Nessa altura, o mestrado passou a

comprovar “nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e capacidade para a prática de investigação” (Art. 1.º, n.º 2) e a discussão da respectiva dissertação ficou limitada a 60 minutos, garantindo ao candidato um período razoável para responder às críticas feitas (Art. 8.º, n.º 1).

Tal como anteriormente, este enquadramento permaneceu inalterado até à publicação do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, que limitou a duração do mestrado a um máximo de quatro semestres (Art. 7.º). Já no que respeitava ao acesso, a candidatura à inscrição no curso foi condicionada à titularidade de um grau de licenciatura com uma classificação final mínima de 14 valores (ou, em casos excepcionais, à apreciação curricular entre os titulares de licenciatura com classificação inferior a 14 valores) (Art. 6.º, n.º 1) e o leque de instituições que o podiam atribuir foi alargado aos estabelecimentos de ensino superior universitário não integrados em universidades ou ainda universidades associadas a institutos superiores politécnicos (cabendo àquelas a respectiva certificação) (Art. 1.º, n.ºs 1 a 3).

Mais recentemente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, o grau de mestre passou a ser conferido numa especialidade (se necessário, desdobrada em áreas de especialização) a indivíduos que demonstrem (Art. 15.º, n.º 1):

- a) “Possuir conhecimentos e capacidade de compreensão a um nível que:
 - i) Sustentando-se nos conhecimentos obtidos ao nível do 1.º ciclo, os desenvolva e aprofunde;
 - ii) Permitam e constituam a base de desenvolvimentos e ou aplicações originais, em muitos casos em contexto de investigação;
- b) Saber aplicar os seus conhecimentos e a sua capacidade de compreensão e de resolução de problemas em situações novas e não familiares, em contextos alargados e multidisciplinares, ainda que relacionados com a sua área de estudo;
- c) Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolver soluções ou emitir juízos em situações de informação limitada ou incompleta, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;
- d) Ser capazes de comunicar as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e sem ambiguidades;

- e) Competências que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida, de um modo fundamentalmente auto-orientado ou autónomo.”

O acesso a este ciclo de estudos ficou condicionado a (Art. 17.º, n.º 1):

- a) “Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os Princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos;
- d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos.”

Compreendendo uma duração normal entre três e quatro semestres curriculares, valendo entre 90 e 120 créditos, este ciclo de estudos visa assegurar, consoante o caso (Art. 18.º, n.ºs 1, 3 e 4):

- no ensino universitário, “que o estudante adquira uma especialização de natureza académica com recurso à actividade de investigação, de inovação ou de aprofundamento de competências profissionais”; e
- no ensino politécnico, “a aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional”.

Em termos estruturais, o ciclo de estudos integra (Art. 20.º, n.º 1):

- um “curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, denominado curso de mestrado, a que corresponde um mínimo de 50% do total dos créditos do ciclo de estudos”; e
- uma “dissertação de natureza científica ou um trabalho de projecto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objecto de relatório final [...], a que corresponde um mínimo de 35% do total de créditos do ciclo de estudos.”

Pelo exposto, constata-se uma “evolução na continuidade” do regime jurídico de atribuição de graus e diplomas, desde a década de 1970 até à publicação do Decreto-Lei n.º 74/2006; isto

é, neste intervalo de tempo aquele enquadramento foi progressivamente refinado, através de modificações pouco expressivas, excepção feita à introdução do grau de mestrado, porventura a mais significativa. Gradualmente, a associação do doutoramento ao exercício de funções docentes no ensino superior começou a desvanecer-se, mas a atribuição dos graus pós-graduados não acompanhou o desenvolvimento da rede de ensino superior (em particular a expansão do subsistema politécnico), permanecendo um direito exclusivo das instituições universitárias.

Com a adopção do modelo de organização de graus e diplomas em três ciclos - na lógica de implementação do Processo de Bolonha - as mudanças adquiriram uma importância mais expressiva, começando pela alteração do primeiro grau (licenciatura), em ruptura com o passado e de que resultou a abolição do bacharelato. Quanto aos graus subsequentes, pese embora a não comparabilidade imediata com os graus anteriormente existentes (quer em termos da organização, quer em termos dos objectivos que visam cumprir ou ainda das competências que a sua realização deve assegurar), uma parte substancial da sua natureza é reafirmada: no mestrado, a função de especialização; no doutoramento, a produção de investigação original, contribuindo para a expansão do conhecimento. Ainda assim, é de destacar a supressão formal das classificações mínimas de acesso àqueles graus, bem como a viabilização da formação pós-graduada no subsistema politécnico (todavia, limitada aos mestrados e com uma orientação explicitamente vocacional). Em termos estruturais, enquanto o doutoramento passou a contemplar a eventual realização de uma formação curricular (curso de doutoramento), no mestrado a componente não curricular passou a admitir a possibilidade de realização de projectos ou a realização de relatórios de estágio em alternativa à elaboração de dissertação, ampliando as perspectivas profissionalizantes.

3.3.3 Evolução da oferta formativa superior sobre Turismo em Portugal

Origens e consolidação

Apesar de um começo porventura tardio, a formação graduada na área do Turismo em Portugal evidencia um crescimento significativo num curto espaço de tempo (Salgado, 2007: 330): no ano lectivo de 2005/06 o número de cursos em funcionamento ascendia a 53, os primeiros dos quais haviam surgido apenas no ano lectivo 1986/87. À semelhança do sucedido nos níveis Básico e Secundário, coube ao sector privado o papel pioneiro na oferta de formação inicial na área do Turismo em Portugal¹⁶, seguido dois anos mais tarde pelo sector público.

¹⁶Na altura, os bacharelatos em Turismo (no Instituto Superior de Novas Profissões e no Instituto Superior de Assistentes-Intérpretes) e de Técnico de Línguas e Turismo (no Instituto Superior de Línguas e Administração).

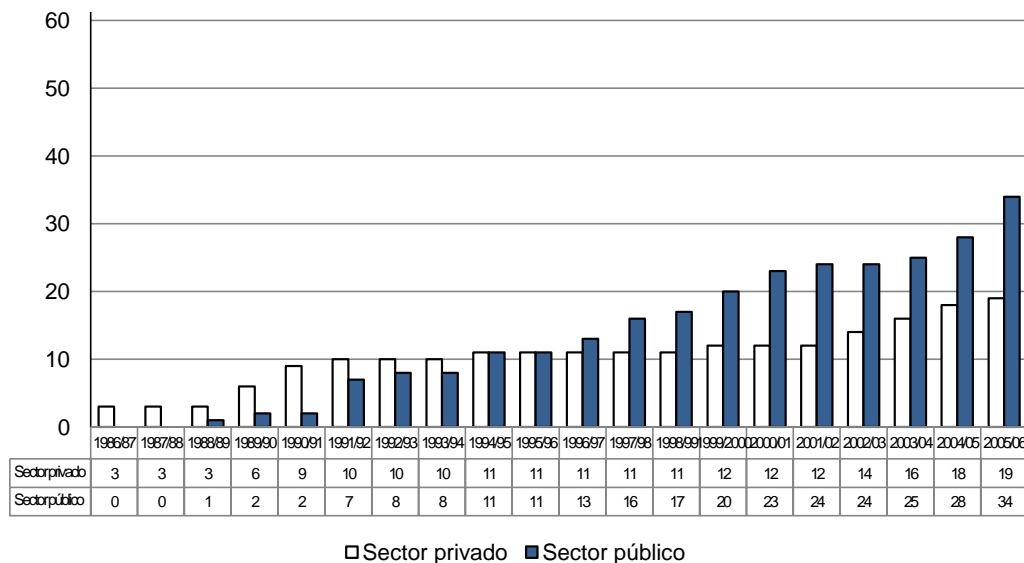


Figura 3.1: Evolução cumulativa da oferta formativa inicial em Turismo por sector

Fonte: Salgado (2007)

O sólido crescimento da oferta formativa na área do Turismo a que se assistiu durante os anos 1990 deveu-se, em boa medida, a dois factores: por um lado, à regulamentação dos cursos de licenciatura bietápica¹⁷, que veio responder aos anseios de longa data do subsistema politécnico na equiparação com o universitário; por outro, à importante aposta realizada pelo sector público na área do Turismo. Deste modo, o número de cursos de graduação em funcionamento nesta área do subsistema politécnico praticamente triplica, dos dez no ano lectivo 1990/91 para 29 no ano lectivo 1999/2000. Ainda assim, quando apreciada a distribuição territorial daqueles cursos, verificava-se uma cobertura nacional mais extensiva pelo sector público, enquanto o privado tendia a concentrar-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Salgado, 2007: 332-3).

Quanto ao subsistema universitário, a evolução é mais tardia: o primeiro curso¹⁸ permanecerá o único durante mais de uma década (até ao ano lectivo 1998/99) e em 2005/06 estavam em funcionamento somente oito licenciaturas; entre essas, quatro haviam entrado em funcionamento somente nos dois anos lectivos anteriores. Embora relativamente equilibrada entre os sectores público e privado, a distribuição desta oferta patenteava uma abrangência mais selectiva do território nacional (Salgado, 2007: 331-4).

Globalmente, a evolução do número de cursos em funcionamento foi acompanhada de perto pelo número de alunos inscritos e pelo número de diplomados, nomeadamente em termos

¹⁷ Através dos Decreto-Lei n.º 234-C/98, de 28 de Julho e Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho.

¹⁸ A Licenciatura em Gestão e Planeamento em Turismo, pela Universidade de Aveiro, no ano lectivo 1988/89.

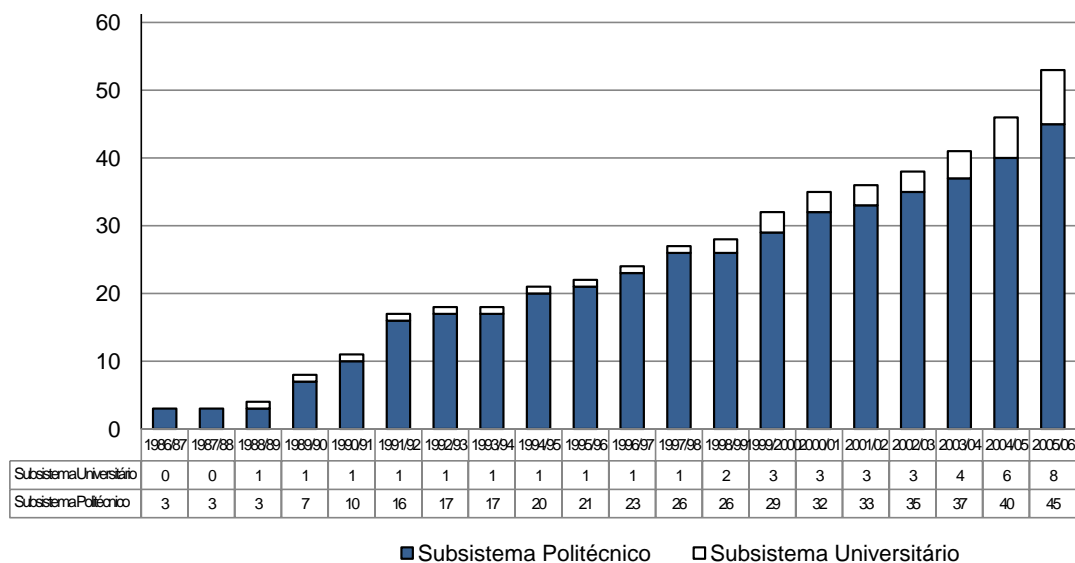


Figura 3.2: Evolução cumulativa da oferta formativa inicial em Turismo por subsistema

Fonte: Salgado (2007)

da preponderância do sector público sobre o privado (concretizada a partir do ano lectivo 1997/98). No entanto, essa primazia não se consubstanciava no número de vagas disponíveis, onde se verificava um equilíbrio relativo entre os sectores, com uma reduzida vantagem de 44 lugares para o sector público em 2005/06¹⁹(Salgado, 2007: 336-9).

No domínio da formação pós-graduada, a expansão da oferta foi ainda mais tardia, mas neste caso foi o sector público o primeiro a avançar, com o Doutoramento em Turismo pela Universidade de Aveiro em 1995²⁰. Cinco anos depois seguir-se-iam os mestrados em Património e Turismo pela Universidade do Minho e em Turismo, Ambiente e Identidades Locais pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), ambos em 2000²¹. Em 2001, o aparecimento do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento do Turismo²², organizado conjuntamente pelas universidades de Aveiro e do Algarve, assinalou o início das parcerias na organização de cursos de pós-graduação na área do Turismo; este foi também o modelo adoptado pelo Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento em Turismo²³, uma iniciativa conjunta entre o Instituto Superior Técnico e a Universidade dos Açores, a que também a Universidade da Madeira se viria a associar. Em 2004 foi a vez da Universidade de Évora passar a conceder o Doutoramento em Turismo²⁴.

¹⁹Entretanto alargada para 114, no ano lectivo 2006/07 (Salgado, 2007: 336-7).

²⁰Despacho n.º 26-R/95, de 24 de Março.

²¹Através da Resolução n.º 10/2000 (2.ª série) de 14 de Janeiro e do Despacho n.º 5678/2000 (2.ª série), de 11 de Março, respectivamente.

²²No Despacho n.º 14 722/2001 (2.ª série), de 13 de Julho.

²³Despacho n.º 24 640/2001 (2.ª série), de 03 de Dezembro.

²⁴Publicado no Despacho n.º 5808/2004 (2.ª série), de 24 de Março.

Tabela 3.4: Oferta pós-graduada em Turismo (pré-Bolonha)

Grau (designação)	Início	Instituição promotora
Doutoramento em Turismo	1995	Universidade de Aveiro
Mestrado em Património e Turismo	2000	Universidade do Minho
Mestrado em Turismo, Ambiente e Identidades Locais	2000	ISCTE
Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo	2001	Universidade de Aveiro Universidade do Algarve
Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo	2001	Instituto Superior Técnico/UTL Universidade dos Açores Universidade da Madeira*
Doutoramento em Turismo	2004	Universidade de Évora
Doutoramento em Turismo (Novos Recursos e Sustentabilidade em Turismo)	n.d.	Universidade Internacional da Figueira da Foz / Universidade de Salamanca (Espanha)
Doutoramento em Ciências do Turismo	n.d.	ISCET / Universidade de Perpignan (França)

Legenda: * - Desde 2004; n.d - não definido.

O sector privado também não foi alheio à expansão da oferta formativa pós-graduada sobre Turismo, ambos os casos em parceria, mas com instituições estrangeiras: enquanto a Universidade Internacional da Figueira da Foz dinamizou o Doutoramento em Turismo (Novos Recursos e Sustentabilidade em Turismo) da Universidade de Salamanca (Espanha), o Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET) promoveu o Doutoramento em Ciências do Turismo da Universidade de Perpignan (França). Em ambas as situações, após um ciclo inicial de estudos acolhido pela instituição nacional, a apresentação da tese verificava-se junto instituição estrangeira, que atribuía o grau.

A transição para “Bolonha”

Entretanto, a adopção de um modelo de organização de graus e diplomas do ensino superior em três ciclos consonante com o Processo de Bolonha - com vista à construção de um espaço europeu de ensino superior - traduziu-se na fixação do ano 2010 como limite para a sua efectivação (conforme ficou definido na Conferência Ministerial Europeia realizada em Bergen, em 2005). Já em 2008, a tutela governamental estimou a sua concretização em cerca de 90% dos cursos no ano lectivo 2007/08, aquando da alteração ao regime de graus e diplomas do ensino superior (Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho). Na área do Turismo e comparando o número de cursos do 1.º ciclo conformes e em funcionamento no ano lectivo 2007/08²⁵ com o número de cursos de graduação (bacharelato, licenciatura e licenciatura

²⁵Ver Anexo A - Rede de Educação e Formação Turística no Ensino Superior.

bietápica) em funcionamento no ano lectivo 2005/06, verifica-se um aumento na ordem dos 15% (Tabela 3.5). Para tal, muito contribuiu o subsistema politécnico (com mais seis cursos), em particular pelos estabelecimentos de iniciativa privada (DGES/MCTES, 2008).

Tabela 3.5: Evolução da oferta de formação inicial com a transição para Bolonha

Sector	Subsistema	Ano Lectivo 2005/06		Ano Lectivo 2007/08		Variação	
		Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas
Público	Universitário	5	n.d.	6	127	20,0%	n.a.
	Politécnico	29	n.d.	31	1.254	6,9%	n.a.
	Subtotal	34	1.154	37	1.381	8,8%	19,7%
Privado	Universitário	9	n.d.	10	630	11,1%	n.a.
	Politécnico	10	n.d.	14	650	40,0%	n.a.
	Subtotal	19	1.110	24	1.280	26,3%	15,3%
Total		53	2.264	61	2.661	15,1%	17,5%

Legenda: n.d - não definido; n.a. - não aplicável.

Fonte: DGES/MCTES (2008); Salgado (2007).

Em termos de vagas, a variação foi ainda superior (17,5%), atingindo um total de 2.661, contra as 2.264 no ano lectivo 2005/06 (DGES/MCTES, 2008). No entanto, o acréscimo registado evidencia realidades bem distintas: embora crescendo acima da média em número de cursos, o aumento das vagas no sector privado fica aquém da média; por seu turno, o apurado no sector público supera-a claramente. Tal significa que, num contexto global de crescimento tanto em termos de cursos como de vagas, o sector público vê aumentar o número médio de alunos por curso - porventura reflexo duma maior cobertura territorial, tal como referido atrás - ao invés do sector privado, onde diminui. Por razões de comparabilidade dos dados - nomeadamente no que se refere aos cursos - abdica-se de uma análise mais profunda (complementar ao presente estudo), em favor da brevidade expositiva.

No que se refere aos estudos pós-graduados (2.º e 3.º ciclos), as alterações são também relevantes (DGES/MCTES, 2008): o acréscimo da oferta de mestrados no sector privado (no Instituto de Novas Profissões e nas universidades Lusíada, Lusófona e Católica) resultou num equilíbrio - cinco cursos para cada - com o sector público, onde apenas as universidades do Algarve, Aveiro, Évora e Madeira continuaram a fazer-se representar. Globalmente, a ligeira primazia do sector público manifesta-se no doutoramento em Turismo pela Universidade do Algarve, o único conforme à altura de redacção desta dissertação. Já no que se refere à organização conjunta de cursos, a única situação identificada²⁶ parece continuar por se realizar na totalidade.

²⁶Mestrado em Turismo, pela Universidade de Évora e pelo Instituto Politécnico de Portalegre.

Em suma, atesta-se uma preponderância do sector público na oferta formativa superior do Turismo em Portugal, tanto ao nível da formação inicial (pelo subsistema politécnico) como da pós-graduada (pelo universitário). A concretização do Processo de Bolonha reforçou este cenário na oferta de 1.º ciclo (mais em termos de vagas do que no número de cursos), residindo a diferença mais significativa no aumento da oferta de mestrados, sobretudo no sector privado; no entanto, a sua ausência no subsistema politécnico é também de realçar, atendendo à oportunidade criada com a legislação em vigor. Contudo, considerando o pouco tempo decorrido da reorganização do sistema de graus e títulos e estando ainda por atingir o horizonte temporal para tal definido, qualquer análise mais exaustiva pode revelar-se prematura (nomeadamente no que se refere aos mestrados e doutoramentos), decerto beneficiando de um eventual acompanhamento mais sistemático.

3.4 Resumo do capítulo

No capítulo que agora se encerra, a formação sobre Turismo foi objecto de apreciação, primeiro através dos relatos internacionais relativos à sua evolução, depois aprofundada considerando o desenvolvimento verificado no caso Português.

Em termos internacionais, boa parte dos testemunhos tendem a situar o aparecimento da oferta formativa superior inicial sobre Turismo como especialidade de outras disciplinas e propostas formativas já estabelecidas, reputando o seu desenvolvimento como nada menos que apreciável, à semelhança do correspondente à própria actividade. À excepção do Brasil – onde surge no início da década de 1970 e antecipa a formação na área da Hospedagem – a formação específica sobre Turismo só surge em meados da década de 1980 (mais tarde ainda, nalguns países), na esteira da formação no domínio da Hospedagem. Esta evolução é antecipada em mais de uma década pela verificada ao nível da formação pós-graduada, mais relacionada com as questões da internacionalização, ainda que ambas reflectam as evoluções verificadas ao nível das políticas educativas e do subsequente financiamento.

Relativamente ao contexto nacional, assinalaram-se assimetrias na oferta institucional ao nível do ensino superior, onde labora a maior parte da comunidade científica portuguesa, caracterizada pela reduzida dimensão, pouca saliência internacional e algum isolamento institucional e disciplinar. Quanto ao enquadramento legislativo, comprova-se uma evolução na continuidade no que se refere à formação pós-graduada – enfatizando, ao nível do doutoramento, a inovação da contribuição e a autonomia da investigação – até à entrada em vigor do modelo de organização de graus e diplomas de “Bolonha”. Já a evolução da oferta formativa

sobre Turismo denota a sua novidade, sobretudo ao nível pós-graduado, e um predomínio do sector público e do subsistema politécnico na formação inicial. Com a adopção do referido novo modelo de organização dos planos de estudos de “Bolonha” esta relação aprofundou-se, enquanto ao nível pós-graduado se regista um “reequilíbrio” da oferta em termos do número de cursos disponíveis entre os sectores público e privado, realidade a que ainda é alheio o subsistema politécnico.

Capítulo 4

Enquadramento metodológico

4.1 Introdução ao capítulo

Terminada a revisão bibliográfica de contextualização do presente estudo, é chegado o momento de avançar para a correspondente componente empírica, começando-se pelo relato do percurso metodológico desenvolvido. Por conseguinte, a primeira parte deste capítulo ocupar-se-á da descrição da estratégia de abordagem delineada, identificando as diferentes actividades empíricas a desenvolver e clarificando e justificando as opções tomadas. A operacionalização daquelas actividades constituirá o objecto narrativo da segunda parte, ainda que o recurso à análise de conteúdo reclame a respectiva fundamentação teórica.

4.2 Estratégia de abordagem

4.2.1 Proposta de investigação

Enquanto elemento primordial à pesquisa, a concretização da presente proposta de investigação engloba a proclamação de uma questão de investigação genérica – fio condutor de todo estudo – para cuja consecução se projectam objectivos a atingir, alguns dos quais sinalizam tarefas específicas a levar a cabo.

Questão de investigação Tal como enunciado no plano de trabalho proposto para a presente dissertação, o ponto de partida para a pesquisa aqui materializada decorre da seguinte interrogação:

Que investigação científica é realizada no domínio do Turismo em Portugal?

Já então, aquele documento explorava toda uma multiplicidade de questões decorrentes desta, cujas implicações ultrapassavam a esfera temática, repercutindo-se inclusive ao nível metodológico:

- Que domínios do conhecimento (disciplinas) a enquadram e qual é a natureza (qualitativa ou quantitativa) da investigação científica sobre Turismo desenvolvida em Portugal?
- Quais os métodos e técnicas aplicados e quais as unidades de análise?
- Que objectivos a orientam e quais os resultados proporcionados?
- De que lacunas e necessidades padece?
- Que comparação é possível inferir com outras realidades internacionais e que direcções poderá/deverá tomar futuramente?
- Qual a representação e influência dos agentes produtivos (alojamento, restauração, animação, transportes, agências de viagens e operadores turísticos, etc.) e institucionais (Organizações Nacionais do Turismo, Órgãos Regionais e Locais do Turismo, Associações de Desenvolvimento Turístico, etc.), entre outros, nessa investigação?

Sendo possível, à partida, entrever toda uma panóplia de estratégias de resposta àquelas questões¹, a sua concretização global num único trabalho, com as características e limitações do presente, considerou-se inexequível. Foi desta forma que o inventário da investigação académica se afirmou como o formato mais óbvio e adequado às necessidades de informação verificadas².

Objectivos Na sequência da questão de investigação proferida, considerou-se então pertinente a formulação dos seguintes objectivos principais:

- analisar a investigação científica realizada em Portugal sobre Turismo;
- situar o correspondente perfil investigativo no actual contexto da investigação sobre Turismo.

Para a sua realização, procedeu-se à respectiva desagregação em objectivos mais específicos:

- inventariar e caracterizar a investigação científica sobre Turismo realizada em Portugal;
- comparar o perfil nacional resultante com os correspondentes a outras realidades internacionais;
- examinar, no contexto daquela investigação, a concessão de apoio financeiro (bolsas de investigação);
- identificar as respectivas lacunas e perspectivar possíveis direcções futuras de desenvolvimento.

¹Cada qual baseada numa tipologia particular de dados, recolhidos e analisados através de técnicas apropriadas, proporcionando múltiplas perspectivas, eventualmente complementares ou até sobrepostas entre si.

²Clamado por diversas fontes (AEP, 2001; Silva, 2004; Silva, 2007).

4.2.2 Campo de análise

Para efeitos do estudo empírico aqui relatado, o campo de análise do presente trabalho centrou-se nas dissertações de mestrado e teses de doutoramento que, abordando o Turismo, tenham sido aprovadas ou obtido equivalência até ao final de 2008 em instituições de ensino superior sedeadas em Portugal. As condições que conduziram à sua definição serão agora objecto da devida fundamentação, perspectivando-se igualmente as consequências daí resultantes.

Em primeiro lugar, a focalização nas dissertações de mestrado e teses de doutoramento como objectos de estudo pretende reflectir a sua importância intrínseca, quer nos percursos profissionais dos respectivos autores, quer na vida das instituições que os concedem. Para os indivíduos, representam o culminar – num escrutínio público acerca do respectivo mérito – de processos de estudos especializados e de investigação avançada, nos quais dispendem tempo e energia consideráveis. Não será, por isso, de estranhar que habitualmente constituam um marco emblemático de progressão e diferenciação das respectivas carreiras profissionais, não obstante poderem vir a ser desenvolvidas e enriquecidas por formação e investigação ulteriores. Já para as instituições atestam não só a sua contribuição particular para o processo cumulativo de construção do Conhecimento (Pansiri, 2009: 87), mas também a aposta em domínios, temas e práticas concretos, nos quais investem recursos (humanos, financeiros e materiais, entre outros), frequentemente escassos e, por vezes, sofisticados e valiosos.

Por outro lado, a focalização naqueles graus traduz um reconhecimento simultâneo das instituições de ensino superior como locais característicos do labor investigativo científico e daqueles programas de estudo como um dos seus vectores mais distintivos e fundamentais ao progresso científico, nomeadamente no desenvolvimento de novas direcções de pesquisa (Riley, 2002: 1, 3). Na prática e em função do enquadramento legal então vigente³, resulta inevitável a restrição do âmbito institucional aos estabelecimentos universitários (os únicos competentes para a atribuição daqueles graus no sistema “pré-Bolonha”).

A delimitação deste campo de análise não é, ainda assim, isenta de implicações: uma parcela significativa da produção científica – artigos em publicações periódicas académicas, comunicações em encontros científicos, livros, realização de estudos específicos consignados, trabalhos de consultoria, etc. – não é incluída nesta pesquisa. Embora não intencional, tal sucede com consciência de uma concorrência crescente perceptível no seio

³Cf. 3.3.2 Enquadramento jurídico da formação pós-graduada em Portugal.

académico/científico, onde indivíduos e instituições competem por reconhecimento e financiamento. Neste contexto, o valor de elementos tangíveis (como os artigos em publicações periódicas académicas) tende a reforçar-se, pese embora a acumulação de reservas a propósito da sua articulação como indicador de produtividade e da motivação subjacente (Wood, 1995; Seaton, 1996; Law e Chon 2007). Quanto aos produtos considerados (pós-graduações), nenhuma objecção de monta foi apurada que obstasse à sua apreciação como indicadores significativos e fidedignos do estado da investigação científica e do Saber produzido.

Tal consideração é mais difícil de sustentar relativamente a outros graus superiores, nomeadamente a licenciatura ou o bacharelato: além de um propósito vincadamente vocacional⁴, estes graus denotam (tanto no enquadramento de Bolonha, como no antecedente) uma significativa heterogeneidade estrutural e até funcional, que dificulta a comparabilidade entre os respectivos planos de estudos e o rastreamento de efectivas actividades de pesquisa (ex.: projecto ou seminário). Acresce ainda à arguição a previsível dificuldade na correspondente identificação e recolha de dados, que não são objecto de prática consistente de registo e arquivo, como disposto para mestrados e doutoramentos⁵.

Por outro lado, a selecção das instituições de ensino superior enquanto unidades básicas da pesquisa não pretende legitimar um qualquer entendimento acerca da respectiva preeminência em termos da investigação científica, nomeadamente sobre o Turismo. Quando muito, denuncia a conveniência da sua utilização, na medida em que a inexistência de repositórios sistemáticos de registos – relevantes, fiáveis e actualizados – inviabiliza a consideração da investigação desenvolvida externamente à esfera académica (coerente, aliás, com algumas das principais referências nesta área, atrás invocadas⁶).

No entanto, o englobamento das dissertações de mestrado constitui uma opção divergente com as fontes já invocadas⁷, que as não contemplam. Com efeito, são os doutoramentos os graus cuja obtenção tradicionalmente pressupõe a realização de uma contribuição inovadora e relevante para o progresso do conhecimento, sugerindo uma interpretação do papel preparatório (até subalterno...) dos mestrados. Ainda assim, tal pode não passar uma mera questão de grau analítico, no que se refere à profundidade ou à abrangência dos resultados⁸:

⁴Entendido num sentido habilitacional para a vida profissional, na qual a prática efectiva de investigação científica não ocupa normalmente uma posição preponderante.

⁵Conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 362/86 de 28 de Outubro.

⁶Rever, a este propósito, 2.3.1.

⁷Algumas das quais defendem que estes graus só excepcionalmente contribuem para o corpo de conhecimento sobre o Turismo (Botterill et al., 2002: 286).

⁸Consistente com Veal, que, embora reconhecendo a maior valorização dos doutoramentos, defende igualmente o contributo proporcionado pela investigação desenvolvida no âmbito dos mestrados (Veal, 1997: 12).

limitada a comparação dos resultados aos doutoramentos, a extensão do campo de análise aos mestrados pretende proporcionar um retrato mais preciso e circunstanciado da realidade aqui escrutinada.

Já a inclusão das dissertações ou teses realizadas em instituições de ensino superior estrangeiras, que foram objecto de equivalência ou reconhecimento por instituições de ensino superior nacionais, sugere uma aparente inconsistência com o propósito orientador deste trabalho. No entanto e em defesa de tal opção, poder-se-á argumentar que a atribuição de equivalência a graus nacionais ou o respectivo reconhecimento representa a assunção do valor intrínseco dos trabalhos, produzindo os mesmos efeitos legais⁹. Deste modo, nenhum inconveniente parece resultar da sua utilização, desde que – salvaguardada a informação sobre o correspondente grau e a instituição estrangeiros originais – se proceda, em cada caso, ao respectivo registo pela instituição nacional concedente da equivalência e pelo grau a que esta se refere, acautelando-se assim qualquer possibilidade de equívoco ou dupla contagem. Em coerência e tendo em vista a simplificação discursiva, utilizar-se-á daqui para a frente a expressão “investigação pós-graduada realizada em Portugal” ou equivalente no sentido inclusivo dos graus obtidos no estrangeiro, ainda que – localmente e por razões de precisão ou clareza – se verifique necessário proceder de forma diversa.

Finalmente e quanto ao balizamento temporal definido para a elegibilidade dos trabalhos (final de 2008), importa lembrar a argumentação atrás desenvolvida a propósito do Processo de Bolonha (*vide* 3.3.3). Apesar de perdurarem algumas das denominações antecedentes (licenciatura, mestrado e doutoramento), afigura-se pouco prudente identificá-las com os graus que substituem, na medida em que resultam de uma profunda alteração de filosofia, formato e funcionamento. Consequentemente, a exclusão destas novas pós-graduações verificou-se necessária à garantia de comparabilidade dos dados a utilizar no estudo empírico. Inicialmente fixado no final de 2007 (momento de transição para o modelo de Bolonha), o prolongamento do presente trabalho de pesquisa durante 2009 haveria de ditar o averbamento dos dados relativos a 2008, a que se aludirá a propósito das operações de recolha de dados.

4.2.3 Procedimento metodológico

Quer a articulação prévia de uma ontologia e uma epistemologia particulares ao Turismo (cf. 1.2 e 1.3, respectivamente), quer a percepção de diversas vozes que caucionam contra uma tendência da investigação turística para a desvalorização das questões metodológicas e pela necessidade de debate sobre metodologias e técnicas (Dann et al., 1988: 4; Pearce, 1993:

⁹Como disposto pelos Decreto-Lei n.º 283/83 de 21 de Junho e n.º 341/2007 de 12 de Outubro.

1-3; Mehmetoglu, 2004b: 173), justificam uma revisão das propostas processuais existentes.

O modelo de Pizam (Figura 4.1) goza, no contexto do Turismo, de ampla notoriedade, apesar

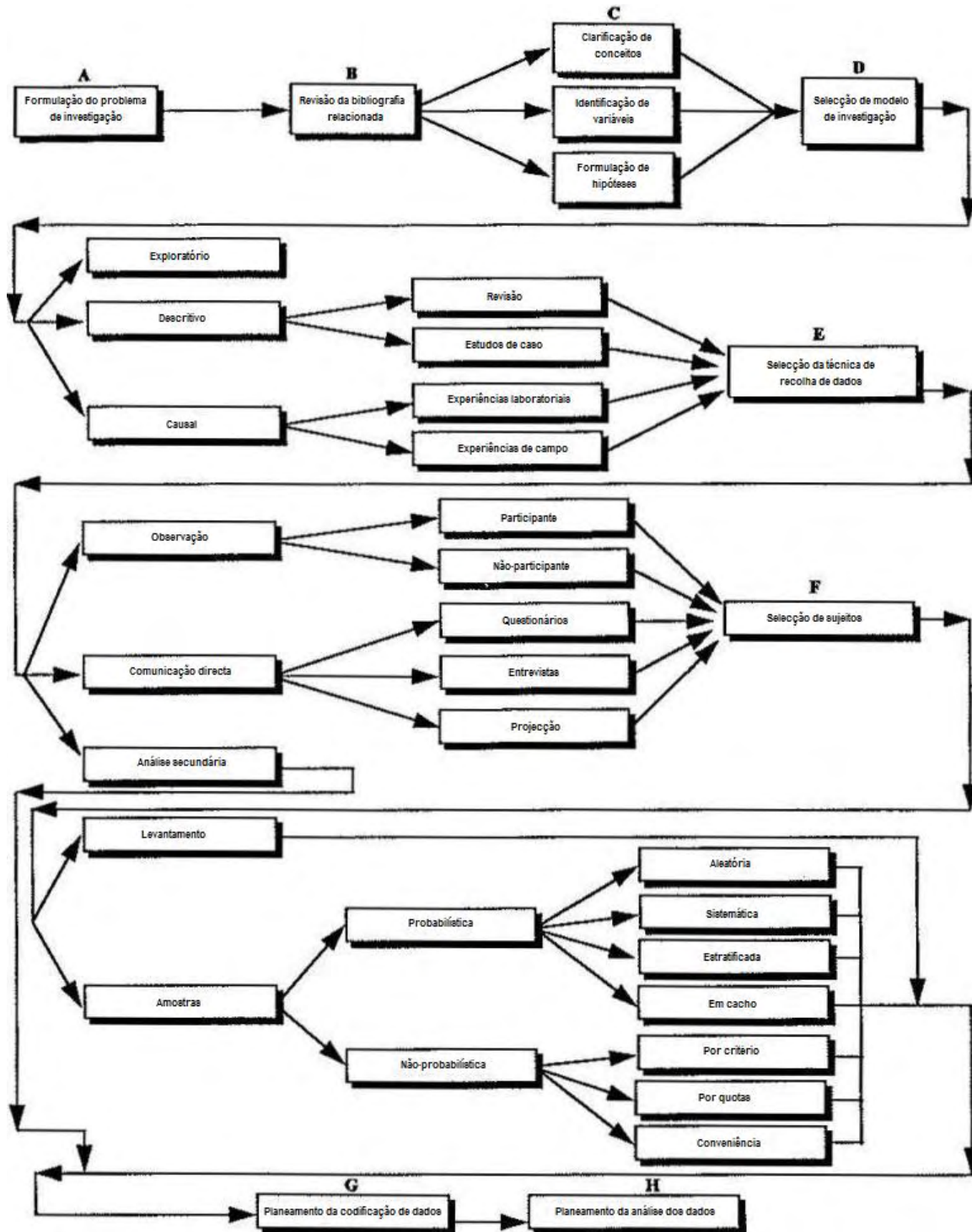


Figura 4.1: Fases do planeamento de uma investigação em turismo

Fonte: Pizam (1994)

de denotar uma proeminência dos métodos quantitativos e consubstanciar uma instrumentalização da investigação, subordinada à informação da tomada de decisão em ambiente empresarial (Pizam, 1994: 92). Adicionalmente, patenteia algum determinismo ou linearidade – seja pela sequência preconizada, seja nomeação de métodos e técnicas concretas – sendo omissa quanto à utilização de métodos menos usuais (nomeadamente qualitativos).

Em linha com este primado quantitativo, a OMT avança um modelo (Figura 4.2) onde a recolha de dados e, particularmente, o questionário são pronunciados em posições destacadas.

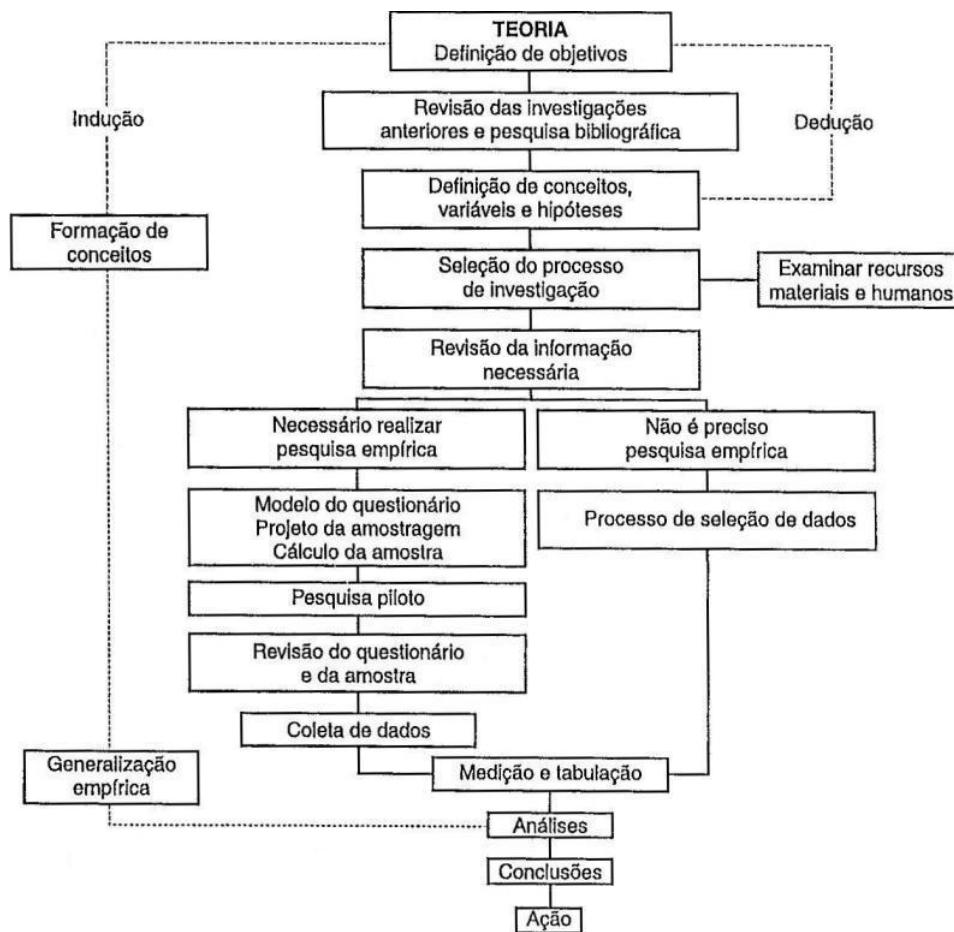


Figura 4.2: Processo de investigação em turismo

Fonte: OMT (1995)

A preferência pelos métodos estatísticos e pelo inquérito afigura-se claramente compreensível, atendendo à natureza e ao papel desempenhado pela instituição no sector.

Por seu lado, o modelo proposto por Veal (Figura 4.3) contempla oito passos processuais, traduzindo um sentido mais abstracto, sem menção concreta a qualquer método particular.

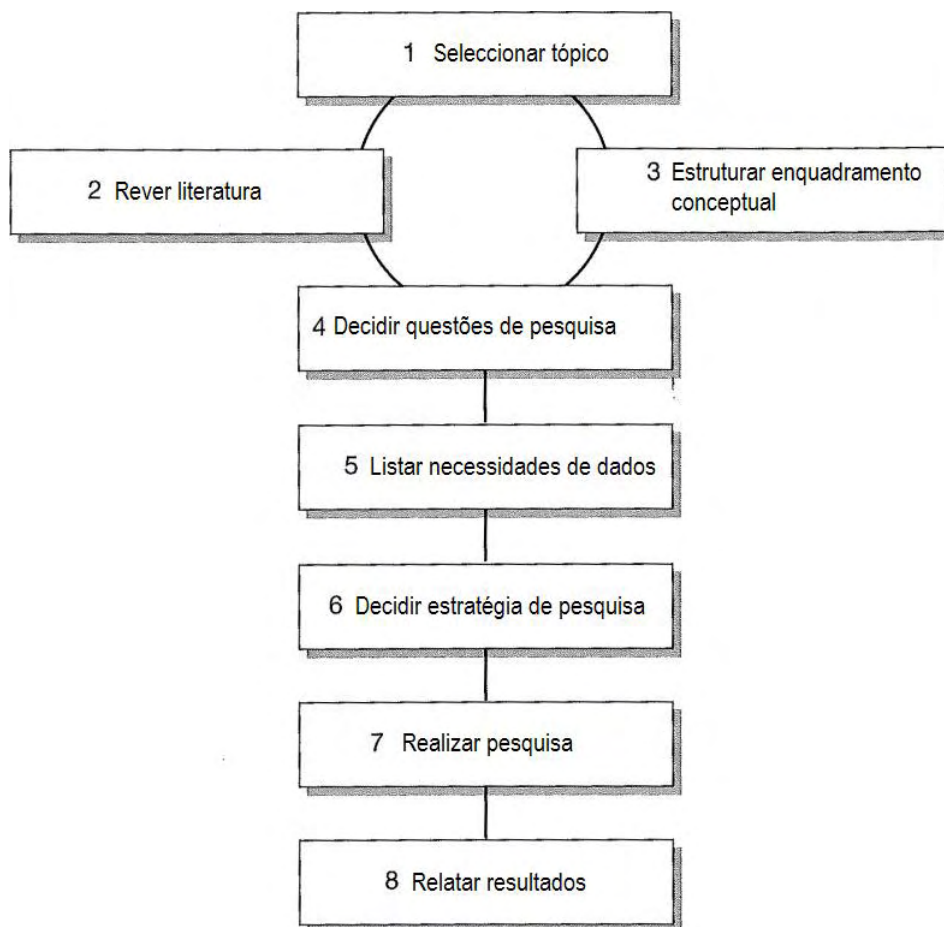


Figura 4.3: Elementos do processo de pesquisa

Fonte: trad. de Veal (1997)

O modelo de Veal aproxima-se do de Quivy e Campenhoudt, que, no domínio das ciências sociais, propuseram um modelo sequencial de sete etapas (Figura 4.4), relativamente às quais superpõem três actos (fases) do procedimento (Quivy e Campenhoudt, 2003: 26-8):

ruptura com os preconceitos e falsas evidências, imediatas e parciais, que eivam a razão;

construção de um sistema conceptual organizado, de suporte à pesquisa, a partir do qual são deduzidas proposições explicativas e definidas as operações de investigação; e

verificação dos factos, através do teste das proposições, condição fundamental ao estatuto científico.

A não-associação deste modelo com termos de métodos ou técnicas específicos¹⁰ atesta o respectivo carácter generalista e uma aplicabilidade extensiva a diferentes áreas, enquanto

¹⁰Apesar da quinta etapa deste modelo remeter para a observação, esta é enunciada como um “conjunto de operações através das quais o modelo de análise [...] é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis” (Quivy e Campenhoudt, 2003: 155).

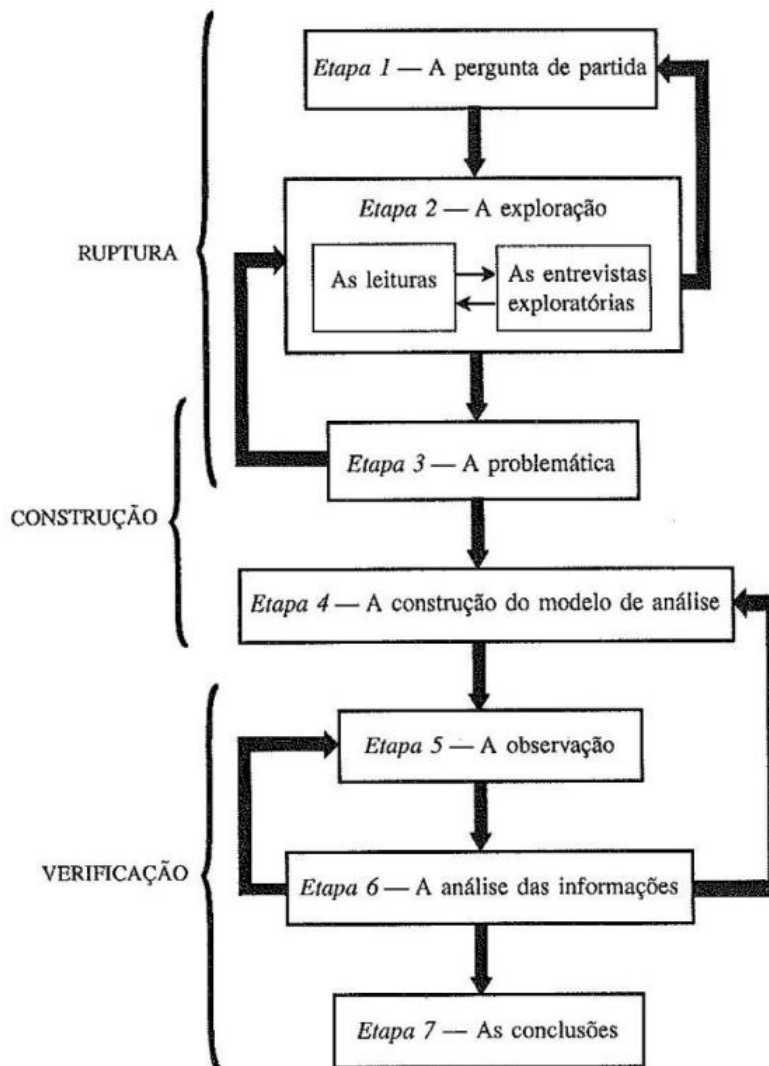


Figura 4.4: As etapas do procedimento

Fonte: Quivy e Campenhoudt (2003)

a representação de circuitos de retroação pretende salientar a permanente interacção entre as diferentes etapas.

Em consonância com outros autores que enfatizam a importância da procedimentação metodológica¹¹, Quivy e Campenhoudt promovem-na a uma condição fundamental ao sucesso da investigação:

“O melhor (o único) meio de definir o mais correctamente possível os dados pertinentes e úteis ao trabalho empírico é [...] a elaboração de um modelo de análise tão claro, preciso e explícito quanto possível” (Quivy e Campenhoudt, 2003: 157).

¹¹Barros e Leheld (1986: 97); Gil (1994: 70).

Face ao exposto, os modelos “turísticos” considerados não consubstanciam qualquer especificidade do processo investigativo na área do Turismo relativamente às ciências contribuintes para o seu estudo, nomeadamente as sociais. Apenas aparentam denunciar uma maior familiaridade com determinadas concepções de pesquisa e métodos concretos¹², o que é, aliás, consistente com a classificação epistemológica do Turismo como campo de estudos (vide 1.3.1).

Reflectindo a análise anterior, o procedimento de investigação divisado para a presente dissertação compreende as seguintes etapas:

- 1) Identificação da proposta de investigação;
- 2) Revisão bibliográfica;
- 3) Definição da estratégia de pesquisa (objectivos, proposições, campo de análise e abordagens);
- 4) Operacionalização do procedimento metodológico (recolha e tratamento dos dados); e
- 5) Análise e interpretação dos resultados

Ainda que a redacção deste estudo não acompanhe rigorosamente a sequência exposta, é possível identificar a revisão bibliográfica (2) com os três primeiros capítulos do presente documento e a análise e interpretação dos dados (5) com os dois últimos, respectivamente. Quanto às restantes etapas, a identificação da proposta de investigação (1) e a apresentação da correspondente estratégia de pesquisa (3) constituíram o objecto da presente secção deste capítulo, enquanto a operacionalização do procedimento metodológico (4) ocupará a seguinte secção.

4.2.4 Abordagens de pesquisa

Enunciada a proposta de investigação, o campo de análise e o procedimento metodológico referentes a este trabalho, é agora momento para reflectir quanto às respectivas características da abordagem almejada, aprofundando e clarificando as correspondentes especificidades metodológicas.

Logo à partida, o presente trabalho evidencia um perfil eminentemente descritivo-exploratório, em termos do propósito servido. O objectivo principal da pesquisa descritiva é o de caracterizar, tanto quanto possível, uma situação:

¹²Isto é, o privilégio de determinadas práticas em detrimento de outras alternativas, eventualmente menos populares ou acessíveis.

“[A pesquisa descritiva é] aquela em que o pesquisador ‘observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenómenos (variáveis sem manipulá-los)’ ” (Rudio, apud Barros e Lehfeld, 1986: 90).

Distingue-se, portanto, da pesquisa explicativa – frequentemente baseada na articulação de relações entre fenómenos – que procura compreender os respectivos fundamentos e funcionamento (e servir à previsão); e da avaliativa, que se traduz num juízo sobre o sucesso ou a eficiência de uma determinada medida ou curso de acção (Gil, 1994: 44-46; Dencker, 1998: 124-125; Veal, 1997: 3-4, 30).

A pesquisa descritiva é relativamente comum no Lazer e no Turismo, em boa medida porque se tratam de campos de estudo recentes, onde há muito que “desbravar”. Uma parte significativa dela é – por isso mesmo – também exploratória, no sentido em que visa desvendar, descrever ou delimitar situações insuficientemente estudadas, sobre as quais se revela difícil formular hipóteses. Este tipo de pesquisas caracteriza-se habitualmente por um planeamento flexível, envolvendo geralmente o levantamento bibliográfico¹³. Adicionalmente, muitos dos assuntos estudados em Lazer e no Turismo denotam um padrão evolutivo, que interessa acompanhar com o passar do tempo (Dencker, 1998: 124, Gil, 1994: 44-45; Veal, 1997: 3).

Por outro lado e em termos da utilização dos resultados esperados, esta investigação aproxima-se da pesquisa pura na medida em que prossegue um propósito autónomo de uma qualquer utilização prática imediata, isto é visa o conhecimento pelo conhecimento. Tal não significa, contudo, que o resultados alcançados sejam desprovidos de utilidade: instituições de investigação, orientadores, Estado e sociedade em geral podem beneficiar da informação coligida, quer pela apreciação do que tem sido produzido, quer pela sinalização de insuficiências ou lacunas de estudo; nesse sentido, admite-se uma faceta aplicada. No entanto, não é efectivamente aplicada nem absolutamente teórica, no sentido em que, se não busca uma solução imediata a um problema concreto, também não visa um fim teorizante. Nesta, como na maioria das situações de investigação, valerá mais pensar no posicionamento ao longo de um *continuum* do que em posições mutuamente exclusivas (Gil, 1994: 43-44; Barros e Lehfeld, 1986: 96-97).

Quanto à natureza dos dados em que se baseia, a presente pesquisa diz-se empírica porque se sustenta em dados ou informação especificamente coligidos para o efeito (Veal, 1997: 31). Mais concretamente, assenta em dados primários – no sentido em que são desprovidos de qualquer tratamento analítico prévio – de cariz documental. A pesquisa documental

¹³A pesquisa bibliográfica e o estudo de caso estão entre os formatos mais frequentemente adoptados em pesquisas exploratórias (Dencker, 1998: 124).

distingue-se da bibliográfica na medida em que esta se vale do contributo de vários autores sobre um determinado assunto, enquanto aquela (documental) se centra em materiais ainda não tratados analiticamente (Gil, 1994: 73; Barros e Lehfeld, 1986: 122, 125-126).

Decorrendo do objectivo descritivo que orienta o presente trabalho, o seu carácter não-experimental sobrevém da natureza dos próprios dados em que assenta (que testemunham uma situação passada, *perene*). Por contraste, num processo experimental o sujeito (investigador) procura, através do controlo do ambiente de pesquisa, medir os efeitos (variáveis dependentes) da mudança por si induzida (por intermédio de variáveis independentes). Embora válido num contexto de investigação social, é mais frequente nas ciências físico-naturais (Barros e Lehfeld, 1986: 94; Veal, 1997: 32).

Por fim e quanto à natureza metodológica subjacente, reconhece-se o perfil quantitativo deste estudo. A abordagem quantitativa da pesquisa envolve habitualmente a análise estatística¹⁴, porquanto se fundamenta na evidência numérica (a partir de um conjunto extenso de casos capaz de garantir a fiabilidade dos resultados), visando a formulação de conclusões ou o teste de hipóteses. Distingue-se, assim, de uma abordagem qualitativa, que se ocupa da recolha de uma quantidade substancial e variada de informação sobre um grupo reduzido ocorrências ou unidades e tem em vista uma compreensão profunda do objecto estudado (Veal, 1997: 34-5; Carmo e Ferreira, 1998: 175-181).

4.3 Realização empírica

Estabelecida uma estratégia de abordagem à pesquisa empírica, é chegada a altura de relatar a sua operacionalização. Representando o culminar de toda a preparação anterior – naquela que é uma das etapas mais características da investigação – a presente fase compreende a descrição das actividades de obtenção e tratamento dos dados, onde a análise de conteúdo merecerá um ênfase especial.

4.3.1 Recolha e selecção dos dados

No contexto dos objectivos definidos para a pesquisa empírica, a fase de recolha dos dados empíricos compreendeu duas etapas principais: a primeira consistiu na colecção de dados a partir dos quais se construíram os registos; e a segunda foi devotada à selecção dos casos (registos) relevantes, tendo em vista a subsequente análise.

¹⁴Veal distingue, no contexto da análise estatística aplicada à investigação turística, um tipo A, relacionado com o emprego de métodos e testes estatísticos, de um tipo B, mais elementar, que o não faz (Veal, 1997: 34).

Recolha dos dados O primeiro momento da recolha de dados consistiu na consulta das bases de dados bibliográficas (“catálogos”) em linha das bibliotecas das instituições de ensino superior nacionais com cursos de pós-graduação, na sua extensa maioria informatizadas e disponíveis em tempo real, através da Internet. Esta consulta incidiu nos campos do título, assunto ou palavra-chave dos registos, empregando os seguintes termos¹⁵: “agroturismo”, “ecoturismo”, “hotel”, “hotelaria”, “hoteleiro”, “TER”, “termal”, “termalismo”, “termas”, “turismo”, “turista”, “turístico”, “viagem” e “viajante”. A selecção destas palavras-chave decorre não só das referências já citadas (cf. 2.3.1), mas também das especificidades da pesquisa informática (nomeadamente em língua portuguesa), a que se somou uma antecipação quanto à provável existência de diferenças entre os sistemas informáticos a indagar. Onde necessário, aquela consulta foi ainda reforçada pelo emprego de vocábulos construídos a partir do truncamento de alguns daqueles termos, conjugada com a utilização de *wildcards*¹⁶. A utilidade deste expediente é ilustrada pelos termos compostos, cuja redacção se constatou ser heterogénea (ex. “agro-turismo”/“agroturismo” ou “eco-turismo”/“ecoturismo”), não só entre instituições, mas também no seio de um mesmo serviço: a simples pesquisa a partir no vocábulo “turismo” apenas reportaria as variantes hifenizadas (que são interpretadas como dois vocábulos distintos), enquanto uma pesquisa com o termo “tur*” restituiria as ocorrências dos termos “turismo”, “turista”, “turístico”, “turística” e todas as palavras começadas por “tur”, com ou sem caracteres subsequentes.

Em complemento desta consulta e com vista à detecção de eventuais casos omissos, foram ainda perscrutados os sítios da Internet das faculdades, departamentos e unidades de investigação daquelas instituições, em busca de relatórios, listagens ou repositórios que referenciassem graus concedidos. Além disso, foi também prospectada a base de dados de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas (1970-2008), mantida pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Adicionalmente, foi ainda consultado o Depósito de Dissertações e Teses Digitais (DiTeD), uma base de dados de graus em formato digital, depositados pelas instituições de ensino superior na Biblioteca Nacional (BN). Contudo, a conveniência deste último recurso provou-se bastante limitada, porquanto evidenciou lacunas significativas¹⁷.

¹⁵E respectivas declinações de género, plural e iniciais maiúsculas, onde pertinente.

¹⁶Caracteres simbólicos de substituição, auxiliares da pesquisa informática.

¹⁷O número de registos incluídos denota um crescimento ao longo da década de 1990 (atingindo um máximo de 577 em 2000), mas desde então tem diminuído significativamente (mais abruptamente entre 2003 e 2004, de 207 para apenas 28 registos). Como se apurou junto da BN, a tal não será alheia a natureza voluntária do depósito, efectuado pelos próprios autores, ao contrário do que acontece com as instituições de ensino superior (para quem constitui uma obrigação legal, conforme disposto pelo Decreto-Lei n.º 362/86 de 28 de Outubro), cujas versões (em papel e CD) apenas estão disponíveis para consulta local.

Todos os dados recolhidos durante esta fase foram sendo registados numa base de dados (*MS Access*), especificamente construída para o efeito, compreendendo diversas tabelas principais¹⁸ e de apoio, sobre as quais foi sendo desenvolvida uma panóplia de consultas (*queries*), formulários e relatórios, para o registo, selecção, processamento e extracção de informação (ex. número de graus orientados por cada orientador). O progressivo desenvolvimento desta base de dados acompanhou o aprofundamento das necessidades de informação do estudo empírico e haveria de prolongar-se até perto do seu término.

Num segundo momento e a partir dos registos entretanto compilados, procedeu-se então ao contacto directo com cada instituição, incluindo aquelas que não dispunham de catálogo electrónico acessível pela Internet ou relativamente às quais a consulta inicial não havia reportado nenhum registo. Através de mensagens individuais de correio electrónico dirigidas às estruturas dirigentes (ex.: conselho directivo), explicitou-se o propósito da investigação e os dados pretendidos, remetendo-se – onde exequível – um extracto (folha de cálculo do *MS Excel*) dos registos associados à instituição, cuja confirmação, rectificação ou aditamento se solicitava. Não obstante a demora por parte de algumas instituições, a generalidade anuiu à solicitação e a realização de uma segunda ronda de contactos (nomeadamente telefónicos) sanou boa parte das situações omissas ou dúbias¹⁹. Complementarmente, foi possível identificar diversas situações de registos inexistentes, incompletos ou imprecisos (ex.: inexistência de informação relativamente ao orientador ou grau; discordâncias quanto ao ano de concessão, título da dissertação/tese ou designação do grau; etc.), oportunamente comunicadas e esclarecidas junto das respectivas instituições.

Paralelamente, consultaram-se igualmente os orientadores identificados nas fases anteriores (também por correio electrónico), sendo que aqui as principais dificuldades se relacionaram com a demora na resposta e com a obtenção de endereços de correio electrónico válidos e actualizados.

Finalmente e a propósito de incentivos à investigação, foram contactados tanto o Turismo de Portugal como a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no sentido da identificação dos trabalhos apoiados, caracterização dos sistemas de apoio disponibilizados e montan-

¹⁸Nomeadamente, áreas científicas, autores, faculdades&departamentos, instituições, orientadores, temas teses.

¹⁹As únicas situações problemáticas (com a Universidade do Minho e com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa) relacionaram-se com a indisponibilidade em facultar a informação sobre o ano de nascimento dos autores dos graus concedidos (cuja utilização foi, entretanto, abandonada, por manifesta insuficiência de registos). Prestadas todas as garantias possíveis, a situação foi interpretada como simples excesso de zelo e parcialmente ultrapassada após intervenção dos serviços reitorais (no caso da Universidade do Minho), afastando assim qualquer hipótese de uma incorrecta enunciação inicial.

tes financeiros envolvidos. Apesar da anuência e total colaboração prestadas pelo Turismo de Portugal, lamenta-se a indisponibilidade da FCT em sequer responder às solicitações endereçadas ao longo de dois anos, seja pelo facto de se referir a dados relativos à utilização de dinheiros públicos sobre os quais impendem deveres de transparência e responsabilidade, quer pelo facto de a sua disponibilização poder enriquecer substancialmente a correspondente análise a desenvolver.

Triagem dos casos relevantes Com vista à selecção, entre os registos compilados, daqueles que efectivamente se debruçassem sobre o Turismo, divisou-se o seguinte procedimento: em primeiro lugar, incluíram-se todas as dissertações e teses defendidas na obtenção de graus de Turismo (isto é, aqueles onde o termo e respectivas derivações constassem da própria designação); os registos remanescentes foram então aferidos em função de um conceito de Turismo, tendo em conta o respectivo título, designação do grau, assuntos ou palavras-chave atribuídas.

A fundamentação para este procedimento assentou, desde logo, na premissa tautológica de que os graus sobre Turismo o elegem como objecto primordial de estudo (independentemente do método, paradigma disciplinar, tema ou sector evocados). Embora este critério não tenha sido articulado de forma estrita²⁰, a contradição do raciocínio implícito colidiria com a especificidade que a denominação daqueles graus necessariamente sinaliza, simultaneamente invalidando o papel do(s) respectivo(s) orientador(es) quer na proposição, quer na adequação dos projectos de investigação aos programas de estudo. De certa forma, esta arguição reproduz a de Sheldon (2002), quando – reconhecendo que a linha que define a investigação turística é difusa – sustenta que as revistas académicas sobre Turismo são os seus veículos mais característicos, por maioria de razão.

Quanto aos restantes graus, o critério de inclusão assentou consideração do Turismo enquanto objecto central de estudo e não em termos meramente contextuais, em consonância com Jafari e Aaser (1988) e Meyer-Arendt e Justice (2002). Como referencial de aferição, recorreu-se ao conceito de Turismo proposto por Tribe (1997: 641):

“conjunto de fenómenos e relações resultantes da interacção, nas regiões geradoras e de destino, entre turistas, empresas fornecedoras, governos, comunidades e ambientes”.

Embora coerente com a revisão bibliográfica precedente, a opção por este enunciado foi ponderada quanto às respectivas implicações. Embora a sua notoriedade não se equipare, por

²⁰Mesmo os graus concedidos no âmbito destas pós-graduações foram objecto de reconfirmação, por referência ao conceito de Turismo mencionado.

exemplo, com a de McIntosh et al. (1995) – de onde deriva – , Mathieson e Wall (1982) ou Jafari (1987), a sua relevância não deve ser menosprezada: por um lado, resulta de uma discussão epistemológica sobre a natureza do Turismo; por outro, enfatiza explicitamente diversos elementos da dimensão fenomenológica do Turismo (turistas, regiões geradoras e de destino, empresas fornecedoras, governos, comunidades e ambientes), evidenciando assim uma significativa utilidade selectiva.

A operacionalização deste procedimento desenvolveu-se de modo iterativo e, logo à partida, vários registos foram eliminados por insuficiência de dados essenciais (ex.: instituição concedente ou grau) – não confirmados posteriormente junto das respectivas instituições, orientadores ou autores – ou porque respeitavam a tipologias externas ao campo de análise definido (ex.: projectos ou monografias de licenciatura). Outro motivo recorrente de exclusão relacionou-se com a identificação de registos em que a ocorrência dos termos de pesquisa se provou puramente incidental – quer no título, quer em palavras chave ou no resumo (ex.: “Viagens de sonho”, “Os pescadores artesanais do concelho de Sesimbra: alguns aspectos do seu desenvolvimento sócio-económico” ou “A mobilidade urbana em Lisboa e Porto: interpretação das principais cadeias de viagens”) – sem qualquer focalização turística. Contudo, os casos mais complexos evidenciaram-se quando se verificou necessário o recurso ao conceito referencial: nalgumas situações, o enquadramento turístico foi considerado somente contextual (ex.: “Ciclo de vida de um edifício: análise histórica e arquitectónica: Hotel Estoril-Sol” ou “Study of customer’s perceptual antecedents of value and attitude toward Electronic Marketing Communication tools (e-mail and SMS): an application to the tourism industry”); noutras, a perspectiva articulada debruçava-se sobre questões ou actividades muito específicas (ex.: “O consumo do produto característico ‘restauração’ na região da Costa do Estoril e Sintra” ou “A implementação de uma estratégia de diversificação: a empresa única versus a empresa divisionalizada: o exemplo de uma estrutura divisionada: o grupo Lusotur”). Durante todo este processo, foi sentida alguma apreensão relativamente a uma aplicação demasiado estrita ou, pelo contrário, excessivamente lata do critério selectivo, reproduzindo igual preocupação testemunhada por Jafari e Aaser (1988). Igualmente assinalável foi a comprovação – à semelhança do reportado por Meyer-Arendt e Justice (2002) – da necessidade de ponderação relativamente aos trabalhos abordando o Recreio e o Lazer (ex.: “O recreio e lazer na reabilitação urbana: Almada velha”).

4.3.2 Tratamento dos dados seleccionados

Tendo em mente a realização dos objectivos definidos, considerou-se adequada a aplicação da análise de conteúdo ao conjunto de registos seleccionados, posteriormente complemen-

tada pela descrição estatística das suas características mais relevantes. Os termos em que se verificou a sua articulação foram os que a seguir se relatam.

Análise de conteúdo A análise de conteúdo pode ser definida como uma técnica de pesquisa utilizada na “realização de inferências válidas e replicáveis a partir dos dados, relativamente ao respectivo contexto” (Krippendorff, 1980: 21) ou na “descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, apud Krippendorff, 1980). O seu método consiste na quantificação de características salientes e patentes num amplo conjunto de textos, recorrendo à estatística para a construção de inferências sobre os processos e a relevância das representações (Deacon et al., 1999: 116). Nesse sentido, a sua principal finalidade não se limita à descrição, orientando-se mais para a interpretação das condições de produção dos elementos em análise (Carmo e Ferreira, 1998: 251-2).

À semelhança de outras técnicas de cariz quantitativo desenvolvidas no início do Século XX, a análise de conteúdo representa a transposição do rigor e da validade - habitualmente reputados ao método científico naturalista - ao estudo dos fenómenos sociais e humanos. Inicialmente aplicada ao estudo da propaganda alemã durante a II Guerra Mundial, esta ferramenta foi profusamente empregue pelas ciências sociais no pós-guerra, como instrumento empírico de análise de uma miríade de fenómenos culturais de massas. Aqui reside, aliás, uma característica distintiva principal que atesta a evolução daquela relativamente à crítica estética²¹, e onde procede; a outra relaciona-se com a proposição explícita de hipóteses a examinar, a definição rigorosa de categorias para o conteúdo em escrutínio e a quantificação dos resultados (Deacon et al., 1999: 115-6; Seaton, 2000: 106-7).

Embora seja frequentemente situada num campo quantitativo, idealmente deverá representar um compromisso entre as abordagens qualitativa e quantitativa, ao invés de enfatizar uma única: fundamentalmente assenta em dados e métodos numéricos, mas o envolvimento do investigador no processo de recolha e codificação dos dados e o tipo de considerações produzidas reputam-na qualitativamente (Kim, 1998: 55).

As principais críticas à análise de conteúdo enquanto instrumento de pesquisa centram-se em dois pontos fundamentais: i) entre os próprios seus defensores, é sustentado que a sua aplicação não pode ser descontextualizada do ambiente social em que as mensagens foram produzidas; ii) já os estruturalistas sugerem que o inventário quantitativo de elementos notáveis pode ser menos importante que a dimensão mítica de outros elementos verbais ou pictóricos menos representados. Actualmente a sua articulação tende a combinar, além da

²¹ Na cultura erudita.

enumeração e da interpretação analítica, a situação dos factores e relações que influenciaram a produção do conteúdo, numa tentativa de analisar todos os seus sentidos e efeitos (Seaton, 2000: 107).

Há muito utilizada nas ciências sociais, o recurso à análise de conteúdo no campo do Turismo é recente, mas tem vindo a ganhar protagonismo em várias vertentes, nomeadamente em estudos sobre meios promocionais do *marketing*, imagem (sobretudo de destinos), impactos e até avaliação curricular (Kim, 1998: 57-8): Garrod (2008) procedeu à comparação das percepções de residentes e turistas através da fotografia dos elementos mais relevantes do destino; Xiao e Smith (2006) identificaram 27 áreas temáticas principais de relevo no índice de assuntos do ATR; Buzinde et al. (2006) aplicaram-na ao estudo da representação pictórica de minorias étnicas/raciais na promoção dos destinos; Nickerson (1995) estudou a representação do Jogo (fortuna e azar) nas notícias de três publicações locais; Roehl e Fesenmaier (1987) investigaram as características dos conflitos na utilização do espaço turístico; Goodrich e Goodrich (1987) utilizaram-na na exploração do conceito de turismo de saúde, através das brochuras promocionais de vários países.

Em termos genéricos, a articulação da análise de conteúdo envolve um conjunto determinado de etapas (Carmo e Ferreira, 1998: 253-4):

- Definição dos objectivos e do quadro de referência teórico;
- Constituição de um *corpus*;
- Definição de categorias;
- Definição de unidades de análise;
- Quantificação (não obrigatória); e
- Interpretação dos resultados obtidos.

Remetendo-se as duas últimas fases para os capítulos 5 e 6, respectivamente, a concretização das duas primeiras etapas foi já objecto de relato no presente capítulo, restando concretizar a terceira (definição de categorias) e a quarta (definição de unidades de análise).

A importância da definição de categorias deriva da subjacente operação de categorização (codificação) dos dados seleccionados, tendo em vista a posterior quantificação. Arbitrária por natureza (Van Doren e Heit, apud Kim, 1998: 65), a definição das categorias a utilizar assume uma importância crucial, decorrente da necessária garantia quanto à respectiva exaustividade, exclusividade, objectividade e pertinência (Carmo e Ferreira, 1998: 255-6).

No presente estudo, a codificação dos dados limitou-se aos campos referentes à disciplina de abordagem dos graus considerados, ao tema abordado e à focalização geográfica evidenciada, no âmbito da base de dados já mencionada. No entanto, o processo de definição das categorias revelou-se substancialmente diferente para cada um dos campos. No que respeita à disciplina de abordagem, a opção recaiu na aplicação da Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos (cf. Anexo B), uma classificação utilizada pelo MCTES no contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN), desenvolvida em articulação com a OCDE e com o Eurostat. A sua selecção – em detrimento da construção de uma nova – justifica-se não só na sua novidade, mas sobretudo na relevância decorrente da sua utilização em contexto científico e em estatísticas oficiais.

A definição das categorias a aplicar aos temas abordados compreendeu, por seu lado, um percurso significativamente distinto: partindo de uma lista inicial construída com base nas classificações empregues por Kim (1998) e por Ballantyne et al. (2009), a sua aplicação acabaria por conduzir à introdução de diversos ajustamentos à respectiva redacção e composição, de forma a se atingir uma classificação abrangente à globalidade dos registos. A lista final resultante engloba:

- Áreas-destino;
- Atracções e recursos turísticos;
- Desenvolvimento sustentável;
- Ecoturismo;
- Educação e formação em turismo;
- Empresas e operações turísticas;
- Gestão em turismo;
- Impactos do turismo;
- Inovação e tecnologias em turismo;
- Marketing e informação em turismo;
- Planeamento e desenvolvimento do turismo;
- Política e administração do turismo;
- Procura e consumo turístico; e
- Produtos turísticos.

Por último, a categorização em termos do âmbito geográfico processou-se em paralelo com a própria codificação, considerando o nível (local, regional ou nacional), a nacionalidade (Por-

tugal ou estrangeiro) e o foco (unitário ou múltiplo) patentes.

Quanto à codificação propriamente dita, foi desenvolvida – para cada registo da base de dados – a partir dos campos do título do grau atribuído, da designação do grau e das palavras-chave associadas e compreendeu diversas rondas, de forma a garantir a consistência da categorização. Efectuada exclusivamente por este autor, a codificação desenvolvida foi testada por dois elementos²², com habilitações e conhecimento sobre o Turismo similares, que foram convidados a codificar separadamente cerca de 5% (20) dos registos, seleccionados aleatoriamente. Tendo em conta o grau de concordância apurado (nunca inferior a 80%), o grau de intersubjectividade dos codificadores foi considerado plenamente aceitável e garantida a validade das categorias.

Tratamento analítico dos resultados Atendendo ao carácter fundamentalmente exploratório, descritivo e quantitativo da abordagem realizada (cf. 4.2.4), a análise dos resultados firmou-se na estatística descritiva univariada, compreendendo fundamentalmente distribuições de frequências e medidas de tendência central (média e moda), relativamente a dados nominais e ordinais.

4.4 Resumo do capítulo

No decurso do presente capítulo – de enquadramento metodológico ao estudo empírico desenvolvido nesta dissertação – foi apresentada a estratégia de abordagem divisada, desde logo concretizada na proposta de investigação prosseguida, em termos quer da questão orientadora da pesquisa, quer dos objectivos a cumprir. Concomitantemente, delimitou-se o campo de análise a observar, considerando-se as decorrências daí advindas, ao que se seguiu a descrição do procedimento de pesquisa adoptado, na sequência de uma reflexão sobre metodologia de investigação em Turismo. Esta secção abrangeu ainda uma ponderação sobre as perspectivas de abordagem articuladas, aprofundando as respectivas características.

Passando à realização empírica, foi então o momento de se abordar o processo de recolha e selecção dos dados, num relato simultaneamente descritivo e justificativo das actividades desenvolvidas e das opções assumidas. Já no que se refere ao tratamento dos dados, apresentou-se a análise de conteúdo, tanto em termos teóricos, como na sua concretização no presente estudo, onde o processo de categorização e codificação dos dados mereceram uma ponderação especial. terminando-se com uma breve abordagem ao processo de análise dos resultados obtidos.

²²Dois alunos de pós-graduação (mestrado) a desenvolver as respectivas dissertações na área do Turismo.

Capítulo 5

Análise dos resultados

5.1 Introdução ao capítulo

No capítulo que agora se inicia prossegue-se com a apresentação dos resultados obtidos em função da pesquisa empírica levada a cabo, no âmbito da estratégia de abordagem preconizada. Num primeiro momento, proceder-se-á à descrição das principais características gerais do conjunto de dados compilado, em termos da respectiva evolução temporal, tipologia de graus e cursos representados, orientação, autoria, disciplinas e temas de abordagem, focalização geográfica e processo de recolha destes dados empíricos. Num momento posterior, estes dados serão objecto de aprofundamento analítico através de averiguações mais específicas, elaboradas em torno de temáticas como a representação institucional, a orientação e o apoio financeiro, perspectivando-se vertentes como o desempenho e a colaboração, institucional e individual. Constitui, desta forma, um passo decisivo na concretização do propósito fundamental deste trabalho, no âmbito dos objectivos inicialmente propostos, antecedendo a interpretação e apreciação dos resultados.

5.2 Descrição geral

Evolução global Em resultado do trabalho empírico desenvolvido no contexto do presente estudo, apurou-se um total de 363 graus sobre Turismo concedidos ou tendo obtido equivalência em instituições de ensino superior sedeadas em Portugal no período compreendido entre 1986 e 2008 (inclusive). Tal equivale a uma média superior a 15 graus atribuídos por ano, ainda que não tenha sido atribuído nenhum entre 1987 e 1989.

A correspondente evolução anual evidencia um crescimento continuado embora irregular, como atesta a Figura 5.1, onde é possível distinguir claramente três períodos:

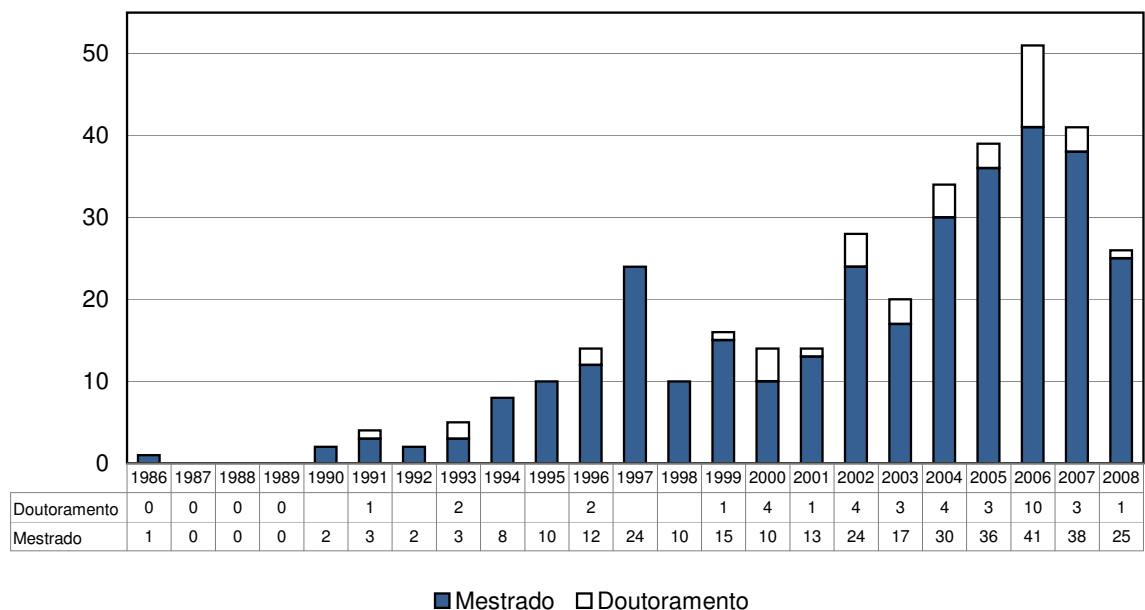


Figura 5.1: Atribuição anual de graus sobre Turismo, segundo o tipo de grau

- entre 1986 e 1994 (inclusive) o total de graus concedidos anualmente não excede os 10 (variando entre 0 e 8), com a média a rondar os 2 graus por ano;
- entre 1995 e 2001 (inclusive) o total anual é situa-se entre os 10 e os 24, mas só pontualmente excede os 20 (1997), cifrando-se a média nos 15 graus/ano;
- entre 2002 e 2008 (inclusive) o somatório anual varia entre 20 e 51 e média anual supera os 34 graus.

Este crescimento é tanto mais expressivo quando considerada a correspondente evolução cumulativa, que denuncia uma contribuição mais volumosa nos anos mais recentes (*vide* Figura 5.2): mais de metade dos graus (52,6%) foram obtidos após 2003 e só nos últimos 3 anos (2006-08) foi concluído praticamente um terço (32,5%). Não obstante, esta evolução traduz um desfasamento relativamente à evolução do número de instituições com graus concedidos sobre Turismo, antecipando-a em vários anos (como ilustra a Figura 5.3): em 2002, a parcela de instituições que já havia concedido graus sobre Turismo cifrava-se nos 95%, enquanto a correspondente proporção de graus não ia além dos 42%.

Graus e cursos Quanto à tipologia, 89,3% (324) dos graus concedidos referem-se a dissertações de mestrado (três das quais obtidas por equivalência) e os restantes 10,7% (39) a teses de doutoramento (quatro resultantes de equivalência), o que representa uma proporção aproximada de oito dissertações de mestrado por cada tese de doutoramento. A sua concessão ocorreu no âmbito de 139 cursos (115 de mestrado e 24 de doutoramento) em funcionamento em 19 estabelecimentos nacionais de ensino superior, o que equivale, em termos

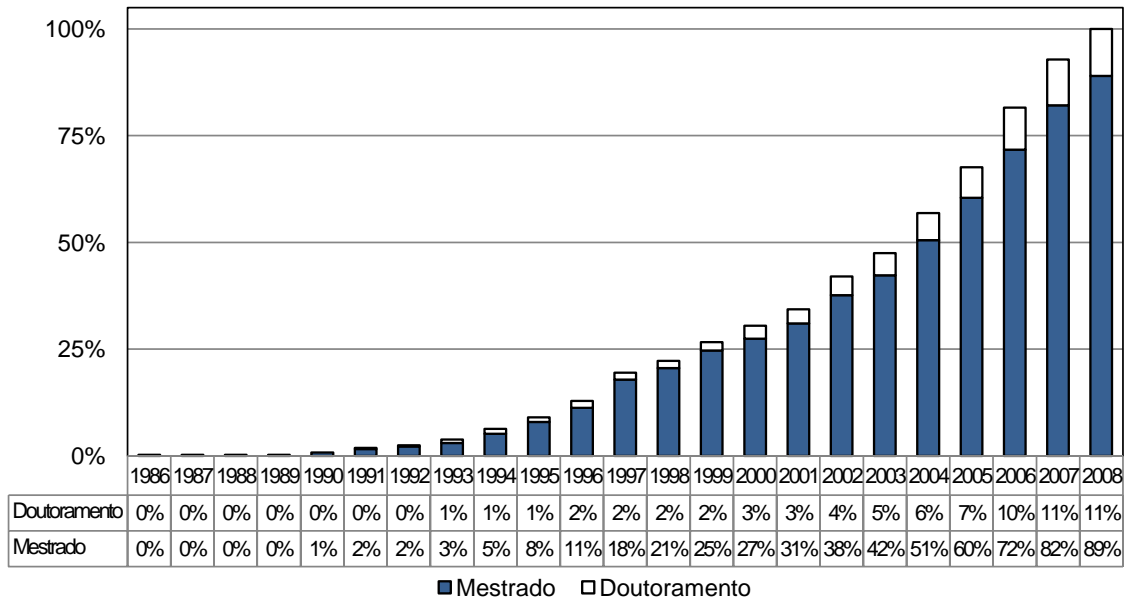


Figura 5.2: Acumulação da concessão de graus sobre Turismo, segundo o tipo de grau

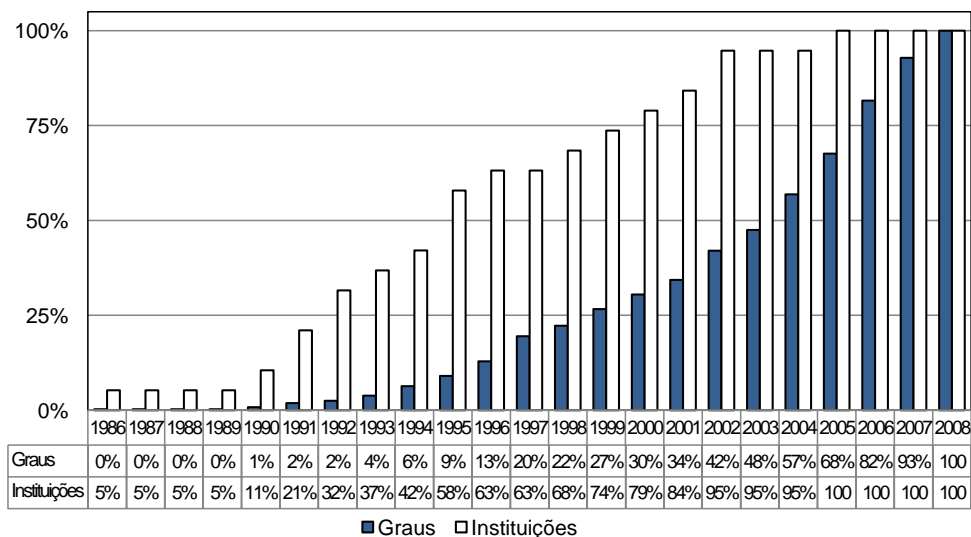


Figura 5.3: Evolução comparativa entre a concessão de graus sobre Turismo e o respectivo envolvimento institucional

médios, a cerca de 19 graus por instituição e três por curso¹.

Já no que se refere à natureza dos cursos e embora a maioria não se enquadre na área do Turismo, a sua representação tem vindo a avolumar-se e representa já mais de um quarto dos graus concedidos (cf. Tabela 5.1). No entanto, não deixa de ser notável a evolução verificada, considerando que ascende já a perto de uma centena no final de 2008, quando em 2001 era

¹Concretamente, três para os mestrados e dois para os doutoramentos.

Tabela 5.1: Cursos e graus de Turismo vs. restantes

Tipo de curso	Cursos			Graus		
	M	D	Subtotal	M	D	Subtotal
Cursos de Turismo	4	1	5 (3,7%)	87	7	94 (34,9%)
Restantes cursos	108	23	131 (96,3%)	237	32	269 (74,1%)
Total	112	24	136 (100,0%)	324	39	363 (100,0%)

ainda apenas um (ver Figura 5.4).

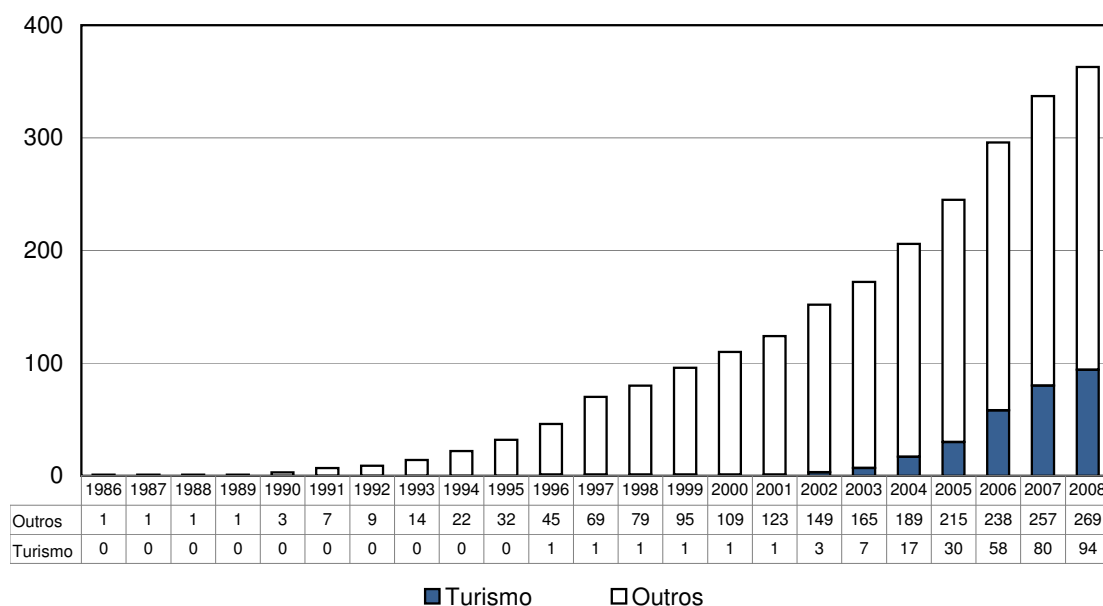


Figura 5.4: Evolução cumulativa da concessão de graus, segundo a natureza do curso

Autores No que se refere aos autores, os graus considerados foram concedidos a 349 indivíduos, sendo que 14 deles detêm dois graus; destes, sete obtiveram-nos na mesma instituição². Em termos de género, a maioria dos autores são mulheres (202, contra 147 homens)³, situação que remonta a 1997, como se pode comprovar pela Figura 5.5. Desde então, aquela distribuição tem oscilado próxima dos 57% para as mulheres e 43% para os homens, mas até 1992 – altura em que o primeiro dos referidos graus é atribuído a um indivíduo do sexo feminino – só haviam sido concedidos sete graus, o que constitui uma base de análise limitada. Já no que respeita ao tipo de grau, a proporção de mulheres com mestrado supera a razão anterior, aproximando-se dos 59% (191 em 324), enquanto nos doutoramentos predominam os homens, ainda que pela margem mínima (20 em 39).

²Dois deles referem-se às instituições concedentes das equivalências a graus obtidos no estrangeiro.

³Verificando-se situação idêntica entre os autores com mais de um grau atribuído, oito dos quais são mulheres.

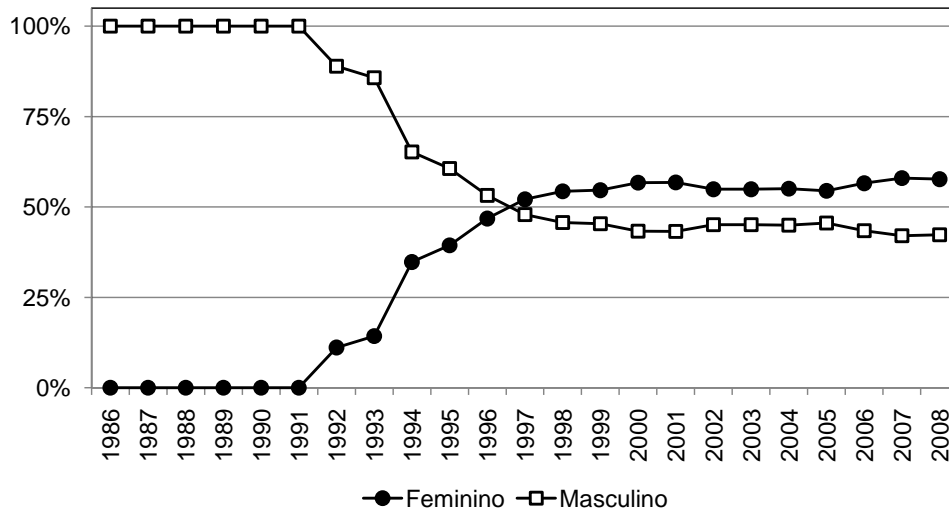


Figura 5.5: Evolução relativa da concessão de graus sobre Turismo, segundo o sexo dos autores

Orientação Globalmente, foi apurada a orientação relativamente a 330 (90,9% do total) dos graus concedidos, sendo que 58 deles patenteavam uma dupla orientação, a que acresce um com tripla. Entre os respectivos orientadores contam-se 190 indivíduos, 138 dos quais homens e 52 mulheres, proporção equivalente ao número total de orientações assumidas (278 por homens e 108 por mulheres), embora os homens predominem ao nível do doutoramento (39 orientações, contra 8 por mulheres). Provenientes de 31 instituições (cinco das quais estrangeiras⁴), a generalidade destes orientadores estavam associados a estabelecimentos de ensino superior (97,4%) – em particular universidades (94,7%) – e a organizações do sector público (92,1%), como atesta a Tabela 5.2.

Tabela 5.2: Filiação institucional dos orientadores dos graus sobre Turismo, por tipologia organizacional

Tipologia organizacional	Orientadores	Instituições
Ensino superior	185 (97,4%)	30 (96,8%)
Universidades	180(94,7%)	26 (83,9%)
Sector público	175 (92,1%)	22 (71,0%)
Total	190 (100,0%)	31 (100,0%)

Áreas científicas Ilustrando a distribuição do número de graus concedidos por área científica, a Figura 5.6 testemunha uma situação de concentração num conjunto limitado de áreas: a da Economia e Gestão destaca-se como a mais representada, com quase dois

⁴Instituto de Economía, Geografía y Demografía (Espanha), Texas A&M University (EUA), Universidade Federal do Maranhão (Brasil), University of Michigan (EUA) e University of Nottingham in Malaysia (Malásia).

terços do total de graus concedidos (63,6%), relação que aumenta para uns expressivos 80,4% quando somada a parcela relativa à Geografia Económica e Social (a segunda área mais frequente).

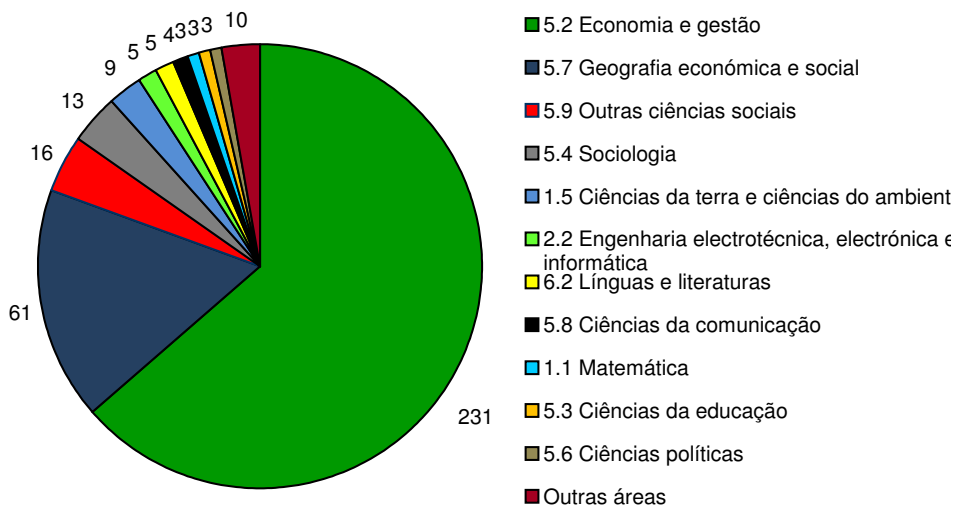


Figura 5.6: Graus sobre Turismo concedidos, por área científica

Apesar de não ser recente, esta desproporção tem vindo a acentuar-se nos anos mais recentes, como testemunha a Figura 5.7: desde 2003, o peso relativo da área de Economia e

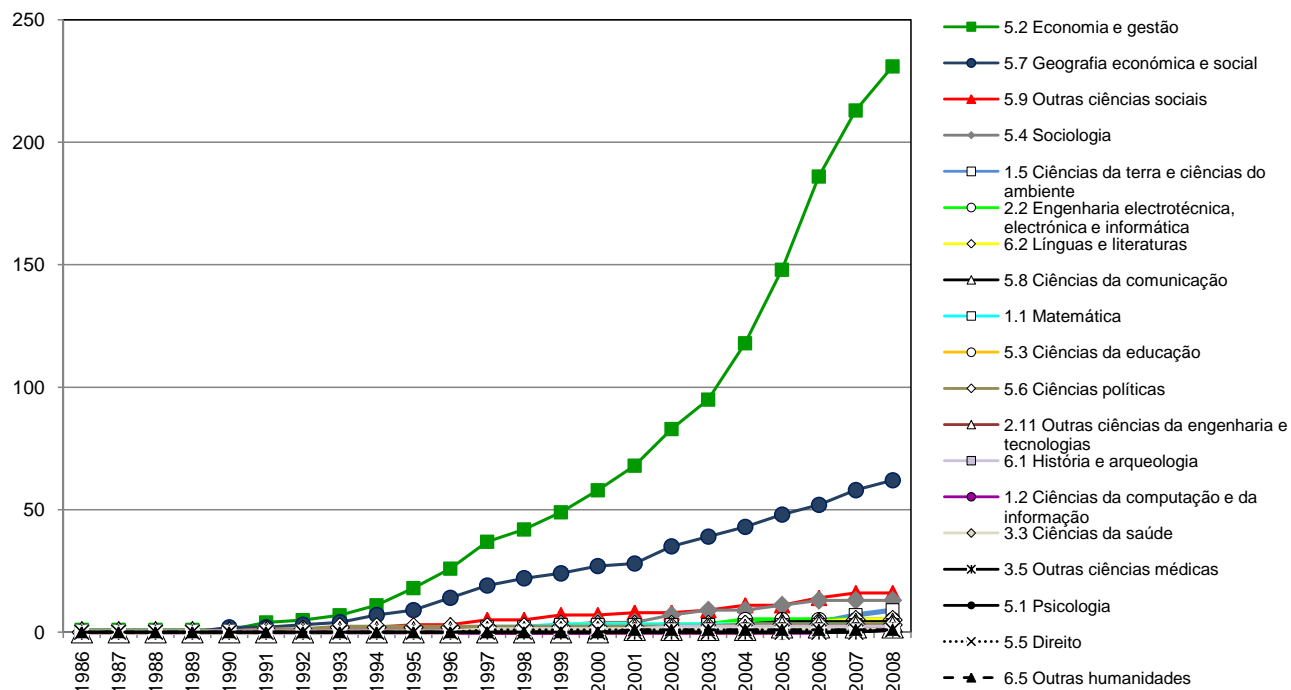


Figura 5.7: Evolução cumulativa da concessão de graus sobre Turismo, por área científica

Gestão cresceu de cerca de 54% para quase 64% do total, situação oposta à verificada com

a área de Geografia Económica e Social, que desceu de cerca de 22% para menos de 17%; no mesmo sentido evoluíram as restantes áreas, cujo peso relativo recuou dos cerca de 23% em 2002 para aproximadamente 20% em 2008.

Assuntos Em termos dos assuntos abordados, predominam os trabalhos devotados à exploração do papel do Turismo como instrumento de desenvolvimento (sobretudo em meio rural) e ao ordenamento territorial das respectivas actividades (englobados na categoria “Planeamento e desenvolvimento do turismo”), como atesta a Figura 5.8. A secundar, apesar de

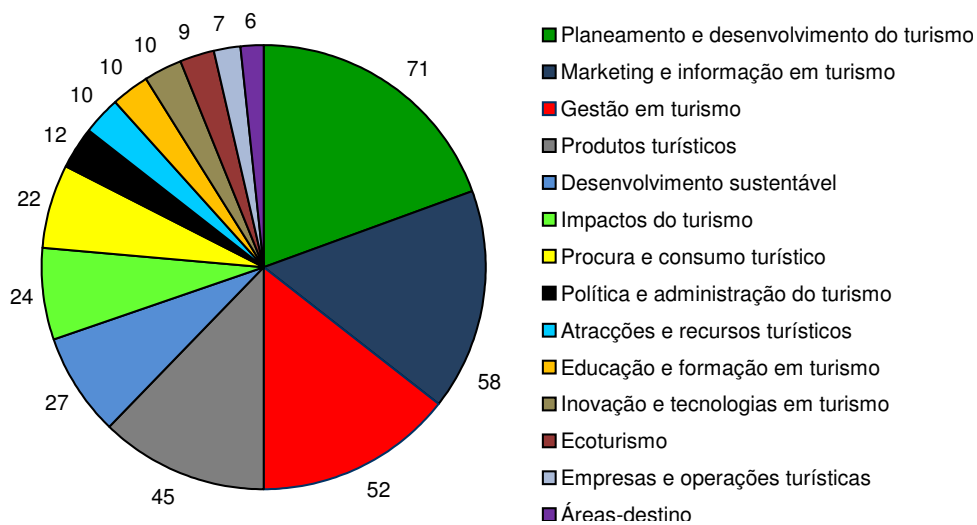


Figura 5.8: Graus sobre Turismo concedidos, por assunto

ainda significativos, seguem-se-lhe o “Marketing e informação em turismo”⁵, a “Gestão em turismo”⁶ e os “Produtos turísticos”⁷.

Embora a um nível menos expressivo do que o verificado atrás – a propósito das áreas científicas – é também possível constatar o predomínio de alguns assuntos: os três assuntos mais abordados (em 14) representam metade (49,9%) dos graus concedidos, parcela que ultrapassa os três quartos (76,3%) quando considerados os seis mais frequentes.

Considerando a evolução dos assuntos (Figura 5.9), é de notar que o “Planeamento e desenvolvimento do turismo” tem vindo a merecer a preferência como tema de trabalho desde há algum tempo (1997), situação distinta da verificada relativamente ao trio de assuntos que

⁵Elaborando principalmente em torno de tópicos como a segmentação, o posicionamento e a imagem dos destinos, bem como sobre questões relacionadas com a informação e comunicação em meio turístico.

⁶Incidindo, entre outras, em questões ligadas à gestão da qualidade, à gestão dos recursos humanos e à estratégia organizacional.

⁷Onde se destacam tópicos como a animação turística, o turismo em espaço rural, o turismo de saúde (com ênfase no termalismo) e o turismo cultural, frequentemente associado a um contexto urbano.

o secunda: o conjunto dos graus dedicados ao “*Marketing* e informação em turismo” acompanhou o congénere relacionado com “Produtos turísticos” até 2003, altura a partir da qual se aproximou do homólogo referente à “Gestão em turismo”, que ultrapassa já em 2007. O subgrupo de assuntos que se lhe segue (composto pelos assuntos “Desenvolvimento sustentável”, “Impactos do turismo” e “Procura e consumo turístico”) também tem evoluído em estreita proximidade, pelo menos desde 2002.

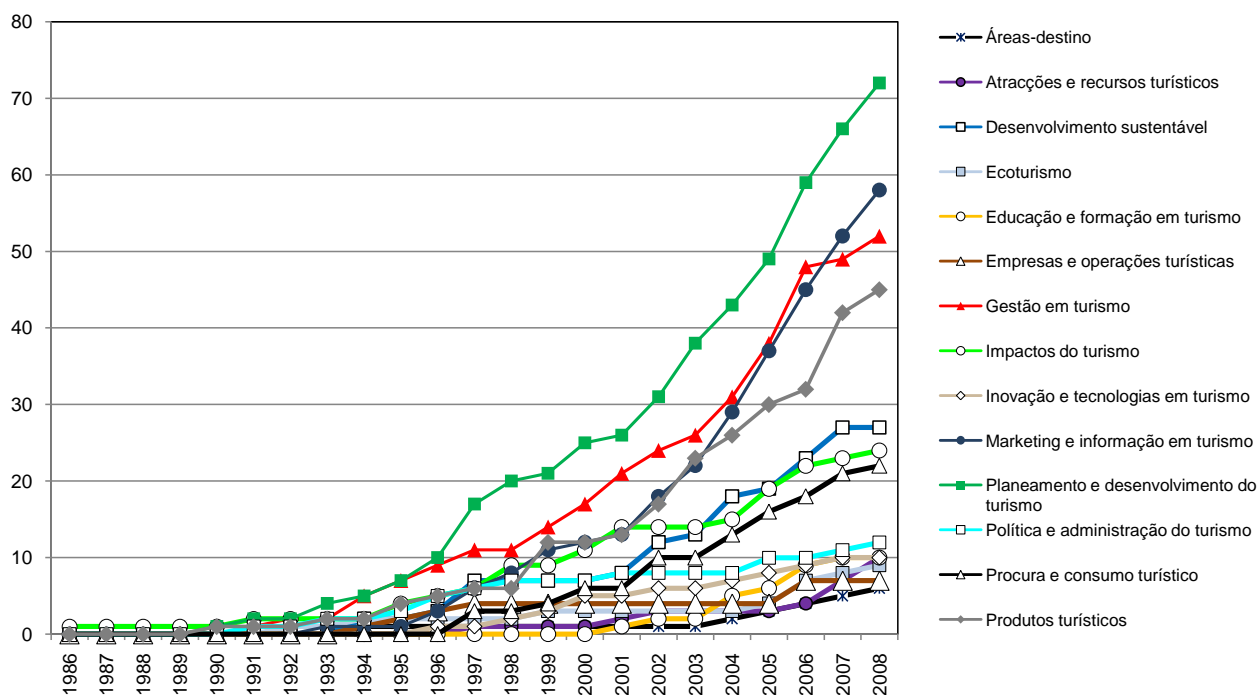


Figura 5.9: Evolução cumulativa da concessão de graus sobre Turismo, por assunto

Referenciação geográfica Evidenciada em 225 (61,9%) dos graus concedidos, a esmagadora maioria (88,0%) das referências geográficas aludem ao espaço português (cf. Tabela 5.3), destacando-se as relacionadas com o nível regional. Já a propósito da divisão administrativa, a Região Centro surge como a mais representada, quando consideradas todas as referências abaixo do nível nacional; próximas, seguem-se-lhe o Algarve e o Norte, enquanto a Região de Lisboa e Vale do Tejo é a que menos alusões recolhe. Aliás, Algarve e Lisboa e Vale do Tejo ilustram duas realidades opostas: enquanto a maioria das referências à primeira respeitam ao nível regional, na segunda são as de nível local que predominam.

Quanto às referências estrangeiras, não ultrapassam os 12%, prevalecendo aqui o nível nacional, com o Brasil e Cabo Verde a destacar-se no cômputo geral. Nos trabalhos com foco multinacional, os de nível regional englobam áreas de Portugal e de Espanha, enquanto os

Tabela 5.3: Focalização geográfica dos graus sobre Turismo

		Local		Regional		Nacional	Total
		Único	Vários	Único	Vários		
Portugal	Subtotal	66	4	109	4*	15	198
	Norte	14	2	20	-	n.a.	36
	Centro	20	-	19	1	n.a.	40
	Lisboa e Vale do Tejo	9	-	2	-	n.a.	11
	Alentejo	12	1	16	-	n.a.	29
	Algarve	6	1	31	-	n.a.	38
	Madeira	3	-	10	-	n.a.	13
	Açores	2	-	11	-	n.a.	13
	Estrangeiro	Subtotal	5	0	7	0	11
	Angola	1	-	-	-	1	2
	Brasil	4	-	3	-	1	8
	Cabo Verde	-	-	4	-	3	7
	China	-	-	-	-	1	1
	Costa do Marfim	-	-	-	-	1	1
	Moçambique	-	-	-	-	2	2
	S. Tomé e Príncipe	-	-	-	-	2	2
Multinacional		0	0	0	2	2	4
Total		71	4	116	6	28	225

Legenda: n.a. - não aplicável.

* Referente a um trabalho multi-regional no Centro, outro no Norte e Centro e dois na Madeira e Açores.

de nível nacional se reportam à União Europeia e aos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Metodologia de recolha Por fim e relativamente à forma de recolha dos dados, verifica-se que a generalidade dos graus foi identificada através da consulta dos catálogos documentais das instituições de ensino superior, seguida em proporções equivalentes pela consulta aos respectivos orientadores e instituições concedentes (Tabela 5.4). Por outro lado, há que

Tabela 5.4: Número de graus sobre Turismo incluídos, segundo o modo de compilação

Modo de compilação	Graus atribuídos
1 - Consulta de catálogos documentais em linha	319 (87,8%)
2 - Consulta às instituições	22 (6,1%)
3 - Consulta aos orientadores	22 (6,1%)

referir que – não obstante as várias formas e momentos da recolha de dados – permanece por apurar o curso (denominação) de seis dos graus concedidos considerados e a orientação de 33 (9,1%). Pelo lado dos graus excluídos da base de análise, desconhece-se a proveniência em sete casos, enquanto cinco graus obtidos no estrangeiro foram descartados por não se

ter conseguido apurar da eventual equivalência junto de instituições nacionais.

5.3 Representação institucional

Desempenho institucional No âmbito do presente trabalho, constatou-se alguma concentração da produtividade num número reduzido de instituições (*vide* Figura 5.10): a semi-soma do número de graus concedidos pelas três instituições com maior contribuição aproxima-se de metade do total (44,9%), valor que se ascende a quase dois terços (64,7%) quando se consideram as cinco maiores e seis sétimos (85,1%) entre as nove mais representadas. Entre todas, a Universidade de Aveiro afirma-se como a instituição com o maior número de graus concedidos, tanto em termos globais, como para cada tipo de grau⁸.

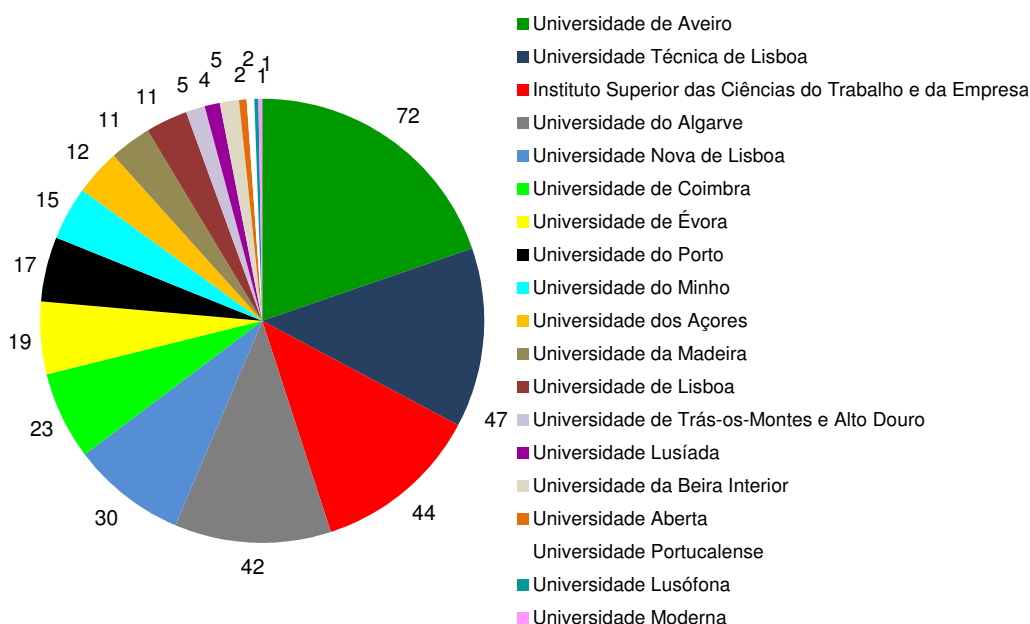


Figura 5.10: Graus sobre Turismo concedidos, por instituição

Numa perspectiva temporal⁹, coube à Universidade Técnica de Lisboa o papel “pioneiro” com a atribuição do primeiro grau em 1986, seguida pelas universidades de Lisboa (1990) e do Algarve e de Aveiro (1991). Como documenta a Tabela 5.5, quatro das cinco instituições mais produtivas estão entre as cinco primeiras a conceder os graus considerados e a Universidade Nova de Lisboa foi a sétima (em 1994). Por seu turno, a Universidade de Lisboa (a segunda a conceder graus) apenas iguala a instituição mais recente a atribuir os graus em escrutínio (Universidade da Madeira). Desta forma, afigura-se improvável que o já referido avolumar

⁸ *Ex-æquo* com a Universidade Técnica de Lisboa, no caso dos doutoramentos.

⁹ Ver Apêndice III - Graus concedidos, por instituição e ano

na concessão de graus nos anos mais recentes reflecta um desempenho acrescido pelas instituições cuja entrada em cena tivesse ocorrido mais tardiamente.

Tabela 5.5: Concessão do primeiro grau sobre Turismo e respectivo subtotal por tipo de grau, por instituição

Instituição	1.º grau	Graus	
		M	D
Universidade Técnica de Lisboa	1986	39	8
Universidade de Lisboa	1990	10	1
Universidade do Algarve	1991	35	7
Universidade de Aveiro	1991	64	8
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	1992	38	6
Universidade do Porto	1993	16	1
Universidade Nova de Lisboa	1994	27	3
Universidade de Évora	1994	18	1
Universidade Aberta	1995	2	
Universidade da Beira Interior	1995	4	1
Universidade do Minho	1995	15	
Universidade de Coimbra	1996	22	1
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1998	5	
Universidade Moderna	1999	1	
Universidade Lusíada	2000	3	1
Universidade dos Açores	2001	11	1
Universidade Lusófona	2002	1	
Universidade Portucalense	2002	2	
Universidade da Madeira	2005	11	
Total		324	39

Legenda: M - Mestrado; D - Doutoramento.

Em termos da evolução cumulativa do número de graus concedidos, constata-se um domínio prolongado da Universidade Técnica de Lisboa entre 1986 e 2003, como testemunha a Figura 5.11. Este domínio apenas foi interrompido pela Universidade de Lisboa, em 1990, mas em 2004 a Universidade do Algarve logrou alcançar a liderança, para ser ultrapassada pelo ISCTE em 2005. Nos últimos três anos (2006-2008) a primazia tem cabido à Universidade de Aveiro. Uma análise mais atenta aprofunda a novidade da actual liderança: tendo sido uma das quatro primeiras instituições a conceder graus sobre Turismo, até 2000 a Universidade de Aveiro contava apenas com dois graus concedidos e, até 2002, figurava no décimo lugar (bem atrás das seis primeiras, cada uma com dez ou mais graus); em 2003 ocupou o oitavo lugar, ascendendo ao quarto lugar em 2004 e ao terceiro em 2005. Este desempenho resulta de uma produtividade anual superior a qualquer outra instituição desde 2003, superior à dezena de graus desde 2005 e o dobro da segunda mais produtiva em 2006¹⁰.

¹⁰Com 16, o que constitui o respectivo máximo anual.

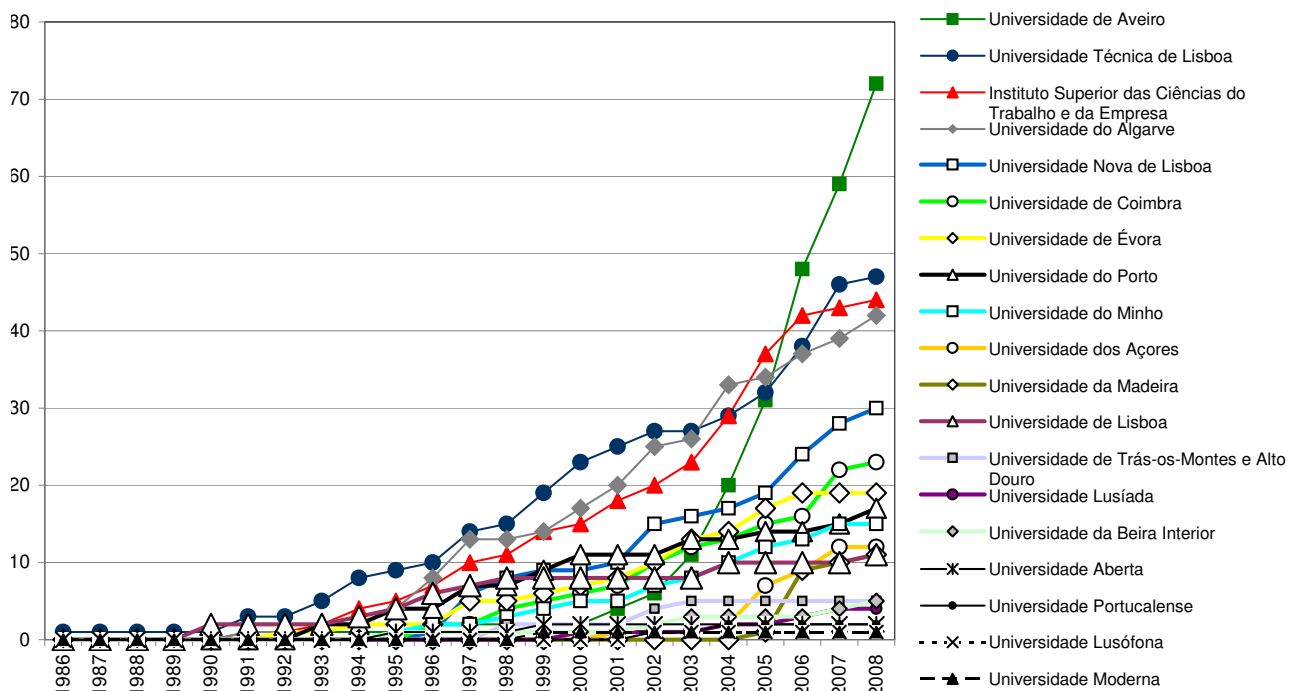


Figura 5.11: Evolução cumulativa dos graus sobre Turismo, por instituição

A consideração de algumas características institucionais sugere concentrações de outra natureza (cf. Tabela 5.6): globalmente, as universidades públicas, as “novas”¹¹ e as sedeadas no litoral¹² surgem em lugares proeminentes no que se refere à produtividade institucional, pese embora a variação consoante o tipo de grau considerado.

Tabela 5.6: Concentração da produtividade geral, por características institucionais

Característica	Instituições	Graus concedidos			
		M	D	Subtotal	
Sector	Público	15 (78,9%)	317 (97,8%)	38 (97,5%)	355 (97,8%)
	Privado	4 (21,1%)	7 (2,2%)	1 (2,5%)	8 (2,2%)
Origem histórica	Clássicas	4 (21,1%)	87 (26,9%)	11 (27,5%)	98 (26,9%)
	Novas	15 (78,9%)	237 (73,1%)	28 (72,5%)	265 (73,1%)
Localização	Litoral	14 (73,7%)	275 (84,9%)	36 (92,5%)	311 (85,7%)
	Interior	5 (26,3%)	49 (15,1%)	3 (7,5%)	52 (14,3%)
Total	19 (100%)	324 (100,0%)	39 (100,0%)	363 (100,0%)	

Legenda: M - Mestrado; D - Doutoramento.

Cursos Relativamente aos cursos que enquadram os graus atribuídos, a contribuição mais numerosa é devida ao ISCTE (20), tanto a nível de mestrado, como de doutoramento¹³, se-

¹¹Todas, excepto as universidades de Coimbra, Lisboa, Porto e Técnica de Lisboa.

¹²Todas à excepção das universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Évora, Madeira e Açores.

¹³Neste caso, *ex-aequo* com as universidades do Algarve e Técnica de Lisboa.

guido de perto pela Universidade Técnica de Lisboa (cf. Tabela 5.7). Tal como anteriormente, verifica-se que as instituições mais produtivas ocupam também as posições cimeiras quanto ao número de cursos envolvidos, apesar das universidades de Aveiro e do Algarve terem sido secundadas pela Universidade do Porto e se encontrarem em paridade com a Universidade de Coimbra.

Tabela 5.7: Cursos por instituição, segundo o tipo

Instituição	Cursos	
	M	D
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	16	4
Universidade Aberta	1	
Universidade da Beira Interior	3	1
Universidade da Madeira	2	
Universidade de Aveiro	9	2
Universidade de Coimbra	10	1
Universidade de Évora	6	1
Universidade de Lisboa	3	1
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	4	
Universidade do Algarve	7	4
Universidade do Minho	7	
Universidade do Porto	11	1
Universidade dos Açores	5	1
Universidade Lusíada	1	1
Universidade Lusófona	1	
Universidade Moderna	1	
Universidade Nova de Lisboa	11	3
Universidade Portucalense	2	
Universidade Técnica de Lisboa	15	4
Total	115	24

Legenda: M - Mestrado; D - Doutoramento.

A aferição da produtividade é também reveladora de uma concentração em torno de um conjunto restrito de protagonistas (cf. Tabela 5.8): o agregado dos 17 (12,2%) cursos com cinco ou mais graus representa 169 (46,5%) dos graus atribuídos, a que equivale uma média de cerca de 10 graus concedidos por curso¹⁴. Entre todos, o Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo da Universidade de Aveiro afirma-se como o curso com o maior número de graus atribuídos, seguido do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade do Algarve. O doutoramento com maior número de graus atribuídos¹⁵ surge somente no nono lugar (com sete graus), sendo o único a atribuir mais de três graus.

¹⁴Contra uma média de 2 graus para os restantes 122 cursos.

¹⁵Doutoramento em Turismo, pela Universidade de Aveiro.

Tabela 5.8: Graus concedidos pelos cursos mais prolíficos

Curso	Instituição	Graus
Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo	Universidade de Aveiro	45
Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais	Universidade do Algarve	20
Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo	Universidade Técnica de Lisboa	12
Mestrado em Geografia	Universidade de Coimbra	10
Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo	Universidade da Madeira	9
Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local	Universidade de Lisboa	8
Mestrado em Património e Turismo	Universidade do Minho	8
Mestrado em Sociologia	Universidade de Évora	8
Doutoramento em Turismo	Universidade de Aveiro	7
Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental	Universidade Nova de Lisboa	7
Mestrado em Ciências Empresariais	Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	5
Mestrado em Ecologia Humana	Universidade de Évora	5
Mestrado em Gestão de Empresas	Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	5
Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo	Universidade do Algarve	5
Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo	Universidade dos Açores	5
Mestrado em Gestão de Informação	Universidade de Aveiro	5
Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento	Universidade de Aveiro	5
Subtotal dos cursos com 5 ou mais graus atribuídos (17)		169
Restantes cursos (122)		194
Total		363

Áreas científicas Quanto às áreas científicas de enquadramento aos graus concedidos, constata-se que a já referida preponderância da “Economia e gestão” não se limita ao agregado global, aplicando-se igualmente às situações institucionais (Tabela 5.9): para 11 das 19 instituições é também a área mais representada, sendo até a única em três casos¹⁶. No caso particular da Universidade de Évora surge a par da “Sociologia”, mas mesmo nos casos em predominam outras áreas (quatro em “Geografia económica e social”¹⁷), aquela figura como a segunda mais representada. O recíproco também se verifica: quando a área da “Economia e gestão” é dominante, a “Geografia económica e social” tende a secundá-la. Já no que se refere à abrangência, em média cada instituição concedeu graus em quatro das 19 áreas apuradas, destacando-se as universidades de Aveiro e Nova de Lisboa, com oito, e a Técnica de Lisboa, com sete.

¹⁶ Concretamente, as universidades da Madeira, Lusíada e Lusófona.

¹⁷ Dois destes casos referem-se às universidades de Coimbra e de Lisboa, as instituições mais antigas.

Tabela 5.9: Graus concedidos por área científica e instituição

Área	Tipo		ISCTE	UAb	UBI	UMa	UAv	UC	UE	UL	UTAD	UAlg	UM	UP	UAc	ULusi	ULuso	UMo	UNL	UPort	UTL	Subtotal
	M	D																				
1.1 Matemática	3																		1	2		3
1.2 Ciências da computação e da informação	1																		1			1
1.5 Ciências da terra e ciências do ambiente	8	1					1	1	1			1			2				3			9
2.11 Outras ciências da engenharia e tecnologias	2						2															2
2.2 Engenharia electrotécnica, electrónica e informática	5																			1	4	5
3.3 Ciências da saúde	1													1								1
3.5 Outras ciências médicas	1				1																	1
5.1 Psicologia		1										1										1
5.2 Economia e gestão	204	27	34	4	11	60	5	6			2	37	9	11	10	4	1		6	1	30	231
5.3 Ciências da educação	2	1				2	1															3
5.4 Sociologia	12	1	3						6				1						2	1		13
5.5 Direito	1											1										1
5.6 Ciências políticas	2	1				1						1									1	3
5.7 Geografia económica e social	56	6	1			3	13	3	10	3		3	4				1	14		6		61
5.8 Ciências da comunicação	4		2			1		1														4
5.9 Outras ciências sociais	14	2	4	1				1	2	1		1	1						2	3		16
6.1 História e arqueologia	2							1					1									2
6.2 Línguas e literaturas	5			1		2								1					1			5
6.5 Outras humanidades	1							1														1
Total	324	40	44	2	5	11	72	23	19	11	5	42	15	17	12	4	1	1	30	2	47	363

Legenda:

M - Mestrado; D - Doutoramento; ISCTE - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa; UAb - Universidade Aberta; UBI - Universidade da Beira Interior; UMa - Universidade da Madeira; UAv - Universidade de Aveiro; UC - Universidade de Coimbra; UE - Universidade de Évora; UL - Universidade de Lisboa; UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; UAlg - Universidade do Algarve; UM - Universidade do Minho; UP - Universidade do Porto; UAc - Universidade dos Açores; ULusi - Universidade Lusitana; ULuso - Universidade Lusófona; UMo - Universidade Moderna; UNL - Universidade Nova de Lisboa; UPort - Universidade Portuguesa; UTL - Universidade Técnica de Lisboa.

Adicionalmente, enquanto as áreas mais proeminentes tendem a abranger um maior número de instituições, os exemplos do ISCTE e das universidades de Coimbra e de Évora atenuam uma eventual relação entre o número de áreas científicas associadas e o desempenho institucional: ainda que cada uma tenha concedido graus em mais de seis áreas, as respectivas prestações são relativamente modestas, quando comparadas com o ISCTE.

Assuntos A menor polarização verificada em termos de assuntos abordados – por comparação com as áreas científicas – é também evidente numa óptica institucional (cf. Tabela 5.10): o assunto mais aludido (“Planeamento e desenvolvimento do turismo”) é-o para apenas sete instituições, enquanto os dois que se lhe seguem (“*Marketing* e informação em turismo” e “Gestão em turismo”, respectivamente) o são em três situações cada. Também aqui a propensão para os assuntos mais frequentemente referidos se secundarem entre si é menos expressiva, admitindo maior variedade (ex. “Produtos turísticos” ou “Desenvolvimento sustentável”).

Por outro lado, constata-se uma ampla abrangência de assuntos abordados pelas instituições, que ascende a sete em termos médios. Apenas sete instituições vão além deste valor, nelas se incluindo as cinco mais produtivas. Inversamente, os assuntos mais representados tendem a estar associados a um número mais amplo de instituições que os restantes.

Referenciação geográfica Considerando o nível geográfico patente nos graus que evidenciam uma focalização geográfica (cf. Tabela 5.11), verifica-se um predomínio da escala regional para 11 das instituições, com a Universidade do Algarve a recolher o maior número de graus. Ainda assim, o nível local é o abordado por mais instituições (todas), mas só é o principal numa situação¹⁸. Embora a região Centro tenha recolhido o maior número de alusões geográficas nacionais, foi região Norte a abordada por uma maior variedade de instituições (12), assim secundando também o Algarve. Já numa óptica organizacional, é possível constatar a propensão de algumas entidades em abordar a respectiva área geográfica de implantação (ISCTE e universidades da Madeira, Aveiro, Coimbra, Évora ou Algarve), à excepção da Universidade Técnica de Lisboa, que privilegia o âmbito nacional e as regiões do Alentejo e Algarve. Relativamente às referências a localizações estrangeiras, merecem destaque a variedade de zonas abordadas pelo ISCTE (5)¹⁹ e a relativa focalização da Universidade de Aveiro no Brasil.

¹⁸Universidade de Lisboa, uma vez que nas restantes três situações (universidades Lusíada, Lusófona e Moderna) apenas se identificou um grau.

¹⁹Três dos sete graus foram concedidos no âmbito do curso de Mestrado em Estudos Africanos.

Tabela 5.10: Graus concedidos por assunto e instituição

Assunto	Tipo		ISCTE	UAb	UBI	UMa	UAv	UC	UE	UL	UTAD	UAlg	UM	UP	UAc	ULusi	ULuso	UMo	UNL	UPort	UTL	Subtotal		
	M	D																						
Áreas-destino	6		1				1		1	1											1	1	6	
Atrações e recursos turísticos	10						3	2		1		2	2											10
Desenvolvimento sustentável	23	4	2			2	3		3			1	1		2	1					11	1	27	
Ecoturismo	9						2	1	1									1			1	3	9	
Educação e formação em turismo	9	1	1			2	5		1				1										10	
Empresas e operações turísticas	7											3	1	1							1	1	7	
Gestão em turismo	46	6	11		1	3	9		2			11	3		5	1						6	52	
Impactos do turismo	18	6	3	1			3	2		1		5	2	1							1	5	24	
Inovação e tecnologias em turismo	10		1				3	1				1										4	10	
Marketing e informação em turismo	54	4	11			3	11	1	5			9		6	1	1				1	1	8	58	
Planeamento e desenvolvimento do turismo	63	9	5		3		14	4	5	4	4	3	3	3	3						9	11	71	
Política e administração do turismo	11	1					5	2				4										1	12	
Procura e consumo turístico	16	6	5			1	4	1		1		2	1	2		1					2	1	22	
Produtos turísticos	42	3	4	1	1		9	9	1	3	1	1	1	4	1		1				3	5	45	
Total	324	40	44	2	5	11	72	23	19	11	5	42	15	17	12	4	1	1	30	2	47	363		

Legenda:

M - Mestrado; D - Doutoramento; ISCTE - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa; UAb - Universidade Aberta; UBI - Universidade da Beira Interior; UMa - Universidade da Madeira; UAv - Universidade de Aveiro; UC - Universidade de Coimbra; UE - Universidade de Évora; UL - Universidade de Lisboa; UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; UAlg - Universidade do Algarve; UM - Universidade do Minho; UP - Universidade do Porto; UAc - Universidade dos Açores; ULusi - Universidade Lusitana; ULuso - Universidade Lusófona; UMo - Universidade Moderna; UNL - Universidade Nova de Lisboa; UPort - Universidade Portucalense; UTL - Universidade Técnica de Lisboa.

Tabela 5.11: Graus concedidos segundo a referência geográfica

Nível		ISCTE	UBI	UMa	UAv	UC	UE	UL	UTAD	UAlg	UM	UP	UAc	ULusi	ULuso	UMo	UNL	UTL	Subtotal	
Local		6	1	1	12	7	8	5	1	7	3	5	1	1	1	1	11	4	75	
Regional		14	3	6	16	9	10	1	2	23	4	5	9				11	9	122	
Nacional		8			7	1		2				1						7	26	
Supranacional										1								1	2	
Zona																				
Portugal		Subtotal	21	4	6	28	17	17	8	3	29	7	9	10	1	0	1	19	18	198
		Norte	2	1		8	4	1		3	1	7	5	1				2	1	36
		Centro	3	3		12	9		2		1					1	6	3	40	
		Lisboa e Vale do Tejo	5					1		1							3	1	11	
		Alentejo	5				1	12		1				1			5	4	29	
		Algarve	4			2		2	3	22							1	4	38	
		Madeira			6	1	1	1		2							2		13	
		Açores	1				1	1		1		2	7						13	
		Multi-regional										1	2						3	
		Nacional	1			5	1		2			1						5	15	
Estrangeiro		Subtotal	7	0	0	7	0	1	0	0	0	2	0	0	1	0	3	2	23	
		Angola	1												1				2	
		Brasil				4		1				2					1		8	
		Cabo Verde	1			2											2	2	7	
		China				1													1	
		Costa do Marfim	1																1	
		Moçambique	2																2	
		S. Tomé e Príncipe	2																2	
Multinacional				1						2								1	4	
Total		28	4	7	35	17	18	8	3	31	7	11	10	1	1	1	22	21	225	

Legenda:

ISCTE - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa; UBI - Universidade da Beira Interior; UMa - Universidade da Madeira; UAv - Universidade de Aveiro; UC - Universidade de Coimbra;

UE - Universidade de Évora; UL - Universidade de Lisboa; UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; UAAlg - Universidade do Algarve; UM - Universidade do Minho; UP - Universidade do Porto;

UAc - Universidade dos Açores; ULusi - Universidade Lusitana; ULuso - Universidade Lusófona; UMo - Universidade Moderna; UNL - Universidade Nova de Lisboa; UTL - Universidade Técnica de Lisboa.

5.4 Orientação

Colaboração institucional Entre o conjunto de graus considerados para análise no presente estudo, apuraram-se 330 cuja orientação foi identificada – a que correspondem 386 orientações²⁰ distintas (principais e co-orientações) – envolvendo 186 orientadores, relativamente aos quais foi possível apurar a respectiva filiação institucional. Além de sumariar o número de orientadores por sexo e tipo de orientação, a Tabela 5.12 relaciona a respectiva proveniência institucional (linhas) com as instituições que concederam graus sobre Turismo (colunas): conseqüentemente, a leitura na horizontal (linha) informa quanto à participação dos orientadores de cada organização na concessão dos diversos graus, enquanto uma leitura na vertical (coluna) elucida sobre a proveniência organizacional dos orientadores dos graus concedidos por cada instituição.

Globalmente, a Universidade Técnica de Lisboa é o estabelecimento com o maior número de orientadores envolvidos, enquanto a Universidade de Aveiro é a instituição com o maior número de orientações (tanto principais, como em co-orientação) assumidas pelos respectivos membros, cabendo à Universidade do Algarve a primazia no rácio entre orientações e orientadores (4,0). Já em termos de desempenho, a Universidade do Algarve destaca-se no total de orientações externas assumidas pelos respectivos membros (14), seguida pelas universidades Técnica de Lisboa (12) e Nova de Lisboa (10). Complementarmente, a Universidade de Aveiro foi a instituição que mais orientações externas acolheu (16), seguida pela Universidade Técnica de Lisboa (14) e pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (13).

Numa perspectiva interinstitucional, a Universidade Técnica de Lisboa foi o estabelecimento que maior variedade registou no acolhimento de colaborações externas (10 instituições), seguida *æ-exquo* pelo ISCTE e Universidade de Aveiro (7 cada), com a média a rondar as três²¹. Inversamente, os membros da Universidade Nova de Lisboa foram os que participaram como orientadores externos numa maior variedade de instituições (7), seguidos *æ-exquo* pelos homólogos das universidades do Algarve e Técnica de Lisboa (5 cada), aproximando-se a média das duas instituições²².

²⁰Binómio grau-orientador.

²¹Três delas não contaram com qualquer participação externa nas respectivas orientações.

²²Seis delas não participaram, através dos seus representantes, na orientação de qualquer grau externo.

Tabela 5.12: Orientações, segundo a filiação institucional dos orientadores e instituição concedente do grau

Orientador (filiação institucional)	Sexo		Orientação		Grau (instituição concedente)																Subtotal		
	M	F	P	C	ISCTE	UAb	UBI	UMa	UAV	UC	UE	UL	UTAD	UAlg	UM	UP	UAc	ULusi	ULuso	UNL		UPort	UTL
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	10	3	23	3	23						1						1	1					26
Universidade Aberta		1	1			1																	1
Universidade da Beira Interior	3		3	1			4																4
Universidade da Madeira	3	1	4	1				5															5
Universidade de Aveiro	12	11	65	20					77	3				3	1							1	85
Universidade de Coimbra	13	2	24	1						22						1						2	25
Universidade de Évora	9	2	19		1						16									1		1	19
Universidade de Lisboa	4	4	13	1	2							11										1	14
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1	1	6										5	1									6
Universidade do Algarve	7	3	29	11	2		1		9					26			1					1	40
Universidade do Minho	5	4	10	1										1	10								11
Universidade do Porto	9	3	17	1		1			1							15						1	18
Universidade dos Açores	5	1	10	9													17					2	19
Universidade Lusíada	2		2															2					2
Universidade Lusófona	1		1																1				1
Universidade Nova de Lisboa	14	6	33	2	3						1			1	1		2	1		24	1	34	
Universidade Portucalense	1		1																		1		1
Universidade Técnica de Lisboa	25	5	46	5				2	2					3		1				4		39	51
Academia Militar		1	9					5										1				3	9
Instituto Politécnico de Beja		1	1		1																		1
Instituto Politécnico de Viseu	2		3		3																		3
Instituto Superior de Matemática e Gestão		1		1	1																		1
Instituto Superior D. Afonso III	2		2				1							1									2
Instituto Superior de Psicologia Aplicada		1	1																		1		1
Universidade Fernando Pessoa	1		1																		1		1
Santuário de Fátima	1			1																1			1
Instituto de Economía, Geografía y Demografía (Espanha)	1			1					1														1
Texas A&M University (EUA)	1		1						1														1
University of Nottingham in Malaysia (Malásia)	1		1																			1	1
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)	1		1						1														1
University of Michigan (EUA)	1		1						1														1
Total	135	51	328	59	36	2	6	12	93	25	18	11	5	35	13	17	21	5	1	31	2	53	386

Legenda:

M - Masculino; F - Feminino; P - Principal; C - Co-orientação; ISCTE - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa; UAb - Universidade Aberta; UBI - Universidade da Beira Interior; UMa - Universidade da Madeira; UAV - Universidade de Aveiro; UC - Universidade de Coimbra; UE - Universidade de Évora; UL - Universidade de Lisboa; UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; UAlg - Universidade do Algarve; UM - Universidade do Minho; UP - Universidade do Porto; UAc - Universidade dos Açores; ULusi - Universidade Lusíada; ULuso - Universidade Lusófona; UNL - Universidade Nova de Lisboa; UPort - Universidade Portucalense; UTL - Universidade Técnica de Lisboa.

Adicionalmente, verifica-se que apenas nove estabelecimentos acolheram orientações externas providas de organizações fora do subconjunto de instituições concedentes de graus (18)²³ e, destas, apenas duas contaram com a colaboração de indivíduos filiados em organizações estrangeiras²⁴. A título complementar, importa realçar o envolvimento dos orientadores da Universidade do Algarve em nove orientações de graus atribuídos pela Universidade de Aveiro, ultrapassando os cinco graus orientados pela representante da Academia Militar na Universidade da Madeira e os quatro graus concedidos pela Universidade Nova de Lisboa orientados por membros da Universidade Técnica de Lisboa. No entanto, os resultados indicativos de participações cruzadas afiguram-se demasiado ténues para sugerir efectivas dinâmicas colaborativas²⁵, ainda que informais.

Aprofundando a análise, a Tabela 5.13 realça a quota-parte das orientações principais no conjunto das orientações de proveniência externa. Aqui é possível comprovar que os representantes da Universidade Técnica de Lisboa são os que maior número de orientações principais externas assumiram (todas as 12), sendo também aquela instituição a que maior número de orientações principais externas acolheu (12 em 14). Além disso, entre as instituições mais proeminentes, a Universidade do Algarve é aquela cujos membros menor representação assumem nas orientações principais externas de outros estabelecimentos (8 em 14), particularmente evidente no caso da Universidade de Aveiro²⁶.

Desempenho dos orientadores Prosseguindo numa perspectiva individual, a Tabela 5.14 apresenta os 16 orientadores mais proeminentes na área – com pelo menos cinco orientações de graus sobre Turismo –, ordenando-os com base no número total de orientações por eles assumidas. Além da significativa diversidade quanto à filiação institucional (11 estabelecimentos), a tabela documenta igualmente uma proporção acrescida dos indivíduos do sexo feminino (43,8%) e das correspondentes orientações (32,3%) em comparação com a respectiva representação no conjunto geral dos orientadores (25,9%).

²³Onde se destaca a Academia Militar.

²⁴Quatro orientações na Universidade de Aveiro e uma na Universidade Técnica de Lisboa.

²⁵Exceptuando porventura o caso das universidades de Aveiro e do Algarve.

²⁶Daquela subconjunto, a que menor orientação principal externa admitiu nos graus que atribuiu (dez em dezasseis).

Tabela 5.13: Quota-parte de orientações principais nas orientações externas, por instituição

Orientador (filiação institucional)	Grau (instituição concedente)															Subtotal
	ISCTE	UAb	UBI	UMa	UAv	UC	UE	UAlg	UM	UP	UAc	ULusi	UNL	UPort	UTL	
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa							1/1				0/1	0/1				1/3
Universidade de Aveiro						1/3		3/3	0/1						1/1	5/8
Universidade de Coimbra										1/1					2/2	3/3
Universidade de Évora	1/1												1/1		1/1	3/3
Universidade de Lisboa	1/2														1/1	2/3
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro									1/1							1/1
Universidade do Algarve	0/2		1/1		5/9						1/1				1/1	8/14
Universidade do Minho								1/1								1/1
Universidade do Porto		1/1			1/1										1/1	3/3
Universidade dos Açores															0/2	0/2
Universidade Nova de Lisboa	2/3						1/1	1/1	1/1		1/2	1/1			1/1	8/10
Universidade Técnica de Lisboa				2/2	2/2			3/3		1/1			4/4			12/12
Academia Militar				5/5								1/1			3/3	9/9
Instituto Politécnico de Beja	1/1															1/1
Instituto Politécnico de Viseu	3/3															3/3
Instituto Superior de Matemática e Gestão	1/1															1/1
Instituto Superior D. Afonso III				1/1				1/1								2/2
Instituto Superior de Psicologia Aplicada													1/1			1/1
Universidade Fernando Pessoa														1/1		1/1
Santuário de Fátima													0/1			0/1
Instituto de Economía, Geografía y Demografía (Espanha)					0/1											0/1
Texas A&M University (EUA)					1/1											1/1
University of Nottingham in Malaysia (Malásia)															1/1	1/1
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)					0/1											0/1
University of Michigan (EUA)					1/1											1/1
Total	9/13	1/1	2/2	7/7	10/16	1/3	2/2	9/9	2/3	2/2	2/4	2/3	6/7	1/1	12/14	68/87

Legenda:

ISCTE - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa; UAb - Universidade Aberta; UBI - Universidade da Beira Interior; UMa - Universidade da Madeira; UAv - Universidade de Aveiro; UC - Universidade de Coimbra; UE - Universidade de Évora; UAlg - Universidade do Algarve; UM - Universidade do Minho; UP - Universidade do Porto; UAc - Universidade dos Açores; ULusi - Universidade Lusitana; UNL - Universidade Nova de Lisboa; UPort - Universidade Portuguesa; UTL - Universidade Técnica de Lisboa.

Tabela 5.14: Graus orientados pelos principais orientadores

Orientador	Grau		Orientação		Filiação	
	M	D	P	C	I	E
COSTA, Carlos Manuel Martins da	36	6	31	11	36	6
SILVA, João Albino Matos da	11	6	16	1	14	3
KASTENHOLZ, Elisabeth	14		14		14	
RITA, Paulo Miguel Rasquinho Ferreira	11	2	12	1	11	2
COELHO, Maria Manuela Martins Saraiva Sarmento	8	1	9			9
UMBELINO, Jorge Manuel Rodrigues	8		7	1	4	4
FERREIRA, Ana Maria Alves Pedro	7		2	5	1	6
CAVACO, Carminda Maria Mariano	5	1	6		6	
CRAVIDÃO, Fernanda Maria da Silva Dias Delgado	6		6		6	
NETO, João Pereira	4	2	6		6	
RAMOS, Francisco Martins	6		6		5	1
SANTOS, Carlos Alberto da Silva Melo	6		3	3	4	2
SOARES, João Agostinho de Oliveira	6		4	2	6	
MARTINS, João Felix (f.)	5		5		2	3
PARTIDÁRIO, Maria do Rosário Sintra de Almeida	5		5			5
RIBEIRO, Maria Manuela Macedo	5		5		4	1
Subtotal (orientadores com 5 ou mais teses orientadas)	143	18	137	24	119	42
Restantes orientadores (145)	173	22	190	5	157	38
Total	316	40	327	29	276	80

Legenda: M - Mestrado; D - Doutoramento; P - Principal; C - Co-orientação; I - Interna; E - Externa.

De igual modo e no contexto das instituições mais produtivas, as semi-somas das orientações referentes aos orientadores das universidades de Aveiro e do Algarve superam, em termos relativos, a correspondente prestação geral (34,8% e 18,0% contra 19,8% e 11,5%, respectivamente), alvitando uma responsabilidade acrescida destes no desempenho das respectivas instituições. Por seu turno, as somas parciais referentes aos indivíduos filiados no ISCTE e nas universidades Nova de Lisboa e Técnica de Lisboa testemunham uma situação oposta, sugerindo uma maior dispersão na orientação.

A Figura 5.12 ilustra a evolução do desempenho dos principais orientadores, onde é possível distinguir três subconjuntos de acordo com o desempenho: até 10 orientações; entre 10 e 20 orientações; e mais de 20 orientações²⁷. À semelhança da evolução anteriormente verificada para as instituições, é possível distinguir evoluções acentuadas nos anos recentes por parte de alguns orientadores²⁸, contrastando com outras prestações mais regulares.

Relativamente às áreas científicas associadas às orientações dos orientadores mais prolíficos, constata-se que a “Economia e Gestão” continua a predominar, ainda secundada pela “Ge-

²⁷Mais precisamente, um orientador com 42 orientações.

²⁸Professores Carlos Costa, Elisabeth Kastenholtz e Ana Ferreira.

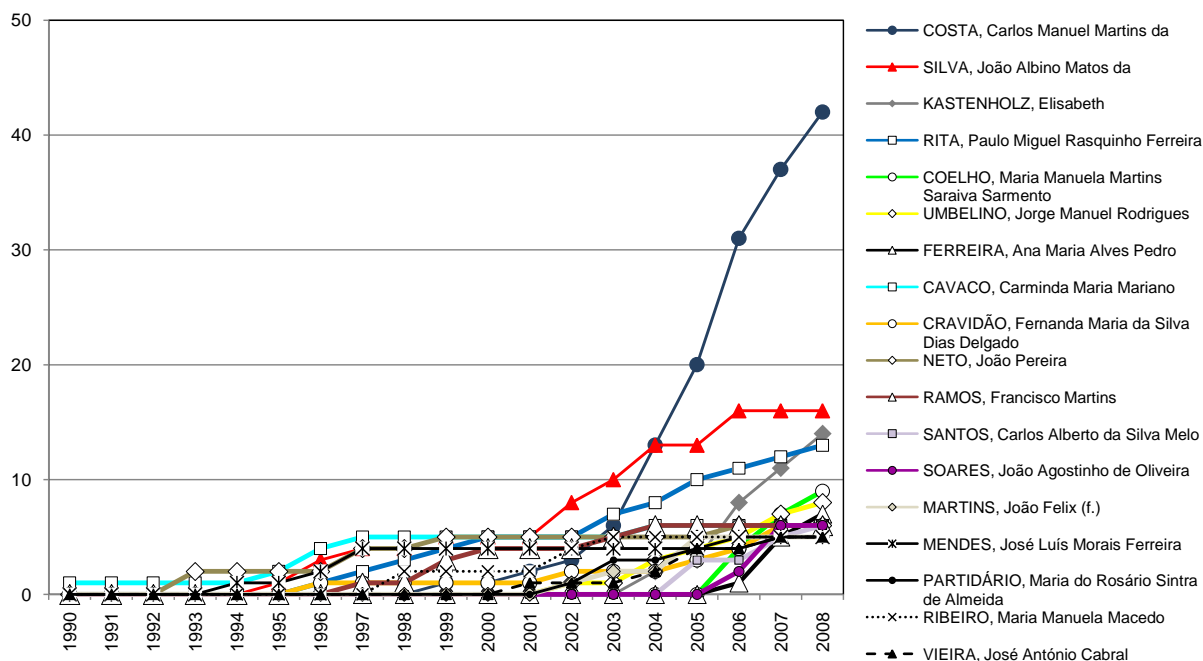


Figura 5.12: Evolução cumulativa das orientações dos principais orientadores

ografia económica e social” (*vide* Tabela 5.15): no primeiro caso, numa proporção superior à do conjunto geral (73,3% contra 63,5%); no segundo, inferior (14,3% contra 17,0%). À excepção de um caso (referente à área “Outras ciências sociais”), a primazia daquelas áreas reflecte-se a título individual: “Economia e Gestão” é a principal área para onze dos orientadores mais prolíficos, enquanto “Geografia económica e social” o é para outros quatro. Adicionalmente, verifica-se que apenas cinco indivíduos contam com orientações em mais de duas áreas (num máximo de seis) e sete não abordam mais de uma, o que indicia alguma especialização funcional.

Tal como anteriormente, a polarização em torno dos assuntos abordados é mais ténue do que a registada para as áreas científicas (cf. Tabela 5.16), continuando a reflectir a apurada relativamente às instituições. Em relação ao cômputo global, as maiores variações relativas referem-se ao “Marketing e informação em turismo” e ao “Desenvolvimento sustentável”. Em média, cada assunto foi objecto de orientação por seis indivíduos, destacando-se o “Planeamento e desenvolvimento do turismo” por treze, seguido dos “Produtos turísticos” por doze e do “Marketing e informação em turismo” por onze. Quanto àqueles, apenas seis lideraram em termos dos assuntos abordados, destacando-se um com sete assuntos.

Tabela 5.15: Orientações do principais orientadores, segundo a área científica

Orientador	1.5 Ciências da terra e ciências do ambiente	2.11 Outras ciências da engenharia e tecnologias	5.2 Economia e gestão	5.3 Ciências da educação	5.4 Sociologia	5.6 Ciências políticas	5.7 Geografia económica e social	5.8 Ciências da comunicação	5.9 Outras ciências sociais	6.1 História e arqueologia	6.2 Línguas e literaturas	Subtotal
CAVACO, Carminda Maria Mariano							6					6
COELHO, Maria Manuela Martins Saraiva Sarmento			9									9
COSTA, Carlos Manuel Martins da		1	35	1		1	3	1				42
CRAVIDÃO, Fernanda Maria da Silva Dias Delgado				1			5					6
FERREIRA, Ana Maria Alves Pedro			6				1					7
KASTENHOLZ, Elisabeth			14									14
MARTINS, João Felix (f.)			5									5
NETO, João Pereira			1		1	1			3			6
PARTIDÁRIO, Maria do Rosário Sintra de Almeida			4				1					5
RAMOS, Francisco Martins					4			1			1	6
RIBEIRO, Maria Manuela Macedo			2				2			1		5
RITA, Paulo Miguel Rasquinho Ferreira			12						1			13
SANTOS, Carlos Alberto da Silva Melo			6									6
SILVA, João Albino Matos da			16				1					17
SOARES, João Agostinho de Oliveira			6									6
UMBELINO, Jorge Manuel Rodrigues	2		2				4					8
Total	2	1	118	2	5	2	23	2	4	1	1	161

Tabela 5.16: Orientações do principais orientadores, segundo o assunto

Orientador	Áreas-destino	Atrações e recursos turísticos	Desenvolvimento sustentável	Ecoturismo	Educação e formação em turismo	Empresas e operações turísticas	Gestão em turismo	Impactos do turismo	Inovação e tecnologias em turismo	Marketing e informação em turismo	Planeamento e desenvolvimento do turismo	Política e administração do turismo	Procura e consumo turístico	Produtos turísticos	Subtotal
CAVACO, Carminda Maria Mariano			1				2			4	4		1	1	6
COELHO, Maria Manuela Martins Saraiva Sarmento			1				2			4			1	1	9
COSTA, Carlos Manuel Martins da	1	1	2		2		8	3	3	5	8	2	1	6	42
CRAVIDÃO, Fernanda Maria da Silva Dias Delgado		1		1										4	6
FERREIRA, Ana Maria Alves Pedro				1			1			2	1	1		1	7
KASTENHOLZ, Elisabeth		1		1						5	1		3	3	14
MARTINS, João Felix (f.)		1			1					2				1	5
NETO, João Pereira			1					1		1		1		2	6
PARTIDÁRIO, Maria do Rosário Sintra de Almeida			3				1				1				5
RAMOS, Francisco Martins										1	4			1	6
RIBEIRO, Maria Manuela Macedo			1								3			1	5
RITA, Paulo Miguel Rasquinho Ferreira			1				2			7			3		13
SANTOS, Carlos Alberto da Silva Melo							3			2	1				6
SILVA, João Albino Matos da		1	2			2	3	1		3	3	1	1		17
SOARES, João Agostinho de Oliveira	1			1		1				1	1			1	6
UMBELINO, Jorge Manuel Rodrigues			2		1			1			3			1	8
Total	2	5	13	4	4	3	20	6	3	33	30	5	10	23	161

5.5 Apoio à investigação

Características gerais Lançado em 1999 pelo então Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (actualmente Turismo de Portugal), o Programa de Bolsas de Estudo para Mestrados e Doutoramentos inseria-se numa estratégia de estímulo à investigação científica visando a abertura de novas perspectivas na abordagem das áreas ligadas ao investimento no Turismo e ao impacto da actividade turística, favorecendo o aparecimento de pólos de estudo e o incentivo aos investigadores, viabilizando simultaneamente uma massa crítica indispensável à consolidação de um eixo científico centrado na pesquisa associada ao Turismo. Descontinuado em 2005²⁹, ao longo das suas seis edições foram atribuídas 39 bolsas de estudo (17 de mestrado e 22 de doutoramento), 23 das quais se encontravam concluídas à data de redacção do presente documento. A Figura 5.13 comprova a variação do número de bolsas atribuídas em cada edição (entre as cinco e as nove), cuja média se cifra em seis. Adicionalmente, verifica-se que o número de bolsas atribuídas para a realização de doutoramento tende a suplantar as de mestrado, exceptuando apenas uma situação em que igualou (2.^a edição) e uma outra em que foi inferior (4.^a).

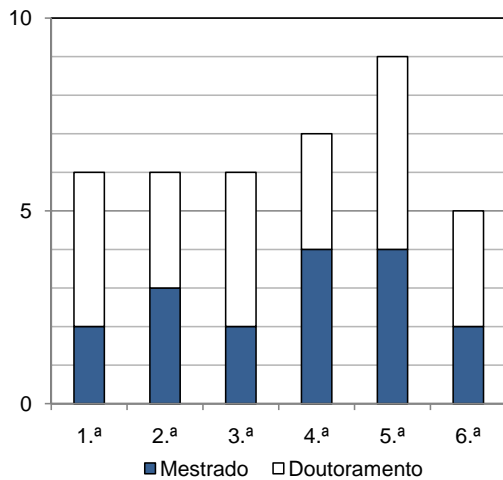


Figura 5.13: Bolsas de estudo atribuídas, por tipo de grau

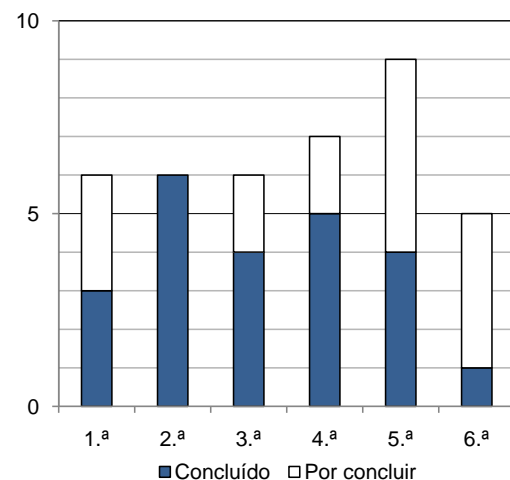


Figura 5.14: Conclusão de graus apoiados com bolsa de estudo

Já a Figura 5.14 ilustra a conclusão dos graus por edição, que se aproxima dos 59% em termos globais, onde se destacam a segunda edição com a maior taxa de conclusão (a única com 100%) e a sexta com a menor. Embora a menor conclusão das bolsas mais recentes se possa dever à continuidade dos respectivos trabalhos de investigação, quanto à primeira edição não foram apurados elementos que expliquem o facto de evidenciar a segunda menor

²⁹Substituído pelo Programa de Apoio à Investigação em Turismo, contemplando somente bolsas de doutoramento.

taxa de conclusão.

No conjunto de graus concedidos que constam da base de análise do presente trabalho, identificaram-se 18 dos 39 projectos de investigação pós-graduada contemplados com as referidas bolsas de estudo. A não inclusão dos restantes 21 ficou a dever-se a situações várias: alguns encontram-se ainda em desenvolvimento (7), ao passo que sobre outros, concluídos no estrangeiro, não foi possível confirmar a respectiva equivalência nacional (4); outros ainda situavam-se fora do campo de análise desta investigação (3) independentemente do estado de conclusão³⁰, a que acrescem três situações de comprovada desistência ou interrupção e dois casos concretos relacionados com o falecimento dos respectivos autores.

Desempenho institucional A Tabela 5.17 testemunha uma assimetria na realização institucional, comparando o sucesso na obtenção de bolsas de estudo com a conclusão do respectivo grau: uma única instituição (Universidade de Aveiro) conseguiu mais de 40% das bolsas e responde por metade dos graus concluídos contemplados com aquele apoio, o que representa aproximadamente o triplo da instituição que se lhe segue.

Tabela 5.17: Graus concluídos vs. bolsas atribuídas

Instituição	Graus			Bolsas		
	M	D	Subtotal	M	D	Subtotal
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	2	0	2 (11,1%)	2	0	2 (5,1%)
Universidade de Aveiro	5	4	9 (50,0%)	7	10	17 (43,6%)
Universidade de Coimbra	0	0	0 (0,0%)	1	0	1 (2,6%)
Universidade de Lisboa	0	1	1 (5,6%)	0	1	1 (2,6%)
Universidade do Algarve	3	0	3 (16,7%)	5	1	6 (15,4%)
Universidade dos Açores	0	1	1 (5,6%)	1	1	2 (5,1%)
Universidade Nova de Lisboa	0	1	1 (5,6%)	1	2	3 (7,7%)
Universidade Técnica de Lisboa	0	1	1 (5,6%)	1	2	3 (7,7%)
Bournemouth University	n.a.	n.a.	n.a.	0	3	3 (7,7%)
Nottingham University	n.a.	n.a.	n.a.	0	1	1 (2,6%)
Total	10	8	18 (100%)	18	21	39 (100,0%)

Legenda: M - Mestrado; D - Doutoramento; n.a. - não aplicável.

Cursos Relativamente à tipologia dos cursos (Tabela 5.18), verificou-se que a maioria (55,6%, ou seja, 10 em 18) corresponde a mestrados, embora estes evidenciem uma dispersão inferior aos doutoramentos no que se refere à origem institucional: os mestrados concluídos provêm de apenas três estabelecimentos, contra cinco nos doutoramentos. Quanto à natureza dos cursos, apenas uma minoria pertence ao domínio do Turismo (7 em 18),

³⁰Exemplo: “O recreio e lazer na reabilitação urbana: Almada velha”.

onde se destaca o Doutoramento em Turismo da Universidade de Aveiro (com quatro graus atribuídos). Esta é também a instituição com o maior número de cursos envolvidos na concessão destes graus (4), logo seguida da Universidade do Algarve (3). Já em termos disciplinares, predominam os cursos do domínio da Economia e da Gestão.

Tabela 5.18: Graus concluídos apoiados com bolsa de estudo, por curso e instituição

Instituição	Curso	Graus
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	Mestrado em Gestão de Empresas	1
	Mestrado em Turismo, Ambiente e Identidades Locais	1
Universidade de Aveiro	Doutoramento em Turismo	4
	Mestrado em Gestão de Informação	2
	Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo	2
	Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento	1
Universidade de Lisboa	Doutoramento em Geografia	1
	Mestrado em Gestão Cultural	1
Universidade do Algarve	Mestrado em Gestão Empresarial	1
	Mestrado em <i>Marketing</i>	1
Universidade dos Açores	Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais	1
Universidade Nova de Lisboa	Doutoramento em Ciências e Engenharia do Ambiente	1
Universidade Técnica de Lisboa	Doutoramento em Economia	1

Áreas científicas Em termos de áreas científicas (Tabela 5.19), a distribuição dos graus atribuídos é convergente com o padrão geral já abordado, pese embora o menor peso relativo da “Geografia económica e social”, resultante de uma base de análise mais restrita.

Tabela 5.19: Graus concluídos apoiados com bolsa de estudo, por área científica

Área científica	Mestrado	Doutoramento	Subtotal
1.5 Ciências da terra e ciências do ambiente		1	1 (5,6%)
5.2 Economia e gestão	9	5	14 (77,8%)
5.3 Ciências da educação		1	1 (5,6%)
5.7 Geografia económica e social		1	1 (5,6%)
5.9 Outras ciências sociais	1		1 (5,6%)
Total	10	8	18 (100%)

Assuntos Quanto aos assuntos abordados, verifica-se uma dissemelhança significativa por reporte à distribuição global (cf. Tabela 5.20): a “Gestão em turismo” afirma-se como o assunto abordado pelo maior número de graus, seguida dos “Produtos turísticos”; “Planeamento e desenvolvimento em turismo” e “*Marketing* e informação em turismo” são, assim, relegados para segundo plano, em paridade com “Desenvolvimento sustentável” e “Inovação e tecnologias em turismo”.

Tabela 5.20: Graus concluídos apoiados com bolsa de estudo, por assunto

Tema	Mestrado	Doutoramento	Subtotal
Desenvolvimento sustentável		2	2 (11,1%)
Educação e formação em turismo		1	1 (5,6%)
Gestão em turismo	4		4 (22,2%)
Impactos do turismo		2	2 (11,1%)
Inovação e tecnologias em turismo	2		2 (11,1%)
Marketing e informação em turismo	1	1	2 (11,1%)
Planeamento e desenvolvimento do turismo	1		1 (5,6%)
Procura e consumo turístico		1	1 (5,6%)
Produtos turísticos	2	1	3 (16,7%)
Total	10	8	18 (100%)

Orientadores Por fim e relativamente às 39 bolsas concedidas, identificaram-se 21 orientadores provenientes de 10 instituições, duas das quais estrangeiras. Entre estes contam-se os 12 orientadores dos graus atribuídos filiados em sete instituições, uma das quais estrangeira (*vide* Tabela 5.21). Tanto num caso como no outro, o orientador mais produtivo destaca-se

Tabela 5.21: Graus concluídos vs. bolsas atribuídas, por orientador principal

Orientador	Filiação	Graus	Bolsas
COSTA, Carlos Manuel Martins da	Universidade de Aveiro	6 (33,3%)	12 (30,0%)
SILVA, João Albino Matos da	Universidade do Algarve	2 (11,1%)	3 (7,5%)
UMBELINO, Jorge Manuel Rodrigues	Universidade Nova de Lisboa	1 (5,6%)	3 (7,5%)
GOUVEIA, Joaquim José Borges	Universidade de Aveiro	1 (5,6%)	2 (5,0%)
AMARAL, João Martins Ferreira do	Universidade Técnica de Lisboa	1 (5,6%)	1 (2,5%)
CASTRO, Eduardo Anselmo de	Universidade de Aveiro	1 (5,6%)	1 (2,5%)
CAVACO, Carminda Maria Mariano	Universidade de Lisboa	1 (5,6%)	1 (2,5%)
CORREIA, Antónia de Jesus Henriques	Universidade do Algarve	1 (5,6%)	1 (2,5%)
CROMPTON, John	Texas A&M University	1 (5,6%)	1 (2,5%)
KASTENHOLZ, Elisabeth	Universidade de Aveiro	1 (5,6%)	1 (2,5%)
MENDES, José Luís Morais Ferreira	Universidade Nova de Lisboa	1 (5,6%)	1 (2,5%)
MURTEIRA, Mário Luís da Silva	Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	1 (5,6%)	1 (2,5%)
EDWARDS, Jonathan		0 (0,0%)	3 (7,5%)
BRANDÃO, Carlos Fernando Santiago Neto	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	0 (0,0%)	1 (2,5%)
CALADO, Helena Maria Gregório Pina	Universidade dos Açores	0 (0,0%)	1 (2,5%)
ENNEW, Christine	Nottingham University	0 (0,0%)	1 (2,5%)
FERNANDES, António Jorge	Universidade de Aveiro	0 (0,0%)	1 (2,5%)
FIGUEIRA, José Rui Matos	Universidade Técnica de Lisboa	0 (0,0%)	1 (2,5%)
MARTINS, João Felix (f.)	Universidade do Algarve	0 (0,0%)	1 (2,5%)
SERRA, Francisco	Universidade do Algarve	0 (0,0%)	1 (2,5%)
SOARES, João Agostinho de Oliveira	Universidade Técnica de Lisboa	0 (0,0%)	1 (2,5%)
Total		18 (100,0%)	39 (100,0%)

dos restantes em termos de resultados, nunca sendo inferiores ao triplo daquele que se lhe segue.

5.6 Resumo do capítulo

No término deste capítulo, em que se apresentaram os resultados do estudo empírico realizado, as principais ideias a reter passam, desde logo, pelo expressivo crescimento do número de graus concedidos nos anos mais recentes, contrastando com os primeiros anos do período considerado e que não se encontra directamente relacionado com o número de instituições envolvidas na sua atribuição. Igualmente significativa é a prevalência das abordagens disciplinares baseadas na Economia e na Gestão, que, não sendo recentes, evidenciam um predomínio crescente, menos expressivo do que o verificado quanto aos assuntos abordados, mais repartido. Geograficamente, imperam as referências nacionais, nomeadamente ao nível regional, enquanto as referências aos estrangeiros privilegiam o Brasil e Cabo Verde.

Em termos institucionais, destaca-se a recente liderança da Universidade de Aveiro num cenário de uma importante concentração do desempenho em apenas cinco estabelecimentos. Apesar de minoritários no conjunto global, os cursos de Turismo destacam-se no cômputo individual de graus atribuídos.

Já em termos de orientação, identificaram-se tanto as dinâmicas interinstitucionais, como a produtividade individual nos termos do presente estudo, onde se distingue o orientador mais prolífico, com uma evolução de desempenho similar à da Universidade de Aveiro, em que está filiado.

Finalmente e no que se refere ao apoio à investigação, aprofundam-se as preponderâncias anteriormente notadas em termos institucionais, de orientação e disciplinas de abordagem, além de uma maior incidência dos doutoramentos e dos cursos de Turismo relativamente ao conjunto geral.

Capítulo 6

Conclusão

6.1 Introdução ao capítulo

No termo do presente trabalho, julga-se oportuno e conveniente revisitar as principais ideias abordadas ainda que de forma sucinta, salientando assim o percurso desenvolvido. Segue-se então uma apreciação dos resultados à luz dos objectivos delineados, terminando-se com um exercício crítico sobre as limitações patentes e uma perspectivação de direcções futuras de investigação sugeridas pelo presente trabalho.

6.2 Síntese do percurso

Ao longo do primeiro capítulo, o Turismo foi abordado em termos conceptuais (atestando a prodigalidade de proposições existentes), quanto ao seu enquadramento na vida humana (nomeadamente, em termos da sua proximidade com o Lazer e o Recreio) e no plano sistémico (culminando na proposição de uma disposição de um sistema turístico baseada na representação de Leiper e inspirada numa acepção foucauldiana do Poder, onde o turista surge como elemento central). Em termos epistemológicos e não obstante a resiliência do debate em curso, foi deduzido enquanto campo de estudos, examinando-se igualmente os condicionamentos que afectam a criação do conhecimento turístico.

Já durante o segundo capítulo, a investigação sobre Turismo constituiu o foco da análise, começando-se pela revisão da correspondente evolução (com base em relatos referentes a diferentes realidades), para depois se invocarem posições axiomáticas atinentes. A aferição da respectiva condição actual partiu então da consideração de dois dos seus vectores mais característicos: a publicação em títulos académicos periódicos e a publicação de estudos de pós-graduação, relativamente à qual se destacou a concentração evidenciada a diferentes níveis (temporal, disciplinar, institucional). A investigação sobre determinadas formas de Tu-

rismo ou áreas temáticas foi também objecto da devida apreciação, bem como as questões metodológicas que circundam a prática da pesquisa sobre Turismo, terminando-se com um diagnóstico das suas principais lacunas e dos desafios que se poderão colocar à sua evolução futura.

Compreendendo a formação superior sobre Turismo, o terceiro capítulo começou por se debruçar sobre o correspondente desenvolvimento no plano internacional (com base em testemunhos elucidativos da respectiva evolução verificada em diferentes países), atestando o seu surgimento primeiro como especialidade de outras disciplinas ou propostas formativas e, já na década de 1970, através de estudos pós-graduados específicos (assim antecipando a oferta de formação inicial especializada). No plano nacional, a evolução da oferta formativa sobre Turismo foi antecedida de um enquadramento nos contextos do sistema de ensino superior nacional e da comunidade científica portuguesa (caracterizados por assimetrias, reduzida saliência e relativo isolamento), mas também em termos legais (marcado por uma evolução na continuidade até ao advento disruptivo do “Processo de Bolonha”). Quanto à oferta formativa sobre Turismo, assinalou-se o predomínio do sector público e do subsistema politécnico ao nível da formação inicial no modelo de estudos “pré-Bolonha”, enquanto a oferta da formação pós-graduada sugeria um equilíbrio, com base no número de programas de estudo existente.

Consagrado à definição do plano metodológico de suporte à pesquisa empírica, o quarto capítulo partiu da apresentação da proposta de investigação, prosseguindo para a exploração e justificação do campo de análise delimitado. Em continuação, fundamentou-se o procedimento de pesquisa adoptado numa revisão prévia dos modelos preconizados para a investigação turística e ponderaram-se as abordagens articuladas quanto à respectiva implicação no percurso empírico adoptado. Seguiu-se então a descrição da actuação empírica, envolvendo quer as operações de recolha e selecção de dados relevantes, quer o tratamento analítico a que os mesmos foram sujeitos, no contexto de uma análise de conteúdo.

A análise dos resultados – materializada no quinto capítulo – revelou uma produção correspondente à obtenção de títulos de pós-graduação aglutinada no tempo (com mais de metade dos graus concedidos apenas nos últimos cinco anos considerados), em termos institucionais (onde a Universidade de Aveiro assume uma liderança recente de um grupo de apenas cinco instituições cuja representação ascende a quase dois terços do total de graus atribuídos) e disciplinares (onde somente duas áreas – Economia e Gestão e Geografia Económica e Social – congregaram mais de quatro quintos dos graus apurados). Globalmente, os indícios de cooperação interinstitucional revelaram-se demasiado incipientes para se poder argumentar

sobre hipotéticas dinâmicas colaborativas, embora a projecção alcançada por alguns orientadores sugira um potencial individual em desenvolvimento. Já no contexto do apoio financeiro à investigação, os resultados conseguidos reafirmam e aprofundam as assimetrias notadas em termos da representação institucional e disciplinar, assim como uma evidência acrescida de graus de doutoramento e de cursos de Turismo relativamente ao conjunto geral.

6.3 Interpretação dos resultados

Dando cumprimento tanto ao preceituado metodológico preconizado, como ao procedimento de realização da análise de conteúdo, é chegado o momento de se tentar perceber o que é possível inferir dos resultados obtidos. Adoptar-se-á, por conseguinte, uma estrutura de discurso correspondente a cada um dos objectivos específicos previamente delineados.

6.3.1 Perfil global

Em termos gerais, uma primeira noção que parece emergir da consideração dos dados apresentados relaciona-se com a recência da investigação pós-graduada realizada em Portugal sobre Turismo: ainda que a atribuição do primeiro grau (mestrado) sobre Turismo remonte a 1986, o primeiro doutoramento data somente de 1991, enquanto o primeiro grau (doutoramento) referente a um curso específico não seria atribuído antes de 1996. O âmbito desta observação não se restringe apenas à atribuição de graus, mas estende-se igualmente à oferta de formação específica: surgida em Portugal em 1986 ao nível da formação inicial, só seria complementada ao nível pós-graduado pelos doutoramentos a partir de 1995 e pelos mestrados desde 2000, como referido anteriormente. Afigura-se então legítimo questionar sobre o significado desta constatação: poder-se-á argumentar quanto a um atraso no arranque da investigação científica sobre Turismo realizada em Portugal? Em caso afirmativo, que factores o poderão explicar?

Reconhecendo-se o pendor comparativo da primeira interrogação, invocam-se os casos internacionais abordados (cf. 2.3.1) para consubstanciar um desfasamento de cerca de duas décadas – sobretudo no que respeita aos doutoramentos – no início da concessão de graus elegendo o Turismo como objecto principal: 1951 para os EUA, 1958 em Espanha ou, pelo menos, 1973 no Brasil. Ainda que variando consoante com o caso invocado, este hiato temporal é também patente na oferta de formação pós-graduada: surgida durante a década de 1960 no contexto de diversos cursos nos EUA e no Reino Unido, especificamente só se concretiza no início da década de 1970 no Reino Unido e ainda mais tardiamente em Espanha (década de 1990).

Legitimada a conjectura avançada, as hipóteses credíveis mais óbvias radicam num desenvolvimento tardio da própria actividade turística em Portugal (partindo-se do pressuposto da eventualidade de uma relação entre os dois factos) ou no reconhecimento menos expedito do Turismo como objecto de estudo válido por parte da comunidade científica portuguesa. Contudo, a expansão da actividade turística verificada em Portugal desde meados da década de 1960¹ – a par do aparecimento da formação superior inicial nos finais da década da 1980 – limitam o poder explicativo da primeira hipótese a pouco mais de uma década, o que se revela manifestamente insuficiente. Já quando se consideram quer o aparecimento da formação pós-graduada, quer a atribuição de graus sobre Turismo, o referido hiato ultrapassa as duas décadas (fortalecendo a segunda hipótese), para o que podem ter contribuído duas ordens de factores: i) as fragilidades próprias à comunidade científica portuguesa (posição semi-periférica em relação às suas congéneres ocidentais, reduzida dimensão, subfinanciamento ou concentração nas instituições universitárias) a que aludem Gago (1990) e Jesuíno (1995) e consideradas então insuperáveis no curto prazo; ou ii) um “preconceito académico” relativamente ao Turismo enquanto objecto de estudo meritório, no sentido advertido por Jafari e Aeser (1988) e Graburn e Jafari (1991). Embora seja tentador procurar aduzir argumentos em favor de cada uma das hipóteses avançadas, a verdade é que os resultados apurados não permitem consubstanciar qualquer uma, admitindo-se igual probabilidade de ambas – isoladamente ou em conjunto – ou até de outras aqui não vislumbradas.

No que se refere ao crescimento verificado, a evolução e a concentração do desempenho que atestam (relativamente a instituições, indivíduos, abordagens e temas concretos) não se afiguram propriamente inesperadas (cf. 2.3.1), embora a sua sustentabilidade possa suscitar reservas². Quanto ao crescimento propriamente dito, testemunha um aumento da produtividade de algumas das instituições mais prolectas na concessão de graus sobre Turismo³: enquanto as cinco mais produtivas registaram um acréscimo significativo (passando de um subtotal 103 no período de 1986-2003, para 132 entre 2004 e 2008), o conjunto das restantes denota um recuo (de 69 para 59, respectivamente, em 1986-2003 e 2004-2008). Entre todas, destaca-se a evolução registada pela Universidade de Aveiro, muito devida ao Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo (por si só responsável pela atribuição de 44 graus desde 2003), complementado pelo contributo de outros 12 programas de estudo da mesma instituição. Ainda assim, o número de cursos envolvidos não se revelou determinante no re-

¹ Em grande medida tributária da emergência do Algarve como destino turístico mundial, na sequência da abertura do Aeroporto de Faro em 1965 (Costa, 1996: 181).

² Atendendo à contracção na concessão de graus registada em 2008 e que a adopção de um sistema de graus e títulos conforme ao “Processo de Bolonha” dificilmente consegue justificar.

³ Por oposição ao hipotético início de concessão de graus por instituições que antes o não fizessem ou, recorrendo a uma linguagem estratégica, à entrada de novos concorrentes.

sultado global de cada instituição, se se atender a que a Universidade do Porto iguala a Universidade de Aveiro (com 13) e supera até a do Algarve (12), mas com um cômputo de graus atribuídos bem inferior, enquanto o ISCTE praticamente triplica o número de cursos relativamente à Universidade de Aveiro. Ainda assim, julga-se igualmente digno de referência o facto de a maioria daquelas cinco instituições com maior desempenho (“top 5”) se reconhecerem como “universidades novas”⁴ – denunciando, porventura, uma maior abertura institucional ao Turismo como objecto de estudo –, tal como o facto de a maioria se localizar nas principais zonas turísticas nacionais (Lisboa e Algarve).

Em termos de representação, as questões de género assumem frequentemente um carácter incontornável e no presente trabalho tal não é excepção, sendo o seu reflexo perceptível tanto ao nível da autoria, como da orientação. No primeiro caso, a relação de indivíduos do sexo feminino a quem foram concedidos títulos de pós-graduação (57%) aproxima-se da actual proporção de diplomadas ao nível da formação inicial (65%, cf. GPEARI/MCTES, 2008b), ainda que ao nível concreto dos doutoramentos fique aquém da correspondente aos indivíduos do sexo masculino. Já no que respeita à orientação, a figuração feminina pouco excede um quarto (27,4%) do total, embora não seja discernível uma diferença significativa de produtividade média entre os sexos (2,1 graus por orientador do sexo feminino contra 2,0 do sexo masculino). Estas constatações sugerem – à semelhança do que se verifica na generalidade dos domínios sociais – uma participação ainda reduzida das mulheres em posições prevaletentes.

Quanto à figuração dos agentes (em particular os privados que visam o lucro), a reduzida expressão apurada é insuficiente para dissipar os indícios da cisma sugerida por Smith (1988), entre o sector turístico e a correspondente academia. No entanto, tal também pode ser interpretado como sinal de que os tópicos estudados reflectem mais o interesse pessoal de cada investigador e não tanto as necessidades de outrem (sector operacional ou comunidade académica alargada), como aventado por Ingram (1996).

Ainda a propósito de representação – agora interpretada no sentido da focalização geográfica patente – vale a pena notar que apenas 12% (27) dos graus atribuídos se reportam a âmbitos estrangeiros ou multinacionais, na sua maioria países da CPLP, remetendo a figuração de âmbitos europeus a uma condição manifestamente residual. Contudo, os dados apurados não autorizam confirmar ou rejeitar as hipóteses de tal situação se ficar a dever ao facto de Portugal ser um destino turístico proeminente no contexto mundial ou ao já referido isola-

⁴Reconhece-se aqui alguma artificialidade na consideração, atendendo a que apenas três instituições (universidades de Coimbra, Lisboa e Porto) são denominadas de “clássicas”.

mento da comunidade científica nacional.

Por outro lado, afigura-se igualmente pertinente reflectir sobre as dinâmicas colaborativas apuradas, distinguindo-se dois planos de abordagem: o dos cursos leccionados e o das orientações. No primeiro caso e no que respeita especificamente à área do Turismo, há a salientar uma proporção significativa de cursos (quatro em oito) dinamizados no contexto de parcerias institucionais. Considerando a Tabela 3.4, verifica-se um equilíbrio entre sectores público e privado no número de cursos (dois para cada), mas enquanto a oferta do primeiro contempla ambos os níveis (mestrado e doutoramento), a do segundo compõe-se exclusivamente de doutoramentos. Além disso, as parcerias estabelecidas pelo sector público envolvem apenas instituições nacionais, ao passo que o sector privado privilegiou unicamente entidades estrangeiras (num caso espanhola, no outro francesa). Adicionalmente, regista-se que nenhuma das parcerias identificadas envolve ambos os sectores, o que pode suscitar todo um conjunto de suposições (incapacidade ou desinteresse em tal associação pelas partes ou desconfiança sobre a efectiva capacidade ou vantagem na articulação intersectorial) num contexto competitivo relativamente restrito, como é o Português. Neste sentido, a associação entre instituições geograficamente distanciadas, como as verificadas atrás, pode denotar um intento estratégico, na concretização de alianças com instituições que não disputem o mesmo espaço concorrencial directo (além da óbvia vantagem da associação a instituições de maior dimensão, mais experientes ou mais prestigiadas).

A análise dos resultados de cada uma destas parcerias, em termos dos graus concedidos (v. Tabela 5.8), permite aprofundar as respectivas diferenças individuais: enquanto no sector privado não foi apurada a concessão de qualquer grau⁵, no sector público a assimetria de desempenho verificada entre os promotores do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo (45 pela Universidade de Aveiro e 5 pela Universidade do Algarve) contrasta com uma produtividade mais equilibrada entre os estabelecimentos participantes do Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo (12 pelo Instituto Superior Técnico (IST), 9 pela Universidade da Madeira e 5 pela Universidade dos Açores). Se neste último caso nenhuma das instituições dispunha de formação inicial específica em Turismo à data de entrada de funcionamento da oferta pós-graduada, no primeiro ambas contavam-no entre as respectivas ofertas formativas.

Ao nível das orientações individuais (v. Tabela 5.12), é de salientar a magnitude da participa-

⁵Dos dois estabelecimentos nacionais identificados, um não prestou a informação solicitada a este respeito, enquanto o outro haveria de reconhecer que – ainda que uma parte lectiva dos cursos fosse desenvolvida em Portugal – a prestação das provas e concessão do grau ocorreriam no congénere estrangeiro.

ção dos orientadores filiados na Universidade do Algarve nos graus concedidos pela Universidade de Aveiro (9), superior às cinco orientações por membros da Academia Militar em graus concedidos pela Universidade da Madeira. No entanto, a quota-parte de orientações principais neste último caso (todas as cinco) sugere uma maior dependência entre as instituições envolvidas (v. Tabela 5.13), não tão evidente no caso anterior (em que a orientação principal foi confiada apenas em cinco dos nove graus da Universidade de Aveiro em que participaram orientadores da Universidade do Algarve). Por outro lado, ainda que a participação dos orientadores da Universidade de Aveiro nas orientações de graus concedidos pela Universidade do Algarve não habilite ao reconhecimento imediato de uma reciprocidade entre as duas instituições⁶, o somatório dos graus concedidos com a participação cruzada de orientadores de uma instituição relativamente à outra (12) indicia a única dinâmica colaborativa perceptível no conjunto de dados considerado. Complementarmente, reconhece-se o carácter ocasional da participação de orientadores filiados em organizações externas ao conjunto de estabelecimentos concedentes dos graus em apreço⁷ (que não excede as duas dezenas e meia de orientações), bem como a raridade da representação de orientadores filiados em instituições estrangeiras (mais favorável à Universidade de Aveiro), que não ultrapassa as cinco situações. Torna-se, assim, evidente o carácter excepcional da colaboração interinstitucional tanto no ensino pós-graduado, como na investigação sobre Turismo em Portugal, corroborando diagnóstico similar proferido em áreas afins (Guimarães, 2002: 16).

6.3.2 Comparação com outras realidades internacionais

Além do início tardio da investigação portuguesa sobre Turismo, importa agora perspectivar de que outras formas se compara a investigação nacional face a outros exemplos internacionais anteriormente referidos, ainda que se reconheçam diferenças metodológicas entre este estudo e as referências invocadas.

No que respeita à evolução geral, o aumento da concessão de graus sobre Turismo nos anos mais recentes traduziu-se numa concentração substancial face a anos mais recuados, tanto em Portugal como nas referências aludidas. No entanto e apesar dos resultados sugerirem um desempenho nacional inferior, os dados disponíveis apenas permitem analisar a evolução correspondente aos doutoramentos concedidos em cada caso durante a década de 1990 (Figura 6.1), o que constitui um intervalo de tempo muito anterior à significativa expansão verificada recentemente em Portugal (desde 2003). Adicionalmente, a comparação das respectivas ordens de grandeza suscita reservas, na medida em que não é óbvio qual

⁶As universidades de Aveiro e Técnica de Lisboa igualam-se nas orientações (todas principais) dos graus concedidos pela Universidade do Algarve.

⁷Excepção feita à situação singular das orientações referentes a um orientador proveniente da Academia Militar.

o critério mais adequado a adoptar (ex. número de graus concedidos *per capita*; número de graus concedidos por número de turistas ou visitantes; etc.).

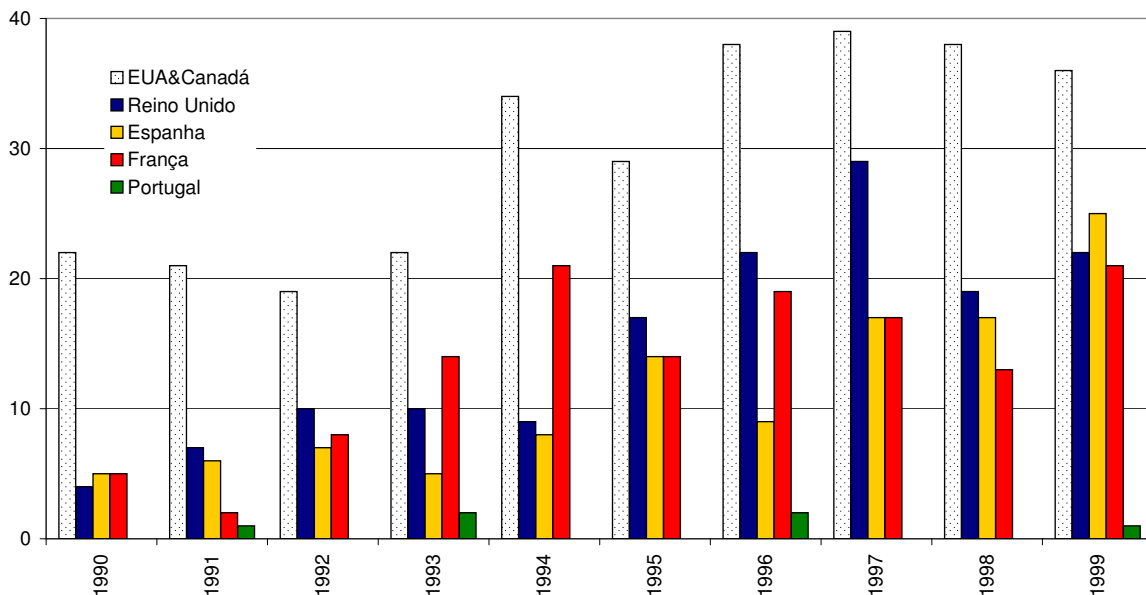


Figura 6.1: Comparação internacional dos doutoramentos sobre Turismo concedidos entre 1990 e 1999

Fonte: Dados próprios e Jafari e Aaser (1988), Meyer-Arendt e Justice (2002), Botterill et al. (2002), Ortega e Rodríguez (2004) e Solsona Monzonís (2006).

Já em termos da abordagem disciplinar consignada, os resultados apurados neste trabalho equiparam Portugal à Espanha, em virtude da preponderância da área da Economia e Gestão⁸ nos graus concedidos, contrastando com o predomínio do Recreio e da Geografia nos casos norte-americano e francês, respectivamente. Enquanto estes últimos exemplos indiciam um afastamento da plataforma Advocatória de Jafari⁹ (cf. 2.2.2), Portugal e Espanha parecem denotar ainda uma continuidade da adesão àquela primeira perspectiva. Isso mesmo parece transparecer também no que se refere aos assuntos abordados, atendendo à popularidade – quer num, quer noutro caso – de temas relacionados com os produtos, a procura, a gestão e as empresas turísticas, bem como ao respectivo desenvolvimento.

Por outro lado e em termos de referenciação geográfica, verifica-se uma similaridade entre Portugal e Espanha na frequência dominante de âmbitos nacionais, ao contrário do que ocorre com as alusões a localizações extra-nacionais, em que o passado colonial português permanece mais evidente que o seu congénere espanhol. Bem diferente é a situação ve-

⁸Pese embora a impossibilidade de asseverar uma equivalência das classificações disciplinares entre as duas situações.

⁹Porventura em direcção à plataforma do Conhecimento.

rificada no Reino Unido (Botterill et al.), onde a expressão minoritária das localizações nacionais parece sinalizar uma maior abertura e enquadramento com a realidade internacional do Turismo, para o que pode ter contribuído a reorientação das prioridades de recrutamento ultramarino de alunos de pós-graduação. No caso português, a proveniência dos alunos estrangeiros de pós-graduação é um tópico a necessitar de aprofundamento, tanto em termos das respectivas características, como das motivações inerentes à opção pela oferta nacional.

6.3.3 Apoio financeiro

Impossibilitada a pretensão de análise do apoio à investigação sobre Turismo no contexto nacional¹⁰, o que significam os resultados referentes ao programa de bolsas dinamizado pelo Turismo de Portugal?

Desde logo e reportando aos resultados apurados para o todo nacional, verifica-se que cerca de 69% dos trabalhos contemplados com financiamento se inserem na área da Economia e Gestão, proporção que ascende quase a 78% entre os graus concluídos e considerados neste levantamento, o que constitui um acréscimo em relação à média global. Concomitantemente e no que se refere aos temas abordados, também se verifica um acréscimo dos trabalhos incidindo em questões relacionadas com a Gestão em Turismo, com os produtos turísticos e com os impactos do Turismo, numa proporção equivalente à diminuição verificada naqueles que abordaram o planeamento e desenvolvimento do Turismo e o Marketing e a informação em Turismo (17-18%).

Por outro lado e considerando o conjunto de projectos apoiados (Apêndice IV), é possível reconhecer um carácter utilitário na selecção de propostas, privilegiando matérias relacionadas com o desenvolvimento e gestão de áreas ou produtos turísticos, com a prospecção impactos (sobretudo económicos), com algum ênfase territorial, e com problemáticas características do contexto empresarial. Afigura-se, portanto, válido questionar sobre uma hipotética desproporcionalidade da influência exercida pelo sector turístico (nomeadamente empresarial) na alocação de verbas públicas, em detrimento dos projectos cujo valor instrumental ou económico intrínseco seja menos evidente, em linha com as preocupações manifestadas por Tribe (2003) acerca das influências que determinam as direcções da agenda investigativa.

¹⁰Em consequência da indisponibilidade da FCT em facultar os dados necessários, conforme anteriormente referido (4.3.1).

6.4 Considerações finais

Aproximando-se do seu término, afigura-se oportuno reflectir sobre os limites do presente estudo e do respectivo potencial de desenvolvimento.

6.4.1 Limitações

No momento em que se impõe uma ponderação sobre o trabalho desenvolvido, é legítimo que se questione igualmente sobre qual é o alcance do presente estudo.

Desde logo, o campo de análise considerado reflecte a questão de investigação formulada inicialmente e os objectivos preconizados para o efeito, posteriormente repercutidos nas abordagens de pesquisa e na metodologia divisada para o efeito, em função do perfil exploratório-descritivo do estudo empírico. Abrangendo apenas uma parcela dos produtos convencionais da actividade científica – ainda que relevante e característica – concede-se que tal ocorre à custa de outras tipologias também meritórias (ex. publicação em títulos periódicos ou monografias, comunicações em encontros científicos, etc.). Mas é nesse exacto sentido que importa alertar para a interpretação que os resultados admitem: compreendendo unicamente teses e dissertações realizadas na prossecução de graus académicos, não devem ser extrapolados como medida de produtividade seja de instituições, seja dos indivíduos (nomeadamente, orientadores). Quando muito e apesar da relativa artificialidade da sua consecução, reflectem somente a contribuição – individual ou colectiva – na construção do conjunto aqui sob exame.

Por outro lado e no que se refere à realização empírica do estudo, não obstante todas as cautelas empregues na recolha dos dados, é possível que algumas dissertações não tenham sido consideradas de todo ou, tendo-o, tenham sido indevidamente mantidas (apesar do Turismo não constituir o seu enfoque principal) ou excluídas (mesmo quando constituía). Entre as razões que podem explicar estas eventuais situações conta-se, em primeiro lugar, o método de recolha dos dados: por um lado, as palavras-chave utilizadas na pesquisa dos sítios da Internet podem não ter sido empregues pelos autores, mas sobre tal também se pode argumentar que, se o não foram, é porque o Turismo não constituía o objecto de estudo; por outro lado, algumas dissertações podem não constar dos sistemas documentais por se verificar um atraso no seu registo (no caso das mais recentes) ou pela sua antiguidade (não tendo ainda sido ou jamais sendo consideradas para registo).

6.4.2 Perspectivas de evolução futura

Tão válido como o reconhecimento das limitações que o presente estudo patenteia, importa perspectivar como desenvolvê-lo, aprofundando-o e valorizando-o. A forma mais óbvia de o conseguir passa por considerar o que não comporta.

Desde logo, seria interessante circunstanciar os factores determinantes da maior produtividade de alguns indivíduos (orientadores) ou instituições, desvendando, por exemplo, os factores influenciadores da escolha pelos orientandos de determinados cursos, orientadores e instituições. Igualmente esclarecedor seria um maior conhecimento sobre o percurso académico, a actividade e os interesses dos orientadores, assim como a situação relativa de cada curso no contexto da sua instituição de acolhimento. Neste sentido, seria também pertinente acompanhar a efectivação do processo de Bolonha, no que se refere às modificações que o mesmo poderá acarretar para a investigação nesta área.

Por outro lado, o aprofundamento do retrato delineado poderia ser conseguido com a análise dos produtos e das actividades de investigação complementares desenvolvidas a nível nacional, investigando simultaneamente as eventuais dinâmicas e os possíveis obstáculos à colaboração na investigação turística. Também as metodologias aplicadas no seu estudo reclamam uma expansão além da mera descrição superficial, evidenciando quer os potenciais padrões de emprego, quer o respectivo nível de sofisticação.

Por fim, poderia ser útil lançar também alguma luz não só sobre as atitudes e opiniões dos profissionais do sector quanto à investigação nacional sobre Turismo, mas sobretudo sobre o impacto daquela ao nível operacional, em termos da respectiva aplicabilidade prática. Quanto aos apoios proporcionados à investigação, importaria também ilustrar os papéis desempenhados na alocação das verbas tanto pelo sector público, como pelo privado, questionando as dinâmicas de poder subjacentes.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1993a). epistemology. In *The New Encyclopædia Britannica - Micropædia*, volume 8, pages 528–9. Encyclopædia Britannica Inc., 15th edition.
- AA.VV. (1993b). ontology. In *The New Encyclopædia Britannica - Micropædia*, volume 8, page 958. Encyclopædia Britannica Inc., 15th edition.
- AA.VV. (2003-2009). epistemologia. In *Infopédia*. Porto Editora. [Em linha]. Porto: Porto Editora. [Consult. 2009-01-15]. Disponível em WWW:<URL:http://www.infopedia.pt/\$epistemologia>.
- AEP (2001). Conclusões do seminário. In *Seminário - Novas Estratégias para o Turismo*. Associação Empresarial de Portugal, Porto.
- Aguilo, E. (1996). Research into policies on tourism. *The Tourist Review*, 51(1):12–17.
- Airey, D. (2005). Growth and development. In Airey, D. and Tribe, J., editors, *An International Handbook on Tourism Education*, Advances in Tourism Research Series, pages 13–24. Elsevier, Oxford.
- Airey, D. and Johnson, S. (1998). *The Profile of Tourism Studies Degree Courses in the UK: 1997/98*. The National Liaison Group for Higher Education in Tourism, London.
- Ashworth, G. and Voogd, H. (1990). Can places be sold for tourism? In Ashworth, G. and Goodall, B., editors, *Marketing Tourism Places*, pages 1–16. Routledge, London.
- Bacon, M., Figueiredo, F. B., and Rejowski, M. (2007). Produção científica em turismo: dissertações de mestrado em turismo da universidade de caxias do sul - 2002-2006. In *IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, UAM.
- Baggio, R. (2008). Symptoms of complexity in a tourism system. *Tourism Analysis*, 13(1):1–20.
- Ballantyne, R., Packer, J., and Axelsen, M. (2009). Trends in tourism research. *Annals of Tourism Research*, 36(1):149 – 152.

- Barreto, M. (1995). *Manual de Iniciação ao Turismo*. Papyrus, Campinas.
- Barros, A. J. P. d. and Leheld, N. A. d. S. (1986). *Fundamentos de Metodologia - Um guia para a iniciação científica*. McGraw-Hill, Rio de Janeiro.
- Bote Gómez, V. (1996). Research in Spain on tourism and economic development. *The Tourist Review*, 51(1):5–11.
- Botterill, D. (2001). The epistemology of a set of tourism studies. *Leisure Studies*, 20(3):199–214.
- Botterill, D. (2002). Tourism studies and research quality assessment in UK universities. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education*, 1(2):71–74.
- Botterill, D. and Gale, T. (2005). Postgraduate and ph.d. education. In Airey, D. and Tribe, J., editors, *An International Handbook of Tourism Education*, pages 469–480. Elsevier, Oxford.
- Botterill, D. and Haven, C. (2003). *Tourism Studies and the Research Assessment Exercise 2001*. The National Liaison Group for Higher Education in Tourism, London.
- Botterill, D., Haven, C., and Gale, T. (2002). A survey of doctoral theses accepted by universities in the UK and Ireland for studies related to tourism, 1990–1999. *Tourist Studies*, 2(3):283–311.
- Buzinde, C. N., Santos, C. A., and Smith, S. L. J. (2006). Ethnic representations: Destination imagery. *Annals of Tourism Research*, 33(3):707–728.
- Carmo, H. and Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-Aprendizagem*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Carr, N. (2002). The tourism-leisure behavioural continuum. *Annals of Tourism Research*, 29(4):972 – 986.
- Cheong, S.-M. and Miller, M. L. (2000). Power and tourism - a Foucauldian observation. *Annals of Tourism Research*, 27(2):371–390.
- Coltman, M. M. (1989). *Tourism Marketing*. Van Nostrand Reinhold, New York.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., and Wanhill, S. (1993). *Tourism - Principles & Practice*. Pitman Publishing, London.
- Costa, C. M. M. d. (1996). *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and networks: the case of Portugal*. PhD thesis, University of Surrey.

- Dann, G., Nash, D., and Pearce, P. (1988). Methodology in tourism research. *Annals of Tourism Research*, 15(1):1–28.
- Dartnall, J. and Store, R. (1990). The literature of tourism. *The Journal of Tourism Studies*, 1(1):49–53.
- Deacon, D., Pickering, M., Golding, P., and Murdock, G. (1999). *Researching Communications - A practical Guide to Methods in Media and Cultural Analysis*. Arnold, London.
- Dencker, A. d. F. M. (1998). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. Futura, São Paulo.
- DGES/MCTES (2008). Rede de educação e formação turística no ensino superior (jan2008). [Em linha]. Direcção-Geral do Ensino Superior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. [Consult 2008-11-24]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/99CEE606-990E-4CB4-A8AC-ACFAF7AAD58B/739/Rede_Formacao_Turistica.xls>.
- Echtner, C. M. and Jamal, T. B. (1997). The disciplinary dilemma of tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 24(4):868–883.
- Edwards, D., Griffin, T., and Hayllar, B. (2008). Urban tourism research: Developing an agenda. *Annals of Tourism Research*, 35(4):1032–1052.
- Esteban Talaya, A. (2000). La investigación turística en la universidad española. *Estudios Turísticos*, (144-5):155–180.
- Faulkner, B. (2003). The role of research in tourism development. In Fredline, L., Jago, L., and Cooper, C., editors, *Progressing Tourism Research*. Channel View Publications, Clevedon.
- Flohr, S. (2001). An analysis of british postgraduate courses in tourism: What role does sustainability play within higher education? *Journal of Sustainable Tourism*, 9(6):505–513.
- Framke, W. (2002). The destination as a concept: A discussion of the business-related perspective versus the socio-cultural approach in tourism theory. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 2(2):92–107.
- Franklin, A. and Crang, M. (2001). The trouble with tourism and travel theory? *Tourist Studies*, 1(1):5–22.
- Freyer, W., Hammer, M., and Peiermeier, A. (2005). Germany. In Airey, D. and Tribe, J., editors, *An International Handbook on Tourism Education*, Advances in Tourism Research Series, pages 173–190. Elsevier, Oxford.
- Fúster, L. F. (1985). *Introducción a la teoría y técnica del turismo*. Alianza Editorial, Madrid.

- Gago, J. M. (1990). *Manifesto para a Ciência em Portugal*. Gradiva.
- Galani-Moutafi, V. (2004). Tourism research on greece - a critical overview. *Annals of Tourism Research*, 31(1):157–179.
- Garrod, B. (2008). Exploring place perception a photo-based analysis. *Annals of Tourism Research*, 35(2):381–401.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas, São Paulo.
- Goodrich, J. N. and Goodrich, G. E. (1987). Health-care tourism – an exploratory study. *Tourism Management*, 8(3):217–222.
- Govers, R., Hecke, E. V., and Cabus, P. (2008). Delineating tourism: Defining the usual environment. *Annals of Tourism Research*, 35(4):1053 – 1073.
- GPEARI/MCTES (2008a). Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas: 1970 a 2007. [Em linha]. Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. [Consult. 2008-11-24]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/?idc=47&idi=230443>>.
- GPEARI/MCTES (2008b). Número de diplomados no ensino superior: 1997-1998 a 2005-2006. Technical report, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Graburn, N. H. H. and Jafari, J. (1991). Tourism social-science. *Annals of Tourism Research*, 18(1):1–11.
- Guimarães, P. (2002). The state of portuguese research in economics: an analysis based on publications in international journals. *Portuguese Economic Journal*, 1:3–25.
- Gunn, C. A. (1994). *Tourism Planning - Basics, Concepts, Cases*. Taylor & Francis, Washington.
- Hall, C. M. (1991). Tourism as the subject of postgraduate dissertations in australia. *Annals of Tourism Research*, 18(3):520–523.
- Holloway, J. C. (1994). *The Business of Tourism*. Longman, Harlow.
- Howey, R. M., Savage, K. S., Verbeeten, M. J., and Van Hoof, H. B. (1999). Tourism and hospitality research journals: cross-citations among research communities. *Tourism Management*, 20(1):133–139.

- Ingram, H. (1996). Clusters and gaps in hospitality and tourism academic research. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 8(7):91–95.
- Inskeep, E. (1991). *Tourism Planning - An Integrated and Sustainable Development Approach*. John Wiley & Sons, New York.
- Jafari, J. (1987). Tourism models: the sociocultural aspects. *Tourism Management*, 8(2):151–159.
- Jafari, J. (1990). Research and scholarship - the basis of tourism education. *The Journal of Tourism Studies*, 1(1):33–41.
- Jafari, J. (1994). La cientifización del turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 3(1):7–36.
- Jafari, J. (1995). Structure of tourism: three integrated models. In Witt, S. F. and outinho, L., editors, *Tourism Marketing and Management Handbook*. Prentice Hall.
- Jafari, J. and Aaser, D. (1988). Tourism as the subject of doctoral dissertations. *Annals of Tourism Research*, 15(3):407–429.
- Jafari, J. and Ritchie, J. R. B. (1981). Towards a framework for tourism education. *Annals of Tourism Research*, 8(1):13–33.
- Jesuino, J. C. (1995). *A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX : comportamentos, atitudes e expectativas*. Celta, Oeiras.
- Jogarathnam, G., Chon, K., McCleary, K., Mena, M., and Yoo, J. (2005). An analysis of institutional contributors to three major academic tourism journals: 1992-2001. *Tourism Management*, 26(5):641–648.
- Johnson, C. (1998). Lausanne: Updating after a century of service. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 39(1):74–79.
- Kim, S.-H. (1998). Content analysis: Annals of tourism research and journal of travel research. Master's thesis, University of Wisconsin-Stout. MS thesis on hospitality and tourism.
- King, B. and Craig-Smith, S. (2005). Australasia. In Airey, D. and Tribe, J., editors, *An International Handbook on Tourism Education*, Advances in Tourism Research Series, pages 111–121. Elsevier, Oxford.
- Krippendorff, K. (1980). *Content Analysis - An Introduction to Its Methodology*. Sage Publications, Newbury Park.
- Ladkin, A. (1999). Hotel general managers: A review of prominent research themes. *International Journal of Tourism Research*, 1:167–193.

- Law, R. and Chon, K. (2007). Evaluating research performance in tourism and hospitality: The perspective of university program heads. *Tourism Management*, 28(5).
- Leal, S. and Padilha, M. A. (2005). Brazil and latin america. In Airey, D. and Tribe, J., editors, *An International Handbook on Tourism Education*, Advances in Tourism Research Series, pages 123–131. Elsevier, Oxford.
- Leiper, N. (1979). The framework of tourism : Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 6(4):390–407.
- Leiper, N. (1981). Towards a cohesive curriculum tourism : The case for a distinct discipline. *Annals of Tourism Research*, 8(1):69–84.
- Leiper, N. (1983). An etymology of tourism. *Annals of Tourism Research*, 10(2):277–280.
- Leiper, N. (2000). An emerging discipline. *Annals of Tourism Research*, 27(3):805–809.
- Mathieson, A. and Wall, G. (1982). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Longman Scientific & Technical, Harlow.
- McIntosh, R. W., Goeldner, C. R., and Ritchie, J. R. B. (1995). *Tourism, principles, practices, philosophies*. Wiley, New York.
- McKercher, B. (2005). A case for ranking tourism journals. *Tourism Management*, 26(5):649–651.
- Mehmetoglu, M. (2004a). Quantitative or qualitative? a content analysis of nordic research in tourism and hospitality. *Scandinavian Journal of Hospitality & Tourism*, 4(3):176–190.
- Mehmetoglu, M. (2004b). Research methods in tourism and hospitality. *Scandinavian Journal of Hospitality & Tourism*, 4(3):173.
- Meyer-Arendt, K. J. (2000). Commentary: Tourism geography as the subject of north american doctoral dissertations and master's theses, 1951-98. *Tourism Geographies*, 2(1):140–156.
- Meyer-Arendt, K. J. and Justice, C. (2002). Tourism as the subject of north american doctoral dissertations, 1987-2000. *Annals of Tourism Research*, 29(4):1171–1174.
- Middleton, V. and Ladkin, A. (1996). *The Profile of Tourism Studies Degree Courses in the UK, 1995/96*. The National Liaison Group for Higher Education in Tourism, London.
- Mihalic, T. (2005). Slovenia. In Airey, D. and Tribe, J., editors, *An International Handbook on Tourism Education*, Advances in Tourism Research Series, pages 241–255. Elsevier, Oxford.

- Mill, R. C. and Morrison, A. M. (1985). *The Tourism System - An Introductory Text*. Prentice-Hall, New Jersey.
- Morley, C. L. (1990). What is tourism? *The Journal of Tourism Studies*, 1(1):3–8.
- Morrison, A. (2002). Hospitality research: a pause for reflection. *International Journal of Tourism Research*, (4):161–169.
- Murphy, P. E. (1985). *Tourism - A Community Approach*. Routledge, London.
- Nickerson, N. P. (1995). Tourism and gambling content analysis. *Annals of Tourism Research*, 22(1):53–66.
- OMT (1995). *Educando educadores en Turismo*. Organización Mundial del Turismo, Madrid.
- Ortega Martínez, E. and Rodríguez Herráez, B. (2004). La investigación turística a través de tesis doctorales : un análisis comparativo entre españa y francia. *Estudios Turísticos*, (159):5–27.
- Pansiri, J. (2009). Evolution of a doctoral thesis research topic and methodology: A personal experience. *Tourism Management*, 30:83–89.
- Pearce, D. G. (1993). Introduction. In Pearce, D. G. and Butler, R. W., editors, *Tourism Research - Critiques and Challenges*. Routledge, London.
- Pearce, D. G. (2001). An integrative framework for urban tourism research. *Annals of Tourism Research*, 28(4):926–946.
- Pechlaner, H., Zehrer, A., Matzler, K., and Abfalter, D. (2004). A ranking of international tourism and hospitality journals. *Journal of Travel Research*, 42(4):328–332.
- Pizam, A. (1994). Planning a tourism research investigation. In Ritchie, J. B. and Goeldner, C. R., editors, *Travel, Tourism and Hospitality Research - A Handbook for Managers and Researchers*. John Wiley & Sons, Inc., New York.
- Poon, A. (1993). *Tourism, Technologies and Competitive Strategies*. CAB International, Wallingford.
- Poria, Y., Butler, R., and Airey, D. (2003). Revisiting mieczkowski's conceptualization of tourism. *Tourism Geographies*, 5(1):26–38.
- Przeclawski, K. (1993). Tourism as the subject of interdisciplinary research. In Pearce, D. G. and Butler, R. W., editors, *Tourism Research - Critiques and Challenges*. Routledge, London.

- Quivy, R. and Campenhoudt, L. V. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva, Lisboa.
- Ramos, M. d. G. G. and Garcia, T. E. M. (2006). Ensino superior em turismo no Brasil: algumas reflexões. *UNIrevista*, 1(2):1–10.
- Riley, M. (2002). New directions and new disciplines in tourism research. Comunicação proferida na apresentação pública do Barómetro Nacional do Turismo do Observatório do Turismo em Lisboa, a 18 de Outubro.
- Ritchie, J. and Crouch, G. (2000). Editorial: The competitive destination: A sustainability perspective. *Tourism Management*, 21(1):1–7.
- Roehl, W. S. and Fesenmaier, D. R. (1987). Tourism land use conflict in the United States. *Annals of Tourism Research*, 14(4):471–485.
- Ryan, C. (2005). The ranking and rating of academics and journals in tourism research. *Tourism Management*, 26(5):657–662.
- Salgado, M. A. B. (2007). *Educação e Organização Curricular em Turismo no Ensino Superior Português*. PhD thesis, Universidade de Aveiro.
- Santos, J. P. (2008). Análise autoral da revista turismo & desenvolvimento. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (10):57–66.
- Seaton, A. (2000). Content analysis. In Jafari, J., editor, *Encyclopedia of tourism*, pages 106–8. Routledge.
- Seaton, A. V. (1996). Blowing the whistle on tourism referees. *Tourism Management*, 17(6):397–399.
- Sheldon, P. J. (1990). Journals in tourism and hospitality – the perceptions of publishing faculty. *The Journal of Tourism Studies*, 1(1):42–48.
- Sheldon, P. J. (1991). An authorship analysis of tourism research. *Annals of Tourism Research*, 18(3):473–484.
- Sheldon, P. J. (2002). Another look at tourism research publications. *Annals of Tourism Research*, 19(2):350–1.
- Silva, J. A. (2004). A investigação científica e o turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(1):9–14.
- Silva, J. A. (2007). Editorial. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (7/8):3–4.

- Smith, S. L. J. (1988). Defining tourism - a supply-side view. *Annals of Tourism Research*, 15(2):179–190.
- Solsona Monzonís, J. (2006). Análisis de las tesis doctorales de turismo realizadas en universidades españolas. *Papers de Tourisme*, pages 111–116.
- Swain, M. B., Brent, M., and Long, V. H. (1998). Annals and tourism evolving - indexing 25 years of publication. *Annals of Tourism Research*, 25(4):991–1014.
- Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, 24(3):638–657.
- Tribe, J. (2000). Indisciplined and unsubstantiated. *Annals of Tourism Research*, 27(3):809–813.
- Tribe, J. (2003). The rae-ification of tourism research in the uk. *International Journal of Tourism Research*, 5(3):225–234.
- Tribe, J. (2006). The truth about tourism. *Annals of Tourism Research*, 33(2):360–381.
- Veal, A. J. (1997). *Research Methods for Leisure and Tourism - A Pratical Guide*. Financial Times Pitman Publishing, London.
- Vera Rebollo, J. F. (1995). Los estudios de postgrado sobre turismo en españa. *Estudios Turísticos*, (128):11–21.
- Vukonic, B. (1995). Tourism as a field of research and education at the faculty of economics in zagrab. *Acta Turistica*, 7(1):3–22.
- Weaver, D. B. and Lawton, L. J. (2007). Twenty years on: The state of contemporary ecotourism research. *Tourism Management*, 28(5):1168–1179.
- Weed, M. (2009). Progress in sports tourism research? a meta-review and exploration of futures. *Tourism Management*, 30:615–628.
- Wood, R. C. (1995). Assessing publications output as an indicator of academic productivity. *Tourism Management*, 16(3):171–173.
- WTO (1995). *Concepts, Definitions and Classifications for Tourism Statistics*. World Tourism Organization, Madrid.
- WTO (2000). Volume 4. europe. In *Tourism 2020 Vision*. WTO. [Em linha]. World Tourism Organization. [Consult 2009-06-08]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm>>.

- WTO (2001a). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*. World Tourism Organization, Madrid.
- WTO (2001b). Volume 7: Global forecasts and profiles of market segments. In *Tourism 2020 Vision*. WTO. [Em linha]. World Tourism Organization. [Consult 2009-06-08]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm>>.
- WTO (2008). *Tourism Market Trends: World Overview & Tourism Topics, 2006 Edition*. World Tourism Organization.
- WTTC (2007). Tourism impact data and forecast tool.
- Xiao, H. (2000). China's tourism education into the 21st century. *Annals of Tourism Research*, 27(4):1052–1055.
- Xiao, H. G. and Smith, S. L. J. (2005). Source knowledge for tourism research. *Annals of Tourism Research*, 32(1):272–275.
- Xiao, H. G. and Smith, S. L. J. (2006). The making of tourism research - insights from a social sciences journal. *Annals of Tourism Research*, 33(2):490–507.
- Xiao, H. G. and Smith, S. L. J. (2007). The use of tourism knowledge - research propositions. *Annals of Tourism Research*, 34(2):310–331.
- Yuksel, A. (2003). Writing publishable papers. *Tourism Management*, 24:437–446.
- Zhao, W. B. and Ritchie, J. R. B. (2007). An investigation of academic leadership in tourism research: 1985-2004. *Tourism Management*, 28(2):476–490.

Apêndices e Anexos

Apêndices

Apêndice I

Catálogos documentais consultados

Instituição	Sítio Web
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	http://biblioteca.iscte.pt/bibliopac.htm
Universidade Aberta	http://www.univ-ab.pt/sda/diss_teses.html
Universidade dos Açores	http://www.sdoc.uac.pt/recursosLinha.php
Universidade do Algarve	http://www.bib.ualg.pt/bibliotecas/
Universidade Atlântica	http://docweb.uatla.pt/
Universidade Autónoma de Lisboa	http://biblio.ual.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bibliopac/bin/bibliopac.xic
Universidade de Aveiro	http://www.doc.ua.pt/opac
Universidade da Beira Interior	http://ubi.ubi.pt/bi/biblioteca/
Universidade Católica Portuguesa	http://hip.lisboa.ucp.pt/
Universidade de Coimbra	http://siib.uc.pt/sirius/
Universidade de Évora	http://www.bib.uevora.pt/
Universidade Independente	http://biblioteca.uni.pt/
Universidade Internacional	
Universidade de Lisboa	http://194.117.17.200:4505/ALEPH
Universidade Nova de Lisboa	
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	http://www.fcsh.unl.pt/biblioteca/pesquisa.asp
Faculdade de Ciências e Tecnologias	http://biblioteca.central.fct.unl.pt/docbweb/index1.htm
Faculdade de Economia	http://portal.fe.unl.pt/portal/page?_pageid=34,33783&_dad=portal&_schema=PORTAL
Faculdade de Direito	http://biblioteca.fd.unl.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bibliopac/bin/bibliopac.xic&db=BIBLIO&lang=P
Universidade Lusíada	http://portaldoconhecimento.lis.ulusiada.pt/intermedio.htm
Universidade Lusófona	http://tsousa.ulusofona.pt/Docbweb/
Universidade da Madeira	http://www.uma.pt/sda
Universidade do Minho	http://www.sdum.uminho.pt/
Universidade Moderna	
Universidade do Porto	http://www.up.pt/conhecaup/reit/arquivo/arquivo_dis.htm
Universidade Portucalense	
Universidade Técnica de Lisboa	http://thesaurus.reitoria.utl.pt/
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	http://193.136.157.203/pacweb/

Apêndice II

Teses incluídas

- ABRANJA, Nuno Alexandre Pereira (2005). A situação dos intermediários turísticos face à ameaça dos canais de reserva directos. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- ABREU, Isabel Maria Rocha (2007). As paisagens culturais da Gândara: o caso do concelho de Cantanhede: turismo, cultura e inovação. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- AFONSO, Ana Catarina Guedes (2007). Turismo de Saúde: O Termalismo em Portugal - O Caso do Hospital Termal das Caldas da Rainha. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- AFONSO, Paulo Jorge Henriques (1999). Sistema de suporte à decisão em geomarketing de turismo. Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, Universidade Técnica de Lisboa.
- ÁGUAS, Paulo Manuel Roque (1991). Análise da indústria hoteleira no Algarve: processo evolutivo e factores críticos de sucesso nos hotéis. Mestrado em Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- ÁGUAS, Paulo Manuel Roque (2005). Determinação dos segmentos de mercado prioritários: uma metodologia para destinos turísticos. Doutoramento em Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ALARCÃO, Nuno (2005). O turismo como forma de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe. Mestrado em Estudos Africanos, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ALBUQUERQUE, Helena Cláudia da Cruz (2004). Turismo sustentável nas zonas cos-

teiras: o caso das praias de Mira. Mestrado em Ciências das Zonas Costeiras, Universidade de Aveiro.

- ALBUQUERQUE, Paula Cristina Lopes (1994). Turismo, ambiente e gestão de parques nacionais e naturais. Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa.
- ALFREDO, Tânia Carla Santos (2003). Políticas e práticas organizacionais em turismo: Um olhar sobre o planeamento estratégico na zona do regolfo de Alqueva. Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora.
- ALMEIDA, António Miguel Fernandes Lopes de (2002). A sazonalidade da procura: conceptualização de um modelo teórico aplicado ao turismo. Mestrado em Marketing, Universidade Portucalense.
- ALMEIDA, Carlos Manuel Paiva de (2005). A região demarcada do Douro: um território multifuncional: estudo de caso da actividade turística no Baixo Corgo e Cima Corgo. Mestrado em Estudos sobre a Europa, Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, Érika Maria Costa de Amorim (2006). Planeamento turístico: proposta metodológica para municípios brasileiros de pequena e média dimensão. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- ALMEIDA, Eugénio Maltez Simões de (2004). Estratégia de segmentação e posicionamento de Moçambique como destino turístico. Mestrado em Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ALMEIDA, Isabel Maria Pereira de (1995). A diversificação de produtos nas empresas agrícolas o agro-turismo. Mestrado em Economia, Universidade do Porto.
- ALMEIDA, Maria Joana Coruche de Castro e (2004). Integração da actividade turística nos instrumentos de gestão territorial: estudo de caso: o Alentejo Litoral. Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa.
- ALMEIDA, Nuno Jorge Cardona Fazenda de (2004). Integração e articulação de políticas para um turismo ambientalmente sustentável. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade de Aveiro.
- ALMEIDA, Paulo Jorge Santos (2003). A contribuição da animação turística para o aumento das taxas de ocupação de uma região. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

- ALMEIDA, Rita Maria Carneiro Anselmo (1997). O Lawrence's Hotel: um caso de estudo em hotelaria. Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade Nova de Lisboa.
- ALVES, Filomena Maria Pereira (2004). Braga, turismo e património: perspectivas de desenvolvimento . Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.
- ALVES, Miguel Ângelo Rosa Condeço (2002). A importância da internet na definição das estratégias de marketing da indústria do turismo: uma aplicação aos hotéis do Algarve e da Costa do Sol (Espanha). Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- AMADO, Miguel José Neves Pires (1996). O ordenamento turístico na perspectiva do desenvolvimento sustentável: metodologia de aproximação sistemática: o caso do Litoral Centro. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.
- AMARAL, Marta Isabel Casteleiro (2002). A qualificação dos recursos humanos no sector turístico para o século XXI. O caso dos subsectores de alojamento e restauração do Baixo Alentejo. Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora.
- AMBRÓSIO, Vitor (1998). Fátima: território especializado na recepção de turismo religioso. Mestrado em Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa.
- AMBRÓSIO, Vitor (2006). O turismo religioso: desenvolvimento das Cidades-Santuário. Doutoramento Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa.
- ANTUNES, Joaquim Gonçalves (1997). Segmentação do mercado e estratégia de marketing para o termalismo da região de Viseu. Mestrado em Ciências Empresariais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ARAÚJO, José Jorge de Sousa (2004). Desenvolvimento de recursos humanos para gestão da cultura e do património. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- AURINDO, Maria José (2004). Portugal em cartaz: a (re)construção pelo Estado de uma imagética do destino turístico. Mestrado em Antropologia, Universidade Nova de Lisboa.
- BAPTISTA, Alexandra (2008). O Turismo/lazer como factor de desenvolvimento e regeneração dos centros urbanos. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

- BAPTISTA, Celsia Isabel Domingues (1997). Determinantes da Estrutura Financeira das Empresas Hoteleiras Portuguesas. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- BAPTISTA, Ilda Margarida Sousa (2001). A gestão dos recursos humanos na hotelaria dos Açores: caracterização e necessidades de formação. Mestrado em Gestão Pública, Universidade dos Açores.
- BAPTISTA, Vítor José (1995). O turismo como fenómeno intercultural. Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta.
- BARRA, Nuno Miguel Ferreira de Assunção (1998). Estratégia de segmentação e posicionamento de Portugal como destino turístico no mercado do Reino Unido. Mestrado em Ciências Empresariais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- BARROQUEIRO, Carlos Alberto Assunção Abel (2002). A animação turística como mais valia para o desenvolvimento de Luanda. Mestrado em Espaço Lusófono: Cultura, Economia e Política, Universidade Lusófona.
- BARROS, Irosanda Brito (2006). Turismo e património: contributo da cidade velha para o desenvolvimento local. Mestrado em Estudos Africanos, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- BARROS, José da Cunha (1999). Realidade e ilusão no turismo português: das práticas do termalismo à invenção do turismo de saúde. Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade Técnica de Lisboa.
- BARROS, José Manuel da Veiga de (2007). Impacte do turismo no desenvolvimento socioeconómico: o caso da ilha do Sal. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- BATISTA, Alexandra Vieira (2008). Turismo de eventos: desafios prementes da cidade de João Pessoa. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- BATISTA, João Manuel de Lemos (2003). A evolução do turismo na Madeira no período de 1975 a 2000: análise dos indicadores estatísticos disponíveis e grau de interesse e de fiabilidade na medição e projecção da evolução do sector do turismo. Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Universidade de Aveiro.
- BATOUXAS, Mariana Fátima Moreira (1998). O turismo como componente das novas abordagens e propostas de desenvolvimento rural: análise exploratória de alguns ins-

- trumentos recentes de política regional na Terra Quente Transmontana. Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. ”
- BELO, António José de Matos (2002). Novo perfil para o turismo na região autónoma da Madeira: turismo sustentável. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Nova de Lisboa.”
 - BERNARDES, Ana Cristina Ramos de Vasconcelos (1997). Turismo e desenvolvimento regional no Alto Alentejo. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.
 - BERNIERI, Mailor José (2002). Diversificação de actividades no espaço rural: turismo, mais um componente para o desenvolvimento local. Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Rural, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
 - BORGES, Augusto José Moutinho (2003). As casas históricas do Vale do Côa: valorização do património arquitectónico com objectivos turísticos e culturais. Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.
 - BORGES, Maria do Rosário Pereira da Silva (2001). A Internet como fonte de informação de apoio à actividade docente no ensino superior de turismo em Portugal. Mestrado em Gestão de Informação, Universidade de Aveiro.
 - BOTELHO, Gabriela de Vilhena Bettencourt de Andrade (2006). Novas Tendências e Desafios na Hotelaria. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
 - BRANDÃO, Ana Filipa Fernandes Aguiar (2007). Os observatórios do turismo como meios de apoio à gestão e à competitividade: conceptualização de um modelo para a região de Aveiro. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
 - BREDA, Zélia Maria de Jesus (2001). Turismo na República Popular da China: políticas e desenvolvimento económico. Mestrado em Estudos Chineses, Universidade de Aveiro.
 - BRILHA, Nuno Miguel Mocica (2007). Convergência estratégica das políticas nacionais de turismo e transporte: o caso português. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
 - BRITO, Ana Paula Gomes (2007). A preparação e receptividade do sector hoteleiro para a qualidade: o caso da região das Beiras. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

- BRITO, Brígida João B. F. Rocha (2004). Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe. Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- BRITO, Luís Miguel Lourenço Mendes de (1999). Sostiene Pereira de Antonio Tabucchi: o papel da literatura no turismo cultural: metodologia e construção de um itinerário pedestre a partir do romance. Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta.
- BRITO, Maria José Peixoto Azevedo Silva (1999). A tradução da linguagem de informação turística: uma abordagem funcional. Mestrado em Estudos de Tradução, Universidade do Porto.
- CABRAL, José Carlos de Pina Teixeira (2005). O papel do turismo no desenvolvimento de Cabo Verde: turismo e combate à pobreza .nu djunta-mô. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa.
- CALDEIRA, Ana Maria Balbino (2006). Atracções e gestão de visitantes: uma abordagem de competitividade aplicada ao caso português. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- CAMACHO, Élvio José Sousa (2006). Modelo de avaliação do retorno do investimento da promoção turística na região autónoma da Madeira. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- CÂNDIDO, Carlos Joaquim Farias (2001). Implementation of a service quality strategy: application to the Algarve hotel industry. Universidade Técnica de Lisboa.
- CARBONE, Fabio (2006). Turismo, património e sustentabilidade: modelo de gestão para sítios arqueológicos. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- CARDOSO, Maria Margarida Guerreiro Martins dos Santos (2000). Segmentação: uma aplicação no mercado do turismo. Doutoramento em Engenharia de Sistemas, Universidade Técnica de Lisboa.
- CARMO, Ana Luísa Duarte Ribeiro Oliveira e (1995). Diferenças salariais entre os sexos - da desigualdade à discriminação: um estudo de caso no sector dos restaurantes e hotéis. Mestrado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

- CARNEIRO, Maria João Aibéo (1998). O estudo do posicionamento competitivo dos hotéis segundo a perspectiva dos consumidores: o posicionamento do Hotel Palácio do Estoril na perspectiva dos operadores turísticos e das empresas. Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade Nova de Lisboa.
- CARNEIRO, Maria João Aibéo (2007). Modelação da escolha de destinos turísticos: uma análise de posicionamento. Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- CARQUEJA, Maria Carlota Morais Machado (1998). Turismo no espaço rural como alternativa de desenvolvimento: um estudo de caracterização e de avaliação da actividade em duas regiões do interior Norte de Portugal . Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- CARRUSCA, Cidália Maria Nunes Viegas (1996). Os sistemas de incentivos financeiros ao investimento no turismo . Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- CARVALHO, Ilidia Catarina Gonçalves (2006). O turismo religioso numa perspectiva de Ecologia Humana. Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Universidade Nova de Lisboa.
- CARVALHO, Mário João Paulo de Jesus (2007). Os desportos de Inverno e o reposicionamento da oferta na Região de Turismo da Serra da Estrela. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- CASQUEIRA, Fernando António Monteiro de Almeida (1993). A possibilidade do turismo em espaço rural no concelho de Odemira: para uma reabilitação do património cultural local. Mestrado em Ciências Antropológicas, Universidade Técnica de Lisboa.
- CASTEL-BRANCO, José Florêncio Simões (1999). Os Custos de não Qualidade na Hotelaria do Algarve. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- CASTRO, Vânia Raquel Macedo de (2007). Uma aplicação multicritério para a estratégia de turismo: o caso da serra da Estrela. Mestrado em Ciências Económicas, Universidade da Beira Interior.
- CIDADE, Fernando Jorge Ferreira (2003). Turismo em espaço rural uma oportunidade para o desenvolvimento do interior? -Análise exploratória na região de turismo do alto Tâmega e Barroso. Mestrado em Planeamento Urbano e Rural, Universidade do Porto.

- CIRINO, Sílvia Fernandes Ribau (2008). Turismo e migrações: impacto das visitas a Portugal dos emigrantes. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- COELHO, António Marino Gonçalves (1993). Administração Pública do Turismo em Portugal. Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade Técnica de Lisboa.
- COELHO, Maria Manuela Martins Saraiva Sarmiento (1994). Qualidade na indústria do alojamento turístico na Costa de Lisboa: grupos estratégicos e competitividade empresarial. Mestrado em Ciências Empresariais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- COELHO, Maria Manuela Martins Saraiva Sarmiento (2000). Gestão pela qualidade total na indústria do alojamento turístico. Doutoramento em Engenharia e Gestão Industrial, Universidade Técnica de Lisboa.
- COLAÇO, Susana Isabel Gueifão (1999). Desenho otimizado de itinerários turísticos: alguns métodos heurísticos. Mestrado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- CONTENTE, Maria das Relíquias Caetano Melgaz (2001). Desenvolvimento sustentável e ecoturismo no concelho de Vidigueira. Mestrado em Ecologia Humana, Universidade de Évora.
- CONTREIRAS, Joaquim Francisco Monteiro Pinheiro Pinto (2004). Análise de necessidades de formação em segurança, higiene e saúde no trabalho em 2 hotéis de 4 e 5 estrelas no Algarve. Mestrado em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- CORFU, Adriana Camelia (2002). Web marketing nas empresas de turismo em Portugal. Mestrado em Gestão de Informação, Universidade de Aveiro.
- CORREIA, Antónia de Jesus Henriques (1994). A população e mercados turísticos no Algarve - Estratégias de negócios para a dessazonalização. Mestrado em Gestão Empresarial, Universidade Técnica de Lisboa.
- CORREIA, Antónia de Jesus Henriques (2000). A procura turística no Algarve. Doutoramento em Economia, Universidade do Algarve.
- CORREIA, Isabel Cristina Ferreira Jorge de Oliveira (2002). Caracterização da procura turística dos Açores: uma abordagem do ponto de vista estatístico. Mestrado em Gestão de Informação nas Organizações, Universidade de Coimbra.

- CORREIA, Joaquim Silva (1994). A gestão estratégica das empresas hoteleiras. Mestrado em Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- CORREIA, Luís Manuel Mendes (2005). As Rotas dos Vinhos em Portugal: estudo de caso da Rota do Vinho da Bairrada. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- CORREIA, Paula Cristina Lourenço Serdeira (2000). Os sistemas Enterprise Resource Planning na indústria da hotelaria e do turismo. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- CORREIA, Ricardo Alexandre Fontes (2005). Marketing turístico: uma abordagem de rede. Mestrado em Ciências Empresariais , Universidade do Porto.
- COSTA, Adriano Azevedo (1999). Um estudo sobre o posicionamento das regiões demarcadas e caracterização dos hábitos de compra e consumo de vinho. Mestrado em Ciências Empresariais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- COSTA, Ana Paula Gomes Trindade da (1999). Modos de gestão de recursos humanos na hotelaria algarvia . Mestrado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- COSTA, Ana Rita de Deus Rocha Alves Peres da (2007). Análise da viabilidade de utilização do guia turístico electrónico móvel por parte dos turistas. Mestrado em Marketing, Universidade do Algarve.
- COSTA, Carlos Manuel Martins da (1991). Planning for Tourism in Portugal: a comparison between the tourist organization in Portugal and England. Universidade de Aveiro.
- COSTA, Carlos Manuel Martins da (1996). Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level planning, organisations and networks - the case of Portugal. Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- COSTA, Manuel Alves da (2005). O turismo e o cidadão deficiente. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- COSTA, Maria Cecília de Carvalho Morgado Belo Dias (2007). Turismo sustentável nas margens do Tejo: estudo de aptidão por um sistema de informação geográfica . Mestrado em Ciência e Sistemas de Informação , Universidade Nova de Lisboa.

- COSTA, Maria Helena dos Santos Marreiros Camacho da (2006). O francês do turismo no ensino profissional: da escola à empresa. Mestrado em Didáctica de Línguas, Universidade de Aveiro.
- COSTA, Maria Teresa Gomes Valente da (2004). Turismo Sustentável: Uma estratégia para o desenvolvimento local, estudo de caso no Concelho de Reguengos de Monsaraz. Mestrado em Gestão, Universidade Lusíada.
- COSTA, Mateus Mendes da (2008). O ordenamento do território e o desenvolvimento do turismo: o caso da Ilha de Santiago - Cabo Verde. Mestrado em Gestão do Território, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, Paulo Alexandre da Silva (2008). Perfil do (eno)turista / visitante da Região Demarcada do Dão. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- COSTA, Rui Augusto (2005). Avaliação do potencial de crescimento e desenvolvimento das pequenas e micro empresas do sector do turismo. Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Universidade de Aveiro.
- COSTA, Sandra Marisa Freitas da (2007). As potencialidades turísticas dos concelhos de transição e de interioridade do distrito de Coimbra. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- COSTA, Sergio Tadeu Regis (2005). A gestão de destinos turísticos na internet - Alagoas e suas principais concorrentes. Mestrado Luso-Brasileiro em Gestão de Empresas, Universidade de Évora.
- COUTO, Helder Fernando de Oliveira (2008). Turismo e Política de Turismo no Concelho de Espinho. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- COUTO, João Pedro Almeida (1995). A actividade de hotelaria nos Açores: uma aplicação da metodologia dos grupos estratégicos. Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade do Porto.
- CRUZ, Mauricio Hugo da (2008). Turismo de aventura: estudo de caso da cidade de Brotas. Mestrado em Gestão Desportiva, Universidade do Porto.
- CRUZ, Renée Klaasen Teixeira da (2005). The application of the EFQM self-assessment model to the Algarve's hotel industry. Mestrado em Gestão de Empresas, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

- CUSTÓDIO, Maria João Ferreira (2006). Os mega-eventos na formação da imagem de um destino: o caso dos meios de comunicação social presentes no UEFA EURO 2004 TM em Portugal. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade do Algarve.
- DANIEL, Ana Cristina Marques (1999). Previsão da procura turística em Portugal: cointegração, modelos ECM e modelos univariados. Mestrado em Política Económica, Universidade do Minho.
- DANTAS, Maria Gilda de Andrade Fernandes (2005). Desenvolvimento turístico na Ilha do Porto Santo: avaliação de impactes. Mestrado em Gestão do Território, Universidade Nova de Lisboa.
- DEUS, José Eduardo Pronto Pereira de (2006). A relevância do casino para a promoção e consolidação da imagem da área-destino. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- DEVILE, Eugénia Cristina Peixoto Godinho Lima (2003). Necessidades de informação turística para pessoas com mobilidade reduzida: o caso dos deficientes físicos. Mestrado em Gestão de Informação, Universidade de Aveiro.
- DIAS, Ana Margarida de Campos Duque (2008). Qualidade do Destino Turístico Terra Quente. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- DIAS, Joaquim Seguro (2007). Ecoturismo, biodiversidade e futuro do turismo em Portugal. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- DIAS, Nuno Ricardo Mendes (2008). A Fidelização do Turista de Golfe na Área Promocional de Lisboa. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- DINIS, Maria Gorete Ferreira (2005). Comunicações móveis 3G e impacte no sector das viagens e Turismo. Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Universidade de Aveiro.
- DINIS, Sandrina Marques (2005). O ecoturismo: um instrumento para o desenvolvimento sustentável?. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa.
- DUARTE, Bernardino José de Brito (1997). O Timeshare em Portugal - Regimes Jurídicos e Problemas de Gestão. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.

- ESCADA, Patrícia Isabel Gonçalves (1999). Turismo termal e desenvolvimento em Monte Real. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- ESTEVES, Elsa da Encarnação Gonçalves Tavares (2002). Oferta e procura do sector turístico no distrito de Bragança. Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade do Minho.
- ESTEVES, Margarida de Carvalho Costa Sanches (2001). A qualidade do alojamento turístico do segmento superior na região do Algarve. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- EUSÉBIO, Maria Celeste de Aguiar (1998). O turismo e a política cambial em Portugal: a influência das taxas de câmbio na procura turística externa de Portugal. Mestrado em Economia Financeira, Universidade de Coimbra.
- EUSÉBIO, Maria Celeste de Aguiar (2006). Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional: o caso da Região Centro de Portugal. Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- FAIAS, Carlos Manuel Redondo (2005). Nível de desenvolvimento do planeamento estratégico de marketing aplicado nas unidades de alojamento turístico nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira . Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade dos Açores.
- FAIAS, Claudia Frazão Garcia Soares (2006). Análise das opções estratégicas de gestão das unidades de alojamento turístico nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade dos Açores.
- FALCÃO, Mário Alberto Santos (1997). O Porto, os Planos Municipais e o Turismo. Mestrado em Geografia, Universidade do Porto.
- FARIA, Rita Alexandra Nobre (2006). A importância do turismo para o desenvolvimento dos PALOPS e a contribuição de Portugal. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa.
- FAVEIRO, Maria Helena Godinho Costa (2000). Identidade e imagem organizacional: aplicação ao sector de hotelaria e turismo. Mestrado em Gestão, Universidade Lusíada.
- FERNANDES, Albino Maria Pires (2002). O turismo de aldeia no Soajo: uma nova forma de ecoturismo. Universidade Nova de Lisboa.

- FERNANDES, Carla Maria Morgado (2005). Análise estratégica das agências de viagens e turismo em Portugal. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo , Universidade dos Açores.
- FERNANDES, Márcia Regina (2005). Educação e formação em turismo. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- FERNANDES, Maria de Fátima Costa Marques (2006). O Impacto da Classificação como Património da Humanidade no Desenvolvimento Turístico. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- FERNANDES, Sílvia da Conceição Pinto de Brito (1997). Difusão de Tecnologias de Informação e Impactos Estratégico-Estruturais nas Organizações. Uma Aplicação ao Sector Hoteleiro no Algarve. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- FERNANDES, Susana Maria Silva Pestana (2006). Apoio à tomada de decisão em empresas de serviços de turismo: um estudo de caso em agência de viagens. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- FERREIRA, Ana Maria Alves Pedro (2003). O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro. Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- FERREIRA, António Carlos Vieira Cardoso (2004). Turismo no espaço rural: formas de alojamento e impactos na sub-região Minho-Lima. Doutoramento em Letras, Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, Carlos Manuel Baptista Cardoso (2004). Portugal, destino turístico da população idosa europeia: abordagem geográfica do turismo sénior internacional. Doutoramento em Geografia, Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmento (2006). O turismo no contexto de uma pequena economia insular: o caso de Cabo Verde. Doutoramento em Economia, Universidade Técnica de Lisboa.
- FIGUEIRA, Ana Paula Morais Pires (1997). O turismo numa perspectiva ecológica e de desenvolvimento sustentável. O alojamento de turismo em espaço rural no Baixo Alentejo. Mestrado em Ecologia Humana, Universidade de Évora.
- FIGUEIRA, Ana Paula Morais Pires (2006). A organização do território e o turismo: Uma aplicação de marketing territorial ao concelho de Beja. Doutoramento em Gestão de Empresas, Universidade de Évora.

- FIGUEIRA, Manuel Ricardo Faísca (2006). Formação Profissional e Produtividade no Sector Hoteleiro - Um Problema para o Desenvolvimento Sustentável da Madeira. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- FIGUEIRA, Victor Manuel do Sacramento (1999). O turismo cultural/rural no Baixo Alentejo: estudo dos concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira. Mestrado em Estudos Portugueses, Universidade Nova de Lisboa.
- FIGUEIREDO, Graciela Henriques Bastos (2007). As novas tendências em turismo: "turismo espiritual" e o mercado das organizações. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- FIRMINO, Manuel Brazinha (2006). As estratégias empresariais face à política de turismo em Portugal . Doutoramento em Gestão Industrial, Universidade de Aveiro.
- FLORES, Adão de Jesus Gonçalves (1996). A Gestão de Recursos Humanos na Hotelaria do Algarve – ensaio de caracterização. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- FONSECA, Aida do Carmo Bolota Velho (2007). Turismo rural em áreas deprimidas na Zona Sul do Parque Natural do Douro-Duero Internacional. Mestrado em Educação Ambiental, Universidade de Coimbra.
- FONSECA, Alexandre Garcia da (2004). Turismo cultural num palácio nacional: o palácio da Pena. Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, Universidade de Lisboa.
- FONSECA, Ana Mafalda Amador Garcia da (2006). Oferta turística e relação Turismo-Ambiente na Região Autónoma da Madeira. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- FONTES, Maria Idaleta Isidro (1997). Turismo e desenvolvimento: o modelo organizativo das "pousadas de Portugal" e o desenvolvimento local e regional. Mestrado em Sistemas Sócio-organizacionais da Actividade Económica, Universidade Técnica de Lisboa.
- FRANZOTTI, Agnés Jaloto (2002). Ambiente e Desenvolvimento Rural. Um estudo sobre o Turismo de Natureza no Parque Natural de Montesinho. Mestrado Internacional em Gestão do Desenvolvimento Rural, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- FREDERICO, Nina Maria (2006). Planeamento e desenvolvimento turístico: uma análise da Chapada Diamantina. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

- FREITAS, Ana Luisa Melo (2007). Estudo sobre a satisfação do turista: a perspectiva dos turistas europeus de Moçambique como destino turístico. Mestrado em Gestão de Empresas, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- FREITAS, Carmen Marisela Fernandes de (2006). Estudo da motivação e da liderança na Indústria Hoteleira da RAM. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- FREIXO, Sandra Isabel Pereira (2007). City Marketing e os Eventos - a relevância dos eventos para a promoção de uma cidade. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- FRUTUOSO, Maria do Céu Nunes de Almeida (2003). Turismo, uma esperança para Marvão. O contributo do turismo para o desenvolvimento local. Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora.
- GARCIA, Ângela Maria Martins (1996). Turismo e desenvolvimento local: o exemplo de Manteigas. Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa.
- GOMES, Ana Cristina Silva (2004). Desenvolvimento de uma estratégia promocional para o turismo do Oeste. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- GONÇALVES, Eunice Rute Santos (1996). Turismo de massas e estruturação do território: o caso de Albufeira. Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues (2001). A componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto "sol e praia": o caso de Faro e Silves. Mestrado em Gestão Cultural, Universidade do Algarve.
- GONÇALVES, Nuno Conceição Faria (2006). Perfis de competências na hotelaria de categoria elevada da RAM: análise de viabilidade de implementação do Ensino Superior Politécnico Público. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- GUEDES, Alexandre (2002). Turismo e sustentação do Património Arquitectónico: das potencialidades às realizações. Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.

- GUEDES, Carla Patrícia da Silva (2006). O comportamento do visitante das caves do vinho do Porto: da hipérbole de Baco à exploração venusiana. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- GUEDES, José Miguel de Arriaga Corrêa (2006). O planeamento do turismo sustentável nas sub-regiões Oeste e Pinhal Litoral: agenda 21: uma metodologia de apoio à decisão. Doutoramento em Ciências e Engenharia do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa.
- GUERREIRO, Raul Filipe da Conceição (2001). Definição de Metodologia para a diminuição do Desemprego Sazonal no Sector Hoteleiro Algarvio. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- HENRIQUES, Cláudia Helena Nunes (2002). Planeamento e gestão do turismo sustentável nas cidades e seus centros históricos. O caso de Lisboa. Doutoramento em Economia, Universidade do Algarve.
- HENRIQUES, Eduardo Brito (1994). A Lisboa turística: imaginário e cidade . Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa.
- JACINTO, Paulo Jorge Morgado (2003). Empresas de animação turística entre o negócio e o prazer. Mestrado em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- JOAQUIM, Graça (1994). Turismo e ambiente: complementaridade e responsabilidade: contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico. Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- JOAQUIM, Sónia Maria Soares (2004). O papel do turismo para a convergência dos Açores. Mestrado em Gestão Pública, Universidade dos Açores.
- JORGE, João Paulo Conceição Silva (2007). Determinação dos principais factores que influenciam a escolha de um destino de golfe: o caso da Região Oeste. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- JOSÉ, Luís Quartin Graça Simão (1997). Cultura organizacional em estabelecimentos hoteleiros. Mestrado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- KAPPERT, Horst Joachim (1999). Os desafios da gestão do turismo urbano. Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Universidade do Porto.

- KASTENHOLZ, Elisabeth (1997). The background and market profile of tourism in rural areas in the portuguese North and Central Region. Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade do Porto.
- KASTENHOLZ, Elisabeth (2002). O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing: o caso do Norte de Portugal. Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- LÃ BRANCA, Carla Maria Querido (2000). Turismo de aldeia e desenvolvimento local: Estudo de caso no Alentejo. Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora.
- LAMARÃO, António Hugo Tavares da Silva (2002). Utilização racional de energia em unidades hoteleiras: casos algarvios. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- LAMELAS, José Pereira (2001). Sistema uniforme de contabilidade analítica de gestão hoteleira: um estudo de caso. Mestrado em Ciências de Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- LANÇA, Domingas R. Salgueiro (1997). Turismo como factor de desenvolvimento: o triângulo turístico Beja/Mértola/Serpa. Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora.
- LEITÃO, Maria Lúcia Pires da Silva (2004). Análise do mercado turístico do Parque Natural da Serra da Estrela: estudo de segmentação e implicações para o planeamento de marketing de áreas-destino. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- LEVIN, Natasha Pinheiro (2006). A realidade oculta das visitas de estudo enquanto subsegmento do mercado escolar, no âmbito do turismo. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- LIMA, Carlos Cabral Tavares de (1997). Angola no contexto da turistificação do Mundo: análise de um processo. Mestrado em Estudos Africanos, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- LIMA, Liza Helena Alves (2008). Áreas protegidas e/ou zonas de desenvolvimento turístico em Cabo Verde?: o caso da Boa Vista . Mestrado em Ciências das Zonas Costeiras, Universidade de Aveiro.
- LIMA, Susana Maria Peixoto Godinho (2003). A gestão ambiental no sector hoteleiro: desempenho ambiental e adaptação institucional. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade de Aveiro.

- LOPES, Alexandra João Gonçalves Soares (2003). Percursos pedestres no Parque Natural do Vale do Guadiana. Contribuição para a sua implementação no âmbito do turismo de natureza . Mestrado em Gestão de Recursos Biológicos, Universidade de Évora.
- LOPES, Ana Isabel Ventura (2007). Terras do Demo: potencialidades territoriais no desenvolvimento do turismo cultural. Mestrado em Geografia Humana, Universidade de Coimbra.
- LOPES, José da Cruz (1992). Ecologia humana e turismo numa região do noroeste de Portugal. Mestrado em Ecologia Humana, Universidade de Évora.
- LOPES, Romeu M. S. (2005). Estudo de mercado e estratégias de segmentação para o turismo em espaço rural na região do Parque Natural da Serra da Estrela. Mestrado em Gestão de Empresas, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- LOURENÇO, Filipa Maria Domingues (2005). Ruralidade, turismo e património: o turismo em espaço rural no Norte Alentejo. Mestrado em Turismo, Ambiente e Identidades Locais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- LOURENÇO, Maria Clara Amorim (1997). Turismo em espaço rural. Propostas para o desenvolvimento integrado do concelho de Moura. Mestrado em Ecologia Humana, Universidade de Évora.
- LOURENÇO, Maria João Burnay de Lancastre (1997). Turismo e desenvolvimento: as áreas protegidas e o desafio da sustentabilidade. Mestrado em Ciências Antropológicas, Universidade Técnica de Lisboa.
- LOURENÇO, Nuno Filipe Vitória (2007). A segmentação no desporto e turismo nos Açores, Canárias e Madeira: A análise da segmentação utilizada pelas organizações desporto e turismo nos sítios electrónicos. Mestrado em Educação Física e Desporto, Universidade da Madeira.
- LOURENÇO, Rui (2008). Turismo de prática desportiva: estudo de caso: os percursos pedestres e os termalistas clássicos em Monfortinho. Mestrado em Ciências do Desporto, Universidade da Beira Interior.
- LOURO, Maria de Fátima Madeira Laginha (2003). Turismo e desenvolvimento sustentável: uma aplicação à escala local: o caso do concelho de Loulé. Doutoramento em Economia, Universidade do Algarve.

- LUÍS, Esmeralda Esteves Alves (2001). Turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso do Concelho de Santa Marta de Penaguião. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.
- MACHADO, António Rafael Vilaça e Moura do Vale (2006). Configuração do turismo cultural nas cidades de média dimensão em Portugal: o caso de Braga. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- MACHADO, Virgílio Miguel Rodrigues (2004). Os Sinais Geo-Turísticos na Organização e Promoção dos Serviços e Destinos Turísticos: o Caso do Algarve. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade do Algarve.
- MADEIRA, Nuno Manuel Canal (2001). A sazonalidade da actividade turística como oportunidade de mercado. Mestrado Gestão e Estratégia Industrial, Universidade Técnica de Lisboa.
- MAGUSTO, João Júlio Correia (2003). O turismo em Castelo de Vide, perspectivas de desenvolvimento. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- MAIA, Nautília Maria Martins (2005). O turismo como factor de integração Europeia: Portugal 1950-1973. Mestrado em Economia da Empresa, Universidade de Aveiro.
- MALTA, Paula Alexandra Monteiro Simões (1996). Turismo, espaços do turismo e intervenção do Estado em Portugal. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- MARIA, Jorge Manuel Ferreira (2000). A tecnologia dos SIG aplicada à determinação de percursos turísticos: implementação de algoritmos e aplicação a uma rede urbana. Mestrado em Gestão de Informação nas Organizações, Universidade de Coimbra.
- MARQUES, Ana Isabel Figueira (2000). Património cultural e turismo nos planos directores municipais e nos planos de urbanização. Mestrado de Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa.
- MARQUES, Ana Paula Soares (2005). Representações sociais do turismo em espaço rural: um estudo de caso do Paço de S. Cipriano (concelho de Guimarães). Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.
- MARQUES, Maria Olinda da Silva (1997). O ajustamento da oferta ao perfil da procura turística da Região de Turismo do Alto Minho - que opções estratégicas?. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- MARQUES, Pedro Alexandre Cordeiro Pimentel (2005). A importância dos grandes eventos na promoção da imagem e consolidação dos destinos turísticos: o Euro 2004

- em Portugal. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- MARTINS, Ana Catarina Rodrigues (2005). Gestores de recursos humanos da hotelaria da Região de Turismo do Algarve: Contributos para a caracterização do perfil sociográfico. Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora.
 - MARTINS, Ana Teresa de Melo (2004). Inovação e tecnologia no turismo: o sector hoteleiro do Algarve. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
 - MARTINS, João Félix (1991). European community tourism policy. Universidade do Algarve.
 - MARTINS, João Félix (2000). Attitudes of residents towards tourism in Madeira. Universidade do Algarve.
 - MARTINS, Luís Paulo Saldanha (1993). Lazer, férias e turismo na organização do espaço no noroeste de Portugal. Doutoramento em Geografia Humana, Universidade do Porto.
 - MARTINS, Paula Guerreiro (2002). O património enquanto recurso turístico: o caso de Tavira. Mestrado em Gestão Cultural, Universidade do Algarve.
 - MARUJO, Maria Nôemi Nunes Vieira (2004). Turismo: meios de comunicação e promoção. O caso da Madeira. Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora.
 - MARVANEJO, Rui Manuel Laranjeira (1995). O turismo social em Portugal: formas, práticas e políticas. Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa.
 - MATEUS, Anabela Ferreira Félix (1997). Relações públicas em hotelaria. Mestrado em Sociologia, Universidade Técnica de Lisboa.
 - MATIAS, Álvaro António Calado Afonso (2005). Teoria económica e turismo: fundamentos e aplicações. Doutoramento em Economia, Universidade Técnica de Lisboa.
 - MATIAS, Maria Fernanda Ludovina Inácio (1992). A indústria hoteleira no Algarve: aplicação da metodologia dos grupos estratégicos. Mestrado em Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
 - MATOS, Ana Isabel Mena (2000). A modelização econométrica da procura turística em Portugal . Mestrado em Economia, Universidade do Porto.

- MATOS, António Carlos Coelho Menezes (2000). O Impacte do Turismo no Litoral de Caminha. Mestrado em Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território, Universidade do Porto.
- MATOS, Maria Flora Pinto Seixeira de (2005). O Papel dos Recursos Humanos na Administração da Qualidade em Turismo: O Caso da Região do Alto Minho. Mestrado em Contabilidade e Administração, Universidade do Minho.
- MATOS, Sara Rodrigues e (2007). Perspectivas dos gestores sobre a rentabilização de recursos das universidades para fins turísticos. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- MEDEIROS, Marco Filipe Amaral de Sousa (2005). Seniorhotelqual: escala para avaliação das percepções da qualidade na hotelaria tradicional. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade dos Açores.
- MELO, António Manuel da Silva e (2002). A excelência dos serviços como vantagem competitiva das empresas hoteleiras: o caso da região Porto e norte de Portugal. Mestrado em Gestão, Universidade da Beira Interior.
- MELO, Carla Isabel Barreto Salgueiro de (2004). Concepção de um sistema de apoio à decisão aplicada à gestão do investimento turístico. Mestrado em Gestão de Informação, Universidade de Aveiro.
- MELO, Idalina Maria Correia (1994). O turismo e seus meios de acolhimento - o turismo algarvio: breve panorâmica. Mestrado em Ciências Antropológicas, Universidade do Algarve.
- MELO, Vasco Jorge Garcia Fernandes Carneiro de (2003). Modelo de negócio para a promoção do turismo no espaço rural através da Internet.. Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade do Porto.
- MENDES, José Alberto Guerreiro Gonçalves (2004). O posicionamento competitivo do golfe. O caso de Almancil. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade do Algarve.
- MENDES, Júlio da Costa (1995). A análise de sistemas da qualidade na avaliação do turismo no Algarve . Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- MENDES, Júlio da Costa (2004). A gestão da qualidade dos destinos turísticos. O caso português. Doutoramento em Gestão, Universidade do Algarve.

- MENDES, Maria Cristina Gomes (2007). Na senda estética e poética dos itinerários turísticos e literários: o Vale do Lima. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- MENDONÇA, Fernando Daniel Lopes (2002). A promoção de destinos turísticos na Internet. O Algarve e os seus concorrentes - uma análise comparativa. Mestrado em Organização e Sistemas de Informação, Universidade de Évora.
- MERINO, Natacha Patrícia Moniz Mileu (2007). O Turismo de Espaço Rural no Alentejo. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- MILHEIRO, Eva Maria Marques (2004). A informação turística e as tecnologias da informação e da comunicação: o caso português. Mestrado em Gestão de Informação, Universidade de Aveiro.
- MONIZ, Ana Isabel Damião de Serpa Arruda (1993). O turismo na região autónoma dos Açores: uma análise integrada de determinação de necessidades de alojamento turístico. Mestrado em Ciências Empresariais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- MONIZ, Ana Isabel Damião de Serpa Arruda (2006). A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores. Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade dos Açores.
- MONIZ, Camilo Augusto Alves dos Reis Eloi (1993). Segmentação do mercado turístico dos Açores. Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade do Porto.
- MONTEIRO, Bárbara Ariana da Rocha (2006). Protecção e conservação do artesanato ao nível concelhio: o caso de Vila Nova de Gaia. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- MONTEIRO, Ileana Androniu Pardal (2008). Comportamento do líder inovador no sector do turismo. Doutoramento em Psicologia, Universidade do Algarve.
- MONTERROSO, Luís Filipe Soares (2003). Meio ambiente e desenvolvimento turístico no litoral sul de Pernambuco: papel dos actores institucionais. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Nova de Lisboa.
- MOREIRA, António Cesário da Conceição (2000). Planeamento estratégico municipal para o turismo. Mestrado em Engenharia Municipal, Universidade do Minho.

- MOREIRA, Fernando João (1990). Turismo em espaço rural: enquadramento e expressão geográfica no território português. Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa.
- MOREIRA, Margarida Adelaide Macedo de Carvalho Alves (1997). Indicador avançada da procura turística em Portugal. Mestrado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- MOTA, Fernando Jorge Mendonça (2006). Marketing estratégico no sector hoteleiro em São Miguel nos Açores: Caso "Hotéis Americano". Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade de Évora.
- MOURÃO, Jorge Manuel (1997). Desenvolvimento sustentável do turismo: o sector litoral de S. Pedro de Moel: recursos e potencialidades para o ecoturismo. Mestrado em Geografia, Universidade Nova de Lisboa.
- NAGILLER, Martin (2002). Online-booking - a procura turística com origem na Internet os packages turísticos e o posicionamento do Algarve. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- NASCIMENTO, Nadjha Natascha de Sá (2008). O impacto da promoção Governamental na imagem do destino Ceará. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- NAZARETH, Miguel Queiroga Ramos (2002). Ecoturismo e sustentabilidade: o Parque do Sudoeste Alentejano numa perspectiva de ecologia humana . Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Universidade Nova de Lisboa.
- NEVES, Anabela Tavares (2007). Promoção turística: o impacto das parcerias entre agentes públicos e privados. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- NEVES, Carmen Alexandra Cristino (2006). Ecoturismo: um contributo para o desenvolvimento sustentável de Marvão . Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Universidade Nova de Lisboa.
- NEVES, Fernanda Maria Gandra da Rocha (2002). O turismo termal no Norte de Portugal: Vidago e Pedras Salgadas: o desenvolvimento de duas estâncias termais. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- NEVES, Hélder Maurício Abreu (2005). O turismo em Porto Santo: uma estratégia de marketing para o futuro. Mestrado em Marketing, Universidade do Algarve.

- NEVES, Joana Maria de Oliveira (2007). Estudo das Motivações Turísticas e do Comportamento dos Seniores Portugueses no Mercado Interno. Doutoramento em Gestão, Universidade Lusíada.
- NEVES, Manuel José Chaves (2004). O perfil da excelência nas PME's turísticas do Algarve. Mestrado em Gestão Empresarial, Universidade do Algarve.
- NOGUEIRA, Maria José Lisboa Antunes (2006). Uma análise de necessidades e de género em inglês para turismo. Mestrado em Estudos Ingleses, Universidade de Aveiro.
- NORBERTO, António João Loreto de Cunha Pereira (1995). Turismo e desenvolvimento regional: o turismo no espaço rural e a sua contribuição para o desenvolvimento regional. Mestrado em Estudos Económicos e Sociais, Universidade do Minho.
- NOVAIS, Carlos Filipe Peixoto (1997). Turismo e património monumental e museus no Algarve - avaliação do potencial turístico de recursos . Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- NOVAIS, Cristina Barroco (2004). Efeitos da globalização na actividade turística portuguesa . Mestrado em Gestão de Empresas, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- NUNES, Rui José da Cunha de Sousa (1996). Assessing the economic effects of foreign tourist expenditures in the Algarve . Doutoramento em Métodos Quantitativos Aplicados à Economia e Gestão, Universidade do Algarve.
- OLIVEIRA, Cláudia Inês Botelho de (2005). A actividade de observação turística de cetáceos no arquipélago dos Açores: contribuição para o seu desenvolvimento sustentável. Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Universidade dos Açores.
”
- OLIVEIRA, Fernanda Maria Fernandes (2005). O papel dos instrumentos de planeamento para a sustentabilidade do turismo - o exemplo de Castelo de Vide. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.”
- OLIVEIRA, Leocádia Maria Sampaio de (1994). Turismo e ambiente no concelho de Évora: uma perspectiva ecológica . Mestrado em Ecologia Humana, Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, Simão Pedro Ravarra de (2008). A importância da gastronomia na deslocação de visitantes: estudo de caso: Mealhada. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

- ORNELAS, Miguel Oliveira (2004). O acolhimento e integração de trabalhadores na indústria hoteleira algarvia (estudo de caso). Mestrado em Gestão Empresarial, Universidade do Algarve.
- PAIVA, Odete Maria de Matos (2001). Museus e dinâmicas de inovação: a exposição temporária como proposta de turismo cultural. Mestrado em Museologia e Património Cultural, Universidade de Coimbra.
- PALMA, Ana Fronteira e Silva de Seixas (2003). Turismo cinegético no Baixo Alentejo: situação, problemas e propostas de intervenção. Mestrado em Turismo, Ambiente e Identidades Locais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- PAREDES, Liliana Catarina Malva e Cunha Ramos (2007). Ecoturismo: um turismo alternativo para o Baixo Mondego. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- PATRÍCIO, Vera Lúcia da Glória (2008). Satisfação do cliente na área da restauração: aplicabilidade do modelo Servqual na restauração de um aldeamento turístico. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- PATULEIA, Mafalda de Almeida Serra (2005). De que forma os organismos públicos do turismo utilizam a Internet, na divulgação da sua informação?: análise de sites oficiais de turismo. Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- PEREIRA, Elsa Cristina Sacramento (1999). Desporto e turismo - análise estratégica dos meios de alojamento de categoria média e superior da Região do Algarve. Mestrado em Gestão do Desporto, Universidade Técnica de Lisboa.
- PEREIRA, Hélia Gonçalves (2003). Um estudo sobre a segmentação e o posicionamento do Alentejo litoral como destino turístico. Mestrado em Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- PEREIRA, Jorge Parreira Esteves (2005). A satisfação no trabalho: uma aplicação ao sector hoteleiro da Ilha de São Miguel . Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade dos Açores.
- PEREIRA, Lucília dos Santos Nunes (2002). Turismo no espaço rural: o contributo histórico-geográfico do concelho de Lamego no desenvolvimento da região demarcada do Douro. Mestrado em Ciências Sociais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

- PEREIRA, Pedro Jorge Gouveia Branco Neves (2004). Perspectivas de desenvolvimento do produto turístico golfe: o caso da região de turismo da costa azul. Mestrado em Turismo, Ambiente e Identidades Locais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- PEREIRA, Sónia Carla Fidalgo Pais (2005). O papel da atracção turística cultural no desenvolvimento económico. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- PERES, Joaquim Manuel Gouveia de Carvalho de Castro (2001). Impacto da política fiscal no sector do turismo na Costa do Marfim de 1990 a 1997. Mestrado em Estudos Africanos, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- PESTANA, Maria Helena de Aguiar Pereira e (2002). Turismo e envelhecimento demográfico: uma realidade de futuro. O caso particular de Lisboa. Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- PIMENTEL, Emanuelle de Melo (2008). Estratégias para a gestão da sazonalidade: a oferta turística algarvia. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- PINHEIRO, Luís Miguel dos Santos (1998). Apoio à decisão em sistemas de informação turística. Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores, Universidade Técnica de Lisboa.
- PINTO, Acácio Santos da Fonseca (2003). Motivações e práticas de turismo em espaço rural: o parque de campismo "Chave Grande"(Casfreires-Sátão). Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- PINTO, Luisa Alexandra Miranda de Jesus (2005). Avaliação da satisfação dos turistas: no Alto Douro vinhateiro - património mundial. Mestrado em Gestão de Empresas, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- PINTO, Paula Cristina de Lemos Ramos (1996). O termalismo no contexto da actividade turística em Portugal: o caso de S. Pedro do Sul. Mestrado em Geografia Humana, Universidade de Coimbra.
- PIZARRO, José Miguel (2006). A influência das novas tecnologias no processo de distribuição turística. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

- PROENÇA, Sara Isabel Azevedo (2005). A importância do turismo no crescimento económico regional em Portugal. Mestrado em Economia, Universidade de Coimbra.
- PRONTO, João Miguel Henriques (2002). Turistólogo, o ciberturista: um sistema pericial para turismo. Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores, Universidade Técnica de Lisboa.
- QUARESMA, Luis Felgueiras e Sousa (1997). O lazer e as actividades desportivas no turismo: caracterização da animação turístico-desportiva em espaços naturais no eixo de cidades "Vila Real - Regua - Lamego". Mestrado em Ciências do Desporto, Universidade do Porto.
- QUEIROGA, Ana Paula (2006). Orientações estratégicas e performance: efeitos sinérgicos e seu impacto no desempenho dos estabelecimentos hoteleiros em Portugal. Doutoramento em Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- QUINTAL, Artur Jorge Faria Quintal (2008). Turismo e Cultura: dois sectores indissociáveis na promoção do destino. A importância do património cultural na escolha do lugar turístico. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- QUINTELA, Maria Manuel (1999). Curar e folgar: uma etnografia das experiências termais nas Termas de S. Pedro do Sul. Mestrado em Antropologia, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- RALHA, Paulo Alexandre (2007). Análise do valor turístico-patrimonial do Minho. Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.
- RAMALHO, Carla Cristina Soares (2007). Avaliação do potencial turístico do destino Açores no mercado de cruzeiros. Mestrado em Gestão, Universidade dos Açores.
- RAMINHOS, Maria Manuela Carapeto (1995). Modelação das receitas de turismo de Portugal: cointegração, especificação dinâmica e previsão. Mestrado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005). O termalismo em Portugal: dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística. Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- RAMOS, Célia Maria Quitério (1996). Sistema informático de apoio ao planeamento e ordenamento turístico. Mestrado em Engenharia electrotécnica e de Computadores, Universidade Técnica de Lisboa.

- RAMOS, Dulcineia (2007). Estratégias para o Desenvolvimento do Turismo Urbano Sustentável - O caso do centro histórico de Torres Vedras. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.
- REALINHO, Catarina da Ascensão Mourato (2006). O turismo como agente de mudança sócio-cultural nas populações de acolhimento: estudo de caso: "Santa Maria de Marvão". Mestrado em Sociologia, Universidade Técnica de Lisboa.
- REIS, Cléber da Silva (2008). De sinalizador a atractivo cultural: faróis portugueses numa perspectiva turística. Mestrado em Geografia, Universidade de Lisboa.
- REIS, Paulo Mário Lousada (2007). O papel das casas de natureza no desenvolvimento do turismo sustentável no norte de Portugal Continental. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade dos Açores.
- RELVAS, Sónia Cristina Santana (2006). O turismo no espaço rural como agente de desenvolvimento das áreas de baixa densidade populacional. Mestrado em Gestão do Território, Universidade Nova de Lisboa.
- RIBEIRO, João Pedro dos Santos Oliveira Pinto (2007). O golfe no Norte de Portugal numa perspectiva motivacional. As motivações dos golfistas, os atributos da região.. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- RIBEIRO, Paulo Alexandre de Oliveira Castro (1996). Estudo de mercado: Turismo no espaço rural na região turística das montanhas. Mestrado em Ciências Empresariais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- RITA, Lurdes de Jesus Serrano Coelho Borralho (1999). Contributos do turismo em espaço rural para o desenvolvimento do Baixo Alentejo um círculo turístico. Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora.
- ROBALO, Fernanda Rosa Moreira Parente (1998). Turismo no espaço rural: impacto sócio-económico no desenvolvimento local e regional. Mestrado em Estudos Económicos e Sociais, Universidade do Minho.
- RODRIGUES, Ana Isabel Barros Pimentel (2003). Um estudo sobre a contribuição da comunicação de marketing na formação de imagem de destinos turísticos: o caso do Alentejo. Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- RODRIGUES, Ana Paula Catarino Barreira (1995). A taxa de câmbio e os preços turísticos: Modelização da procura turística: o caso português. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.

- RODRIGUES, Áurea Lucília de Oliveira (2004). Trilhos pedestres e turismo: análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- RODRIGUES, Diana Rita Ramos de Almeida (2004). Desenvolvimento sustentável em turismo: percurso do Alva. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- RODRIGUES, José Augusto Ferreira (2007). Turismo e espaço rural: convivências, conflitos e harmonia: o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Rosalinda de Gouveia (1998). O turismo na Madeira entre as duas grandes guerras: principais transformações económicas, sociais e culturais. Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Zaíla Maria Oliveira de Castro (2008). A imagem de Portugal como destino turístico em Fortaleza, no Brasil. Mestrado em Marketing , Universidade do Porto.
- ROMEIRO, Patrícia Isabel Sequeira Leitão (2006). O papel das redes de gestão na inovação e competitividade do turismo rural. Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Universidade de Aveiro.
- SALAZAR, Ana Maria Pinto Lima Vieira Brites Kankura (2006). Avaliação da qualidade do serviço, satisfação e intenções de comportamento dos consumidores de hotéis de 4 e 5 estrelas de cadeia em Portugal. Doutoramento em Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- SALGADO, Manuel António Brites (2007). Educação e organização curricular em turismo no ensino superior português. Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- SALSA, Maria Leonor Cruz dos Reis (1996). Os operadores turísticos e a oferta de alojamento no Algarve . Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- SALTAREN, Camilo Botero (2008). Proposal of management framework for tourist beaches based on integrated coastal management. Mestrado em Gestão da Água e da Costa, Universidade do Algarve.
- SAMBUGARO, Cristiane (2008). Análise do papel do terceiro sector no desenvolvimento turístico local no Brasil. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

- SAMPAIO, Sónia Cláudia de Carvalho (2004). A importância da formação dos recursos humanos no turismo. Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.
- SANTOS, Ana Rita Moreira dos (2007). O turismo e a sustentabilidade do património cultural edificado: o caso do Mosteiro dos Jerónimos . Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, Carla Cristina Fernandes dos (2005). O turismo sénior internacional e o desenvolvimento territorial. Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Universidade de Aveiro.
- SANTOS, Cláudia Alexandra Natário Coutinho dos (2006). Cultura, turismo e património: um caminho para a educação ambiental: o Museu de Viriato. Mestrado em Educação Ambiental, Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Cristina Cardoso Torres (2007). Identificando clusters: Uma proposta metodológica com aplicação empírica ao sector do turismo. Mestrado em Economia, Universidade do Porto.
- SANTOS, José Domingos de Almeida (2004). Uma Aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica à Avaliação da Aptidão Turística do Território . Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, Universidade Técnica de Lisboa.
- SANTOS, José Manuel Figueiredo (2002). Transformação contemporânea da experiência turística. Doutoramento em Sociologia da Cultura, Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, Maria Margarida Teixeira Custódio dos (2006). Reposicionar a Imagem do Algarve no Mercado Alemão - Utilização de Sinergias entre Agentes da Procura e da Oferta. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade do Algarve.
- SANTOS, Rossana Andreia Neves dos (2004). Contributo para prevenir e melhorar a segurança, higiene e saúde no sector hoteleiro: o caso do Distrito de Aveiro. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- SEABRA, Cláudia (2004). Os Comportamentos de Procura de Informação Turística. Mestrado em Ciências Sociais, Território, Identidades e Património, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- SEMEDO, Joaquim António Nunes (2001). A oferta turística em Cabo Verde: como geradora de oportunidades e ou constrangimentos no emprego local. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

- SENDIM, Leonor Lopes Borges Vacas de Carvalho Cunhal (1996). A contribuição do marketing para o desenvolvimento turístico de uma região rural: Alentejo. Mestrado em Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- SEQUEIRA, Paulo Alexandre Fernandes (2008). A compra de produtos e serviços turísticos através dos sites das agências de viagens: os seus determinantes. Mestrado em Gestão, Universidade de Coimbra.
- SERRA, Jaime Manuel Moleiro (2005). O e-marketing enquanto instrumento fundamental para a competitividade das empresas turísticas: O caso do regolfo do Alqueva. Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade de Évora.
- SILVA, Ana Isabel Inácio Gomes da (2000). Ilusões por medida e sonhos ao domicílio: o impacto das novas tecnologias nos agentes de viagens em Portugal: o caso da Internet. Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- SILVA, Carla Maria Alves da (2006). Motivações de viagem e de procura de destinos turísticos de montanha. Mestrado em Ciências Sociais, Território, Identidades e Património, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- SILVA, Graça Maria dos Santos Nogueira da (2000). O Turismo e o Planeamento do Território. Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa.
- SILVA, João Albino Matos da (1986). Avaliação do impacto económico do turismo em Portugal. Mestrado em Economia, Universidade Técnica de Lisboa.
- SILVA, João Albino Matos da (1991). O turismo em Portugal: uma análise de interação micro-macroeconómica. Doutoramento em Economia, Universidade Técnica de Lisboa.
- SILVA, José Maria Alves Mendes (2007). A Competitividade dos Destinos Turísticos. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- SILVA, Luís Miguel de Sousa (2006). Processos de mudança nos campos: o turismo no espaço rural. Doutoramento em Antropologia, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- SILVA, Maria Fernanda Serpa (2007). Os impactes do plano de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores na Ilha do Pico. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade dos Açores.

- SILVA, Oriana Teresa Parra da Fonseca e (2007). Facilitadores e inibidores da decisão de participação em viagens de lazer: o caso do Sotavento Algarvio. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade do Algarve.
- SILVA, Sandra Isabel Gonçalves (2002). Turismo de natureza e desenvolvimento sustentável: o caso do Parque Natural da Arrábida. Mestrado em Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, Sandra Isabel Pinto (2005). O turismo na Serra da Estrela: a comissão de iniciativa da Covilhã, 1929-1936. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- SILVANO, Maria Justina Martins (2006). O turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento: o caso do Parque Natural de Montesinho. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- SIMÕES, António Jorge Pinto (2006). A Modelação da Realidade Concorrencial no Sector de Alojamento Hoteleiro: o caso de Évora. Mestrado em Gestão Empresarial, Universidade do Algarve.
- SIMÕES, Cláudia Maria Neves (1996). Estudo de Factores que Contribuem para o Desenvolvimento do Sector Hoteleiro Português. Mestrado em Gestão, Universidade do Minho.
- SIRGADO, José Rafael (1990). Turismo e desenvolvimento local e regional: O caso do Concelho de Lagos na região do Algarve e no país. Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local , Universidade de Lisboa.
- SOARES, Ana Margarida Silva de Carvalho (1998). Contemplar Tomar a propósito do turismo: representações e vivências da cidade turística. Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local , Universidade de Lisboa.
- SOARES, Ana Maria I. Guedes Lebre B. (1997). A urbanística do lazer e do turismo no Algarve Litoral. Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa.
- SOARES, André Augusto Watts (2005). A study on customer satisfaction in tourism: the case in the costa azul region. Master in International Management, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- SOBREIRO, Pedro Nuno de Alexandre (2004). Sistema para e-marketplaces no turismo. Mestrado em Informática, Universidade Portucalense.

- SOUSA, Ana Rita Simões de (2002). O turismo como factor de revitalização da cidade. Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa.
- SOUSA, Manuel José Costa de Carvalho e (2006). Alojamento turístico em espaço rural: sistema nacional de reservas com recurso aos sistemas de informação geográfica. Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.
- SOUSA, Maria Luísa Bacelar Valente de (2008). Pode um hotel ser uma atracção turística?: discussão conceptual e análise aplicada. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- SOUSA, Renata Marisa Correia de (2006). A sustentabilidade do destino turístico Porto Santo. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- SOUSA, Rogério Luís Manita e (1997). Contributo para um Ordenamento e Desenvolvimento Turísticos Sustentáveis: o caso da Faixa Costeira da Península de Setúbal. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.
- SOUZA, Luís Henrique de (2006). A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do centro de Portugal. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- TEIXEIRA, Helena Margarida Moreira de Portugal (2007). Satisfação de clientes, desempenho e marketing relacional na indústria hoteleira: estudo de um conjunto de hotéis do Douro. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.
- TELES, Susana (2006). Factores determinantes na definição da estratégia de uma companhia aérea. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade da Madeira.
- TOMÉ, Sheila Gassin (2006). Marketing estratégico para o turismo cultural. Mestrado em Gestão, Universidade Lusíada.
- TRAVASSOS, Diogo Fernandes (2008). The impact of sport tourism in destination loyalty: the Estoril coast (Portugal) promotion of recurrent major sporting events. Mestrado em Marketing, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- VALENTE, Maria Rita de Abreu Freire Teixeira (2008). A interpretação e animação ambiental como estratégias dos zoos. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

- VALLE, Gina Cynthia Carneiro do (1999). Ecoturismo: uma alternativa de desenvolvimento econômico para o Município de Santarém. Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Moderna.
- VAZ, Margarida Maria Fidalgo da Costa (1995). Aproveitamento turístico das potencialidades da Beira Interior . Mestrado em Gestão, Universidade da Beira Interior.
- VAZ, Margarida Maria Fidalgo da Costa (2003). Expressão regional do desenvolvimento turístico. Doutoramento em Economia, Universidade da Beira Interior.
- VERA-CRUZ, Rui Noel Alves (2007). Ordenamento turístico-sustentável em áreas fragilizadas: Caso de estudo: ilha de Santo Antão, Cabo Verde. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.
- VICENTE, Tânia Sofia Franco Galvanito (2008). Os novos produtos turísticos e a Gestão do Território: a situação da Região do Oeste. Mestrado em Gestão do Território, Universidade Nova de Lisboa.
- VIEGAS, Maria Margarida Viçoso de Arrais (1997). A estatística no estudo do fenómeno turismo: aplicação de técnicas estatísticas multivariadas na segmentação da procura turística do Algarve. Mestrado em Estatística e Gestão de Informação , Universidade Nova de Lisboa.
- VIEIRA, António Avelino Batista (2002). A Serra de Montemuro: contributo da geomorfologia para a análise da paisagem enquanto recurso turístico. Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra.
- VIEIRA, Isabel (2007). Património e o Turismo: Cidade de Lamego. Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.
- VIEIRA, João Martins (2006). Planeamento e Ordenamento Turístico do Território - Uma Perspectiva Estratégica. Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Técnica de Lisboa.

Apêndice III

Graus concedidos, por instituição e ano

Instituição	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Subtotal	
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa	1																								44
Universidade Aberta										1				1											2
Universidade da Beira Interior																	1					1	1	1	5
Universidade da Madeira																				1	8	1	1	1	11
Universidade de Aveiro						1					1					2	2	5	9	11	17	11	13	72	
Universidade de Coimbra											2		2	1	1	1	3	2	1	2	1	6	1	23	
Universidade de Évora							1		1							1	2	3	1	3	2			19	
Universidade de Lisboa				2					1	1	2	1							2				1	11	
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro																	2	1						5	
Universidade de Algarve						1			1	2	4	5	2	1	3	3	5	1	7	1	3	2	3	42	
Universidade do Minho										1	1		1	1	1	1	2	1	2	2	1	2	2	15	
Universidade do Porto																		2		1		1	2	17	
Universidade dos Açores								2		2		3		2	2	1			1	5	2	3		12	
Universidade Lusíada															1				1			1		4	
Universidade Lusófona																	1							1	
Universidade Moderna														1										1	
Universidade Nova de Lisboa									1		1	5	2	1	1	1	5	1	1	2	5	4	2	31	
Universidade Portucalense																								2	
Universidade Técnica de Lisboa	1	0	0	0	2	2	2	2	3	1	1	4	1	4	4	2	2		1	3	6	8	1	47	
Total	1	0	0	0	2	4	2	5	9	10	14	24	10	16	14	14	28	20	34	39	51	41	26	364	

Apêndice IV

Teses apoiadas

- ARAÚJO, Bárbara Leão Damaso Pinto de. Estudo das condições de conservação de crustáceos decápodes vivos em aquários nos estabelecimentos de restauração e mercados municipais da cidade de Lisboa. Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa (orient. BRANDÃO, Carlos Fernando Santiago Neto).
- BREDA, Zélia Maria de Jesus. A influência dos sistemas organizacionais e políticos na internacionalização da Economia do Turismo: o caso da internacionalização do sector do Turismo português. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
- CALDEIRA, Ana Maria Balbino. Atrações e gestão de visitantes: uma abordagem de competitividade aplicada ao caso português. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
- CARDOSO, Carla Isabela de Moura Pinto. "An analysis of the Perceived effects of European Economic Monetary Union upon the hotel industry in the North of Portugal. Tese de doutoramento, Bournemouth University (orient. EDWARDS, Jonathan).
- CARNEIRO, Maria João Aibéo. Modelação da escolha de destinos turísticos: uma análise de posicionamento. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. CROMPTON, John).
- CERQUEIRA, Maria da Luz Leite (f.). A Qualidade como Factor de Competitividade das Organizações do Turismo. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro (orient. FERNANDES, António Jorge).
- COMPLETO, Fernando Manuel Cerqueira. Planeamento Territorial e Turismo de Aventura - Sustentabilidade e Gestão do Risco em Territórios Naturais do Lazer. Tese de

- doutoramento, Universidade Nova de Lisboa (orient. UMBELINO, Jorge Manuel Rodrigues).
- CORFU, Adriana Camelia . A internacionalização das empresas portuguesas de Turismo no Leste Europeu: oportunidades e condicionantes. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
 - COSTA, Ana Rita de Deus Rocha Alves Peres da. Análise da viabilidade de utilização do guia turístico electrónico móvel por parte dos turistas. Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve (orient. CORREIA, Antónia de Jesus Henriques).
 - COSTA, Carlos Fernando Peres Ferreira da. O consumo do produto característico "restauração" na região da Costa do Estoril e Sintra. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro (orient. MARTINS, João Felix (f.)).
 - COSTA, Carlos Manuel Gonçalves da. Verbas do jogo e turismo - o contributo das contrapartidas financeiras geradas através da exploração dos jogos de fortuna ou azar em casinos e salas de jogo do bingo para o investimento e desenvolvimento do turismo em Portugal. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
 - COSTA, Rui Augusto. Avaliação do potencial de crescimento e desenvolvimento das pequenas e micro empresas do sector do turismo. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
 - DIAS, Juscelino Almeida. Problemas multicritério de classificação: análise e implementação de um sistema de apoio à decisão. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra (orient. FIGUEIRA, José Rui Matos).
 - EUSÉBIO, Maria Celeste de Aguiar. Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional: o caso da Região Centro de Portugal. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. CASTRO, Eduardo Anselmo de).
 - FERREIRA, Carlos Manuel Baptista Cardoso. Portugal, destino turístico da população idosa europeia: abordagem geográfica do turismo sénior internacional. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa (orient. CAVACO, Carminda Maria Mariano).
 - FERREIRA, Manuel machado Reis. Processos de formação estratégica em planeamento regional de Turismo. Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).

- GONÇALVES, António José Costa Alves. O recreio e lazer na reabilitação urbana: Almada velha. Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa (orient. UMBELINO, Jorge Manuel Rodrigues).
- GONÇALVES, Eunice Rute Santos. Turismo e estruturação do Território. Tese de doutoramento, Universidade do Algarve (orient. SILVA, João Albino Matos da).
- GONÇALVES, Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues. A componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto "sol e praia": o caso de Faro e Silves. Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
- GUEDES, José Miguel de Arriaga Corrêa. O planeamento do turismo sustentável nas sub-regiões Oeste e Pinhal Litoral: agenda 21: uma metodologia de apoio à decisão. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa (orient. MENDES, José Luís Moraes Ferreira).
- MALTA, Paula Alexandra Monteiro Simões. Haverá lugar para as crianças na investigação em turismo? Da invisibilidade das crianças nos espaços do turismo ao elogio da gente de palmo e meio. Tese de doutoramento, Universidade do Minho (orient. OLIVEIRA, J. M. Pereira de).
- MARQUES, Pedro Alexandre Cordeiro Pimentel. A importância dos grandes eventos na promoção da imagem e consolidação dos destinos turísticos: o Euro 2004 em Portugal. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro (orient. KASTENHOLZ, Elisabeth).
- MATIAS, Álvaro António Calado Afonso. Teoria económica e turismo: fundamentos e aplicações. Tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa (orient. AMARAL, João Martins Ferreira do).
- MELO, Carla Isabel Barreto Salgueiro de. Concepção de um sistema de apoio à decisão aplicada à gestão do investimento turístico. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro (orient. GOUVEIA, Joaquim José Borges).
- MENDES, Sandra Paula Leite Curvelo. Determinação de indicadores da paisagem. Contributo para o desenvolvimento turístico e gestão integrada da unidade de paisagem das Furnas. Dissertação de mestrado, Universidade dos Açores (orient. CALADO, Helena Maria Gregório Pina).
- MILHEIRO, Eva Maria Marques . A informação turística e as tecnologias da informação e da comunicação: o caso português. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).

- MONIZ, Ana Isabel Damião de Serpa Arruda. A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores. Tese de doutoramento, Universidade dos Açores (orient. SILVA, João Albino Matos da).
- NEVES, Manuel José Chaves. O perfil da excelência nas PME's turísticas do Algarve. Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve (orient. SILVA, João Albino Matos da).
- NOVAIS, Cristina Barroco . Efeitos da globalização na actividade turística portuguesa . Dissertação de mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (orient. MURTEIRA, Mário Luís da Silva).
- PAIS, Cassiano António Paixão. Gestão e Planeamento de centros de animação de valorização e interpretação do Património (Foz Côa). Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. FERNANDES, António Jorge).
- PEREIRA, Pedro Jorge Gouveia Branco Neves. Perspectivas de desenvolvimento do produto turístico golfe: o caso da região de turismo da costa azul. Dissertação de mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (orient. UMBELINO, Jorge Manuel Rodrigues).
- RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana. O termalismo em Portugal: dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística . Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
- REBELO, Deolinda Goretti Vaz da Silva. The role of local entrepreneurs in the tourism development process in rural areas - a case study in the Alentejo region of Portugal. Tese de doutoramento, Bournemouth University (orient. EDWARDS, Jonathan).
- RODRIGUES, Luís Miguel Moital. The diffusion of electronic Commerce and its adoption by consumers when purchasing tourism related products. The case of Portugal. Tese de doutoramento, Bournemouth University (orient. VAUGHAN, Roger).
- SALGADO, Manuel António Brites. Educação e organização curricular em turismo no ensino superior português. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
- SILVA, Denise Marinela Haller da Silva Costa e. Análise dos processos de fixação de preços - o caso da indústria hoteleira. Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve (orient. SERRA, Francisco).

- SILVA, José Sancho de Sousa e . O Turismo interno como factor de consolidação e de modelo de desenvolvimento alternativo para o sector do Turismo. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro (orient. COSTA, Carlos Manuel Martins da).
- SIMÃO, João Miguel Custódio Ferrão Neto. Metodologias de avaliação de projectos de investimento turístico num contexto de desenvolvimento sustentável. Tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa (orient. SOARES, João Agostinho de Oliveira).
- VIEIRA, Armando Luís Lima de Campos. An Interpersonal approach to modelling business-to-business relationship quality. Tese de doutoramento, Nottingham University (orient. ENNEW, Christine).

Anexos

Anexo A

Rede de Educação e Formação Turística no Ensino Superior

Fonte: DGES/MCTES (2008)

Instituição / Estabelecimento	Tipo de Ensino	Nome do Curso	Tipo Curso	Grau/Diploma	Nível de Formação	Duração	ECTS	Área CNAEF	2006-2007		2007/2008	
									Vagas	Inscritos 1º Ano/1ª Vez		Total de Inscritos
UNIVERSIDADE DOS AÇORES	Universitário	Ecolturismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 Semestres	180	812 Turismo e Lazer	-	-	11	
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 Semestres	180	812 Turismo e Lazer	20	38	38	
		Guias da Natureza	L - 1ºC	Licenciado	V	6 Semestres	180	852 Ambientes Naturais e Vida Selvagem	20	31	31	
UNIVERSIDADE DO ALGARVE												
Faculdade de Economia	Universitário	Turismo	D - 3ºC	Doutor	VI	3 anos	180	812 Turismo e Lazer	-	-	-	
		Gestão de Organizações Turísticas	M - 2ºC	Mestre	VI	2 anos	120	812 Turismo e Lazer	-	-	-	
		Gestão e Desenvolvimento de Destinos Turísticos	M - 2ºC	Mestre	VI	2 anos	120	812 Turismo e Lazer	-	-	-	
Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	Politécnico	Gestão Hotelaria	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	811 Hotelaria e Restauração	35	44	185	
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	60	73	284	
		Gestão de Animação Turística	CET	DET	IV	2 semestres	60	812 Turismo e Lazer	-	-	30	
Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	Politécnico	Informação e Animação Turística	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	25	18	18	
		Gestão Hotelaria	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	811 Hotelaria e Restauração	-	-	80	
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	30	30	150	
UNIVERSIDADE DE AVEIRO	Universitário	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	22	35	164	
		Gestão e Planeamento em Turismo	M - 2ºC	Mestre	VI	4 semestres	120	812 Turismo e Lazer	-	-	-	
UNIVERSIDADE DE COIMBRA												
Faculdade de Letras	Universitário	Turismo, Lazer e Património	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	30	43	125	
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	40	64	178	
UNIVERSIDADE DE ÉVORA	Universitário	Turismo	M - 2ºC	Mestre	VI	4 semestres	120	812 Turismo e Lazer	-	-	n.d.	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA	Universitário	Ecolturismo	M - 2ºC	Mestre	VI	4 semestres	120	812 Turismo e Lazer	-	-	n.d.	
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO												
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Chaves)	Universitário	Recreação, Lazer e Turismo	L	Licenciado	V	5 anos	-	812 Turismo e Lazer	40	41	204	
		Direcção e Gestão Hotelaria (diurno e pós-laboral)	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	345 Gestão e Administração	50	65	263	
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL	Politécnico	Gestão do Lazer e Animação Turística (diurno e pós-laboral)	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	30	39	143	
		Gestão Turística (diurno e pós-laboral)	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	50	63	275	
		Informação Turística (diurno e pós-laboral)	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	30	37	216	
		Produção Alimentar em Restauração (diurno e pós-laboral)	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	811 Hotelaria e Restauração	30	36	160	
		Recepção e Alojamento Hoteleiro	CET	DET	IV	2 semestres	64,8	811 Hotelaria e Restauração	-	-	30	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	Politécnico	Animação em Turismo de Natureza e Aventura	CET	DET	IV	2 semestres	64,8	812 Turismo e Lazer	-	-	30	
		Gastronomia e Artes Culinárias	CET	DET	IV	2 semestres	64,8	811 Hotelaria e Restauração	-	-	30	
		Técnicas de Restauração	CET	DET	IV	2 semestres	64,8	811 Hotelaria e Restauração	-	-	30	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA												
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	45	28	174	
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	30	35	77	

Instituição / Estabelecimento	Tipo de Ensino	Nome do Curso	Tipo Curso	Grau/Diploma	Nível de Formação	Duração	ECTS	Área CNAEF	2006-2007		2007/2008	
									Vagas	Inscritos 1º Ano/1ª Vez		Total de Inscritos
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO												
Escola Superior Agrária de Castelo Branco	Politécnico	Ecolurismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	38	0	0	
Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Politécnico	Gestão Hoteleira	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	811 Hoteleira e Restauração	30	44	75	
		Gestão Turística	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	30	21	21	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA												
Escola Superior Agrária de Coimbra	Politécnico	Ecolurismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	35	43	150	
Escola Superior de Educação de Coimbra	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	40	54	228	
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA												
Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Séia	Politécnico	Gestão Hoteleira	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	811 Hoteleira e Restauração	30	34	85	
		Informática para o Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	489 não classificados noutra área de formação	20	11	11	
		Turismo e Lazer	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	54	50	278	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA												
Escola Superior de Educação Leiria	Politécnico	Turismo e Património	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	35	52	185	
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria	Politécnico	Técnicas de Restauração	CET	DET	IV	3 semestres	85	811 Hoteleira e Restauração	-	-	-	
Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche	Politécnico	Animação Turística	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	-	-	25	
		Gestão Turística e Hoteleira (diurno e pós-laboral)	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	345 Gestão e Administração	45	55	216	
		Marketing Turístico (diurno e pós-laboral)	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	342 Marketing e Publicidade	35	40	70	
		Restauração e Catering	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	811 Hoteleira e Restauração	25	24	25	
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	35	45	166	
Técnicas e Gestão Hoteleira	CET	DET	IV	3 semestres	90	811 Hoteleira e Restauração	-	-	-	72		
INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE												
Escola Superior de Educação de Portalegre	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	40	28	137	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM												
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Politécnico	Desporto de Natureza e Turismo Activo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	813 Desporto	25	28	119	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR												
Escola Superior de Gestão de Tomar	Politécnico	Gestão Turística e Cultural	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	35	42	151	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO												
Escola Superior Agrária de Ponte de Lima	Politécnico	Gestão de Animação Turística em Espaço Rural	CET	DET	IV	1 ano	85	812 Turismo e Lazer	-	-	n.d.	
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	35	42	243	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU												
Escola Superior de Tecnologia de Viseu	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	50	67	234	
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Politécnico	Gestão Turística, Cultural e Patrimonial	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	25	38	91	
Informação Turística	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812 Turismo e Lazer	25	21	39	20		

Instituição / Estabelecimento	Tipo de Ensino	Nome do Curso	Tipo Curso	Grau/Diploma	Nível de Formação	Duração	ECTS	Área CNAMF	2006-2007		2007/2008		
									Vagas	Inscritos 1º Ano 1ª. Vez		Total de Inscritos	
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Santo André	Universitário	Gestão de Hotelaria e Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	50	9	20	50
		Técnicas e Gestão de Turismo	CET	DET	IV	2 semestres	68	345	Gestão e Administração	-	-	-	30
Instituto Superior de Línguas Administração de Leiria	Universitário	Técnicas e Gestão de Hotelaria	CET	DET	IV	2 semestres	69	345	Gestão e Administração	-	-	-	30
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	40	0	14	40
Instituto Superior de Línguas Administração de Lisboa	Universitário	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	80	82	268	80
		Gestão Hotelaria	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	-	-	-	80
Instituto Superior de Línguas Administração de Santarém	Universitário	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	40	10	46	40
Instituto Superior de Línguas Administração de Vila Nova de Gaia	Universitário	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	40	21	75	40
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	100	72	173	100
Instituto Superior de Novas Profissões	Universitário	Turismo Cultural e Animação	M - 2ºC	Mestre	VI	4 semestres	120	812	Turismo e Lazer	-	-	-	n.d.
		Gestão de Empresas Turísticas e Hotelarias	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	345	Gestão e Administração	-	0	1	-
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes	Universitário	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	80	35	53	80
		Gestão do Turismo	M - 2ºC	Mestre	VI	2 anos	120	812	Turismo e Lazer	-	-	-	n.d.
Universidade Lusíada	Universitário	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	60	139	242	120
		Turismo	M - 2ºC	Mestre	VI	4 semestres	120	812	Turismo e Lazer	-	-	-	n.d.
Escola Superior de Tecnologias de Fate	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	-	-	-	50
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	45	-	-	-
Instituto Superior de Ciências da Administração	Politécnico	Gestão de Empresas Turísticas e Hotelarias	Bac.	Bacharel	V	3 anos	-	345	Gestão e Administração	-	0	12	-
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	120	43	169	120
Instituto Superior de Administração e Gestão	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	30	13	86	30
		Organização e Gestão Hotelaria	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	345	Gestão e Administração	30	12	45	30
Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração	Politécnico	Gestão de Animação Turística	CET	DET	IV	2 semestres	60	812	Turismo e Lazer	-	-	-	15
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	35	10	57	35
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo	Politécnico	Guia Interpretar	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	45	13	29	45
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	50	57	159	50
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo	Politécnico	Gestão Hotelaria	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	25	21	48	35
		Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	40	27	70	40
Instituto Superior Politécnico Gaya - Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário	Politécnico	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	50	0	0	50
		Gestão Hotelaria	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	140	131	362	140
Instituto Superior Politécnico do Oeste	Politécnico	Gestão de Empresas Turísticas e Hotelarias	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	345	Gestão e Administração	30	0	0	25
		Universidade Católica Portuguesa											
Centro Regional das Beiras	Universitário	Turismo	L - 1ºC	Licenciado	V	6 semestres	180	812	Turismo e Lazer	25	0	6	n.d.
		Turismo e Património	M - 2ºC	Mestre	VI	2 anos	120	812	Turismo e Lazer	-	-	-	n.d.
Faculdade de Ciências Sociais	Universitário	Turismo e Desenvolvimento Regional	M - 2ºC	Mestre	VI	2 anos	-	812	Turismo e Lazer	n.d.	-	5	n.d.

Anexo B

Domínios Científicos e Tecnológicos

Fonte: GPEARI/MCTES (s.d.)

Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos, 2007 (FOS)

A Classificação das Actividades de Investigação e Desenvolvimento por Domínio Científico foi aprovada pela 186ª Deliberação do CSE, de 28 de Março de 2000 no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

Considerando que as classificações em uso no SEN devem, sempre que possível, reflectir as actualizações que ocorrem no âmbito internacional importa proceder à actualização da referida classificação em consonância com o internacionalmente aprovado.

Tendo, no âmbito da OCDE, o Grupo de Peritos Nacionais em Indicadores de Ciência e Tecnologia (NESTI), aprovado, em Maio de 2006, a revisão da classificação “Fields of Science and Technology (FOS)” no Manual de Frascati, grupo no qual Portugal se fez representar pelo OCES, e tendo esta mesma classificação sido adoptada pelo Eurostat, importa por isso actualizar a classificação em uso no SEN com a vigente em termos comunitários e internacionais.

Neste contexto substitui-se e actualiza-se a “Classificação das Actividades de Investigação e Desenvolvimento por Domínio Científico” pela nova versão que se passa a designar “Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos 2007”. A classificação é constituída por três níveis hierarquicamente relacionados: 6 grandes áreas (nível 1), 2 subgrandes áreas (nível 2) e 42 áreas (nível 3). O segundo nível desta classificação constitui uma especificação nacional para a grande área das ciências exactas e naturais. Constam dos anexos 1 e 2 a adaptação para Portugal da estrutura e sistema de codificação bem como das notas explicativas da classificação.

Anexo 1 Estrutura e sistema de codificação Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos, 2007 (FOS)¹

Grandes áreas	Subgrandes áreas	Áreas
1. Ciências exactas e naturais		
	1a. Ciências exactas	1.1 Matemática 1.2 Ciências da computação e da informação 1.3 Física 1.4 Química
	1b. Ciências naturais	1.5 Ciências da terra e ciências do ambiente 1.6 Ciências biológicas 1.7 Outras ciências naturais
2. Ciências da engenharia e tecnologias		2.1 Engenharia civil 2.2 Engenharia electrotécnica, electrónica e informática 2.3 Engenharia mecânica 2.4 Engenharia química 2.5 Engenharia dos materiais 2.6 Engenharia médica 2.7 Engenharia do ambiente 2.8 Biotecnologia ambiental 2.9 Biotecnologia industrial

¹ Tradução portuguesa da “Revised classification of Fields of Science and Technology (FOS)” no Manual de Frascati, versão de Maio de 2006.

		2.10 Nanotecnologia 2.11 Outras ciências da engenharia e tecnologias
3. Ciências médicas e da saúde		3.1 Medicina básica 3.2 Medicina clínica 3.3 Ciências da saúde 3.4 Biotecnologia médica 3.5 Outras ciências médicas
4. Ciências agrárias		4.1 Agricultura, silvicultura e pescas 4.2 Ciência animal e dos lacticínios 4.3 Ciências veterinárias 4.4 Biotecnologia agrária e alimentar 4.5 Outras ciências agrárias
5. Ciências sociais		5.1 Psicologia 5.2 Economia e gestão 5.3 Ciências da educação 5.3 Sociologia 5.5 Direito 5.6 Ciências políticas 5.7 Geografia económica e social 5.8 Ciências da comunicação 5.9 Outras ciências sociais
6. Humanidades		6.1 História e arqueologia 6.2 Línguas e literaturas 6.3 Filosofia, ética e religião 6.4 Artes 6.5 Outras humanidades

Anexo 2
Notas explicativas

1. Ciências exactas e naturais

1.a Ciências exactas

1.1 - Matemática

- Matemática pura, matemática aplicada, estatística e probabilidades

1.2 Ciências da computação e ciências da informação

- Ciências da computação, ciências da informação e bio-informática (*desenvolvimento de hardware a classificar em 2.2; aspectos sociais a classificar em 5.8*)

1.3 - Física

- Física atómica, física molecular, física química (física de átomos e moléculas incluindo colisão, interacção com radiação; ressonância magnética; efeito moessbauer); física da matéria condensada (inclui física da matéria do estado sólido e supercondutividade); física das partículas; física nuclear; física dos fluidos e dos plasmas (inclui física das superfícies); óptica (inclui óptica laser e óptica quântica); acústica; astronomia (inclui astrofísica e ciências do espaço).

1.4 - Química

- Química orgânica; química inorgânica; química nuclear; química física; ciência de polímeros; electroquímica (pilhas secas, acumuladores, pilhas de combustível, corrosão de metais, electrólise); química de colóides; química analítica.

1.b Ciências naturais**1.5 - Ciências da terra e do ambiente**

- Geociências e estudos pluridisciplinares; mineralogia, paleontologia, geoquímica, geofísica, geografia física, geologia, vulcanologia, ciências do ambiente (*aspectos sociais a classificar em 5.7*);
- Meteorologia, ciências da atmosfera; investigação climática;
- Oceanografia, hidrologia, recursos aquáticos.

1.6 - Ciências biológicas

(*ciências médicas a classificar em 3 e ciências agrárias em 4*)

- Biologia celular, microbiologia; virologia; bioquímica, biologia molecular; métodos de investigação bioquímica; micologia, biofísica;
- Genética e hereditariedade (genética médica a classificar em 3); biologia da reprodução (*aspectos médicos a classificar em 3*); biologia do desenvolvimento;
- Fitologia (biologia vegetal), botânica;
- Zoologia, ornitologia, entomologia, biologia das ciências do comportamento;
- Biologia marinha, biologia de água doce, limnologia, ecologia, conservação da biodiversidade;
- Biologia (teórica, matemática, termal, criobiologia e ritmo biológico); biologia da evolução das espécies; outras ciências biológicas.

1.7 - Outras ciências naturais**2. Ciências da engenharia e tecnologias****2.1 - Engenharia civil**

- Engenharia civil; engenharia arquitectónica; engenharia da construção, engenharia municipal e de estruturas; engenharia de transportes.

2.2 - Engenharia electrotécnica, electrónica e informática

- Engenharia electrotécnica e electrónica; robótica; automação e sistemas de controlo; engenharia de comunicações e de sistemas; telecomunicações; *hardware* e arquitectura de computadores

2.3 - Engenharia mecânica

- Engenharia mecânica; mecânica aplicada; termodinâmica;
- Engenharia aeroespacial;
- Engenharia nuclear (*física nuclear a classificar em 1.3*);
- Engenharia do som e análise da fiabilidade.

2.4 - Engenharia química

- Engenharia química (industrial, de produtos); engenharia dos processos químicos.

2.5 - Engenharia dos materiais

- Engenharia dos materiais; cerâmica; revestimentos e filmes; compósitos (inclui laminados, plásticos reforçados, cimentos, combinação de fibras naturais e sintéticas; enchimento de compósitos); papel e madeira; têxteis (inclui tinta sintética, cores e fibras); (*nanomateriais a classificar em 2.10; biomateriais a classificar em 2.9*).

2.6 - Engenharia médica

- Engenharia médica; tecnologia laboratorial (inclui as análises laboratoriais de amostras; tecnologias de diagnóstico); (*biomateriais a classificar em 2.9 [características físicas dos materiais vivos se relacionados com implantes médicos, instrumentos ou sensores]*).

2.7 - Engenharia do ambiente

- Engenharia ambiental, engenharia geológica; geotecnia; engenharia do petróleo, energia e combustíveis; controle remoto; minas e processos minerais; engenharia marítima, engenharia naval; engenharia oceanográfica.

2.8 - Biotecnologia ambiental

- Biotecnologia ambiental, biotratamento, biotecnologias de diagnóstico (microplaquetas de ADN e biosensores) na gestão ambiental; ética da biotecnologia ambiental.

2.9 - Biotecnologia industrial

- Biotecnologia industrial, tecnologias de bio-processamento (processos industriais que assentam em agentes biológicos para dirigir o processo), biocatálise, fermentação; bioprodutos (produtos que são fabricados por intermédio de materiais biológicos utilizados como matéria-prima) biomateriais, bioplásticos, biocombustíveis, novos materiais bio-derivados, químicos bio-derivados.

2.10 - Nanotecnologia

- Nanomateriais [produção e propriedades];
- Nano processos [aplicações em nano escala]. (*Biomateriais a classificar em 2.9*).

2.11 - Outras ciências da engenharia e tecnologias

- Engenharia e tecnologia alimentar;
- Outras áreas das engenharias e tecnologias.

3. Ciências médicas e da saúde

3.1 - Medicina básica

- Anatomia e morfologia (*fitologia a classificar em 1.6*); genética humana; imunologia; neurociências (inclui psicofisiologia); farmacologia e farmácia; química médica; toxicologia; fisiologia (inclui citologia), patologia.

3.2 - Medicina clínica

- Andrologia; obstetrícia e ginecologia; pediatria; sistemas cardíacos e cardiovasculares; doença vascular periférica; hematologia; sistema respiratório; medicina dos cuidados intensivos e medicina de urgência; anesthesiologia; ortopedia; cirurgia; radiologia, medicina nuclear e imagens médicas; transplantes; estomatologia, medicina e cirurgia oral; dermatologia e doenças venéreas; alergologia; reumatologia; endocrinologia e metabolismo (inclui diabetes e distúrbios hormonais); gastroenterologia e hepatologia; urologia e nefrologia; oncologia; oftalmologia; otorrinolaringologia; psiquiatria; neurologia clínica; geriatria e gerontologia; medicina geral e medicina interna; outras áreas da

medicina clínica; medicina complementar e medicina integrativa (medicinas complementares e alternativas).

3.3 - Ciências da saúde

- Cuidados de saúde e serviços (inclui administração hospitalar, financiamento dos cuidados de saúde); serviços e políticas de saúde;
- Enfermagem; nutrição e dietética;
- Saúde pública e saúde ambiental; medicina tropical; parasitologia; doenças infecciosas; epidemiologia;
- Higiene do trabalho, saúde ocupacional; ciências do desporto;
- Ciências biomédicas sociais (inclui planeamento familiar, sexologia, psico-oncologia, efeitos sociais e políticos da investigação biomédica); ética médica; toxic dependência alcoólica e de outras substâncias.

3.4 - Biotecnologia médica

- Biotecnologia aplicada à saúde; tecnologias que envolvem a manipulação de células, tecidos, órgãos ou todo o organismo (reprodução assistida); tecnologias que envolvem a identificação do funcionamento do ADN, proteínas e enzimas e sua relação com a doença e manutenção do bem-estar (diagnósticos genéticos e intervenções terapêuticas – farmacogenomas, terapêutica genética); biomateriais (relacionados com implantes médicos, dispositivos, sensores, etc.); ética relacionada com a biotecnologia médica.

3.5 - Outras ciências médicas

- Ciência forense
- Outras áreas das ciências médicas.

4. Ciências agrárias

4.1 - Agricultura, silvicultura e pescas

- Agricultura; silvicultura; pescas; ciência dos solos; horticultura, viticultura; agronomia, produção e protecção de plantas (*biotecnologia agrária a classificar em 4.4*).

4.2. – Ciência animal e dos lacticínios

- Zootecnia e ciência dos lacticínios; (*biotecnologia animal a classificar em 4.4*)
- Criação de gado; animais de estimação.

4.3 - Ciências veterinárias

4.4 - Biotecnologia agrária e alimentar

- Biotecnologia agrária e biotecnologia alimentar; tecnologia da manipulação genética - mg (colheitas e animais domésticos), clonagem de animais domésticos; selecção com base em marcadores moleculares; diagnóstico (microplaquetas e sensores de ADN para a detecção precoce/precisa de doenças); tecnologias de produção de biomassa, biofarmacologia transgénica; ética relacionada com a biotecnologia agrária.

4.5 - Outras ciências agrárias

5. Ciências sociais

5.1 – Psicologia

- Psicologia geral (inclui relação homem-máquina)

- Psicologia especial (inclui terapia da aprendizagem, designadamente da fala, da audição, visual e de outras incapacidades físicas e mentais).

5.2 - Economia e gestão

- Economia, econometria; relações industriais;
- Organização e gestão de empresas.

5.3 - Ciências da educação

- Educação geral (inclui formação, pedagogia e didáctica);
- Educação especial (sobredotados e pessoas com dificuldades na aprendizagem).

5.4 - Sociologia

- Sociologia, demografia; antropologia; etnologia;
- Assuntos sociais (estudos sobre: mulheres e género; questões sociais e familiares; serviço social).

5.5 - Direito

- Direito, criminologia, direito penal.

5.6 - Ciências políticas

- Ciência política; administração pública; teoria das organizações.

5.7 - Geografia económica e social

- Ciências do ambiente (aspectos sociais); geografia cultural; geografia económica; estudos urbanos (planeamento e desenvolvimento); planeamento de transportes e aspectos sociais dos transportes (*engenharia de transportes a classificar em 2.1*).

5.8 – Ciências da comunicação

- Jornalismo; ciências da informação (aspectos sociais); ciências documentais; comunicação social e comunicação sócio-cultural.

5.9 - Outras ciências sociais

- Ciências sociais interdisciplinares;
- Outras áreas das ciências sociais.

6. Humanidades

6.1 - História e arqueologia

- História (*história da ciência e tecnologia a classificar em 6.3, história específica das ciências a classificar nas respectivas áreas*); arqueologia.

6.2 - Línguas e literaturas

- Estudos gerais da linguagem; línguas específicas; estudos gerais da literatura; teoria literária; literaturas específicas; linguística.

6.3 - Filosofia, ética e religião

- Filosofia, história e filosofia da ciência e tecnologia;
- Ética (*ética relacionada com subdomínios específicos a classificar nas respectivas áreas*); teologia; estudos da religião.

6.4 - Artes

- Artes, história da arte; design e arquitectura; estudo das artes da representação (música, teatro e dramaturgia); estudos de folclore;
- Estudos de cinema, rádio e televisão

6.5. Outras humanidades